

Anais do

V Congresso Brasileiro de Direito Socioambiental



CADERNO DE RESUMOS

**Volume 2
Novembro de 2015**



PUCPR

CEPEDIS

Centro de Pesquisa e Extensão
em Direito Socioambiental

V CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO SOCIOAMBIENTAL

10 a 12 de novembro de 2015

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO ECONÔMICO E SOCIOAMBIENTAL

Comissão Organizadora

Carlos Frederico Marés de Souza Filho
Clarissa Bueno Wandscheer
Helene Sivini Ferreira
Manuel Munhoz Caleiro

Coordenação dos Grupos de Trabalho

Adriele Fernanda Andrade Précoma
Andreia Mendonça Agostini
Andrew Toshio Hayama
Anibal Alejandro Rojas Hernández
Bruna Balbi Gonçalves
Carla Vladiane Alves Leite
Carlos Frederico Marés de Souza Filho
Caroline Barbosa Contente Nogueira
Clarissa Bueno Wandscheer
Danielle de Ouro Mamed
Diogo Andreola Serraglio
Dulce Maria García y García
Fábia Ribeiro Carvalho de Carvalho
Fernando Gallardo Vieira Prioste
Flávia Donini Rossito
Helene Sivini Ferreira
Liana Amin Lima da Silva
Manuel Munhoz Caleiro

CENTRO DE PESQUISA E EXTENSÃO EM DIREITO SOCIOAMBIENTAL

Presidente

Carlos Frederico Marés de Souza Filho

Vice-Presidenta

Danielle de Ouro Mamed

Diretor Executivo

Manuel Munhoz Caleiro

Primeira Secretária

Adriele Fernanda Andrade Précoma

Segundo Secretário

Raul Cezar Bergold

Tesoureira

Clarissa Bueno Wandscheer

Conselho Fiscal

Carla Vladiane Alves Leite
Fernando Gallardo Vieira Prioste
Lucimara Deretti

Conselho Consultivo

Alaim Giovani Fortes Stefanello
Claudia Sonda
José Aparecido dos Santos

Conselho Editorial

Antônio Carlos Sant'Anna Diegues
Antônio Carlos Wolkmer
Bartomeu Melià
Bruce Gilbert
Carlos Frederico Marés de Souza Filho
Caroline Barbosa Contente Nogueira
Clarissa Bueno Wandscheer
Danielle de Ouro Mamed
David Sanchez Rubio
Edson Damas da Silveira
Eduardo Viveiros de Castro
Fernando Antônio de Carvalho Dantas
Helene Sivini Ferreira
Jesús Antonio de la Torre Rangel
Joaquim Shiraishi Neto
José Aparecido dos Santos
José Luis Quadros de Magalhães
José Maurício Arruti
Juliana Santilli (*in memoriam*)
Liana Amin Lima da Silva
Manuel Munhoz Caleiro
Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega
Milka Castro Lucic
Priscila Lini
Raquel Yrigoyen Fajardo
Rosember Ariza Santamaria
Walter Antillon Montealegre

Realização

Apoio



CEPEDIS
Centro de Pesquisa e Extensão
em Direito Socioambiental



FORD
FOUNDATION



GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Centro de Pesquisa e Extensão em Direito Socioambiental
Rua Imaculada Conceição, 1155, Bloco Vermelho, Prado Velho
Curitiba, Paraná, Brasil - CEP 80.215-901
www.direitosocioambiental.org
contato@direitosocioambiental.org

Periodicidade bianual

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central
Luci Eduarda Wielganczuk – CRB 9/1118

ISSN: 2595-6221

C749a
2015

Congresso Brasileiro de Direito Socioambiental (5 : 2015 nov. 10-12 : Curitiba, PR)
Anais do V Congresso Brasileiro de Direito Socioambiental. – Curitiba : CEPEDIS, 2015.
168 p. (Caderno de resumos ; v. 2)

Resumos dos trabalhos apresentados no IV Congresso Brasileiro de Direito Socioambiental realizado de 17 a 19 de setembro de 2013 na PUCPR

1. Direito ambiental – Congressos. I. Centro de Pesquisa e Extensão em Direito Socioambiental. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Direito Econômico e Socioambiental.

Dóris 4. Ed. – 341.347



SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| V CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO SOCIOAMBIENTAL | 20 |
|--|----|

| | |
|--|----|
| GRUPO DE TRABALHO 1 - BIODIVERSIDADE, ESPAÇOS PROTEGIDOS E POPULAÇÕES TRADICIONAIS | 22 |
|--|----|

A HISTÓRIA AMBIENTAL DO CARVÃO VEGETAL EM ANDRÉ DO MATO DENTRO: CAMINHOS PARA COMPREENDER A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE LOCAL

ENVIRONMENTAL HISTORY OF CHARCOAL IN ANDRÉ DO MATO DENTRO: WAYS TO UNDERSTAND THE CONSERVATION OF LOCAL BIODIVERSITY - Ana Carolina de Andrade Evangelista

22

A POSSE AGROECOLÓGICA E A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL: AVANÇOS E OBSTÁCULOS À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE RESERVAS EXTRATIVISTAS NA AMAZÔNIA

THE AGRO-ECOLOGICAL POSSESSION AND SOCIAL INTEREST LAND TENURE REGULARIZATION: PROGRESS AND OBSTACLES TO TENURE REGULARIZATION OF EXTRACTIVE RESERVES IN THE AMAZON

Karla Rosane Aguiar Oliveira

23

A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO CONTEXTO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS JUDICIALIZADOS: NOTAS SOBRE UMA DISPUTA TERRITORIAL NA APA DA BARRA DO RIO MAMANGUAPE (PARAÍBA)

THE AGRO-ECOLOGICAL POSSESSION AND SOCIAL INTEREST LAND TENURE REGULARIZATION: PROGRESS AND OBSTACLES TO TENURE REGULARIZATION OF EXTRACTIVE RESERVES IN THE AMAZON

Inafran F. de Souza Ribeiro

24

A SOBREPOSIÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM TERRAS QUE HABITAM POVOS TRADICIONAIS: UMA ANÁLISE DO CONFLITO TERRITORIAL
LAS UNIDADES DE CONSERVACIÓN DE VUELCO EN LA TIERRA QUE LAS PERSONAS QUE VIVEN TRADICIONAL: UN ANÁLISIS DE CONFLICTO TERRITORIAL

Carla Vladiane Alves Leite

26

CAMPESINATO, IDENTIDADE E DIREITOS HUMANOS FRENTE AOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO PROJETO MINAS-RIO NA COMUNIDADE DE ÁGUA QUENTE, CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO

PEASANTRY, IDENTITY AND HUMAN RIGHTS FRONT TO MINAS-RIO PROJECT'S SOCIOENVIRONMENTAL IMPACTS IN THE ÁGUA QUENTE COMMUNITY, CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO

Caio Augusto Souza Lara, João Batista Moreira Pinto e

Lucas Magno Oliveira Porto

27

CONFLITOS SOCIAIS E JURÍDICOS NA CONSOLIDAÇÃO FUNDIÁRIA DOS PARQUES NACIONAIS BRASILEIROS: UM ESTUDO DE CASO SOB A ÓTICA DA TEORIA CRÍTICA DE DAVID SANCHES RUBIO

CONFLICTOS SOCIALES Y JURÍDICOS EN LA CONSOLIDACIÓN DE TIERRAS DE PARQUES NACIONALES DE BRASIL: UN ESTUDIO DE CASO POR LA PERSPECTIVA DE LA TEORÍA CRÍTICA DE DAVID SANCHEZ RUBIO

Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega e Daniel Diniz Gonçalves 28

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DE USO DE RECURSOS PESQUEIROS NA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE GUARAQUEÇABA, PARANÁ

SOCIO-ENVIRONMENTAL CONFLICTS OF FISHERIES RESOURCES USE IN ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE GUARAQUEÇABA, PARANÁ

Ana Carolina Vitorio Arantes, Juliana Lima Spínola e Cristina Frutuoso Teixeira 30

CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO: O INTERESSE ECONÔMICO ENQUANTO ÓBICE À CRIAÇÃO DE UM MODELO DE PROTEÇÃO EFICAZ

ASSOCIATED TRADITIONAL KNOWLEDGE: THE ECONOMIC INTEREST AS AN OBSTACLE TO THE ESTABLISHMENT OF AN EFFICIENT PROTECTION MODEL

Fabiana Ferreira Novaes 31

CONSERVAÇÃO DA RESERVA LEGAL EM ÁREAS URBANAS

CONSERVATION OF LEGAL RESERVE IN URBAN AREAS

Mariana Malhadas Pinto Henze e Amanda Sawaya Novak 32

DESLOCAMENTO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS “UM TIRO NO PÉ” DA PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE

DISPLACEMENT OF TRADITIONAL POPULATIONS "A SHOT IN THE FOOT" OF BIODIVERSITY PROTECTION

Alan Felipe Provin e Yury Augusto dos Santos Queiroz 34

DESTERRITORIALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS LITÚRGICOS AFRO-RELIGIOSOS NAS CIDADES: UMA REFLEXÃO SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL AFRO-BRASILEIRO E POLÍTICAS PÚBLICAS PROTETIVAS

DETTERRITORIALIZATION OF AFRO-RELIGIOUS LITURGICAL SPACES IN CITIES: A REFLECTION ON CULTURAL AFRO-BRAZILIAN HERITAGE AND PROTECTIVE PUBLIC POLICY

Kellen Josephine Muniz de Lima, Luíz Ricardo Santana de Araújo Júnior e Renata Mendonça Moraes Barbosa Marins 35

DO DESENVOLVIMENTO BIOTECNOLÓGICO E O CUIDADO DA BIODIVERSIDADE: DO INTERESSE ECONÔMICO À PROTEÇÃO DO BEM COMUM – UMA ANÁLISE DO ACESSO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO DO PAÍS A PARTIR DA LEI Nº 13.123/2015

THE BIOTECHNOLOGICAL DEVELOPMENT AND THE CONCERN ABOUT BIODIVERSITY: FROM THE ECONOMIC INTEREST TO THE PROTECTION OF THE COMMON GOOD – AN ANALYSIS OF THE ACCESS TO GENETIC HERITAGE OF THE COUNTRY FROM THE PERSPECTIVE OF THE LAW NO. 13123/2015

Rudinei Jose Ortigara 36

É PARQUE, MAS NEM TÃO PARQUE ASSIM: REPRESENTAÇÕES ACERCA DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DO CIPÓ

IS PARK, BUT NOT AS WELL PARK: REPRESENTATIONS ABOUT THE SERRA DO CIPÓ NATIONAL PARK

Leonardo Vasconcelos de Souza 38

GENEALOGIA LEGAL DE UM ETNOCÍDIO: A NOVA LEI DE ACESSO E SUAS INFLUÊNCIAS SOBRE A AUTONOMIA DOS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS SOBRE A BIODIVERSIDADE LOCAL E SEUS TERRITÓRIOS

LEGAL GENEALOGY OF ETHNOCIDE: THE NEW ACCESS LAW AND ITS INFLUENCE ON THE AUTONOMY OF INDIGENOUS PEOPLES AND TRADITIONAL COMMUNITIES ON LOCAL BIODIVERSITY AND ITS TERRITORIES

Alice Faria Novato 39

O CASO BELO MONTE: ENTRE ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E CONVENCIONAIS

THE CASE BELO MONTE: BETWEEN CONSTITUTIONAL AND CONVENTIONAL ASPECTS

Nayara Mota Costa e Fernando César Costa Xavier 41

O CONHECIMENTO TRADICIONAL E O NOVO MARCO DA BIODIVERSIDADE
THE TRADICIONAL KNOWLEDGE AND THE NEW MARK OF BIODIVERSITY

Vítor Ladeira Chornobai 42

O CONSELHO GESTOR DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE EFETIVAÇÃO DO SNUC

LE CONSEIL DE GESTION DE L'UNITÉ DE CONSERVATION COMME UNE STRATÉGIE POUR LA RÉALISATION DE L'SNUC

Carla Jeane Helfemsteller Coelho Dornelles, Ilzver de Matos Oliveira e Liziane Paixão Silva Oliveira 44

PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS NA GESTÃO SOCIOAMBIENTAL DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: UMA LEITURA ECOFEMINISTA

PARTICIPATION OF TRADITIONAL COMMUNITIES IN THE SOCIO-ENVIRONMENTAL MANAGEMENT OF CONSERVATION UNITS: AN ECOFEMINIST READING

Camila Damasceno de Andrade e Honácio Braga de Araújo 45

POPULAÇÕES TRADICIONAIS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL: UM DIÁLOGO POSSÍVEL

TRADITIONAL POPULATIONS AND INTEGRAL PROTECTION CONSERVATION UNITS: A POSSIBLE DIALOGUE

Belisa Bettega da Rosa, Eduarda Muccini e Gabrielle Assunção Fachinelli 46

RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TUPÉ EM MANAUS-AMAZONAS: DA GRANDE ESTEIRA DE TALOS DE EMBAÚBA AO FESTIVAL DOS MORCEGOS

EXTRACTIVE RESERVES AND THE PROTECTION OF TRADITIONAL FISHING TERRITORY: THE CASE OF PRAINHA DO CANTO VERDE (CEARÁ)

André Oliveira da Soledade e Ludy Johanna Prado Mayorga 48

RESERVAS EXTRATIVISTAS E PROTEÇÃO DO TERRITÓRIO TRADICIONAL PESQUEIRO: O CASO DA PRAINHA DO CANTO VERDE (CEARÁ)

EXTRACTIVE RESERVES AND THE PROTECTION OF TRADITIONAL FISHING TERRITORY: THE CASE OF PRAINHA DO CANTO VERDE (CEARÁ)

Fernanda Castelo Branco Araujo e Jacqueline Alves Soares 49

SEGURANÇA ALIMENTAR, DIREITO À ALIMENTAÇÃO E POPULAÇÕES TRADICIONAIS: CONTRIBUIÇÕES AGRICULTURA NA PERSPECTIVA DO COSTUME E DA TRADIÇÃO

FOOD SECURITY, RIGH TO FOOD AND TRADITIONAL POPULATIONS: AGRICULTURE CONTRIBUTIONS IN THE CUSTOM AND TRADITION PERSPECTIVE

Danilo Borges Silva e Cássius Dunck Dalosto 51

TERMO DE COMPROMISSO COMO INSTRUMENTO PARA PROMOVER JUSTIÇA AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO BRASILEIRAS

TERM OF COMMITMENT AS A TOOL TO PROMOTE ENVIRONMENTAL JUSTICE IN BRAZILIAN PROTECTED AREAS

Virginia Talbot, Bruno Soares Lintomen e Lilian de Carvalho Lindoso 52

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, POPULAÇÕES TRADICIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

CONSERVATION UNITS, TRADITIONAL COMMUNITIES AND PUBLIC POLICY

Flávio Penteado Geromini 53

GRUPO DE TRABALHO 2 - NATUREZA, POPULAÇÕES TRADICIONAIS E SOCIEDADE DE RISCO 55

ÁGUA, ENERGIA E HIDRELÉTRICAS: O ECOLOGISMO DOS POBRES E O MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS NO BRASIL

WATER, ENERGY AND HIDROELETRIC POWER STATIONS: THE ENVIRONMENTALISM OF THE POOR AND THE PEOPLE AFFECTED BY DAMS IN BRAZIL

Natália Jodas 55

ANÁLISE DOS PARECERES EMITIDOS PELA COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA SOB A PERSPECTIVA DO DIREITO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO

ANALYSIS OF OPINIONS ISSUED BY THE TECHNICAL COMMISSION NATIONAL BIOSAFETY UNDER THE PERSPECTIVE OF THE FUNDAMENTAL RIGHT TO THE ENVIRONMENT ECOLOGICALLY BALANCED

Heloise Buss Morvan e Heline Sivini Ferreira 56

AS ÁREAS URBANAS CONSOLIDADAS E ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE: UMA ANÁLISE REFLEXIVA

CONSOLIDATED URBAN AREAS AND PERMANENT PRESERVATION AREA: A REFLECTIVE ANALYSIS

Franciele Malaguti Beltrame 57

CANAL DO SERTÃO: UMA ANÁLISE DA (IN)EFICÁCIA DO PRINCÍPIO DA SUSTENTABILIDADE NO PROJETO DE TRANSPOSIÇÃO DO SÃO FRANCISCO E O DIREITO AO FUTURO DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DE ALAGOAS

CANAL FUERA DE PISTA: UN ANÁLISIS DE LA (IN) EFECTIVIDAD DEL PRINCIPIO DE SOSTENIBILIDAD EN LA EJECUCIÓN DEL PROYECTO SON FRANCISCO Y EL DERECHO PARA EL FUTURO DE LAS COMUNIDADES COSTERAS DE ALAGOAS

Viviane da Silva Wanderley, Mariana Amorim Pontes e

Alyshia Karla Gomes da Silva Santos 58

COMMUNITY OU COMMODITY? SABERES TRADICIONAIS ENTRE TERRITÓRIOS, CDB E MERCADO

COMMUNITY OR COMMODITY? TRADITIONAL KNOWLEDGE BETWEEN TERRITORIES, CBD AND MARKET

Vincenzo Maria Lauriola 60

DESEMPENHO DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL -CAR- EM TERRAS PRIVADAS E TERRAS OCUPADAS TRADICIONALMENTE

DESEMPEÑO DEL CATASTRO AMBIENTAL RURAL -CAR- EN TIERRAS PRIVADAS Y TIERRAS CON OCUPACIÓN TRADICIONAL

Claudia Sonda, Angelaine Lemos e Jéssica Fernanda Maciel da Silva 61

DO CONSERVACIONISMO DOS POVOS TRADICIONAIS AOS PADRÕES SUSTENTÁVEIS DE PRODUÇÃO E CONSUMO DA POLITICA NACIONAL DE RESIDUOS SOLIDOS

CONSERVATIONISM OF PEOPLES TO TRADITIONAL STANDARDS OF SUSTAINABLE PRODUCTION AND CONSUMPTION OF SOLID WASTE OF NATIONAL POLICY

José Querino Tavares e Fábria Ribeiro Carvalho de Carvalho 62

GLOBALIZAÇÃO E A DISPUTA DE TERRAS NO BRASIL: PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DA BANCADA RURALISTA E O GENOCÍDIO INDÍGENA

GLOBALIZATION AND THE LAND DISPUTE IN BRAZIL: DEVELOPMENT PROJECT FROM POLICY OF LOGGERS AND INDIGENOUS GENOCIDE

Adenevaldo Teles Junior 64

IMPACTOS DO PROGRAMA LAGOAS DO NORTE NA AV. BOA ESPERANÇA EM TERESINA – PI

IMPACTOS DEL PROGRAMA LAGOAS DO NORTE EN AV BOA ESPERANÇA EN TERESINA – PI

Natasha Karenina de Sousa Rego e Lorena Lima Moura Varão 65

**JUSTIÇA AMBIENTAL, VULNERABILIDADE E RISCOS NO ESPAÇO URBANO:
UM ESTUDO DA CIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL (RS)**

*ENVIRONMENTAL JUSTICE, VULNERABILITY AND RISKS IN URBAN SPACE: A
STUDY OF SANTA CRUZ DO SUL CITY (RS)*

Tábata Aline Bublitz e Ana Flávia Marques 66

**MOBILIZAÇÃO DE CAMPONESES E INDÍGENAS AMEAÇADOS PELA UHE SÃO
JERÔNIMO, NO VALE DO RIO TIBAGI, REGIÃO DE LONDRINA-PR: MEMÓRIA
DE LUTAS, RESISTÊNCIAS E DE CONQUISTAS**

*MOBILIZATION OF PEASANTS AND INDIGENOUS THREATENED BY HPP SÃO
JERÔNIMO, IN TIBAGI RIVER VALLEY, LONDRINA-PR REGION: MEMORY OF
FIGHTS, RESISTANCE AND ACHIEVEMENTS*

Wagner Roberto do Amaral e Miguel Etinger de Araujo Junior 68

**O AGRAVAMENTO DA VULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR NA ATUAL
SOCIEDADE DE RISCO E TECNOLÓGICA**

*THE ESCALATION OF CONSUMER VULNERABILITY IN THE CURRENT RISK
AND TECHNOLOGICAL SOCIETY*

Leonardo Lindroth de Paiva, Caroline Belletti e

Carlos Henrique Camargo Pereira 69

**O DIREITO DOS POVOS TRADICIONAIS DIANTE DO NOVO
CONSTITUCIONALISMO LATINO AMERICANO: UMA REFLEXÃO SOBRE A (RE)
CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NAS NOVAS CONSTITUIÇÕES**

*THE RIGHT OF TRADITIONAL PEOPLE BEFORE THE NEW LATIN AMERICAN
CONSTITUTIONALISM: A REFLECTION ON (RE)CITIZENSHIP OF THE BUILDING
IN NEW CONSTITUTIONS*

Lucimara Deretti 70

**O IMPACTO SOCIOAMBIENTAL DO ESTALEIRO JURONG NA COMUNIDADE
PESQUEIRA TRADICIONAL DE BARRA DO SAHY E BARRA DO RIACHO**

*THE SHIPYARD JURONG ENVIRONMENTAL IMPACT ON TRADICIONAL
FISHING COMMUNITY OF BARRA DO SAHY AND BARRA DO RIACHO*

Julia Lofêgo Chaia e Livia Welling Lorentz 72

**O REFÚGIO AMBIENTAL CLIMÁTICO DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS NO
ÂMBITO INTERNACIONAL**

*THE ENVIRONMENTAL CLIMATE REFUGE OF TRADITIONAL POPULATIONS IN
THE INTERNATIONAL CONTEXT*

Heline Sivini Ferreira, Diogo Andreola Serraglio e

Rullyan Levi Maganhati Mendes 73

**O RESGATE DOS SABERES TRADICIONAIS COMO ALTERNATIVA À CRISE
GERADA PELO SISTEMA AGRÍCOLA DOMINANTE NA SOCIEDADE DE RISCO**

*THE RECURRENCE OF TRADITIONAL KNOWLEDGE AS AN ALTERNATIVE TO
THE CRISIS GENERATED BY DOMINANT AGRICULTURAL SYSTEM ON THE
RISK SOCIETY*

Ana Paula Rengel Gonçalves e Paula Galbiatti Silveira 75

PESCADORES ARTESANAIS, SOCIEDADE DE RISCO E OS IMPACTOS AMBIENTAIS

ARTISAN FISHING, RISK SOCIETY AND ENVIRONMENTAL IMPACTS

Natasha Alexsandra Fabrício Dutra e Silvana Tibes Evangelista 76

POLÍTICA AGRÍCOLA DO BANCO MUNDIAL E AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS: MODELOS DE DESENVOLVIMENTO

POLITIQUE AGRICOLE DE LA BANQUE MONDIALE ET LES POPULATIONS TRADITIONNELLES: MODELES DE DEVELOPPMENT

José Anselmo Curado Fleury 77

GRUPO DE TRABALHO 3 - PERSPECTIVAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO SOCIOAMBIENTALISMO 80

A CIDADANIA AMBIENTAL EM CONSTRUÇÃO NO BRASIL PÓS-1988: ANÁLIS E PERSPECTIVAS PARA A IMPLANTAÇÃO DO SOCIOAMBIENTALISMO

ENVIRONMENTAL CITIZENSHIP UNDER CONSTRUCTION IN BRAZIL AFTER-1988: ANALYSIS AND PERSPECTIVES ABOUT SOCIAL ENVIRONMENTALISM DEPLOYMENT

Robinson Nicácio de Miranda 80

A NECESSÁRIA SUSTENTABILIDADE E SUA INADEQUAÇÃO DIANTE DOS MECANISMOS DE PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS

LA NECESÁRIA SUSTENTABILIDAD Y SU INADECUACIÓN FRENTE A LOS MECANISMOS DE PAGOS POR SERVICIOS AMBIENTALES

Daniele de Oliveira Lazzeres e Danielle de Ouro Mamed 81

A QUESTÃO DA OCUPAÇÃO HABITACIONAL EM ÁREAS AMBIENTALMENTE PROTEGIDAS

THE MATTER OF HUMAN SETTLEMENTS IN ENVIRONMENTALLY PROTECTED AREAS

Gisela Provasi, Lucas Sanchez e Ana Tereza Viana 82

AGROECOLOGIA NO MUNICÍPIO DE IRATI/PR: DESCRIÇÃO DAS INICIATIVAS DO PODER PÚBLICO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL

AGROECOLOGÍA EN LA CIUDAD DE IRATI/PR: DESCRIPCIÓN DE LAS INICIATIVAS DEL GOBIERNO PARA EL DESARROLLO SOCIAL Y AMBIENTAL

Anne Geraldi Pimentel 83

CADASTRO AMBIENTAL RURAL PARA POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: OS FAXINAIS NO PARANÁ

REGISTRO AMBIENTAL RURAL PARA LOS PUEBLOS Y COMUNIDADES TRADICIONALES: LOS FAXINAIS EN PARANÁ

José Antônio Peres Gediel e Flavia Donini Rossito 84

DIREITO E SOCIOAMBIENTALISMO: PERSPECTIVAS SOBRE GÊNERO NO CAMPO - DERECHO Y SOCIOAMBIENTALISMO: PERSPECTIVAS SOBRE GÉNERO EN CAMPO

Larissa Carvalho de Oliveira e Rabah Belaidi 85

ECONOMIA VERDE: UMA NOVA PERSPECTIVA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ÉCONOMIE VERTE: UNE NOUVELLE PERSPECTIVE POUR LE DÉVELOPPEMENT DURABLE

Renata Medeiros da Cruz e Tamiris Melo Pereira 87

GESTÃO DEMOCRÁTICA E ENERGIA EÓLICA COMO PERSPECTIVAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO SOCIOAMBIENTALISMO

GOVERNANCE DEMOCRATIC AND WIND ENERGY AS GOALS FOR IMPLEMENTATION OF SOCIOENVIRONMENTALISM

José Osório do Nascimento Neto 88

INFORMAÇÃO PARA O PÓS-CONSUMO: EFICÁCIA SOCIAL E SUSTENTABILIDADE PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS VALORES SOCIOAMBIENTAIS

INFORMATION FOR THE POST-CONSUMPTION: SOCIAL EFFECTIVENESS AND SUSTAINABILITY FOR THE IMPLEMENTATION OF SOCIAL AND ENVIRONMENTAL VALUES

Antônio Carlos Efig, Talita Tosin Soares e Fernanda Mara Gibran Bauer 89

JUSTIÇA AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO: UM DIÁLOGO POSSÍVEL?

ENVIRONMENTAL JUSTICE AND DEVELOPMENT: IS THERE A POSSIBLE CONVERSATION?

Thiago da Silva Ferreira 90

JUSTIÇA CLIMÁTICA NA PERSPECTIVA DO SOCIOAMBIENTALISMO

CLIMATE JUSTICE IN THE PERSPECTIVE OF SOCIOENVIRONMENTALISM

Gabriel Antonio Silveira Mantelli, André Ferreira de Castilho e

Júlia Malheiros Garcia 92

LICENCIAMENTO DE HIDRELÉTRICAS NO BRASIL – ABISMO ENTRE O DIREITO DO ESTADO MONOCULTURAL E OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

LICENCIAS HIDROELÉCTRICA EN BRASIL – LA BRECHA ENTRE EL DERECHO DEL ESTADO MONOCULTURAL Y LOS DERECHOS DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS

Maria Augusta Assirati 93

O AGROTÓXICO E O TRANSGÊNICO DE CADA DIA O AGRONEGÓCIO (JÁ) NOS DEU HOJE: SOCIOAMBIENTALISMO E (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR

THE PESTICIDE AND GMO OF EACH DAY THE AGRIBUSINESS (ALREADY) GIVEN US TODAY: SOCIOENVIRONMENTALISM AND FOOD (IN)SECURITY

JacielePiskorski Pinto de Lima, Sheila Magali Moser Isensee e

Roberta Oliveira Lima 94

O GERENCIAMENTO DEMOCRÁTICO E PARTICIPATIVO DOS RECURSOS HÍDRICOS: A COBRANÇA PELO USO DAS ÁGUAS

THE DEMOCRATIC AND PARTICIPATORY MANAGEMENT OF WATER RESOURCES: CHARGING FOR THE USE OF WATER

Daniel Rubens Cenci, Marcos Paulo Scherer e Fernanda Serrer Scherer 95

O PAPEL DO ESTADO NA DEFESA ECONÔMICA DO MEIO AMBIENTE

THE STATE'S ROLE IN DEFENSE ECONOMIC ENVIRONMENT

Ana Maria Jara Botton e Alexia Brotto Cessetti 97

O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO NA EFETIVAÇÃO DA JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL: O CASO DO CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO

JUDICIARY ROLE FOR THE SOCIOENVIRONMENTALISM EFFECTIVENESS: THE BRAZILIAN FOREST CODE CASE

Ana Stela Vieira Mendes Câmara e Gabrielle Bezerra Sales 98

O PARADIGMA DA MODERNIDADE, A RAZÃO INDOLENTE E O SABER ECOLÓGICO: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE UM NOVO PARADIGMA NA RELAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE

THE PARADIGM OF MODERN, THE REASON INDOLENT AND KNOW ECOLOGICAL: REFLECTIONS ON DE FORMATION OF A NEW PARADIGM TO THE ENVIRONMENT

Carla Daniela Leite Negócio 99

O PROTOCOLO COMUNITÁRIO DO BAILIQUE: DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO, REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS, DIREITO CONSUETUDINÁRIO E PROTEÇÃO DE CONHECIMENTOS TRADICIONAIS

BAILIQUE COMMUNITY PROTOCOL: METHODOLOGICAL DEVELOPMENT, BENEFIT SHARING, CONSUETUDINARY RIGHTS AND PROTECTION OF TRADITIONAL KNOWLEDGE

Carlos Potiara Castro e Roberta Peixoto Ramos 101

OBJETIVOS DO MILÊNIO E A IMPLEMENTAÇÃO DO SOCIAMBIENTALISMO: UMA ANÁLISE DOS AVANÇOS ALCANÇADOS

OBJETIVOS DEL MILENIO Y LA IMPLEMENTACIÓN DEL SOCIO AMBIENTALISMO: UN ANÁLISES DE LOS AVANZOS ALCANZADOS

Heloise Siqueira Garcia e Denise Schmitt Siqueira Garcia 102

OS IMPACTOS DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA CIDADE DE ITUMBIARA/GO

THE TOURISM DEVELOPMENT OF IMPACTS ON CITY ITUMBIARA / GO

Rodrigo Sant'Ana Nogueira, Marcela Barbosa de Moraes e Ademir Pereira dos Santos 103

OS LIMITES DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL EM FACE DA CRISE SOCIOAMBIENTAL À LUZ DO PENSAMENTO DE ULRICH BECK

THE LIMITS OF INDUSTRIAL PRODUCTION FACING ENVIRONMENTAL CRISIS BASED ON THE ULRICH BECK'S PHILOSOPHY

Dayla Barbosa Pinto 104

OS SABERES E FAZERES AGROECOLÓGICOS E SUA IMPORTÂNCIA PARA O DIREITO SOCIOAMBIENTAL

THE AGROECOLOGICALS KNOWLEDGES AND DOINGS AND THEIR IMPORTANCE TO SOCIO-ENVIRONMENTAL RIGHT

Katya Isaguirre Torres, Alessandra Jacobovski e Paola Duarte Prestes 105

POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS: A INTERFACE ENTRE A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, O MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – PR E OS AGENTES CATADORES

SOCIO-ENVIRONMENT POLICY: THE INTERFACE BETWEEN THE NATIONAL POLICY OF SOLID WASTE, THE CITY OF PATO BRANCO AND THE PICKERS

Roger Alexandre Rossoni e Adriana do Val Alves Taveira 107

POR UM SOCIOAMBIENTALISMO FEMINISTA

POR UM SOCIOAMBIENTALISMO FEMINISTA

Bruna Balbi Gonçalves 108

PRODUÇÃO DE ENERGIA E DIREITO SOCIOAMBIENTAL: MECANISMOS DE INTERNALIZAÇÃO DE CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS EM BARRAGENS

ENERGY PRODUCTION AND SOCIOENVIRONMENTAL LAW: INTERIORIZATION MECHANISMS OF SOCIOENVIRONMENTAL COSTS REGARDING DAMS

Gabriel Carvalho Marambaia, Nathalia Montemagni Pires e Gabriel Egidio Iriarte 110

REESTRUTURAÇÃO DE PODER E DESCENTRALIZAÇÃO COMO FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO DO SOCIOAMBIENTALISMO

POWER RESTRUCTURING AND DECENTRALIZATION AS WAYS OF IMPLEMENTING SOCIOENVIRONMENTALISM

Flávia Pitaki Dufour e Gabriele Polewka 110

SAÚDE E MEIO AMBIENTE: UMA DISCUSSÃO À ÓTICA DO SOCIOAMBIENTALISMO E DO BIODIREITO

HEALTH AND ENVIRONMENT: A DISCUSSION BASED ON SOCIOENVIRONMENTALISM AND BIOLAW

José Flôr de Medeiros Júnior, Antonio Pedro de Melo Netto e Andrea Fernandes Oliveira 112

SOCIOAMBIENTALISMO EM TEMPOS DE COMPLEXIDADE

SOCIOAMBIENTALISMO EN TIEMPOS COMPLEJOS

Danielle Anne Pamplona e Andrew Toshio Hayama 113

SOCIOAMBIENTALISMO NO MEIO URBANO: COMO PROCESSO PARA REDUÇÃO DAS INJUSTIÇAS AMBIENTAIS E SOCIAIS E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

SOCIOENVIRONMENTALISM EN ZONAS URBANAS: CÓMO REDUCIR EL PROCESO DEL MEDIO AMBIENTE Y LA INJUSTICIA SOCIAL Y DERECHOS HUMANOS EFECTIVOS

Elenise Felzke Schonardie e Jordana Laís Desordi 114

**UMA APROXIMAÇÃO AO CONCEITO DE SOCIOAMBIENTALISMO NO
ORDENAMENTO JURÍDICO DO PARAGUAI: UM OLHAR HISTÓRICO ACERCA
DOS NOVOS DIREITOS**

*UNA APROXIMACIÓN AL CONCEPTO DE SOCIOAMBIENTALISMO EN EL
ORDENAMIENTO JURÍDICO DEL PARAGUAY: UNA MIRADA HISTÓRICA
ACERCA DE LOS NUEVOS DERECHOS*

Ever Ariel Morán Maciel, Matías Figueredo Sánchez e

Fabiola Jazmín Duarte González 116

**GRUPO DE TRABALHO 4 - POVOS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E CIGANOS
NO BRASIL 118**

**A PROTEÇÃO DO DIREITO A TERRA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS:
REALIDADE ATUAL E PERSPECTIVAS FUTURAS**

*LA PROTECCIÓN DEL DERECHO A LA TIERRA DE LAS COMUNIDADES
QUILOMBOLAS: REALIDAD ACTUAL Y PERSPECTIVAS FUTURAS*

Germana Aguiar Ribeiro do Nascimento, Mércia Rejane Rangel Batista e

Marília Aguiar Ribeiro do Nascimento 118

A CASA DA SAÚDE INDÍGENA EM CUIABÁ E O DIREITO À SAÚDE

THE HOUSE OF INDIGENOUS HEALTH CUIABÁ AND THE RIGHT TO HEALTH

Tuanne Moreira Cruxen 119

**A EXPLORAÇÃO MINERAL GARIMPEIRA EXERCIDA PELAS COMUNIDADES
INDÍGENAS NO EXERCÍCIO DO DIREITO DE POSSE E USUFRUTO DAS
TERRAS QUE OCUPAM**

*THE ARTISANAL MINERAL EXPLORATION PRACTICED BY INDIANS
COMMUNITY IN THE EXERCISE OF OWNERSHIP LAW AND USUFRUCT OF THE
LAND WHERE THEY LIVE*

Adriano Rodrigues Remor e Warner Velasque Ribeiro 120

**A INFLUÊNCIA DO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA “BOLSA
FAMÍLIA” NA AMPLIAÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODERAMENTO
DA MULHER: ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE
CAPOEIRAS/RN**

*THE INFLUENCE OF GOVERNMENT INCOME TRANSFER PROGRAM "BOLSA
FAMÍLIA" IN THE EXPANSION OF GENDER EQUALITY AND EMPOWERMENT
OF WOMEN: STUDY OF CAPOEIRA'S QUILOMBOLA COMMUNITY CASE*

Reginaldo Antônio de Oliveira Freitas Júnior e Lucas Bezerra Vieira 121

**A POSSIBILIDADE DE REVISÃO JUDICIAL EM PROCESSOS
ADMINISTRATIVOS DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS E SUAS
LIMITAÇÕES**

*THE POSSIBILITY OF JUDICIAL REVIEW IN THE ADMINISTRATIVE
PROCEDURES OF DEMARCATION OF INDIGENOUS LAND AND ITS
LIMITATIONS*

Gabriela Cristina Braga Navarro 123

A PRÁTICA DA JURISDIÇÃO INDÍGENA PERANTE O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

LA PRÁCTICA DE LA JURISDICCIÓN INDÍGENA ANTE EL DERECHO BRASILEÑO

Isabella Cristina Lunelli 125

A REAFIRMAÇÃO SANGUÍNEA DOS ÍNDIOS XOKÓS COMO INSTRUMENTO DE LEGITIMIDADE PARA ADQUIRIR AS TERRAS EM PORTO DA FOLHA-SERGIPE
A RESTATEMENT OF BLOOD XOKÓS INDIANS ARE ENTITLED AS A TOOL TO PURCHASE THE LAND IN PUERTO LEAF-SERGIPE

Nelson Teodomiro Souza Alves 126

DIREITOS ÉTNICOS QUILOMBOLAS: AUTORRECONHECIMENTO E TERRITORIALIDADE

DERECHOS ÉTNICOS QUILOMBOLAS: AUTORRECONOCIMIENTO Y TERRITORIALIDAD

Juliana de Oliveira Sales e Liana Amin Lima da Silva 127

DIREITOS INDÍGENAS E SEGURANÇA NACIONAL: DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE AO CASO RAPOSA SERRA DO SOL

DROITS AUTOCHTONES ET LA SÉCURITÉ NATIONALE: DE L'ASSEMBLÉE CONSTITUANTE À L'AFFAIRE RAPOSA SERRA DO SOL

Pádua Fernandes 128

ENQUANTO O DIREITO NÃO VEM: NOTAS SOBRE PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DOS INDÍGENAS MUNDURUKU DO PLANALTO

WHILE THE RIGHT DOES NOT COME: NOTES ON POLICY MOBILIZATION PROCESS OF MUNDURUKU INDIGENOUS FROM PLATEAU

Judith Costa Vieira 129

INCLUSÃO SOCIAL DE INDÍGENAS PELA POLÍTICA DE COTAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

SOCIAL INCLUSION OF INDIGENOUS BY QUOTA POLICY IN FEDERAL UNIVERSITY OF SERGIPE

Acácia Gardênia Santos Lelis e Ana Cristina Almeida Santana 130

INDÍGENAS E TRABALHO INFANTIL: DA FRONTEIRA ETNICOCULTURAL À PERSPECTIVA DE UMA AÇÃO INSTITUCIONAL DIFERENCIADA

INDÍGENAS Y EL TRABAJO INFANTIL: LA FRONTERA ETNICOCULTURAL Y LA PERSPECTIVA DE UNA ACCIÓN INSTITUCIONAL DIFERENCIADA

Edmilson Alves do Nascimento e Renilda Aparecida Costa 131

INDÍGENAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM CURITIBA: UMA POLÍTICA PÚBLICA EMERGENCIAL

INDÍGENA SIN HOGAR EN CURITIBA: UNA POLÍTICA PÚBLICA DE EMERGENCIA

Karoline Strapasson 133

MERCOSUL E POVOS INDÍGENAS. ANÁLISE DA CONVENÇÃO 169 E OUTROS APORTES NORMATIVOS DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO PARA A REGULAÇÃO DO TRABALHO INDÍGENA

MERCOSUR Y LOS PUEBLOS INDÍGENAS. ANÁLISIS DEL CONVENIO 169 Y OTROS APORTES NORMATIVOS DE LA ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO PARA LA REGULACIÓN DEL TRABAJO INDIO

José Patrício Pereira Melo 134

O DESLOCAMENTO DA ZONA DE EXPANSÃO E OS CONFLITOS INDÍGENAS: A FRONTEIRA SOCIAL FRUTO DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL PELO AGRONEGÓCIO NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

ÁREA DE EXPANSIÓN DE CAMBIO Y CONFLICTO INDÍGENAS: LA FRONTERA DE LA FRUTA SOCIAL DE OCUPACIÓN POR LA AGROINDUSTRIA TERRITORIAL EN EL ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Yasmine A. Silva Cruz e Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega 135

O DIREITO À CONSULTA PRÉVIA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS E SUA RELAÇÃO COM A EFETIVAÇÃO DO PLURALISMO JURÍDICO

EL DERECHO A LA CONSULTA PREVIA DE LAS COMUNIDADES TRADICIONALES Y SU RELACIÓN CON LA EFETIVACIÓN DEL PLURALISMO JURÍDICO

Vanderlei Luiz Weber e Fernando Antonio de Carvalho Dantas 136

O DIREITO À HABITAÇÃO ADEQUADA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS: UM ESTUDO SOBRE A PARTIR DA COMUNIDADE QUILOMBOLA JOÃO SURÁ

EL DERECHO A HABITACIÓN ADECUADA DE LAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS: UN ESTUDIO A PARTIR DE LA COMUNIDAD QUILOMBOLA JOÃO SURÁ

Cassius Marcelus Cruz 138

O DIREITO À PROPRIEDADE INDÍGENA COMO GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA CULTURA TRADICIONAL E AS IMPLICAÇÕES DA PEC 215

EL DERECHO A LA PROPIEDAD INDÍGENA COMO GARANTÍA DE LA PRESERVACIÓN DE LA CULTURA TRADICIONAL Y LAS IMPLICACIONES DE LA PEC 215

Arthur Figueiredo Leite 138

OS POVOS ROMANI NA AMÉRICA LATINA E A OPERAÇÃO DA LÓGICA DA COLONIALIDADE: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS CIGANAS DO BRASIL E DA COLÔMBIA

LOS PUEBLOS ROMANÍ EN LATINOAMERICA Y LA OPERACIÓN DE LA LOGICA DE COLONIALIDAD: UN ANÁLISIS DE LAS POLITICAS GITANAS DE BRASIL Y COLOMBIA

Alex Sandro da Silveira Filho 140

QUILOMBOLAS, DIREITO À TERRA E DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO

QUILOMBOLAS, DERECHO A LA TIERRA Y LA DURACION RAZONABEL DO PROCESO

Fernando Gallardo Vieira Prioste 141

RECONHECIMENTO RECÍPROCO E TITULAÇÃO DAS TERRAS QUILOMBOLAS EM MINAS GERAIS: ANÁLISE DOS PROCEDIMENTOS ATUALMENTE DISPONÍVEIS

RECIPROCAL RECOGNITION AND TITLES OF GROUND QUILOMBOLAS IN MINAS GERAIS: ANALYSIS OF THE PROCEDURES CURRENTLY AVAILABLE

Marcos Paulo da Silva Oliveira e Adalberto Antonio Batista Arcelo 142

RESPEITO, DIGNIDADE E IGUALDADE: NO DIREITO E NA VIDA

RESPECT, DIGNITY AND EQUALITY: IN LAW AND IN LIFE

Rita de Cássia de Almeida Monteiro, Bruno Rodolfo Corrêa e

Natália Saggiorato Bona 144

GRUPO DE TRABALHO 5 - NATUREZA E POVOS NAS CONSTITUIÇÕES LATINO-AMERICANAS 146

A CONCEPTUALIZAÇÃO JURÍDICA DA NATUREZA NAS CONSTITUIÇÕES DE EQUADOR E DO BRASIL: A COSMOGONIA DOS POVOS ORIGINÁRIOS

LA CONCEPTUALIZACIÓN JURÍDICA DE LA NATURALEZA EN LAS CONSTITUCIONES DE ECUADOR Y BRASIL: COSMOGONÍA DE LOS PUEBLOS ORIGINARIOS

Dulce María García y García e Amanda Villavicencio Peña 146

A HERMENÊUTICA A FAVOR DA PLURINACIONALIDADE DE POVOS NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

LA HERMENÉUTICA EN FAVOR DE PLURINACIONALIDADES DE LOS PUEBLOS EN LA CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL

Leopoldo Rocha Soares e Cesar Augusto Ribeiro Nunes 147

A LUTA PELA TERRA NO BRASIL E A NECESSIDADE DE UM DIREITO VERDADEIRAMENTE PLURAL

LA LUCHA POR LA TIERRA EN BRASIL Y LA NECESIDAD DE UN DERECHO VERDADERAMENTE PLURAL

Clarissa Machado de Azevedo Vaz 149

A REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE OS TEXTOS CONSTITUCIONAIS BRASILEIRO E EQUATORIANO

LA REPARACIÓN POR DAÑOS AL MEDIO AMBIENTE: UN ESTUDIO COMPARADO ENTRE LOS TEXTOS CONSTITUCIONALES ECUATORIANO Y BRASILEÑO

Clóvis Eduardo Malinverni da Silveira, Cleide Calgaro e Sandrine Santos 150

AS INOVAÇÕES POLÍTICAS DA CONSTITUIÇÃO DA BOLÍVIA COMO MODELO PARA A SUPERAÇÃO DA CRISE DE REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA BRASILEIRA

LE INNOVAZIONI POLITICHE DELLA COSTITUZIONE DELLA BOLIVIA COME MODELLO PER SUPERARE LA CRISI DI RAPPRESENTANZA POLITICA BRASILIANA

Janaína Maria Bettes 151

DIREITOS INDÍGENAS NAS CONSTITUIÇÕES E AS TENSÕES ENTRE AS DEMANDAS ÉTNICAS E A CULTURA POLÍTICA NEOLIBERAL ESTATAL

DERECHOS INDÍGENAS EN LAS CONSTITUCIONES LATINOAMERICANAS Y LAS TENSIONES ENTRE LAS DEMANDAS ÉTNICAS Y LA CULTURA POLÍTICA NEOLIBERAL ESTATAL

Caroline Barbosa Contente Nogueira, Cyntia Costa Lima e

Mônica Nazaré Dias Picanço 153

ESTADOS PLURINACIONAIS: A ESPERANÇA CONSTITUCIONALIZADA E SEUS OBSTÁCULOS REAIS

ESTADOS PLURINACIONALES: LA ESPERANZA CONSTITUCIONALIZADA Y SUS OBSTÁCULOS REALES

Adriele Fernanda Andrade Précoma e Anibal Alejandro Rojas Hernández 154

HENDA'YVA: DA INVISIBILIDADE AO RECONHECIMENTO DE DIREITOS, UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO DOS INDÍGENAS NO PARAGUAI À LUZ DA CONSTITUIÇÃO DE 1992

HENDA'YVA: DE LA INVISIBILIDAD AL RECONOCIMIENTO DE DERECHOS, UN ANÁLISIS DE LA SITUACIÓN DE LOS INDÍGENAS EN EL PARAGUAY A LA LUZ DE LA CONSTITUCIÓN DE 1992

Cecilio Arnaldo Rivas Ayala, Susan Raquel Vega Bordón e

Mario Alberto Penayo Quintana 156

NATUREZA, TERRITÓRIO E DIREITO: UMA COMPREENSÃO FILOSÓFICA DO DIREITO A PARTIR DA COSMOVISÃO INDÍGENA LATINO-AMERICANA

NATURE, TERRITORY AND RIGHTS: A PHILOSOPHICAL UNDERSTANDING OF RIGHTS FROM THE LATIN-AMERICAN INDIGENOUS COSMOVISION

Júlio da Silveira Moreira 157

O DESAFIO CONSTITUCIONAL DA DIVERSIDADE

THE CONSTITUTIONAL CHALLENGE OF DIVERSITY

Isabela de Castro Franco e Guilherme Raimundo da Silva 158

OS POVOS INDÍGENAS NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRA E ARGENTINA: UMA ANÁLISE SEGUNDO A DECLARAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DOS POVOS INDÍGENAS

I POPOLI INDIGENI NELLE COSTITUZIONI BRASILIANA E ARGENTINA: UN'ANALISE SECONDO LA DICHIARAZIONE DELLE NAZIONE UNITE SUI DIRITTI DEI POPOLI INDIGENI

Kelly Cristina Canela 159

POSSE INDÍGENA APÓS A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988: DIREITO FUNDAMENTAL COLETIVO INDÍGENA À POSSE DE SUAS TERRAS

OWNERSHIP INDIGENOUS AFTER THE CONSTITUTION OF THE FEDERAL REPUBLIC OF BRAZIL, 1988: FUNDAMENTAL RIGHT TO COLLECTIVE INDIGENOUS OF THEIR LAND OWNERSHIP

Elaine Freitas Fernandes Ferreira 161

GRUPO DE TRABALHO 6 - A QUESTÃO AVÁ-GUARANI..... 163

JUDICIALIZAÇÃO E PROCESSOS DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS NO OESTE DO PARANÁ

LEGALIZATION AND DEMARCATION PROCESSES OF INDIGENOUS LANDS IN THE WEST OF PARANÁ

Gisele Jabur e Manuel Munhoz Caleiro 163

ÑANDE-REKO GUARANI: A MICROMOBILIDADE COMO O DIREITO HUMANO DE SER, ESTAR E TRANSITAR

ÑANDE-REKO GUARANÍ: LA MICROMOVILIDAD COMO EL DERECHO HUMANO DE SER, ESTAR Y TRANSITAR

Priscila Lini 164

REDUÇÃO JESUÍTICA DA CIDADE REAL DO GUAIRÁ: A TRIPLA OMISSÃO DA UNIÃO NA PRESERVAÇÃO DOS DIREITOS DE OCUPAÇÃO E DA CULTURA INDÍGENA NO OESTE DO PARANÁ

“CIDADE REAL DO GUAIRÁ” JESUITIC REDUCTION: THE TRIPLE FALLS OF THE BRAZILIAN FEDERAL GOVERNMENT TO PROTECT THE RIGHTS OF OCCUPATION AND THE CULTURE OF THE INDIGENOUS PEOPLE ON THE WEST OF THE STATE OF PARANÁ

Guilherme Henrique Hamada 165

TERRA INDÍGENA EM ZONA DE PODER: DETERMINAÇÃO LEGAL E PRÁTICA INSTITUCIONAL NO BRASIL – II

TIERRA INDÍGENA EN ZONA DE PODER: DETERMINACIÓN LEGAL Y PRATICA INSTITUCIONAL EN BRASIL - II

Maria Lucia Brant de Carvalho 167

V CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO SOCIOAMBIENTAL

A questão socioambiental sempre esteve no centro das discussões jurídicas do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Com uma Área de Concentração denominada 'Direito Socioambiental e Sustentabilidade', e Linhas de Pesquisa que se dividem em 'Estado, Sociedades e Meio Ambiente' e 'Justiça, Democracia e Direitos Humanos', o PPGD oferta várias disciplinas que, direta ou indiretamente, encontram-se voltadas ao estudo do tema e seus possíveis desdobramentos.

Muito cedo foi criado um Grupo de Pesquisa, denominado 'Meio Ambiente: Sociedades Tradicionais e Sociedade Hegemônica', para dar cabo ao conjunto de projetos de pesquisa de iniciação científica, mestrado, doutorado e estudos avançados, que foram sendo propostos e aceitos no âmbito do Programa. A coordenação do Grupo é exercida pelos professores Carlos Frederico Marés de Souza Filho, Helene Sivini Ferreira e Vladimir Passos de Freitas.

No ano de 2006, entendeu-se que era necessário congregiar os resultados dessas pesquisas e apresentá-los em um evento científico próprio, distinto dos outros eventos acadêmicos que seus membros regularmente já participavam. Com isso, inaugurou-se o Congresso Brasileiro de Direito Socioambiental, cujo objetivo consiste no estudo aprofundado de como o sistema econômico hegemônico da modernidade excluiu e continua a excluir os povos e a natureza, promovendo sua destruição ou tornando-os invisíveis e, ainda, de como essa exclusão e inviabilidade, mediadas pelo próprio Direito, tem-se mostrado desastrosa.

No final do século XX, esse mesmo sistema que exclui e aniquila, descobriu, entre atônico e incrédulo, que a humanidade sucumbiria junto com a natureza e começou a impor, por meio de sistemas regulatórios, limites para essa destruição. Na América Latina, essa busca pelo retorno da natureza promoveu o ressurgimento de antigas lutas travadas pelos povos invisíveis. Índios, quilombolas, camponeses, comunidades que foram chamadas de povos, populações, sociedades, gentes, e adjetivadas de tradicionais, locais, originários, contra-hegemônicos, reclamaram, desde sempre, que a relação do ser humano com a natureza não podia ser marcada pelo egoísmo e pela cegueira da lógica do lucro e da acumulação ilimitada de riquezas.

No mesmo sentido, pode-se afirmar que com a tomada de consciência dessa realidade destrutiva, passou-se a entender que, independentemente dos povos tradicionais, há um direito de todos sobre a natureza saudável e viva, sobre a plenitude da biodiversidade, assim como sobre a profunda e bela diversidade cultural, expressa em uma vigorosa sociodiversidade. E o direito de todos, certamente, não se confunde com o direito de um.

Como instrumento, o Direito foi utilizado pela modernidade para fixar a ideia do individualismo e garantir que o sujeito de direitos, individual e humano, tivesse supremacia sobre o objeto de direito, a terra e a natureza. Foi também o instrumento utilizado para excluir todo humano que não fosse individualizável, a exemplo dos povos tradicionais, e todo natural que não pudesse ser transformado em bem. Curiosamente, a esse mesmo instrumento caberia a tarefa de promover a reintegração dos excluídos. Mas, se o Direito não regulamenta os direitos de todos, é fato que eles não existem. Portanto, é de pouca valia reconhecer a necessidade de reintrodução desses direitos sem a modificação do próprio sistema jurídico. Nesse cenário, despontam as atuais constituições e legislação latino-americanas com importância inquestionável.

Entretanto, a questão, como se vê, não é apenas jurídica - talvez não exista nada que seja apenas jurídico. É necessário que se promova uma interação com outras ciências, como a antropologia, a sociologia, a economia, a biologia, a agronomia, a história, a geografia, etc. O Direito sozinho pode pouco, ainda que custe a entender isso. Também é importante ir além do puramente acadêmico, ultrapassar os limites do conhecimento que a teoria oferece. É necessário ouvir, conhecer e aprender com os povos e populações tradicionais, e isso faz o Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, fortalecendo, em especial, as atividades desenvolvidas no âmbito da Linha de Pesquisa 'Estado, Sociedades e Meio Ambiente'.

E é justamente para que todos esses mundos se encontrem, que a organização de eventos com a participação de pesquisadores de outras instituições e com pensadores de outras culturas, como os indígenas e quilombolas, pescadores, faxinalenses e ciganos, se faz tão essencial. Dentro dessa visão, nasceu a quinta edição do Congresso Brasileiro de Direito Socioambiental, realizado entre os dias 10 e 12 de novembro de 2015 na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, em Curitiba. Paralelamente ao referido evento, realizou-se: o Seminário 'Natureza e Povos nas Constituições Latino-Americanas'; o Seminário 'A Questão Avá-Guarani'; e a II Mostra Fotográfica 'Socioambientalismo em Imagem'.

Propondo-se a discutir a questão socioambiental a partir das recentes Constituições promulgadas na Bolívia e no Equador, o Seminário 'Natureza e Povos nas Constituições Latino-Americanas' integra o projeto de pesquisa intitulado 'Caracteres do Constitucionalismo Andino no Estado Socioambiental de Direito e, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), é coordenado pela Professora Helene Sivini Ferreira.

O Seminário 'A Questão Avá-Guarani', por sua vez, propôs-se a atualizar o debate sobre a profunda contradição que se dá entre a produção de commodities, a natureza e a vida indígena no Estado do Paraná. Integra o projeto de pesquisa intitulado 'A Questão Indígena no Oeste do Paraná e a Reconstrução do Território Avá-Guarani' e, também com o apoio do CNPq, é coordenado pelo Professor Carlos Frederico Marés de Souza Filho.

A II Mostra Fotográfica "Socioambientalismo em Imagem", um momento lúdico do Congresso em que se buscou demonstrar, por meio da arte, que não só a ciência moderna e suas categorias fechadas são capazes de difundir o conhecimento e a consciência.

Durante o V Congresso Brasileiro de Direito Socioambiental e Seminários paralelos, o desenvolvimento da pesquisa também foi fomentado com a apresentação de trabalhos científicos que, previamente selecionados, foram organizados em torno de seis eixos temáticos, quais sejam: I. Biodiversidade, Espaços Protegidos e Populações Tradicionais; II. Natureza, Populações Tradicionais e Sociedade de Risco; III. Perspectivas para a Implementação do Socioambientalismo; IV. Povos Indígenas, Quilombolas e Ciganos no Brasil; V. Natureza e Povos nas Constituições Latino-Americanas; VI. A Questão Avá-Guarani.

Inúmeras propostas foram recebidas e cuidadosamente analisadas. Da riqueza e da qualidade das teses aprovadas, originaram-se cinco livros que, concebidos a partir dos eixos temáticos acima referidos, reúnem os artigos que foram apresentados durante o evento. Os resumos, por sua vez, foram publicados na forma de Anais. Todas essas publicações, convém observar, encontram-se disponíveis no site 'DireitoSocioambiental.org', administrado pelo Grupo de Pesquisa 'Meio Ambiente: Sociedades Tradicionais e Sociedade Hegemônica'.

Também os palestrantes convidados trouxeram uma imensurável contribuição para os debates propostos, evidenciando a correção de linha do V Congresso Brasileiro de Direito Socioambiental. O antropólogo espanhol Bartomeu Meliá, um dos maiores expoentes no estudo da língua e da cultura do povo Guarani desde a década de 1950, fez uma memorável conferência de abertura. E, não menos brilhante, foi a conferência de encerramento, quando Maria Rosalina dos Santos, representante da Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ), narrou a trajetória de resistência e de lutas do movimento negro no Brasil.

Por fim, resta-nos agradecer a todos aqueles que estiveram conosco. Fica o nosso desejo de revê-los em 2017, por ocasião do VI Congresso Brasileiro de Direito Socioambiental.

Curitiba, 10 de novembro de 2016.

Carlos Frederico Marés
Clarissa Bueno Wandscheer
Helene Sivini Ferreira
Manuel Munhoz Caleiro

GRUPO DE TRABALHO 1

BIODIVERSIDADE, ESPAÇOS PROTEGIDOS E POPULAÇÕES TRADICIONAIS

A HISTÓRIA AMBIENTAL DO CARVÃO VEGETAL EM ANDRÉ DO MATO DENTRO: CAMINHOS PARA COMPREENDER A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE LOCAL

ENVIRONMENTAL HISTORY OF CHARCOAL IN ANDRÉ DO MATO DENTRO: WAYS TO UNDERSTAND THE CONSERVATION OF LOCAL BIODIVERSITY

Ana Carolina de Andrade Evangelista

RESUMO: A modernização agrícola e o desenvolvimento urbano-industrial, ocorridos no Brasil com maior intensidade no século XX, aumentaram a demanda nacional pelo corte e carvoejamento, já que o carvão vegetal era fonte energética primária no contexto brasileiro à época. Esse estudo visa investigar de que modo práticas e saberes agrícolas contribuem ou não para a conservação da biodiversidade local. Mais especificamente, investiga-se o caso da comunidade de André do Mato Dentro, distrito de Santa Barbara (MG), que efetuava a exploração de carvão vegetal na região da Serra do Gandarela, até o início dos anos 1990, região essa cujo estado de conservação atual justificou a criação do Parque Nacional da Serra do Gandarela, em 2014. A partir do levantamento da biodiversidade local e observações da situação de conservação da Serra do Gandarela, região que apresenta a segunda maior área contínua de Mata Atlântica de Minas Gerais, infere-se que, de alguma maneira, o manejo do carvão vegetal e as práticas agrícolas, foram importantes para a manutenção da diversidade e dos ecossistemas locais. Evidencia-se, portanto, a necessidade de combinar os conhecimentos tradicionais e saberes locais, com o científico. Nesse sentido, conhecer o modo como era manejado o carvão, as motivações que levavam à escolha das áreas de extração, a frequência dos cortes e as ferramentas utilizadas, pode elucidar a história ambiental local. A metodologia da pesquisa consiste na realização de entrevistas semiestruturadas junto à comunidade local com o intuito de compreender como era feito esse manejo. Conjuntamente, serão realizadas incursões guiadas pela comunidade para os locais onde o carvão era extraído, realizando-se o mapeamento dos locais de extração. O estudo justifica-se pelo resgate de uma história laboral da região que pode contribuir para uma discussão maior sobre a associação de práticas locais de manejo com a conservação da biodiversidade, além de subsidiar o pedido de criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável junto ao Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade (ICMBio), nos locais em que há sobreposição dos territórios da comunidade de André do Mato Dentro e o atual Parque Nacional do Gandarela.

PALAVRAS-CHAVE: Conservação; biodiversidade; história ambiental; práticas e saberes agrícolas; extrativismo.

ABSTRACT: *Agricultural modernization and the urban-industrial development that took place in Brazil with greater intensity in the twentieth century, increased domestic*

demand by cutting and charcoal, since the charcoal was the primary energy source in the Brazilian context at the time. This study aims to investigate that agricultural practices and knowledge so or not contribute to the conservation of local biodiversity. More specifically, investigates the case community of André do Mato Dentro, Santa Barbara District (MG), which effected the charcoal extraction vegetable in the Serra Gandarela region until the early 1990s, this region whose status current conservation justified the creation of the National Park of Serra do Gandarela in 2014. From the survey of local biodiversity and observations of the conservation status of the Serra do Gandarela, region with the second largest continuous area of Atlantic Forest of Minas Gerais, it is inferred that, somehow, the handling of charcoal and practices agricultural, it was important for maintaining the diversity and local ecosystems. It is evident, therefore, the need to combine traditional knowledge and local knowledge with scientific. In this sense, knowing the way it was handled coal, the motivations that led to the choice of extraction areas, the frequency of cuts and the tools used, can elucidate the local environmental history. The research methodology consists in carrying out semi-structured interviews with the local community in order to understand how it was done this management. Together, raids will be conducted guided by the community to the places where coal was extracted, by performing the mapping of extraction sites. The study is justified by the rescue of an employment history of the region that can contribute to a further discussion of the management association of local practices and the conservation of biodiversity, in addition to supporting the call for the creation of a Sustainable Development Reserve to the Institute Chico Mendes for Biodiversity Conservation (ICMBio), in places where there is overlapping of territories of community André do Mato Dentro, of and within the current Gandarela National Park.

KEYWORDS: *Conservation; biodiversity; environmental history; agricultural practices and knowledge; extractive.*

A POSSE AGROECOLÓGICA E A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL: AVANÇOS E OBSTÁCULOS À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE RESERVAS EXTRATIVISTAS NA AMAZÔNIA

THE AGRO-ECOLOGICAL POSSESSION AND SOCIAL INTEREST LAND TENURE REGULARIZATION: PROGRESS AND OBSTACLES TO TENURE REGULARIZATION OF EXTRACTIVE RESERVES IN THE AMAZON

Karla Rosane Aguiar Oliveira

RESUMO: Desde o início da colonização da Amazônia, o extrativista foi apartado dos processos de regularização do domínio de fato de propriedades rurais. A sua relação com a terra foi de apossamento, surgindo assim o instituto da Posse Agroecológica. Esta foi originada a partir dos modos de vida tradicionais do camponês pobre amazônico, que buscou historicamente construir seu território unindo áreas de uso privativo e comunal, e que evoluiu para a proposta de criação das Reservas Extrativistas. As políticas públicas de regularização fundiária em áreas rurais paulatinamente vêm se adaptando à realidade do extrativista da Amazônia

com inegáveis avanços. Porém, ainda necessitam avançar no reconhecimento pleno da Posse Agroecológica a fim de superar obstáculos jurídicos e administrativos ao pleno direito das populações tradicionais da região. Este artigo oferece uma contribuição analítica às políticas públicas de Regularização Fundiária de Interesse Social, ao evidenciar juridicamente o instituto da Posse Agroecológica, e demonstrar como o Programa Terra Legal (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e o Projeto Nossa Várzea (Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento) podem se aperfeiçoar no reconhecimento de apossamentos extrativistas. O estudo foi realizado a partir de uma revisão bibliográfica sobre Posse Agroecológica, análise da legislação pertinente à Regularização Fundiária de Interesse Social e de casos concretos identificados na literatura.

PALAVRAS-CHAVE: Posse Agroecológica; Regularização Fundiária de Interesse Social; Reservas Extrativistas.

ABSTRACT: *Since the beginning of the colonization of the Amazon, the extraction was dissociated from the effective regularization process of rural properties. Its relationship to the land was the occupation, resulting in the institute of the Agro-ecological Possession. This originated from the traditional ways of life of the poor Amazonian peasant, which historically sought to build its territory uniting areas of private and communal use, and which evolved into the proposed creation of Extractive Reserves. Public policy of land tenure regularization in rural areas have gradually adapted to Amazonian reality of extraction with undeniable gains. However, full recognition of Agro-ecological Possession still faces legal and administrative obstacles to grant full rights to traditional populations in the region. This article offers an analytical contribution to public policies of Social Interest Land Program, when making evident from a legal perspective the Agro-ecological Possession institute, and demonstrate how the Terra Legal Program (Ministry of Agrarian Development) and the Nossa Várzea Project (Federal Department of Heritage, Ministry of Planning) can improve the recognition of extractive occupations. The study conducted a literature review on Agro-ecological Possession, than an analysis of relevant legislation about Social Interest Land Tenure Regularization and reviewed concrete cases identified in the literature.*

KEYWORDS: *Agro-ecological Possession; Social Interest Land Tenure Regularization; Extractive Reserves.*

A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO CONTEXTO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS JUDICIALIZADOS: NOTAS SOBRE UMA DISPUTA TERRITORIAL NA APA DA BARRA DO RIO MAMANGUAPE (PARAÍBA)

THE PRODUCTION OF KNOWLEDGE IN THE CONTEXT OF ENVIRONMENTAL CONFLICT LITIGATION: NOTES ON A TERRITORIAL DISPUTE IN THE PROTECTED AREA OF MAMANGUAPE RIVER (PARAÍBA)

Inafran F. de Souza Ribeiro

RESUMO: O presente trabalho tem por objeto a administração judicial de uma disputa territorial na Área de Proteção Ambiental da Barra do Rio Mamanguape, no litoral norte da Paraíba, entre uma comunidade ribeirinha, estabelecida na localidade denominada Ilha do Aritingui, e uma empresa com atuação na monocultura da cana-de-açúcar e na carcinicultura (produção industrial de camarão em viveiros), a Destilaria Miriri. A disputa territorial enfocada gira em torno do direito de ocupação e exploração de uma área de cerca de 10 hectares, ocupada pela comunidade e estratégica para a expansão dos empreendimentos de carcinicultura na região, e foi levada ao judiciário pela Destilaria Miriri por meio de uma ação de reintegração de posse na qual alega ser a legítima detentora da posse e do domínio da área. Ao debruçar-nos sobre o desencadeamento desse e de outros processos judiciais relativos à disputa territorial, pretende-se demonstrar que as estratégias dos atores articulados nos dois polos do conflito são representativas da disputa pela construção da questão ambiental, na qual digladiam uma razão cultural e uma razão utilitária, e se assentam na produção de conhecimento especializado sobre as situações de conflitos socioambientais. No caso analisado, o conhecimento produzido sobre a área em litígio, seja na esfera executiva, seja na esfera judicial, serviu de insumo para a construção de estratégias e teses principalmente quanto a duas questões decisivas para a elucidação do caso: o reconhecimento da “tradicionalidade” do modo de vida e da ocupação territorial da comunidade estabelecida na Ilha do Aritingui e a determinação dos impactos socioambientais causados ao ecossistema manguezal pela instalação de viveiros de camarão na APA da Barra do Mamanguape. Pretende-se demonstrar que o caso analisado, na medida em que consiste em espaço no qual são confrontadas as lógicas cultural e utilitária, é ambiente de tensões tanto relativas à interpretação de dispositivos normativos quanto ao estabelecimento e legitimação de certos tipos de conhecimento que são produzidos a partir de conflagrações discursivas, com a finalidade de fornecer embasamento aos pontos de vista em contraste.

PALAVRAS-CHAVE: Administração judicial de conflito territorial; expertises socioambientais; Ilha do Aritingui.

ABSTRACT: *The object of this paper is an environmental territorial conflict litigation in the Protected Area of Mamanguape River, on the north coast of Paraíba. The litigation is between a local community, established in the locality called Ilha do Aritingui, and the Destilaria Miriri, a company with business in the monoculture of sugarcane and shrimp farming. The object of territorial dispute is the right to use an area of about 10 hectares, occupied by the local community and strategic for the expansion of shrimp farming, was claimed in judiciary by the company. In analyzing this and other lawsuits relating to the dispute, intended to demonstrate that the strategies of the actors, articulated in the conflict poles, are representative of the struggle for the construction of environmental issue, in which dispute a cultural reason and reason utilitarian. Such strategies are based on the production of specialized knowledge about situations of environmental conflicts. In the case analyzed, the knowledge produced on the area in dispute, in the executive or in the judiciary, corresponds to the input for construct strategies and theses, primarily to two issues crucial to the elucidation of the case: recognition of the community "traditionality" way of life and territorial occupation and the determination of environmental impacts by shrimp farming to the mangrove ecosystem. It is intended to demonstrate that the case analyzed, place for confrontation the cultural and*

utilitarian logic, is permeated by tensions on the interpretation of legislation and the establishment and legitimization of certain kinds of knowledge produced from conflagrations discursive aiming to provide foundation placements in contrast.

KEYWORDS: *Environmental conflict litigation; environmental expertises; Ilha do Aritingui community.*

A SOBREPOSIÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM TERRAS QUE HABITAM POVOS TRADICIONAIS: UMA ANÁLISE DO CONFLITO TERRITORIAL

LAS UNIDADES DE CONSERVACIÓN DE VUELCO EN LA TIERRA QUE LAS PERSONAS QUE VIVEN TRADICIONAL: UN ANÁLISIS DE CONFLICTO TERRITORIAL

Carla Vladiane Alves Leite

RESUMO: A sobreposição de Unidades de Conservação de Proteção Integral, a qual não permite a presença humana, em territórios que vivem povos tradicionais, gera um conflito territorial pela gestão ambiental, pois há o deslocamento compulsório desses povos tradicionais, que vivem nesses locais de maneira tradicional com a terra habitada. Acontece que, a implementação dessa UC's é um problema de política ambiental pelo seu modo e elaboração, trazendo grandes danos e prejuízos aos povos tradicionais, tanto nas suas culturas, como nas suas formas de viver. A partir desta ótica e dado este quadro socioambiental, fica evidente a importância do planejamento e da gestão ambiental integrada e compartilhada com os povos tradicionais, adicionando os esforços institucionais para promover a ocupação adequada do espaço e o uso e a proteção dos recursos naturais da região. O presente artigo almeja construir uma visão crítica nas interfaces entre populações humanas e o espaço natural protegido e efetuar uma síntese dos principais resultados da bibliografia que recorre à categoria conflito ambiental em áreas protegidas do Brasil associando-os ao tema da gestão territorial.

PALAVRAS-CHAVE: Sobreposição; Unidades de Conservação; Povos Tradicionais.

RESUMEN: *La superposición de Unidades de Conservación de Protección Integral, que no permite la presencia humana en territorios que viven las personas tradicionales, genera un conflicto territorial para la gestión del medio ambiente, ya que hay un desplazamiento obligatorio de estos pueblos tradicionales que viven allí forma tradicional la tierra habitada. Resulta que la aplicación de esta UC es un problema de política ambiental para su ordenamiento y desarrollo, trayendo un gran daño y el daño a los pueblos tradicionales, tanto en su cultura como en formas de vida del SUS. Desde este punto de vista y teniendo en cuenta este marco medioambiental, es evidente la importancia de la planificación y gestión ambiental integrada y compartida con los pueblos tradicionales, añadiendo los esfuerzos institucionales para promover el uso apropiado del espacio y el uso y la protección de los recursos naturales en la región. Este trabajo tiene como objetivo construir una mirada crítica a las interfaces entre las poblaciones humanas y el área natural*

protegida y hacer una síntesis de los principales resultados de la literatura que se basa en la categoría de conflictos ambientales en áreas protegidas en Brasil vinculándolas a la cuestión de la gestión territorial.

PALABRAS-CLAVE: *Superposición ; Las áreas protegidas ; Pueblos tradicionales.*

CAMPESINATO, IDENTIDADE E DIREITOS HUMANOS FRENTE AOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO PROJETO MINAS-RIO NA COMUNIDADE DE ÁGUA QUENTE, CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO

PEASANTRY, IDENTITY AND HUMAN RIGHTS FRONT TO MINAS-RIO PROJECT'S SOCIOENVIRONMENTAL IMPACTS IN THE ÁGUA QUENTE COMMUNITY, CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO

Caio Augusto Souza Lara
João Batista Moreira Pinto
Lucas Magno Oliveira Porto

RESUMO: O presente trabalho trata dos impactos socioambientais do projeto Minas-Rio na comunidade de Água Quente, Conceição do Mato Dentro no concernente à preservação de sua campesinidade, identidade e direitos humanos. As transformações que ocorreram no campo acarretadas pelo avanço do grande agronegócio, aumento dos conflitos de questões agrárias e a crescente luta pela terra no Brasil trazem à tona a reflexão acerca do conceito de camponês e, portanto, também levam à reflexões sobre sua identidade e o que significa campesinidade. Para tanto, o presente estudo se destina a entender a utilização desses dois elementos na construção do conceito de camponês abarcando o conteúdo histórico, cultural e sócio-político sem a pretensão de esgotar o assunto. Nesse sentido, entender a colcha de retalhos que é a construção do camponês enquanto indivíduo, ser social e sujeito de direito se faz essencial para a compreensão do campesinato como uma classe que contém identidade acima de tudo e, por isso, para delinear o tema de forma que seu conteúdo abstrato seja identificado lançar-se-á mão de um estudo de caso acerca da implantação do projeto Minas-Rio que começou em 2009 pelo conjunto britânico Anglo American e consiste na instalação de uma mina a céu aberto em Conceição do Mato Dentro além de estruturas adjacentes e um mineroduto de 525 km de extensão até o litoral do Rio de Janeiro. Pretende-se discutir no artigo como os aspectos norteadores da pesquisa foram considerados no processo de licenciamento ambiental e através da literatura ver quais os efeitos da implantação, nessa óptica, sob a comunidade de Água Quente levando em conta como o projeto afetou a biodiversidade que era usufruto desses indivíduos e como a intervenção em prol de um ideário desenvolvimentista e hegemônico pode afetar uma organização sociocultural que está intrinsecamente ligada ao uso dos recursos naturais para manutenção do seu *modus vivendi*. O estudo que se propõe pertence à vertente metodológica jurídico-sociológica, tipo de investigação jurídico-compreensivo e nesta pretende-se desenvolver sua construção a partir de uma abordagem fundamentalmente zetética do Direito.

PALAVRAS-CHAVE: Campesinato; identidade; direitos humanos.

ABSTRACT: *This paper deals with the socialenvironmental impacts of the Minas-Rio project in Água Quente community, Conceição do Mato Dentro in regarding the preservation of their peasantry, identity and human rights. The changes that occurred in the field entailed by large agribusiness advances, increase of land conflicts and the growing struggle for land in Brazil bring up the reflection on the peasant concept and therefore lead to reflections on their identity that means their peasantry. Thus, the present study aims to understand the use of these two elements in the construction of peasant concept covering historical content, cultural and sociopolitical no claim to exhaust the subject. In this sense, understanding the patchwork quilt that is the construction of the peasant as an individual, social being and subject of rights becomes essential to understand the peasantry as a class that contains identity above all. Therefore to outline the theme so that its abstract content is identified it will be utilized a case study of Minas-Rio project's implementation that began in 2009 by the British Anglo American set and consists of the installation of an open pit mine in Conceição do Mato Dentro as well as adjacent structures and pipeline 525 km long to the coast of Rio de Janeiro. There is the intend to discuss in the article how the guiding aspects of the research were considered in the environmental licensing process. Through the literature see what are the effects upon the Água Quente community in terms of how the project has affected the biodiversity that was enjoyment of these individuals. How to intervene in favor of a developmental and hegemonic ideology can affect a social and cultural organization that linked intrinsically to the use of natural resources to maintain its modus vivendi. The study proposed belongs to the legal and sociological methodological aspect, type of legal and comprehensive research and this is intended to develop its construction from a fundamentally zetetic approach of law.*

KEYWORDS: Peasantry; identity; human rights.

CONFLITOS SOCIAIS E JURÍDICOS NA CONSOLIDAÇÃO FUNDIÁRIA DOS PARQUES NACIONAIS BRASILEIROS: UM ESTUDO DE CASO SOB A ÓTICA DA TEORIA CRÍTICA DE DAVID SANCHES RUBIO

CONFLICTOS SOCIALES Y JURÍDICOS EN LA CONSOLIDACIÓN DE TIERRAS DE PARQUES NACIONALES DE BRASIL: UN ESTUDIO DE CASO POR LA PERSPECTIVA DE LA TEORÍA CRÍTICA DE DAVID SANCHEZ RUBIO

Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega
Daniel Diniz Gonçalves

RESUMO: O presente artigo busca apresentar uma visão social, jurídica e antropológica dos conflitos fundiários no polêmico processo de regularização dos Parques Nacionais Brasileiros, tomando-se como caso-paradigma o Parque Nacional da Serra da Canastra, análise essa perfilhada à luz da Teoria Crítica de David Sanches Rubio. Inicialmente, promoveremos uma contextualização histórica do conflito, desde a criação do Parque Nacional da Serra da Canastra, em 1972, até

os conflitos hodiernos, já judicializados, a fim de situarmos a controvérsia na atual sistemática do direito ambiental pátrio, notadamente na Constituição Federal, Código Florestal e Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, digressão essa indispensável à boa compreensão do tema. Após as pertinentes balizas históricas, realizaremos uma análise do contexto socioeconômico do conflito, assoalhando os interesses dos diversos atores sociais envolvidos, interesses esses que abrangem: 1) a defesa do direito ao meio-ambiente equilibrado, com a preservação de espécies nativas de fauna e flora, bem como da nascente do Rio São Francisco, direito esse atinente à toda coletividade; 2) a defesa do direito à propriedade dos particulares que possuem terras no interior da área do Parque; 3) a defesa do direito ao trabalho e à prosperidade econômica de pessoas que trabalham em mineradoras e na agricultura, igualmente nos limites do Parque e na zona de amortecimento; e 4) a defesa do direito à manutenção de um estilo de vida próprio e tradicional, pertencente aos canastreiros, população tradicional com vínculo de territorialidade forte com a região. Na seqüência, procederemos à exposição das hipóteses jurídicas que se propõe a enfrentar e pacificar o conflito posto, a saber, o conservacionismo ambiental, o desenvolvimentismo e o socioambientalismo, analisando-as sob um prisma de proteção da dignidade da pessoa humana, tomado o “humano” como a pessoa com nome e sobrenome, de carne e osso. Finalmente, após as considerações das hipóteses postas, intentaremos, sob a perspectiva da teoria crítica de David Sanches Rubio, apresentar uma solução, útil, justa e generalizável, com possíveis repercussões em outros conflitos em unidades de conservação.

PALAVRAS-CHAVE: Parques Nacionais; Conflitos; Tradicionais; Socioambientalismo.

RESUMEN: Este artículo pretende presentar una visión social, jurídico y antropológico de los conflictos de tierras en el controvertido proceso de regularización de los parques nacionales brasileños, tomando como caso paradigma el Parque Nacional Serra da Canastra, análisis de este construida a través de la Crítica Teoría David Sánchez Rubio. Inicialmente, vamos mostrar el contexto histórico del conflicto, desde la creación del Parque Nacional Serra da Canastra, en 1972, hasta hoy en día, momento en que los conflictos son llevados a la justicia, con el fin de situar la controversia en el sistema actual de la legislación ambiental brasileña, en particular en la Constitución, Código Forestal y la Ley del Sistema Nacional de Áreas Protegidas, gira este esencial para la adecuada comprensión de la materia. Después de los faros históricos pertinentes, se llevará a cabo un análisis del contexto socio-económico de los conflictos, mostrando los intereses de los diversos actores sociales, intereses los que cubren: 1) la defensa del derecho a un medio ambiente equilibrado, la preservación de las especies autóctonas de fauna y flora, así como el muelle de río San Francisco, un derecho que se refiere a toda la comunidad; 2) la defensa del derecho a la propiedad de los particulares que son dueños de la tierra dentro de la zona del Parque; 3) la defensa del derecho al trabajo y la prosperidad económica de las personas que trabajan en la minería y la agricultura, también en la zona de fronteras y de transición del parque; y 4) la defensa del derecho a poseer y mantener un estilo de vida tradicional, que pertenece a los canastreiros, la población tradicional con fuerte vínculo territorial con la región. A continuación, se procede a la exposición de las hipótesis legales que tiene como objetivo enfrentar y pacificar el conflicto, es decir, el conservacionismo ambiental, desarrollismo y socioambientalismo, analizarlas bajo un punto de vista de

la protección de la dignidad humana, tomado lo "humano" como la persona que posees nombre y apellido, de carne y hueso. Finalmente, después de considerar las hipótesis palabras, ser intentar la perspectiva de la teoría crítica de David Sánchez Rubio, presente una solución, útil, justa y generalizada, con posibles repercusiones en otros conflictos en las áreas protegidas.

PALABRAS-CLAVE: Parques Nacionales; Conflictos; Tradicionales; Socioambientalismo.

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DE USO DE RECURSOS PESQUEIROS NA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE GUARAQUEÇABA, PARANÁ

SOCIO-ENVIRONMENTAL CONFLICTS OF FISHERIES RESOURCES USE IN ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE GUARAQUEÇABA, PARANÁ

Ana Carolina Vitorio Arantes
Juliana Lima Spínola
Cristina Frutuoso Teixeira

RESUMO: Diante de uma crise global de biodiversidade, as áreas protegidas têm sido as principais estratégias para sua conservação. Na base das discussões em torno das APs está a ideia de uma “natureza intocada” que deve ser protegida da ação antrópica. Em algumas categorias, como as Estações Ecológicas (ESEC), o acesso às áreas e os usos dos recursos naturais por populações humanas são proibidos, gerando grande impacto sobre as condições de reprodução socioeconômica e cultural de populações locais, violando seus direitos e engendrando conflitos ambientais. Em 1982, no litoral do Paraná, foi criada a ESEC de Guaraqueçaba, por processos que ocorreram de forma tecnocrática, sem consulta à população local nem estudos científicos que embasassem a criação de uma unidade de conservação de proteção integral. Nessa UC predominam manguezais, responsáveis por providenciar renda aos pescadores artesanais, principalmente através da coleta de caranguejo e ostra, que se tornaram práticas extrativistas proibidas, provocando tensão e conflitos entre os pescadores e os órgãos de controle e fiscalização. Este trabalho apresenta uma análise do conflito socioambiental relacionado ao acesso à área e uso dos recursos pesqueiros da ESEC de Guaraqueçaba por essas comunidades pesqueiras. Para tanto, foi realizada observação direta, pesquisa documental e entrevista semi-estruturada com os atores sociais envolvidos, além da contribuição de pesquisas sobre conflitos ambientais. Observou-se que os pescadores consideram necessárias leis que garantam a proteção dos recursos naturais pesqueiros, dos quais eles fazem uso, no entanto, defendem seus modos de vida e trabalho, que são afetados pelas restrições. A atual gestão da ESEC tem procurado mediar a situação de irregularidade dos pescadores diante das leis ambientais, identificando-os como população tradicional possuidora de direitos, através de reuniões do Conselho consultivo e estudos para a realização de um termo de compromisso. Porém, essas iniciativas têm engendrado uma nova situação conflitiva com o órgão e entre os próprios pescadores, evidenciando distintos modos de apropriação da

biodiversidade e da percepção acerca dos direitos sobre ela, na ESEC. O trabalho buscou compreender essa nova dinâmica desse conflito na ESEC de Guaraqueçaba, analisando as posições, argumentações e estratégias dos atores envolvidos.

PALAVRAS-CHAVE: Conflitos ambientais; Estação Ecológica de Guaraqueçaba; Pesca artesanal; Pescadores artesanais; Unidade de conservação.

ABSTRACT: *In face of a global crisis of biodiversity, protected areas have been the main strategies for its conservation. On the basis of discussions around the PAs is the idea of "wilderness" that should be protected from human activities. Some categories, like Estação Ecológica (ESEC) (Ecological Station), the access to areas and the use of natural resources by human populations are forbidden, generating great impact on the conditions of socioeconomic and cultural reproduction of local populations, violating their rights and engendering environmental conflicts. In 1982, on Paraná coast, the ESEC de Guaraqueçaba was created by technocratic processes, without consultation to local population or researches that based the creation of a integral protect conservation unit (UC). In this UC, predominates mangroves, accountable for provide income to artisanal fishers, mainly through crab and oyster collects, that became prohibited extractive practices, causing tensions and conflicts between fishers and the control and inspection institutions. This study shows an analysis of socio-environmental conflicts related to access to the area and use of fisheries resources in ESEC de Guaraqueçaba by these fishing communities. To this, direct observation, documentary research and semi-structured interviews with the actors involved were conducted, besides the contribution of research about environmental conflicts. It was observed that fishers consider necessary laws to ensure the protection of fisheries resources, of which they make use, however, they defend their way of life and work, which are affected by restrictions. The current management of ESEC has sought to mediate fishermen irregular situation in the face of environmental laws, identifying them as possessing traditional population rights, through meetings of the advisory Council and studies to carry out a compromise term. But these initiatives have engendered a new conflicted situation with the institution and among the fishers themselves, showing different ways of appropriation of biodiversity and awareness about the rights over it, in ESEC. This study sought to understand this new dynamics of the conflict in ESEC de Guaraqueçaba, analyzing the positions, arguments and strategies of the actors involved.*

KEYWORDS: *Artisanal fishery; Artisanal fishers; Conservation unit; Ecological Station of Guaraqueçaba; Environmental conflicts.*

CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO: O INTERESSE ECONÔMICO ENQUANTO ÓBICE À CRIAÇÃO DE UM MODELO DE PROTEÇÃO EFICAZ

ASSOCIATED TRADITIONAL KNOWLEDGE: THE ECONOMIC INTEREST AS AN OBSTACLE TO THE ESTABLISHMENT OF AN EFFICIENT PROTECTION MODEL

Fabiana Ferreira Novaes

RESUMO: O debate acerca do Conhecimento Tradicional Associado é tema que vem recebendo a atenção dos países que buscam proteger e regulamentar não só a exploração, como o acesso ao seu patrimônio de diversidade biológica, e questões a ela ligadas. Voltar o olhar para comunidades indígenas, quilombolas e outras, que há anos trabalham com a terra, vinculando a ela todo o seu conhecimento, tradição e cultura é um grande passo. Num mundo globalizado, cujos sistemas tendem a valorizar o lucro em detrimento dos indivíduos, o Direito tem o buscar o desenvolvimento de mecanismos de proteção tanto ao ser humano quanto ao meio ambiente, estabelecendo equilíbrio nas relações entre grupos minoritários e interesses econômicos, inclusive do próprio Estado. Para tanto se faz necessário perceber a concepção de bens comuns que permeia a norma existente, reconhecendo a influência da visão mercadológica, para então desconstruí-la e desenvolver soluções normativas que partam de um entendimento diverso, não mercadológico: do caráter social e ambiental dos bens ligados a terra.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimento Tradicional Associado; Diversidade Biológica; Proteção Eficaz; Interesse Econômico; Bem comum.

ABSTRACT: *The debate about the Associated Traditional Knowledge has received the attention of countries seeking to protect and regulate not only the operation, as access to their heritage of biological diversity, and issues connected with it. To look at indigenous communities, maroon and others whom for years had worked with the land and linked all their knowledge to it, also their tradition and culture is a big step. In a globalized world, whose systems tend to value profit at the expense of individuals, the Law has the commitment to develop protection mechanisms both to humans and the environment, establishing balance in relations between minority groups and economic interests. For this purpose it is necessary to understand the concept of commons that permeates the existing standard, which is influenced from market vision. Then deconstruct it and develop legislative solutions departing from a different conclusion, no marketing, but based on the social and environmental character of the commons and related rights, as CTA.*

KEYWORDS: *Associated Traditional Knowledge; Biological Diversity; Effective protection; Economic interest; Commons.*

CONSERVAÇÃO DA RESERVA LEGAL EM ÁREAS URBANAS

CONSERVATION OF LEGAL RESERVE IN URBAN AREAS

Mariana Malhadas Pinto Henze
Amanda Sawaya Novak

RESUMO: As normas legais salvaguardam especial proteção ao meio ambiente. No artigo 225 da Constituição Federal de 1988 se encontram insculpidas as bases para a delimitação dos direitos atrelados à defesa e preservação do meio ambiente para as presentes e futuras gerações. Para tanto, o texto constitucional instituiu espaços

a serem especialmente protegidos, dentre os quais merece destaque a Reserva Legal. Segundo o disposto no Código Florestal, é obrigatória a Reserva Legal para propriedades inseridas em área rural, sendo diferentes as percentagens estabelecidas para cada bioma. Tem como algumas de suas funções a garantia da diversidade florística e faunística, além do equilíbrio ecológico e climático da localidade. No entanto, com a expansão urbana constante e acelerada, muitas propriedades originariamente rurais acabam inseridas em área urbana, fato esse que gera polêmica acerca da manutenção do instituto quando dessa transformação. Em que pese o Código Florestal estabelecer a “extinção” do instituto quando do registro do parcelamento do solo, isso deve ser percebido como retrocesso ambiental, vistas as funções atribuídas à vegetação nativa protegida por esse instituto. Dessa forma, é imprescindível a manutenção da Reserva Legal quando da expansão urbana, devendo ser adotada, portanto, a interpretação da referida extinção como transformação, que poderá ser concretizada de três formas: conversão da Reserva Legal em Área Verde Urbana; criação de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal - RPPNM, em porção da propriedade transformada que seja suficientemente extensa para o cumprimento simultâneo dos requisitos de conservação da Reserva Legal e da RPPNM; ou ainda, caso necessária a aquisição de uma nova propriedade para a compensação do déficit do instituto em 22 de julho de 2008 e transformar a área complementar em uma RPPNM. Estabelece-se uma ideia de perpetuidade ao instituto da Reserva Legal, cumprindo a função socioambiental da propriedade.

PALAVRAS-CHAVE: Reserva Legal; Área Rural; Área Urbana; Área Verde Urbana; Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal.

ABSTRACT: *Environmental has special protection in Brazilian Legal System. At article 225 of 1988's Constitution, are located the foundations to delimit the rights linked to defense and preservation the Environmental to this and future generations. Therefore, the legal text instituted spaces with special protection, among then the "Legal Reserve". According the Forest Code, it's mandatory in rural areas, with different percentage in every biome. One of its many functions is the guarantee of floristic and faunistic diversity, besides the local's ecological and climatic balance. However, with constant and fast urban expansion many properties - originally characterized as rural - end up in urban area. This fact generates controversy about the need of conservation "Legal Reserve" when the transmutation occurs. In spite of Forest Code establish the "end" of this institute with land subdivisions, it may seems an environmental setback, considering the functions assigned to native vegetation. In this way, it's indispensable maintain "Legal Reserve" even with urban expansion. So, that extinction should be interpreted as three types of transformation: conversion in "Urban Green Area", the creation of "Municipal Natural Private Reserve", in portion of land enough to fulfillment of conservation requirements from "Legal Reserve" and "Municipal Natural Private Reserve"; or yet, if necessary, the purchase of a new propriety to offset the deficit in July, 22th, 2008 and converting this complementary area in "Municipal Natural Private Reserve". With this proposal, It sets up an idea of perpetuity to the Institute of Legal Reserve , fulfilling the social and environmental function of property.*

KEYWORDS: Legal Reserve; Rural Areas; Urban Area; Green Urban Area; Municipal Natural Private Reserve.

DESLOCAMENTO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS “UM TIRO NO PÉ” DA PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE

DISPLACEMENT OF TRADITIONAL POPULATIONS "A SHOT IN THE FOOT" OF BIODIVERSITY PROTECTION

Alan Felipe Provin
Yury Augusto dos Santos Queiroz

RESUMO: Garantir a presença das populações tradicionais em suas áreas originárias como forma de preservação da biodiversidade é um tema atual e relevante, não só pela dificuldade em estabelecer quais as comunidades que se encaixam no conceito de população tradicional, e quais áreas podem ser definidas como territórios tradicionais, mesmo que estes conceitos já se encontrem positivados no Decreto n.6.040/07, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Por este motivo, em alguns casos, mesmo quando caracterizada a população tradicional e delimitado seu território, essas pessoas são obrigadas a deslocar sua moradia, suas tradições e seus conhecimentos acerca da biodiversidade local para outra área, esta forma de migração acaba por afetar a conservação da biodiversidade do local deixado, e também da localidade para qual se deslocou a população tradicional. Deve ser considerado também que em muitos casos esta migração forçada está intimamente relacionada ao interesse econômico, portanto, é necessário não só demonstrar como as populações tradicionais atuam na preservação da biodiversidade, mas também apresentar formas de salvaguardar a biodiversidade e essas populações. Para tanto o presente trabalho restou dividido em três tópicos, o primeiro definirá com base no Decreto n.6.040/07, quais os grupos populacionais podem ser definidos como “população tradicional”, no segundo momento será apresentado quais áreas podem ser definidas como “territórios tradicionais”, e quais as situações legais que autorizam o deslocamento dessas populações tradicionais para fora de seus territórios originários, no terceiro tópico serão apresentados os motivos pelo qual esse deslocamento populacional afeta a biodiversidade, apresentando-se logo em seguida as possíveis soluções para esta problemática. Na fase de investigação utilizou-se o Método Indutivo, o Cartesiano, e a lógica Indutiva. Nas fases da Pesquisa, utilizou-se a Técnica do Referente, da Categoria, do Conceito Operacional e da Pesquisa Bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Populações tradicionais; proteção; biodiversidade; deslocamento.

ABSTRACT: *Ensuring the presence of traditional populations in their original areas in order to protect biodiversity is a current and relevant issue, not only by the difficulty in establishing which communities fit into the concept of traditional populations, and which areas can be defined as traditional territories, even though these concepts are already positivized in Decree n.6.040 / 07, which established the National Policy for the Sustainable Development of Traditional Peoples and Communities. For this*

reason, in some cases, even when characterized the traditional and limited population its territory, these people are forced to move their house, their traditions and their knowledge of local biodiversity to another area, this form of migration affect the conservation Biodiversity left the site, and also the location for which has shifted the traditional population. It should also be considered that in many cases this forced migration is closely related to economic interests, therefore it is necessary not only demonstrate how the traditional communities work in preserving biodiversity, but also provide ways to safeguard biodiversity and these populations. To this end the present work has been divided into three topics, the first will define based on Decree n.6.040 / 07, which population groups can be defined how "traditional populations", the second time will be presented which areas can be defined as "territories traditional" and what legal situations that allow the displacement of these traditional peoples out of their territories originating in the third topic will present the reasons why this displacement affects biodiversity, appearing soon after the possible solutions to this problem. For the research used the inductive method, Cartesian, and inductive logic. The phases of the research, we used the technique of the Referent, Category, Operational Concept and bibliographical research.

KEYWORDS: *Traditional populations; protection; biodiversity; displacement.*

DESTERRITORIALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS LITÚRGICOS AFRO-RELIGIOSOS NAS CIDADES: UMA REFLEXÃO SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL AFRO-BRASILEIRO E POLÍTICAS PÚBLICAS PROTETIVAS

DETERRITORIALIZATION OF AFRO-RELIGIOUS LITURGICAL SPACES IN CITIES: A REFLECTION ON CULTURAL AFRO-BRAZILIAN HERITAGE AND PROTECTIVE PUBLIC POLICY

Kellen Josephine Muniz de Lima
Luíz Ricardo Santana de Araújo Júnior
Renata Mendonça Moraes Barbosa Marins

RESUMO: As religiões afro-brasileiras guardam intrínseca relação entre o homem e a natureza, apresentando diversos rituais que utilizam a paisagem natural como local de culto. Outrora, esse espaço se apresentava inserido nos limites territoriais dos terreiros, sendo denominado “espaço mato”, coexistindo com o “espaço urbano”. No entanto, em decorrência do adensamento urbano, tem ocorrido um contínuo processo de desterritorialização dos espaços litúrgicos afroreligiosos, demandando assim, sua ressignificação, caracterizada pela busca dos espaços verdes remanescentes das cidades com vistas à continuidade de tais práticas. Contudo, o uso histórico desses espaços vem sendo ameaçado pelo dito “racismo ambiental”, consubstanciado pela proibição imposta pelo poder público quanto ao uso litúrgico de espaços naturais de preservação, o que configura uma ameaça ao futuro dessas práticas religiosas em decorrência da sobrevalorização da preservação do meio ambiente. Neste sentido, o presente trabalho busca analisar o impacto decorrente da prática de racismo ambiental sobre os cultos religiosos afro-brasileiros e identificar políticas públicas capazes de conciliar a preservação

ambiental e a preservação da manifestação cultural afro-brasileira. Conclui-se que o confronto existente entre duas concepções aparentemente antagônicas: ambientalismo ortodoxo x multiculturalismo, pode efetivamente ser superado a partir da manutenção de um diálogo com vistas a conciliar os interesses das duas vertentes. Tal harmonização pode ser obtida através de instrumentos jurídicos já existentes no direito brasileiro, a exemplo do Estatuto da Cidade e do Decreto Federal 3.551/00.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo ambiental; Religiões de Matriz Africana; Ambientalismo. Multiculturalismo; Urbanização.

ABSTRACT: *Afro-Brazilian religions hold intrinsic relationship between man and nature with many rituals that use the natural landscape as a place of worship. Once, much of this space presented itself inserted within the territorial limits of the shrines, being called "bush space", coexisting with the "urban space". However, due to the urban condensation, there has been a continuous deterritorialization process of afro-religious liturgical spaces, requesting thus, their reframing, characterized by the search for remaining green areas in cities that aims the permanence of such practices. However, the historical use of these spaces is being threatened by the so-called "environmental racism", embodied by the interdiction imposed by the government on the liturgical usage of preservation areas, which constitutes a threat to the future of these religious practices due to the overvaluation environmental preservation. In this sense, this paper analyzes the impact of the environmental racism on the African-Brazilian religious cults and identify public policies to conciliate environmental conservation and the preservation of African-Brazilian cultural manifestation. It is concluded that the existing confrontation between two apparently antagonistic conceptions: Orthodox x multiculturalism environmentalism, can effectively be overcome starting from the dialogue that is able to reconcile the interests of these two aspects. Such harmonization can be achieved through existing legal instruments in Brazilian law, the example of the City Statute and the Federal Decree 3.551/00.*

KEYWORDS: *Environmental Racism; African Origin of Religions; Environmentalism; Multiculturalism; Urbanization.*

DO DESENVOLVIMENTO BIOTECNOLÓGICO E O CUIDADO DA BIODIVERSIDADE: DO INTERESSE ECONÔMICO À PROTEÇÃO DO BEM COMUM – UMA ANÁLISE DO ACESSO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO DO PAÍS A PARTIR DA LEI Nº 13.123/2015

THE BIOTECHNOLOGICAL DEVELOPMENT AND THE CONCERN ABOUT BIODIVERSITY: FROM THE ECONOMIC INTEREST TO THE PROTECTION OF THE COMMON GOOD – AN ANALYSIS OF THE ACCESS TO GENETIC HERITAGE OF THE COUNTRY FROM THE PERSPECTIVE OF THE LAW NO. 13123/2015

Rudinei Jose Ortigara

RESUMO: A partir dos anos de 1980 se intensificou no mundo a pesquisa e o desenvolvimento biotecnológicos, especialmente para finalidades comerciais. Como fundamento estava a manipulação e apropriação genética da biodiversidade para interesses privados, transformando-a em propriedade. Verifica-se que este movimento faz parte e acompanha a dinâmica do capitalismo avançado, para o qual até mesmo a vida pode ser transformada em propriedade privada e em mercadoria, potencializando o lucro. Verificando a necessidade de regulamentação ao acesso do patrimônio genético, associado aos povos tradicionais, surgiram legislações como a Convenção sobre Diversidade Biológica, a nível internacional, da qual o Brasil é signatário, e, mais recentemente em solo nacional, a lei n.º 13.123/2015. Ambos os instrumentos reconhecem o patrimônio genético como bem de natureza coletiva (como o art. 10, § 1º da lei n.º 13.123/2015), porém, passível de acesso por entes privados; mas o acesso ao patrimônio genético para exploração econômica tem como condicionante a necessidade de repartição dos benefícios oriundos do acesso com as populações tradicionais (art. 19). A tônica está na verificação de se a legislação concede uma repartição justa e equitativa dos benefícios; embora haja avanço na preocupação da proteção ao patrimônio genético e biodiversidade, ligados neste os conhecimentos dos povos tradicionais, verifica-se que a tônica ainda permanece na esfera do interesse privado, como as brechas relativas ao consentimento. A sobreposição da atividade econômica pode trazer riscos tanto à biodiversidade quanto às comunidades tradicionais exploradas. Isto não significa negar o acesso ao patrimônio genético, mas de que o desenvolvimento biotecnológico, a efetivação da intenção da lei n.º 13.123/2015, deve cuidar e priorizar os interesses na natureza coletiva da biodiversidade e do patrimônio genético, e da comunidade tradicional, sobre os interesses econômicos, e não o inverso. O acesso ao patrimônio genético deve efetivar, portanto, o objetivo da cooperação sustentável e divisão dos benefícios para a preservação da biodiversidade e das comunidades tradicionais, associando os aspectos econômicos com os sociais, colocando-se acima do interesse particular (econômico) a manutenção do bem comum e coletivo, ou seja, a proteção da diversidade biológica e do patrimônio genético.

PALAVRAS-CHAVE: Acesso ao patrimônio genético; biodiversidade; desenvolvimento biotecnológico; bens coletivos; populações tradicionais.

ABSTRACT: Since 1980, there has been a great increase in biotechnological research and development, mainly for commercial purposes, grounded on genetic manipulation and appropriation of biodiversity for private interests, transforming it into property. It has been observed that this movement is part of and keeps pace with the dynamics of the advanced capitalism, which claims that even life may be transformed into private property and private good, leveraging profit. In order to regulate the access to genetic heritage, associated with the traditional peoples, legislations have been proposed, such as the Convention on Biological Diversity, at global level, to which Brazil is a signatory, and more recently, at national level, the Law No. 13123/2015. Both instruments acknowledge the genetic heritage as a good of collective nature (Art.10, § 1st of Law 13.123/2015), although accessible by private entities. Nevertheless, access to genetic heritage with the objective of economic exploitation depends on the need of sharing the benefits accrued from this access with the traditional populations (art. 19). The dominant issue lies in whether the

legislation offers a fair and equitable share of the benefits. Although there have been advancements regarding the protection of the genetic heritage and biodiversity, including the knowledge of the traditional peoples, private interest is still the dominant approach, as exemplified by the gaps related to the legal consent by the traditional peoples. Additionally, the economic activity may offer risks to both biodiversity and the exploited traditional communities. This does not mean overlooking the access to genetic heritage, but it implies that the biotechnological development and the regulations established by Law No. 13.123/2015 must deal with and prioritize the interests in the collective nature of biodiversity and genetic heritage, and of the traditional community, over the economic interest, and not the opposite. Hence, the access to genetic heritage must provide sustainable cooperation and sharing of benefits for the preservation of biodiversity and traditional communities, associating the economic aspects with the social ones, and placing the common and collective goods over the private (economic) interests.

KEYWORDS: *Access to genetic heritage; biodiversity; biotechnological development; collective collective/public goods; traditional populations.*

É PARQUE, MAS NEM TÃO PARQUE ASSIM: REPRESENTAÇÕES ACERCA DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DO CIPÓ

IS PARK, BUT NOT AS WELL PARK: REPRESENTATIONS ABOUT THE SERRA DO CIPÓ NATIONAL PARK

Leonardo Vasconcelos de Souza

RESUMO: A prática de cercar territórios baseando-se em seus aspectos naturais é percebida desde o século XVII, mas ganhou novos significados na virada dos séculos XIX e XX quando ocorreram mudanças nos processos de transformação humana do espaço, sobretudo referentes à produção industrial. A relação homem/natureza também foi se transformando e surgiram preocupações quanto à manutenção dos aspectos naturais dos territórios, desencadeando a criação de políticas de conservação. A política de conservação brasileira foi criada unindo-se ideais conservacionistas e preservacionistas, duas linhas de pensamento que, em muitos casos, são tratadas como conflitantes. No caso brasileiro, percebe-se que a política de conservação envolve interesses baseados em diferentes ideais de conservação que geram diferentes uso dos territórios que se almeja conservar. Esse estudo teve como objetivo identificar a representação de moradores locais e funcionários do Parque Nacional da Serra do Cipó sobre o conflito entre a população local e a área protegida, identificando assim a representação desses atores sobre o que é um parque. Tais representações foram colhidas através de metodologias qualitativas que incluíram: realização de grupos focais e entrevistas com base em roteiros semiestruturados onde se objetivou captar a história de vida dos entrevistados; observação participante, realizada tanto através do convívio com os moradores, quanto durante estágio realizado no Parque. Como resultado, são apontados paradoxos entre a concepção legal e a aplicação prática do modelo brasileiro de parque. Já que a definição do que são nossos parques não é

consensual dentre os sujeitos da pesquisa, o Parque Nacional da Serra do Cipó é interpretado como um território onde se desenrolam diferentes conflitos, sobretudo o conflito ideológico acerca da própria ideia do que seja “parque”. Essas diferentes formas de se perceber o Parque Nacional da Serra do Cipó refletem as diferentes formas de se compreender e implantar práticas de conservação da biodiversidade no Brasil, o que, por sua vez, refletem as diferentes representações do ser humano sobre o conceito de natureza e de seus diferentes modos de se relacionar com o ambiente do qual faz parte.

PALAVRAS-CHAVE: Parque Nacional da Serra do Cipó; Conflitos socioambientais; Relação homem/natureza.

ABSTRACT: *The practice to encircle territories and to assign them specific uses gained new meanings at the turn of the nineteenth and twentieth centuries, when there were major changes in human space transformation processes. This new relationship man/nature brought concerns about environmental conservation, which made necessary the creation of conservation policies. It is noticed that the Brazilian conservation policy involves interests based on different ideals of conservation that generate distinct territorial uses. This study aimed to identify the representation of Serra do Cipó National Park's local residents and staff about what the conflict between the local population and the protected area, identifying these peoples' representation about what is a "park". Such representations were collected through qualitative methodologies that included; conducting focus groups and semi-structured interviews, which aimed to capture the life story of the interviewees; participant observation, performed through the conviviality with residents and during an internship at the Park. As a result, are pointed out certain paradoxes between the ideological conception and the practical application of the Brazilian park model; the Serra do Cipó National Park is interpreted as a territory where unfold different conflicts, especially the ideological conflict about the idea of what is a "park". These different ways of perceiving the Serra do Cipó National Park reflect the different ways to understand and implement biodiversity conservation practices in Brazil, which, in turn, reflect the different representations of human beings about the concept of nature and their different ways of relating to the environment to which it belongs.*

KEYWORDS: Serra do Cipó National Park; Environmental conflicts; Relation man/nature.

GENEALOGIA LEGAL DE UM ETNOCÍDIO: A NOVA LEI DE ACESSO E SUAS INFLUÊNCIAS SOBRE A AUTONOMIA DOS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS SOBRE A BIODIVERSIDADE LOCAL E SEUS TERRITÓRIOS

LEGAL GENEALOGY OF ETHNOCIDE: THE NEW ACCESS LAW AND ITS INFLUENCE ON THE AUTONOMY OF INDIGENOUS PEOPLES AND TRADITIONAL COMMUNITIES ON LOCAL BIODIVERSITY AND ITS TERRITORIES

RESUMO: Este trabalho analisa o panorama global em que os direitos de propriedade sobre a biodiversidade surgiram, sua influência sobre as instituições dos países em desenvolvimento e criação das primeiras leis que regulamentam o tema em âmbito nacional e a recente “Lei de Acesso”, Lei nº 13.123 de Maio de 2015, que passa a regulamentar o inciso II do §1º e o §4º do art. 225 da Constituição Federal, o art. 1º, a alínea “j” do art. 8º, a alínea “c” do art. 10, o art. 15 e os §§ 3º e 4º do art. 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica; dispendo sobre o acesso a recursos genéticos, proteção e acesso ao conhecimento tradicional associado e a repartição de benefícios para a conservação e uso sustentável da biodiversidade revogando a Medida Provisória nº 2.186-16/01, que até o momento tratava da matéria. A proposição originária da referida Lei, Projeto de Lei 7735/14, passou pelas Câmaras do Congresso Nacional à revelia dos princípios fundamentais que regem constitucionalmente o Estado Democrático de Direito brasileiro (Constituição da República Federativa do Brasil, art.1º, incisos e parágrafo único), violando os direitos assegurados pela Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB, art. 8, e líneas), vigente no Brasil desde 1994, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (art. 6º, inciso I, alíneas “a”, “b”, “c”, inciso II), em vigor no Brasil desde 2003, contrariando o Decreto nº 6.040/07 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, aprovada em 2007. A análise apresenta as influências de tal marco legal sobre a autonomia dos povos indígenas e comunidades tradicionais sobre a biodiversidade presente em seus territórios, bem como aponta possíveis focos de incidência legislativa para o período de regulamentação da Lei que segue.

PALAVRAS-CHAVE: Biodiversidade; Lei nº13.123/15; povos indígenas e comunidades tradicionais.

ABSTRACT: *This paper analyzes the overall picture in which property rights on biodiversity emerged, their influence on institutions in developing countries and creation of the first laws regulating the issue at the Brazil and the recent "Access Act", Law No. 13123 of May 2015, which shall regulate the item II of Paragraph 1 and paragraph 4 of art. 225 of the Federal Constitution, art. 1, letter "j" of art. 8, letter "c" of art. 10, art. 15 and §§ 3 and 4 of the art. 16 of the Convention on Biological Diversity; providing for access to genetic resources, protection and access to associated traditional knowledge and benefit sharing for the conservation and sustainable use of biodiversity revoking Provisional Measure No. 2186-16 / 01, which has so far dealt with the matter. The original proposal of the said Act, Bill 7735/14, passed by the Chambers of the National Congress by default the fundamental principles governing the constitutionally democratic state of Brazilian law (Constitution of the Federative Republic of Brazil, art.1 °, paragraphs and paragraph single), violating the rights guaranteed by the Convention on Biological Diversity (CBD, art. 8, and linear), in force in Brazil since 1994, Convention 169 of the International Labour Organization (art. 6, item I, letters "a" , "b", "c", II), in force in Brazil since 2003, contrary to Decree No. 6.040 / 07 establishing the National Policy for the Sustainable Development of Traditional Peoples and Communities and the Declaration of the United Nations on the Rights of Indigenous Peoples, adopted in 2007. The analysis shows the influence of such a legal framework on the autonomy*

of indigenous peoples and traditional communities over the biodiversity within their territories, and points to possible legislative focus of incident for the following regulatory period of the Law.

KEYWORDS: *Biodiversity; Law No. 13,123 / 15; indigenous peoples and traditional communities.*

O CASO BELO MONTE: ENTRE ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E CONVENCIONAIS

THE CASE BELO MONTE: BETWEEN CONSTITUTIONAL AND CONVENTIONAL ASPECTS

Nayara Mota Costa
Fernando César Costa Xavier

RESUMO: A polêmica relativa à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte mantém-se acesa, tanto no âmbito brasileiro quanto no internacional, seja em relação à constitucionalidade dos procedimentos adotados pelo governo brasileiro, seja pela convencionalidade dos direitos das comunidades indígenas que estariam sendo violados. Primeiramente, diz-se que as obras de Belo Monte, no rio Xingu, no Estado do Pará, serão construídas em área definida pela Portaria n. 9/2007, do Ministério do Meio Ambiente, como de importância biológica extremamente alta, dada a presença exclusiva de populações de animais nativos. Além disso, de acordo com a entidade "Movimento Xingu Vivo Para Sempre", as obras afetarão aproximadamente 40 povos indígenas (cerca de 25 mil índios, incluindo comunidades em isolamento voluntário), implicando, inclusive, o deslocamento de pelo menos 40.000 pessoas, entre ribeirinhos, agricultores e extrativistas. Alega-se que não houve a oitiva das populações indígenas que serão afetadas, em desacordo com a Constituição Federal, a *Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas* e da Convenção 169 da OIT. Há, portanto, o fundado temor de que esse complexo hidrelétrico ocasione impactos irremediáveis no meio ambiente, na economia familiar local e na integridade cultural e física das comunidades indígenas. Ante a iminência de violação de direitos humanos, foi encaminhada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, ainda em 2011, uma petição contra o Estado brasileiro, que exigirá que o órgão se manifeste em relação a uma das questões mais delicadas no sistema interamericano hoje; segundo Emilio Álvarez Icaza, secretário executivo da CIDH, "todos os países têm seu Belo Monte", assim o julgamento do caso possibilita gerar jurisprudência no âmbito da OEA. Este artigo pretende analisar as questões constitucionais e convencionais que envolvem o caso Belo Monte, e não apenas aquelas relacionadas a direitos civis e políticos, mas também a direitos econômicos, sociais e culturais.

PALAVRAS-CHAVE: Usina Hidrelétrica de Belo Monte; Direitos Ambientais; Direitos Indígenas.

ABSTRACT: The controversy concerning the construction of the Belo Monte Hydroelectric Plant remains on both Brazilian and international framework, whether in relation to the constitutionality of the procedures adopted by Brazilian government, or by the conventionality of the rights of indigenous communities that were being violated. First, it is said that the construction of Belo Monte on the Xingu River in Para State, will be built in an area defined by Decree n. 9/2007, the Ministry of Environment as extremely high biological importance, due exclusive presence of native animal populations. In addition, according to the entity "Movimento Xingu Vivo Para Sempre", the construction works will affect approximately 40 indigenous people (about 25,000 Indians, including communities in voluntary isolation), implying even the displacement of at least 40,000 people, including locals, farmers and gatherers. It is claimed that there was no hearing of indigenous peoples who will be affected, in violation of the Federal Constitution, UN Declaration on the Rights Indigenous Peoples and ILO Convention 169. Therefore, there is a justified fear that this hydroelectric complex might cause irreparable damages on the environment, on local family economy and cultural and physical integrity of indigenous communities. In the face of imminent human rights' violation, it was referred to the Inter-American Commission of the OAS Human Rights, in 2011, a petition against Brazilian State, which will require the body to manifest in relation to one of the most sensitive issues in nowadays inter-American system; According to Emilio Álvarez Icaza, Executive Secretary of the IACHR, "every country has its Belo Monte". So the trial of this case makes it possible to generate jurisprudence within the OAS. This article analyzes the constitutional and conventional issues surrounding Belo Monte case, not just those related to civil and political rights, but also economic, social and cultural ones.

KEYWORDS: Belo Monte Dam; Environmental Rights; Indigenous Rights.

O CONHECIMENTO TRADICIONAL E O NOVO MARCO DA BIODIVERSIDADE

THE TRADITIONAL KNOWLEDGE AND THE NEW MARK OF BIODIVERSITY

João Vítor Ladeira Chornobai

RESUMO: Um dos temas abordados pela lei 13.123, o Novo Marco da Biodiversidade, é o conhecimento tradicional associado, um conhecimento resultante da relação estabelecida entre determinada população tradicional e a biodiversidade existente no território ocupado por ela. Entretanto, a forma utilizada pela lei para conceituá-lo e o tratamento jurídico atribuído a ele se mostra passível de inúmeras discussões teóricas. Sua redação não é precisa quanto à definição da natureza jurídica deste instituto, podendo causar confusão ao seu intérprete, quando analisada por ele. Portanto, é necessário entender, em um primeiro momento, quais são as categorias às quais procura se submeter o conhecimento tradicional associado, para só então buscar qual delas deve ser entendida como sua verdadeira natureza jurídica e, em seguida, poder determinar qual é o posicionamento adotado pela nova lei no que diz respeito ao tema. Esta discussão é extremamente relevante, uma vez que define a titularidade do direito que incide sobre ele e, consequentemente, de que forma o titular pode, ou não, dispor do mesmo, refletindo

diretamente no direito das populações tradicionais. A questão estabelece-se, basicamente, sobre a busca por atribuir ao conhecimento tradicional o título de propriedade ou patrimônio. No entanto não se busca imputar a ele os conceitos clássicos de patrimônio e propriedade, mas um conceito fundado na compreensão dos direitos difusos, sendo necessário, para tanto, transpor as barreiras estabelecidas pelo sistema jurídico nacional. A dificuldade se encontra, principalmente, na resistência que o nosso ordenamento oferece em admitir conceitos que não reflitam valores economicamente palpáveis. Determinar o conhecimento tradicional associado como sendo uma propriedade ou patrimônio, em suas concepções clássicas, seria o mesmo que dizer que alguém possui titularidade sobre ele e que, portanto, pode dispor do mesmo da maneira que melhor lhe servir, o que não seria admissível. O conhecimento tradicional é um direito intelectual e difuso, devendo, portanto, ser entendido como um patrimônio de titularidade difusa, o que não se observa no modelo proposto pelo Novo Marco da Biodiversidade que, equivocadamente, busca a valoração econômica deste instituto e expõe as populações tradicionais, detentoras deste conhecimento, a uma exploração disfarçada e institucionalizada.

PALAVRAS-CHAVE: Biodiversidade; direitos difusos; populações tradicionais.

ABSTRACT: *One of the themes addressed by the law 13.123, the New Mark of Biodiversity, is the traditional knowledge, which is the result of the relationship between a traditional population and the biodiversity of the territory occupied by it. However, the way that was chosen by the law to conceptualize it, and the legal treatment that was given to it, seems to be liable of many theoretical discussions. Its text isn't accurate as the definition of the legal nature of this institute, which is able to cause confusions on its interpreter, when he tries to analyze it. Therefore, to begin, is required to understand what are the categories which the legislation tries to frame the traditional knowledge and then it'll be possible to looking for its real legal nature, and after that we'll be able to determine what is the position chosen by legislator about the theme. This discussion is extremely relevant, since it's responsible by the definition of its ownership and, consequently, by define how its holder will be able to dispose of it, what is directly related to the traditional populations. This point is based in the allocation to the traditional knowledge, property or patrimony. However, we don't try to attribute the classical concepts of patrimony or property, but a concept which is founded in the comprehension of the diffuse rights, being necessary to overcome the barriers imposed by the national legal system. The difficulty is, mainly, the resistance of our system to accept concepts which don't have economic value. The classification of the traditional knowledge in property or patrimony, in their classic conceptions, would be the same that define the ownership of it to somebody, meaning that this person would be able to afford it how it wants. The traditional knowledge is an intellectual and diffuse right, needing to be understood like a patrimony of diffuse ownership, what isn't observed by the New Mark of Biodiversity, that looks for the economic valuation of this institute and expose the traditional populations to an covert and institutionalized exploitation.*

KEYWORDS: Biodiversity, diffuse rights, traditional populations.

O CONSELHO GESTOR DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE EFETIVAÇÃO DO SNUC

LE CONSEIL DE GESTION DE L'UNITÉ DE CONSERVATION COMME UNE STRATÉGIE POUR LA RÉALISATION DE L'SNUC

Carla Jeane Helfemsteller Coelho Dornelles

Ilzver de Matos Oliveira

Liziane Paixão Silva Oliveira

RESUMO: A Mata Atlântica brasileira abriga uma grande quantidade de espécies e taxas de endemismo, todavia este ecossistema encontra-se ameaçado. Para conter os impactos e a extinção de espécies foi instituído no Brasil o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), que protege cerca de 1,5 milhão de quilômetros quadrados do território brasileiro e integram, sob o mesmo marco legal, áreas protegidas federais, estaduais, municipais e particulares. A participação e o controle social são meios para que os órgãos executores do SNUC aumentem o grau de efetivação de suas ações que está diretamente relacionada ao grau de inserção dos atores sociais na formulação e execução das ações ambientais. Isto torna a participação social o principal mecanismo para efetivar a conservação e restauração da Mata Atlântica, operacionalizada através de duas proposições do SNUC: a consulta pública para a criação das Unidades de Conservação, e os Conselhos de Gestão das Unidades já criadas. Dos 17 Estados da Mata Atlântica, Sergipe é um dos nove que apresentaram desmatamento menor do que 100 ha aproximando-se da meta do desmatamento zero. Este dado justifica o presente artigo que se propõe a descrever o processo de constituição dos Conselhos Gestores das quatro Unidades de Conservação no Estado a fim de: informar acerca do trabalho desenvolvido pelos Conselhos criados e explicitar a importância da formação e consolidação de novos Conselhos como essenciais na proteção deste ecossistema e sua biodiversidade.

PALAVRAS-CHAVE: Mata Atlântica; Conselho Gestor; Participação social; SNUC.

RESUMÉ: La forêt atlantique brésilienne abrite un des plus importants taux d'espèces endémiques au monde. Afin de protéger cet écosystème, le Brésil a créé le système national d'unité de conservation de la nature (SNUC) qui protège environ 1,5 million de kilomètres carrés et intègre, dans un cadre juridique, les zones municipales, fédérales, étatiques et privées protégées. La participation et le contrôle social sont des moyens pour les organes exécutifs du SNUC d'augmenter le taux d'efficacité de leurs actions qui sont directement liées au degré d'intégration des acteurs sociaux dans la conception et l'exécution des actions environnementales. La participation sociale devient le principal outil pour améliorer et restaurer la forêt Atlantique au travers de deux proposition du SNUC: une consultation publique pour la création d'Unités de conservation, et les Conseils de gestion pour les unités déjà créés. Parmi les 17 États de la forêt Atlantique, Sergipe fait partie des 9 États qui affichent une déforestation inférieure à 100 ha, se rapprochant ainsi de l'objectif de déforestation zéro. Cette donnée justifie le présent article, qui décrit le processus de constitution du Conseil de gestion des quatre unités de conservation de l'État afin de: 1) consolider les conseils créés et 2) informer sur les nécessités de poursuivre la

formation de nouveaux conseils. Cette étude confirme l'importance du rôle des conseils pour la préservation de la forêt Atlantique et de sa biodiversité.

MOTS-CLÉS: *Forêt Atlantique; Conseil de gestion; La participation sociale; SNUC.*

PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS NA GESTÃO SOCIOAMBIENTAL DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: UMA LEITURA ECOFEMINISTA

PARTICIPATION OF TRADITIONAL COMMUNITIES IN THE SOCIO-ENVIRONMENTAL MANAGEMENT OF CONSERVATION UNITS: AN ECOFEMINIST READING

Camila Damasceno de Andrade
Honácio Braga de Araújo

RESUMO: Este trabalho se propõe a discutir a gestão socioambiental das unidades de conservação (UCs) em correlação com o tema do ecofeminismo e da participação das comunidades tradicionais que nelas residem. Considerando que relações complexas de poder são responsáveis por subjugar e degradar a natureza, o ecofeminismo – ao adicionar as categorias gênero e sexualidade à análise desses eixos de poder – observa que há estreito vínculo entre a inferiorização feminina e a condição marginal a que a natureza é submetida. Destarte, o ecofeminismo tem a pretensão de relacionar a opressão de gênero com a opressão da natureza, ressaltando que os conceitos de gênero e natureza são moldados socialmente, constituindo importantes pilares simbólicos para a sustentação das modernas significações de poder. A natureza subjugada, portanto, passa a ser concebida como resultado de um sistema de relações sociais que transforma a sua materialidade em um produto da atividade humana, enquanto que o gênero faz referência à construção cultural do feminino e do masculino por meio de processos de socialização que formam as subjetividades. A partir desses pressupostos, o escopo desta pesquisa é centrado na relevância do pensamento ecofeminista para uma participação popular consciente e crítica, correlacionando-o com a tentativa de viabilizar a democracia ambiental no âmbito das UCs. Utilizando-se do método sistêmico, busca-se uma visão integrada das problemáticas da questão ambiental e de gênero, em especial, das necessidades das comunidades tradicionais no que se refere à gestão participativa das UCs. O objetivo das UCs é garantir a integridade da biodiversidade sem ignorar as necessidades de grupos sociais que fazem uso sustentável de recursos naturais. Os grupos sociais são parte integrante da preservação dos recursos naturais e não podem ser ignorados ou vistos como inimigos das áreas protegidas. Ao contrário, os grupos sociais devem ser incorporados à procura de alternativas socioeconômicas que possam garantir tanto a sobrevivência humana quanto a preservação da biodiversidade, em um processo de parceria. Logo, um diálogo entre informações científicas e conhecimentos tradicionais é necessário para o aprimoramento das medidas de proteção da

biodiversidade e de redução das desigualdades, não apenas aquelas de caráter socioeconômico, mas também de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidades tradicionais; ecofeminismo; gênero; natureza; unidades de conservação.

ABSTRACT: *This paper aims to discuss the socio-environmental management of conservation units in connection with the theme of ecofeminism and participation of traditional communities that live in these protected areas. Whereas complex power relations are responsible for subjugate and degrade nature, ecofeminism – adding the categories gender and sexuality to the analysis of these axes of power – notes that there is a close link between the degradation of women and the marginal condition to which nature is submitted. Thus, ecofeminism purports to relate gender oppression to the oppression of nature, emphasizing that gender and nature concepts are shaped socially, constituting important symbolic pillars to support the modern meanings of power. The subdued nature, therefore, can be conceived as a result of a system of social relationships that transform their materiality into a product of human activity, while gender refers to the cultural construction of female and male genders through socialization processes that establish subjectivities. From these assumptions, the scope of this research is focused on the importance of ecofeminist thought for a conscious and critical popular participation, correlating it with the attempt to facilitate environmental democracy under conservation units. Using the systemic method, it seeks an integrated view of environmental and gender issues, in particular the needs of traditional communities with regard to participatory management of conservation units. The goal of conservation units is to ensure the integrity of biodiversity without ignoring the needs of social groups that make sustainable use of natural resources. Social groups are an integrating part of the preservation of natural resources, and they cannot be ignored or seen as enemies of protected areas. On the contrary, social groups should be incorporated in the search of socioeconomic alternatives that could guarantee both human survival and biodiversity preservation, in a partnership process. So a dialogue between scientific information and traditional knowledge is required for the improvement of the protection means of biodiversity and the reduction of inequalities, not only those of socioeconomic character, but also those of gender character.*

KEYWORDS: Traditional communities; ecofeminism; gender; nature; protected areas.

POPULAÇÕES TRADICIONAIS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL: UM DIÁLOGO POSSÍVEL

TRADITIONAL POPULATIONS AND INTEGRAL PROTECTION CONSERVATION UNITS: A POSSIBLE DIALOGUE

Belisa Bettega da Rosa
Eduarda Muccini
Gabrielle Assunção Fachinelli

RESUMO: A permanência de populações tradicionais em unidades de conservação em que o uso direto de seus recursos não é permitido é uma problemática existente em todo o território nacional. Nesse sentido, importante questionar até que ponto essa permanência é um entrave e não uma relação simbiótica na manutenção adequada da conservação das Unidades e nas perspectivas de futuro dessas comunidades. Isso posto, o presente artigo visa discutir as disputas por direitos decorrentes da afetação da permanência de populações tradicionais em unidades de conservação de uso integral, bem como contrapor o Artigo 42 da Lei n. 9.985/2000 à Convenção 169 da OIT, articulada às outras legislações reconhecidas pelo ordenamento brasileiro, a fim de questionar a interpretação que vem sendo feita do dispositivo, e visando uma leitura mais dialógica e conciliatória. O artigo conta com três momentos, o inicial de introdução à temática, abrangendo o conceito de unidades de conservação e populações tradicionais e o segundo integrador, defendendo a compatibilização da conservação e a permanência das populações. Por fim, para ilustrar essa discussão, destacando-se a atuação do Ministério Público Federal, relata-se o andamento da Ação Civil Pública n. 5000189-75.2014.404.7008, a qual foi ajuizada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade com o intento de retirar a Comunidade Indígena Guarani Tekoa Kuaray Haxa da Reserva Biológica Bom Jesus. A ação tem especial interesse pois ilustra o entendimento, nesta ação defendido pelo MPF, de que é possível assegurar, concomitantemente, a proteção ambiental da Reserva e o respeito aos direitos da Comunidade Indígena. O método de abordagem utilizado foi o dedutivo e o método de procedimento foi o monográfico, com técnica de pesquisa bibliográfica e documental, nos principais autores acerca do tema, bem como na legislação pátria e também o estudo da ACP supracitada. A pesquisa caminha em direção a uma percepção das comunidades tradicionais como aliados na conservação desses espaços, fornecendo um método alternativo na resolução dos conflitos acerca do tema, qual seja, compatibilizar a permanência de populações tradicionais a áreas de proteção integral, visando superar as dicotomias estabelecidas nesse debate e assegurar os direitos socioambientais.

PALAVRAS-CHAVE: Biodiversidade, Sistema Nacional de Unidades de Conservação; Proteção Integral; Comunidades Tradicionais.

ABSTRACT: *The permanence of traditional populations in protected areas where the direct use of its resources is not allowed is an existing problem throughout the national territory. In this regard, an important question to what extent this permanence is an obstacle and not a symbiotic relationship in the proper maintenance of conservation units and in the future prospects of these communities. That said, this article aims to discuss the disputes arising from the allocation of the rights of traditional populations remain in full use protected areas, as well as counter the Article 42 of Law n. 9985/2000 to the ILO Convention 169, and combined with other laws recognized by the Brazilian legal system, in order to question the interpretation that has been made of the device, and for a more dialogic and conciliatory reading. The article has three times the initial introduction to the subject, covering the concept of protected areas and traditional populations and the second integrator, defending the compatibility of conservation and permanence of populations. Finally, to illustrate this discussion, highlighting the role of the Federal Public Ministry, report the progress of the Public Civil Action No. 5000189-*

75.2014.404.7008, which was filed by the Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation with the intent of removing the indigenous Guarani community Tekoa Kuaray Haxa Biological Reserve Bom Jesus. The action is of special interest because it illustrates the understanding, this action advocated by the MPF, that is possible to ensure the same time the environmental protection of the reserve and respect for the rights of the indigenous community. The approach method used was deductive method and the procedure was the monographic with literature and technical documentation, the lead authors on the subject, as well as in Brazilian legislation and also the study of the abovementioned ACP. The research goes toward a perception of traditional communities as allies in the conservation of these spaces, providing an alternative method of conflict resolution on the subject, that is, match the permanence of traditional populations to strictly protected areas, aiming to surpass the established dichotomies this debate and ensure the social and environmental rights.

KEYWORDS: Biodiversity; National System of Conservation Unities; Integral Protection; Traditional Communities.

RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TUPÉ EM MANAUS-AMAZONAS: DA GRANDE ESTEIRA DE TALOS DE EMBAÚBA AO FESTIVAL DOS MORCEGOS

RESERVA DE DESARROLLO SOSTENIBLE DEL TUPÉ EN MANAUS-AMAZONAS: DE LA GRAN ESTERA DE TALLOS DE EMBAÚBA AL FESTIVAL DE LOS MURCIELAGOS

André Oliveira da Soledade
Ludy Johanna Prado Mayorga

RESUMO: O objetivo deste trabalho é analisar historicamente a criação e implantação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé – RDS do Tupé em Manaus/Amazonas, sob o enfoque jurídico e social daquela Unidade de Conservação, tendo como base o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, que categorizou, a partir de 2000, estes importantes espaços territoriais como estratégia para a manutenção dos recursos naturais em longo prazo. Visando alcançar o objetivo proposto, fora aplicado o método descritível para se verificar as características do fenômeno estudado, tendo por escopo a coleta de dados de forma bibliográfica, fundamentando-se em dados legislativos e do Conselho Gestor da RDS; além de pesquisa documental retrospectiva e contemporânea. A RDS do Tupé existia como Unidade Ambiental–UNA, desde 1995 e a partir de 2005 passou ao seu status legal atual, tendo a Prefeitura de Manaus como unidade gestora, abrangendo seis comunidades distribuídas em 11,9 mil hectares, com aproximadamente 3 mil habitantes que aliam o conhecimento indígena e caboclo à preservação daquela Unidade, principalmente através das reuniões ordinárias e extraordinárias de seu Conselho Consultivo e Deliberativo. Dessa forma, a RDS do Tupé vem cumprindo com o objetivo nuclear de uma Unidade de Conservação de sua categoria de uso sustentável, onde vivem populações tradicionais que se baseiam em sistemas sustentáveis de exploração de recursos naturais através de visitação pública e

pesquisas científicas, mantendo a origem etimológica do termo Tupé, esteira de talos de embaúba ao atual festival cultural e de biodiversidade dos Morcegos.

PALAVRAS-CHAVE: Biodiversidade; Populações Tradicionais; Unidades de Conservação.

RESUMEN: *El objetivo de este trabajo es analizar históricamente la creación e implementación de la Reserva de Desarrollo Sostenible del Tupé-RDS del Tupé en Manaus/Amazonas, bajo el enfoque jurídico y social de aquella Unidad de Conservación, teniendo como base el Sistema Nacional de Unidades de Conservación-SNUC, que categorizó desde el año 2000 estos importantes espacios territoriales en estrategia para el mantenimiento de los recursos naturales a largo plazo. Con el intuito de alcanzar el objetivo propuesto fue aplicado el método descriptivo para verificar las características del fenómeno estudiado, teniendo como propósito la recolección de datos de forma bibliográfica, fundamentándose en datos legislativos y del Consejo Gestor de la RDS; así como la investigación documental retrospectiva y contemporánea. La RDS del Tupé existía como Unidad Ambiental-UNA, desde 1995 y desde el 2005 tiene su status legal actual, siendo la Prefectura de Manaus la Unidad Gestora, abarcando 6 comunidades distribuidas en 11,9 hectáreas, con 3 mil habitantes aproximadamente que unen el conocimiento indígena y mestizo con la preservación de esa Unidad, principalmente por medio de las reuniones ordinarias y extraordinarias de su Consejo Consultivo y Deliberativo. De esa forma, la RDS del Tupé viene cumpliendo con el objetivo nuclear de una unidad de Conservación de su Categoría de uso sostenible, en la cual viven poblaciones tradicionales que se basan en sistemas sostenibles de explotación de recursos naturales mediante las visitas públicas y la investigación científica, manteniendo el origen etimológico del término Tupé, estera de tallos de embaúba al actual festival cultural y de biodiversidad de los murciélagos.*

PALABRAS-CLAVE: Biodiversidad; Poblaciones Tradicionales; Unidades de Conservación.

RESERVAS EXTRATIVISTAS E PROTEÇÃO DO TERRITÓRIO TRADICIONAL PESQUEIRO: O CASO DA PRAINHA DO CANTO VERDE (CEARÁ)

EXTRACTIVE RESERVES AND THE PROTECTION OF TRADITIONAL FISHING TERRITORY: THE CASE OF PRAINHA DO CANTO VERDE (CEARÁ)

Fernanda Castelo Branco Araujo
Jacqueline Alves Soares

RESUMO: O socioambientalismo resulta da integração de ideias baseadas na necessidade de se realizar a justiça social com as propostas de proteção ambiental que atacaram a noção de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico a partir da década de 1960. Expressam a adoção dessa corrente pela legislação brasileira a previsão das Reservas Extrativistas (RESEX) e das Reservas de Desenvolvimento Sustentável pela Lei do SNUC, áreas protegidas que buscam

dialogar com a diversidade cultural do país. O presente artigo objetiva discutir a RESEX da Prainha do Canto Verde (Beberibe - Ceará), instituída por decreto presidencial de 5 de junho de 2009, para “proteger os meios de vida, a cultura e garantir a utilização e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista [...]” (art. 2º). A referida comunidade é referência na luta socioambiental no estado desde a década de 1980 devido sua resistência à especulação imobiliária e a defesa da pesca artesanal, sobretudo da lagosta. Com o aumento da pesca predatória e a falta de fiscalização, aliados ao desenvolvimento de políticas de turismo de massas e à valorização imobiliária, a comunidade passou a reivindicar a RESEX como meio de garantir seus modos de vida tradicionais. Entretanto, após a formalização da RESEX, que demarcou área de terra e mar, os conflitos socioambientais se intensificaram. A despeito do consenso sobre a necessidade de proteção da área marinha, diretamente ligada à manutenção da atividade da pesca tradicional, a porção continental da RESEX tem sido questionada em sua legalidade e legitimidade por atores sociais mais influenciados pelo poder econômico. Os supostos vícios estariam relacionados à falta de consentimento populacional quanto à porção continental da reserva, dentre outras irregularidades enunciadas em processos administrativos e judiciais. A partir de pesquisa exploratória de cunho qualitativo, apoiando-se em pesquisa bibliográfica, documental e de campo, busca-se responder: a RESEX é de fato o instrumento legal mais adequado para a proteção socioambiental da Prainha do Canto Verde? O ato de criação da RESEX guarda conformidade com as normas constitucionais e infraconstitucionais? E, tendo em vista os fins a que se destina, pode a RESEX prescindir de sua porção continental?.

PALAVRAS-CHAVE: Reserva extrativista; Comunidades tradicionais pesqueiras; Conflitos socioambientais.

ABSTRACT: *Socioenvironmentalism results from the integration of ideas based on the need to achieve social justice with the proposals for environmental protection which attacked the notion of development as synonymous of economic growth since the 1960s. The creation of Extractive Reserves (RESEX) and Sustainable Development Reserves by SNUC Law express the adoption of this current Brazilian law. This article aims to discuss the RESEX of Prainha do Canto Verde (Beberibe - Ceará), established by presidential decree of June 5th, 2009 to "protect livelihoods, culture and ensure the use and conservation of renewable natural resources traditionally used by extractive population [...]" (2nd article). That community is a reference in socio-environmental struggle in the state since the 1980s because of its resistance to property speculation and the defense of artisanal fishing, especially lobster. With the increase in overfishing and lack of surveillance, combined with the development of mass tourism policies and property valuation, the community began to claim RESEX as a way to guarantee their traditional ways of life. However, after its formalization, which demarcated an area that included land and sea, environmental conflicts got intensified. Despite the consensus on the need for protection of the marine area, directly linked to the maintenance of traditional fishing activity, the land portion of RESEX has been questioned in its legality and legitimacy by social actors more influenced by economic power. The alleged defects are related to the lack of population consent to the continental portion creation, among other irregularities raised in administrative and judicial proceedings. From an exploratory research From based on a qualitative approach supported by bibliographical, documentary and field*

research, this study aims to answer: the RESEX is indeed the most appropriate legal instrument for the environmental protection of Prainha do Canto Verde? The act that legally created the RESEX guard accordance with the constitutional and infra-constitutional norms? And, given the purpose for which it is intended, can the RESEX exist without its continental portion?.

KEYWORDS: *Extractive Reserves; Traditional fishing communities; Socio-environmental conflicts.*

SEGURANÇA ALIMENTAR, DIREITO À ALIMENTAÇÃO E POPULAÇÕES TRADICIONAIS: CONTRIBUIÇÕES AGRICULTURA NA PERSPECTIVA DO COSTUME E DA TRADIÇÃO

FOOD SECURITY, RIGTH TO FOOD AND TRADITIONAL POPULATIONS: AGRICULTURE CONTRIBUTIONS IN THE CUSTOM AND TRADITION PERSPECTIVE

Danilo Borges Silva
Cássius Dunck Dalosto

RESUMO: O presente artigo busca discutir as contribuições oferecidas agricultura na perspectiva das populações tradicionais ou comunidades autóctones. Para tanto, primeiramente analisa-se o Direito a uma Alimentação Adequada e o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional. Posteriormente serão apresentados os conceitos de tradição e costume e como essas categorias se relacionam com o chamado “conhecimento tradicional”. Buscar-se-á, também, fazer uma breve análise dos discursos existentes sobre a questão da produção de alimentos, na perspectiva tradicional e não tradicional. Por fim, apresenta-se as efetivas contribuições da agricultura tradicional para a implementação do Direito a uma alimentação adequada e a Segurança Alimentar e Tradicional.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Agrário; segurança alimentar e nutricional; costume; tradição; populações tradicionais.

ABSTRACT: *This article discusses the contributions of the agriculture in the context of traditional populations or autochthonous communities. To do so, first it's analyzed the Right to Food and the concept of food security. After, it will present the concepts of tradition and custom and how these categories relate to the so-called "traditional knowledge". Also, It will try make a brief analysis of existing discourses on the issue of food production, in traditional and nontraditional perspective. Finally, it presents the effective contributions of traditional agriculture to implement the right to food and the Food Security.*

KEYWORDS: *Agrarian Law; food security; custom; tradition; tradition populations.*

TERMO DE COMPROMISSO COMO INSTRUMENTO PARA PROMOVER JUSTIÇA AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO BRASILEIRAS

TERM OF COMMITMENT AS A TOOL TO PROMOTE ENVIRONMENTAL JUSTICE IN BRAZILIAN PROTECTED AREAS

Virginia Talbot
Bruno Soares Lintomen
Lilian de Carvalho Lindoso

RESUMO: A criação de unidades de conservação (UC) se configura, atualmente, como uma das principais estratégias para a conservação da biodiversidade mundial. A Meta 11 de Aichi trata não apenas da expansão do sistema de áreas protegidas, mas também do aprimoramento da gestão das UC existentes, que devem ser geridas de forma efetiva e equitativa. Apesar dos avanços na gestão dessas unidades nos últimos anos, ainda há muito a se fazer, especialmente nos casos de sobreposições entre territórios de populações tradicionais e UC de proteção integral. O termo de compromisso é o principal instrumento de gestão a se utilizar nesses casos, conforme estabelece o artigo 39 do Decreto 4.340/2002. No entanto, a utilização deste instrumento é permeada por questionamentos e divergências na interpretação da norma legal, e até hoje ele foi pouco utilizado e de certa forma evitado por algumas correntes da gestão de UC. Esta pesquisa se propõe a analisar as controvérsias que envolvem o tema e propor alguns caminhos para aprimorar e ampliar a utilização destes termos. A metodologia envolve revisão da legislação e da produção científica relacionadas à temática, bem como análise de processos e outros documentos relacionados a termos de compromisso já assinados ou em processo de construção no âmbito das UC Federais. Até agosto de 2015, apenas oito termos de compromisso foram firmados. Em alguns desses casos já se constata melhora na gestão, a partir do diálogo e dos pactos firmados com as comunidades. Em pelo menos três termos há um monitoramento sendo realizado e evidências de resultados positivos para a conservação. Como os termos são recentes, outros resultados, por serem de médio a longo prazo, ainda não são percebidos e pouco estudados. É preciso aperfeiçoar o monitoramento e avaliação dos resultados e impactos dos termos, bem como aprimorar a divulgação dos mesmos. Acreditamos que a utilização desse instrumento, que pode ser compreendido como um acordo para conservação, deveria se expandir e ser aplicado em diversos casos de sobreposição nas unidades, como forma de alcançar a efetividade e equidade propostas pela Meta 11 de Aichi e promover maior justiça ambiental nas UC brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE: Termo de Compromisso; Justiça Ambiental; Unidade de Conservação; Acordos para Conservação; Gestão de Conflitos.

ABSTRACT: *The creation of protected areas is currently configured as a major strategy for the global biodiversity conservation. Aichi Target 11 is not only about the expansion of the protected area system, but also the improvement of the existing protected areas management, that have to be managed effectively and equitably. Despite advances in the management of these areas in recent years, much remains to be done, especially in cases of overlap between traditional people territories and strictly protected areas. The term of commitment is the main management tool to be*

used in these cases, as established in Article 39 of Decree 4.340/2002. However, the use of this instrument is permeated by questionings and disagreements on the legal standard understanding, and to this day it has been hardly used and somehow avoided by some currents of protected areas management. This research aims to analyze the controversies surrounding the issue and to propose some ways to improve and expand the use of these terms. The methodology involves reviewing legislation and scientific production related to the theme, as well as analyzing processes and other documents related to terms of commitment already signed or under construction within the federal conservation units. By August 2015, only eight commitment terms were signed. All them showed an improvement in the area's management through dialogue and agreements signed with communities. At least three terms have been monitored and has some evidence of positive results for conservation. As the terms are recent, other results, of medium to long term, are not yet perceived. It is necessary to improve the monitoring and evaluation of these terms results and impacts as well as improve its dissemination. We believe that the use of this management tool, that can be understood as a conservation agreement, should be expanded and applied to several cases of overlap in the protected areas as a way of achieving the effectiveness and equity proposed by the Aichi Target 11 and to promote greater environmental justice in Brazilian protected areas.

KEYWORDS: *Term of Commitment; Environmental justice; Protected Areas; Conservation Agreements; Conflict management.*

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, POPULAÇÕES TRADICIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

CONSERVATION UNITS, TRADITIONAL COMMUNITIES AND PUBLIC POLICY

Flávio Penteado Geromini

RESUMO: O nível de desenvolvimento atingido pelo homem causou grandes alterações no planeta, fazendo surgir questionamentos sobre o modo de produção atual e sobre as bases que sustentam a sociedade de consumo. O conhecimento da natureza das coisas pela ciência abre ao homem as portas para novas e infinitas possibilidades de criação, mas traz consigo também o risco e a incerteza, novos elementos de um mundo que acaba de nascer. Conceitos como desenvolvimento, crescimento, sustentabilidade estão na pauta de debates e questiona-se de que forma a decisão por um caminho comum pode ser compatibilizada entre as várias sociedades, instituições e valores de modo que possa ser alcançado e definido um modo de desenvolvimento que possa ser positivo e que respeite os diferentes povos. A biodiversidade é um recurso de inegável importância e sua preservação implica a do próprio ser humano. Como responsável pelas alterações causadas no planeta, é também o homem quem pode, por meio das instituições criadas por ele, buscar um novo modelo de desenvolvimento que possa garantir a existência e manutenção de um meio ambiente sadio, o bem-estar dos povos e o convívio pacífico e sustentável. Nesse cenário o Estado possui um papel de grande relevância, pois pode, por meio de criação de espaços territoriais protegidos, implementar formas de garantir um meio ambiente sadio. Mais especificamente, são criados espaços protegidos para

que seja possível a estruturação de uma política voltada à conservação, de modo a permitir, efetivamente, a proteção, manutenção e conservação de certos espaços territoriais. No entanto, em contraponto à sociedade hegemônica, estão as populações e povos tradicionais, na sua maioria localizados nestes espaços protegidos, surgindo, daí, um conflito entre o modo de produção dominante e o modo de produção dito de baixo impacto. A realidade brasileira demonstra claramente esse conflito e o Estado, por meio de políticas públicas, pode encontrar uma forma de implementação de decisões que venham a solucionar estes problemas, envolvendo a esfera pública, a sociedade civil e a esfera privada, garantindo o direito à diferença e à autodeterminação de cada um dos povos encontrados em nosso território.

PALAVRAS-CHAVE: Áreas protegidas, populações tradicionais; políticas públicas.

ABSTRACT: *The level of development achieved by man caused great changes on the planet, giving rise to questions about the current mode of production and about the bases that support the consumer society. Knowledge of the nature of things by science opens to man the door to new and endless creative possibilities, but also involves risk and uncertainty, new elements of a world that has just been born. Concepts such as development, growth, sustainability are on the list of debates and questions that shape the decision by a common path can be made compatible among the various societies, institutions and values so that it can be achieved and defined a development so that it can be positive and respectful of different people. Biodiversity is an undeniable importance of resource and its preservation implies the human being. As responsible for the changes caused on the planet, is also the man who can, through the institutions created by him, to seek a new development model that can ensure the existence and maintenance of a healthy environment, the welfare of the people and the peaceful and sustainable living. In this scenery the state has a very important role as it can, through creating protected territorial spaces, implement ways to ensure a healthy environment. More specifically, protected areas are created to make it possible to structure a policy focused on conservation, in order to allow, in effect, protection, maintenance and conservation of certain territorial areas. However, in contrast to the hegemonic society, are peoples and traditional communities, mostly located in these protected areas, emerging hence a conflict between the dominant mode of production and the mode of production said low impact. The Brazilian reality clearly demonstrates that conflict and the state, through public policies, can find a way to implement decisions that may solve these problems, involving the public sphere, civil society and the private sphere, guaranteeing the right to be different and self-determination of each people found in our territory.*

KEYWORDS: *Protected areas, traditional communities; public policy.*

GRUPO DE TRABALHO 2

NATUREZA, POPULAÇÕES TRADICIONAIS E SOCIEDADE DE RISCO

ÁGUA, ENERGIA E HIDRELÉTRICAS: O ECOLOGISMO DOS POBRES E O MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS NO BRASIL

WATER, ENERGY AND HIDROELECTRIC POWER STATIONS: THE ENVIRONMENTALISM OF THE POOR AND THE PEOPLE AFFECTED BY DAMS IN BRAZIL

Natália Jodas

RESUMO: O processo de privatização da natureza trouxe à tona um cenário de conflitos socioambientais decorrente da violação dos modos de vida de minorias sociais, como as populações tradicionais e ribeirinhas. A presente pesquisa tem o propósito de discutir a matriz energética brasileira, a qual tem na água sua principal fonte de geração, bem de uso comum do povo e indispensável à vida humana. Problematisa-se, nesse contexto, a construção de barragens para a geração de eletricidade no Brasil e, como consequência, o deslocamento de milhares de pessoas junto à produção de danos irreparáveis à biodiversidade, aos processos ecológicos e à própria qualidade dos recursos hídricos. Desse panorama, refletir-se-á acerca da ocorrência de desastres sociais e ambientais como uma realidade não fortuita, mas derivada de um modelo de crescimento econômico desproporcional e injusto, percepção difundida pela corrente teórica do Ecologismo dos Pobres. Serão delineadas as principais concepções atreladas ao Ecologismo dos Pobres, com vistas a correlacioná-las ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), organização popular e autônoma, que luta contra a mercantilização da água e da energia, na perspectiva de rediscutir uma estrutura energética direcionada aos interesses do povo e comprometida com a preservação do meio ambiente. A metodologia de pesquisa adotada é a revisão bibliográfica jurídica, econômica e sociológica, nacional e estrangeira, bem como a pesquisa documental de relatórios institucionais e de jurisprudências dos Tribunais Brasileiros.

PALAVRAS-CHAVE: privatização da natureza; ecologismo dos pobres; movimento dos atingidos por barragens (MAB).

ABSTRACT: *The privatization process of our natural resources has brought upon us a scenario of continuous violation of the rights of social minorities, mainly from traditional and riverine populations. This research intends to discuss the Brazilian energetic matrix, which has in water its main source of energy, an asset which is indispensable to human life and a public property. In this context, the building of dams to produce electricity and its consequences such as the dislodging of thousands of citizens, environmental damages, and worsening of hydrous resources are problematized. Continuing, it is reflected that the occurrence of social and natural disasters must not be seen as a random event, but as the natural consequence of*

unjust and disproportional economic growth. These conclusions are broadcast by the theory known as Environmentalism of the Poor, and will be correlated with the Movimento por Atingidos por Barragens - MAB (People Affected by Dams), a popular organization that fights the commodification of water and energy, seeking to discuss and energetic structure that benefits the commoners and is committed to protecting the environment. The methodology used in this article in the review of law, sociology and economic bibliography, and also document research of institutional documents and legal precedents.

KEYWORDS: *privatization of nature; environmentalism of the poor; people affected by dams.*

ANÁLISE DOS PARECERES EMITIDOS PELA COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA SOB A PERSPECTIVA DO DIREITO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO

ANALYSIS OF OPINIONS ISSUED BY THE TECHNICAL COMMISSION NATIONAL BIOSAFETY UNDER THE PERSPECTIVE OF THE FUNDAMENTAL RIGHT TO THE ENVIRONMENT ECOLOGICALLY BALANCED

Heloise Buss Morvan
Helene Sivini Ferreira

RESUMO: A Constituição Federal de 1988 reconhece o meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito fundamental e de natureza difusa (artigo 225, caput), atribuindo ao Poder Público, ao lado do sistema de responsabilidades compartilhadas, deveres específicos que visam assegurar a efetividade deste direito (artigo 225, §1º). Partindo-se deste pressuposto, a presente tese propõe-se a analisar as decisões proferidas pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) que autorizam o cultivo em escala comercial de sementes transgênicas no país. Inicialmente, examina-se os organismos geneticamente modificados (OGMs) como construções artificiais que podem impactar o equilíbrio dos ecossistemas. A introdução de DNA exógeno em organismos vivos ocorre de forma aleatória, podendo criar combinações genéticas distintas daquelas inicialmente programadas. Quando esses organismos são liberados em ecossistemas complexos e passam a interagir com outras formas de vida, impactos significativos podem ser causados, provocando a degradação da qualidade do meio ambiente. Na sequência, adentra-se no estudo da Lei n. 11.105/2005, particularizando-se o sistema de competências administrativas em matéria de biossegurança e procurando-se demonstrar a centralidade da CTNBio nos processos decisórios que envolvem organismos transgênicos no Brasil. A Lei n. 11.105/2005, ao regulamentar os incisos II, IV e V do §1º do artigo 225 da CF/88, determina que a atuação de qualquer de suas instâncias decisórias e fiscalizatórias deve estar adstrita ao cumprimento do dever de proteger o meio ambiente sadio para as gerações presentes e futuras, observando, nessa perspectiva, também o princípio da precaução. Por fim, passa-se à análise dos pareceres técnicos favoráveis à liberação de sementes transgênicas para fins comerciais, examinando-

se em que medida a CTNBio, como parte integrante do Poder Público, tem observado o seu dever de assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

PALAVRAS-CHAVE: direito ambiental; organismos geneticamente modificados; CTNBio; Biossegurança.

ABSTRACT: *The Federal Constitution of 1988 recognizes the ecologically balanced environment as a fundamental right and diffuse nature (Article 225, heading), attributing to the government, alongside the system of shared responsibilities, specific duties designed to ensure the realization of this right (Article 225, §1). Starting from this premise, this thesis proposes to analyze the decisions taken by the National Biosafety Technical Commission (CTNBio) authorizing the cultivation on a commercial scale of transgenic seeds in the country. Initially, it examines genetically modified organisms (GMOs) as artificial constructs that may impact the equilibrium of ecosystems. The introduction of exogenous DNA into living organisms occurs randomly and can create different genetic combinations of those initially programmed. When these organisms are released in complex ecosystems and begin to interact with other forms of life, significant impacts can be caused, causing deterioration in the quality of the environment. Following, is entered on the study of Law. 11,105 / 2005, particularizing up the system of administrative responsibilities for biosafety and seeking to demonstrate the centrality of the CTNBio in decision-making processes involving GMOs in Brazil. The Law n. 11,105 / 2005, the regulatory items II, IV and V of paragraph 1 of article 225 of CF / 88, determines that the performance of any of its decision-making and fiscalizatórias instances must be enrolled to comply with the duty to protect the healthy environment for present and future generations, noting, in this perspective, also the precautionary principle Finally, move on to the analysis of expert opinions favorable to the release of genetically modified seeds for commercial purposes examining to what extent the CTNBio, as part of Government has observed its duty to ensure the effectiveness of the right to an ecologically balanced environment.*

KEYWORDS: *environmental law; genetically modified organisms; CTNBio; Biosecurity.*

AS ÁREAS URBANAS CONSOLIDADAS E ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE: UMA ANÁLISE REFLEXIVA

CONSOLIDATED URBAN AREAS AND PERMANENT PRESERVATION AREA: A REFLECTIVE ANALYSIS

Franciele Malaguti Beltrame

RESUMO: A partir do crescimento demográfico e da urbanização ocorrida no Brasil, observou-se um significativo crescimento desordenado das cidades com o consequente aumento do número de ocupações irregulares, muitas delas presentes em áreas de preservação permanente e consolidadas através de favelas,

assentamentos oriundos de invasões e ocupações ou ainda, de loteamentos irregulares e clandestinos. Nesse sentido, legalmente ou ilegalmente, as cidades se desenvolveram e inúmeras ocupações urbanas se consolidaram, sendo praticamente impossível sua reversão. Assim, com a normativa advinda da Lei Florestal n°. 12.651/2012, combinada com a Lei n°. 11.977/2009, foi instituída uma política de regularização fundiária das áreas consolidadas urbanas, onde, de forma excepcional e justificada, em casos de utilidade pública, interesse social ou de baixo impacto ambiental, poderá ocorrer a intervenção ou a supressão de vegetação nativa em área de preservação permanente, ocorrendo assim, a legalização de áreas urbanas consolidadas e irregulares. Portanto, o presente estudo, que, em sua metodologia, utilizar-se-á, de pesquisa exclusivamente bibliográfica, busca realizar uma análise reflexiva acerca da problemática que envolve as áreas urbanas consolidadas em áreas de preservação permanente, na medida em que, de um lado há o direito fundamental à propriedade e à moradia, como viabilizador da vida em sociedade e de outro, o direito público subjetivo ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo imprescindível a compatibilização entre referidos princípios, que devem ser interpretados de maneira proporcional e razoável.

PALAVRAS-CHAVE: área urbana consolidada; lei n°. 12.651/2012; área de preservação permanente.

ABSTRACT: *Due to population growth and urbanization that occurred in Brazil, there was a significant disorganized growth of cities, and consequently an increase in number of irregular occupations, many of them existing in permanent preservation areas and consolidated through slums, settlements arising from invasions and occupations, and also irregular and illegal settlements. In this sense, legally or illegally, cities have developed and many urban occupations were consolidated, and its reversal is virtually impossible. So with the rules arising from Forest Law n°. 12.651/2012, combined with Law n°. 11.977/2009, a land tenure policy of urban consolidated areas was established, where in exceptional and justified manner, in cases of public interest, social interest or low environmental impact, there may be intervention or suppression of native vegetation in area permanent preservation, occurring thus the legalization of consolidated and irregular urban areas. Therefore, the present study, which, in its methodology, will be exclusively bibliographical research, seeks to accomplish a reflexive analysis of the issues involving the consolidated urban areas in areas of permanent preservation, to the extent that on one hand there is the fundamental right to property and housing, which enables social life and on the other hand, there is the subjective public right to an ecologically balanced environment, and it is imperative to reconcile those principles, which are to be interpreted in a proportionate and reasonable way.*

KEYWORDS: consolidated urban area; law n°. 12.651/2012; permanent preservation area.

CANAL DO SERTÃO: UMA ANÁLISE DA (IN)EFICÁCIA DO PRINCÍPIO DA SUSTENTABILIDADE NO PROJETO DE TRANSPOSIÇÃO DO SÃO FRANCISCO E O DIREITO AO FUTURO DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DE ALAGOAS

CANAL FUERA DE PISTA: UN ANÁLISIS DE LA (IN) EFECTIVIDAD DEL PRINCIPIO DE SOSTENIBILIDAD EN LA EJECUCIÓN DEL PROYECTO SON FRANCISCO Y EL DERECHO PARA EL FUTURO DE LAS COMUNIDADES COSTERAS DE ALAGOAS

Viviane da Silva Wanderley
Mariana Amorim Pontes
Alyshia Karla Gomes da Silva Santos

RESUMO: O presente trabalho visa analisar os impactos sócio-ambientais causados às comunidades ribeirinhas do estado de Alagoas devido à construção do canal do sertão, destacando a colônia de pescadores da cidade de Traipu como estudo de caso. Desde o descobrimento e das explorações pelo território brasileiro, o rio é de suma importância social, cultural e econômica para milhares de brasileiros. Todo o seu curso é explorado, facilitando a vida dos nordestinos que vivem às suas margens e aquecendo a economia local. A transposição do Rio São Francisco, de autoria do Governo Federal, teve como finalidade a construção de canais para levar água às bacias e açudes do Nordeste, sendo, desse modo, a “salvação” da região que apesar de, há muito, está sendo assolada pela seca, vem sendo vista com bons olhos pelos responsáveis pela expansão do agronegócio. Entretanto, toda mudança acarreta em impactos e tal façanha tem complicado a situação das famílias ribeirinhas por causa da diminuição do volume de água. O assoreamento terminou por desencadear, além de problemas ambientais e sociais como a morte da vida aquática, o êxodo dessas famílias para as cidades e uma maior dificuldade no processo de demarcação de terras indígenas, justificando, assim, uma análise dos referidos impactos tendo como base a noção de (in)eficácia do princípio do desenvolvimento sustentável, e o questionamento de como seus efeitos poderão, ou não, permitir a construção do direito ao futuro das referidas comunidades.

PALAVRAS-CHAVE: impactos sócio-ambientais; comunidades ribeirinhas; transposição do rio São Francisco; direito ao futuro; princípio da sustentabilidade.

RESUMEN: Este estudio tiene como objetivo analizar los impactos sociales y ambientales a las comunidades ribereñas del estado de Alagoas ruidos de la selva virgen de canal, destacando la colonia de pescadores de la ciudad de Traipu como caso de estudio. Desde el descubrimiento y la exploración del territorio brasileño, el río es de gran importancia social, cultural y económico para millones de brasileños. Todo su curso se explora, haciendo la vida más fácil para el Noreste de los que viven en sus orillas y el calentamiento de la economía local. La transposición de río São Francisco, creado por el Gobierno Federal, tenía por objeto la construcción de canales para llevar el agua a las cuencas y presas en el noreste, y por tanto la "salvación" de la región que hace a pesar de ser larga acosado por la sequía, ha sido visto con buenos ojos por los responsables de la expansión de la agroindustria. Sin embargo, todo cambio implica impactos y tal hazaña ha complicado la situación de las familias ribereñas debido a flujo de agua disminuye. La sedimentación terminó desencadenando, así como los problemas ambientales y sociales como la muerte de la vida acuática, el éxodo de estas familias a las ciudades y una mayor dificultad en el proceso de demarcación de tierras indígenas, lo que justifica un análisis de estos impactos basa en la noción de (in) efectividad del principio de desarrollo sostenible,

y la cuestión de cómo sus efectos pueden o no permitir la construcción de la derecha para el futuro de estas comunidades.

PALABRAS CLAVE: *impactos sociales y ambientales; comunidades ribereñas; transposición del río São Francisco; derecho al futuro; principio de la sostenibilidad.*

COMMUNITY OU COMMODITY? SABERES TRADICIONAIS ENTRE TERRITÓRIOS, CDB E MERCADO

COMMUNITY OR COMMODITY? TRADITIONAL KNOWLEDGE BETWEEN TERRITORIES, CBD AND MARKET

Vincenzo Maria Lauriola

RESUMO: Qual o “status” de recursos dos Saberes Tradicionais, como os CTA’s (Conhecimentos Tradicionais Associados) à biodiversidade? Ao analisar o status dos CTA’s enquanto recursos, com base no arcabouço teórico de Elinor Ostrom, apontaremos para contradições e impasses que, no contexto político-conceitual da CDB, caracterizam um “second enclosure movement” (Boyle, 2003), onde a nova fronteira da globalização das cercas é imaterial, representada pelos saberes, fruto da história, da cultura, do intelecto humano, criticando o papel da propriedade intelectual (PI) na transição entre raízes territoriais coletivas, exigências do mercado e riscos associados à mercantilização. Paradoxalmente, a CDB, o primeiro tratado internacional que reconhece a relevância dos saberes tradicionais, desempenha um papel ambíguo. Filha do mesmo paradigma ideológico que gerou o TRIPS, enquanto declara proteção à biodiversidade, a CDB põe as premissas dos mercados globais biotecnológicos. O mecanismo ABS de acesso e repartição dos benefícios representa uma isca para “os detentores” entrar na armadilha do mercado, criando a ilusão que poderão ganhar. As tentativas de internalizar os princípios da CDB e do ABS no Brasil, entre MP 2186, CGEN e até a recém aprovada lei 13.123 de 20/05/2015, ilustram os conflitos e impasses gerados pela perspectiva, de se lucrar valores de troca pela privatização dos conhecimentos, gerando suspeitas de biopirataria entre diversos atores, produtores e/ou detentores de saberes incluídos. Nesta nova “encruzilhada das modernidades” os desafios conceituais e políticos que enfrentam povos e populações tradicionais, entre territorialidades coletivas e o encanto da sereia da PI, talvez não sejam diferentes dos que enfrentam os cientistas, simultaneamente pressionados para publicar e manter em segredo ou patentear os frutos de seus trabalhos. Uma escolha chave está diante ambos: community ou commodity? O mundo ainda está lambendo as feridas de crises financeiras oriundas de mercados imobiliários: estas mostraram claramente que “tudo o que é sólido desmancha no ar”. Podemos imaginar o que nos reservam novos mercados globais de bens que nem precisam desmanchar, como ar, formas de vida e saberes, commodities como carbono e serviços ecossistêmicos.

PALAVRAS-CHAVE: saberes tradicionais; propriedade intelectual; Convenção da Diversidade Biológica (CDB).

ABSTRACT: *What is the resource “status” of Traditional Knowledge, such as ATKs (Associated Traditional Knowledge) to biodiversity? By analyzing ATK’s resource status, based on Elinor Ostrom’s theoretical framework, contradictions and deadlocks will be pointed out which, in the political & conceptual CBD context, characterize a “second enclosure movement” (Boyle, 2003), where the new enclosures’ globalization frontier is immaterial, featured by knowledge, fruit of history, of cultura, of human intellect, criticizing the role of intellectual property (IP) in the transition between collective territorial roots, market requirements and risks, associated to commodification. Paradoxically, the CBD, the first international treaty recognizing the relevance of traditional knowledge, plays an ambiguous role. The son of the same ideological paradigm which gave birth to TRIPS, while declaring protection to biodiversity, the CBD sets the premises of biotechnology global markets. The ABS mechanism represents a bait for “holders” to enter the market trap, creating the illusion they can win in the market game. Trials to internalize the principles of CBD and ABS in Brazil, from MP 2186, CGEN until the recently approved law 13.123 of 20/05/2015, illustrate the conflicts and deadlocks raised by the perspective of gaining exchange values through the privatization of knowledge, generating biopiracy alerts between different actors, knowledge producers and/or holders included. In this new “crossroads of modernities” the conceptual and political challenges faced by traditional peoples, between collective territorialities and the mermaid charm of IP, are possibly not different from those faced by scientists, simultaneously pressured to publish and keep secret or patent the fruits of their works. A key choice is before both: community or commodity? The world is still licking the wounds of the financial crisis born from real estate markets: that clearly showed that “all that is solid melts into air”. We can imagine what is coming for us with new global markets for goods which don’t even need to melt, like air, life forms and knowledge, commodities like carbon and ecosystem services.*

KEYWORDS: *traditional knowledge; intellectual property; Convention on Biological Diversity (CBD).*

DESEMPENHO DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL -CAR- EM TERRAS PRIVADAS E TERRAS OCUPADAS TRADICIONALMENTE

DESEMPEÑO DEL CATASTRO AMBIENTAL RURAL –CAR- EN TIERRAS PRIVADAS Y TIERRAS CON OCUPACIÓN TRADICIONAL

Claudia Sonda
 Angelaine Lemos
 Jéssica Fernanda Maciel da Silva

RESUMO: O atual Código Florestal foi instituído pela Lei nº 12.651 de 25.05.2012 e trouxe o Cadastro Ambiental Rural-CAR-, registro público e obrigatório para todos os proprietários e possuidores de imóveis rurais, assentamentos de reforma agrária e povos tradicionais. Todas as informações declaradas no CAR, são georreferenciadas sobre imagem de satélite disponibilizada no próprio programa, possibilitando, assim, o real monitoramento sobre as variáveis ambientais a serem

declaradas: Áreas de Preservação Permanente-APP, Reserva Legal-RL-, Área de uso Restrito, Áreas Consolidadas. O CAR foi criado para o monitoramento e combate ao desmatamento além de ser um pré-requisito para a regularização ambiental por meio do Plano de Regularização Ambiental-PRA. Este artigo tem como objetivo ilustrar e problematizar a implementação do CAR para as propriedades, posses rurais, terras ocupadas tradicionalmente e assentamentos de reforma agrária. Nas unidades federativas brasileiras verificou-se, no período analisado - maio de 2014 a agosto de 2015 – que a maioria absoluta (89%) de cadastros realizados, foi de imóveis rurais com área até 4 módulos fiscais, o correspondente a 975.439, seguido pelos assentamentos de reforma agrária, com 3.529 cadastros. Em contrapartida, constatou-se tão somente a inscrição de 142 imóveis rurais de povos e comunidades tradicionais, apenas no Estado de São Paulo, cujo sistema de cadastro é próprio. Infere-se que esse baixo desempenho esteja relacionado com dificuldades técnicas e jurídicas para a aplicação do cadastro nos mesmos moldes dos proprietários privados e possuidores rurais.

PALAVRAS-CHAVE: cadastro ambiental rural; povos tradicionais; imóveis rurais.

RESUMEN: El actual Código Forestal fue instituido por la Ley N° 12.651 del 25.05.2012 y trajo el Catastro Ambiental Rural –CAR-, registro público y obligatorio para todos los propietarios y poseedores de inmuebles rurales, asentamientos de reforma agraria y pueblos tradicionales. Todas las informaciones declaradas en el CAR, son georreferenciadas de acuerdo a una imagen satelital disponible en el propio programa, posibilitando, de esa forma, el real monitoreo sobre las variables ambientales al ser declaradas: Áreas de Preservación Permanente –APP-, Reserva Legal –RL-, Área de uso Restrito, Áreas Consolidadas. El CAR fue creado para el monitoreo y combate a la deforestación además de ser un pre-requisito para la regularización ambiental por medio del Plano de Regularización Ambiental –PRA-. Este artículo tiene como objetivo ilustrar y problematizar la implementación del CAR para las propiedades, posesiones rurales, tierras ocupadas tradicionalmente y asentamientos de reforma agraria. En las unidades federales brasileñas se verificó, en el periodo analizado –mayo de 2014 a agosto del 2015- que la mayoría absoluta (89%) de los censos realizados, fue de inmuebles rurales con área hasta de 4 módulos fiscales, lo correspondiente a 975.39, seguido por los asentamientos de reforma agraria, con 3.529 catastros. En contrapartida, se constató tan solamente de 142 inmuebles rurales de pueblos y comunidades tradicionales, solamente en el Estado de São Paulo, cuyo sistema de catastro es propio. Se infiere que ese bajo desempeño está relacionado con las dificultades técnicas y jurídicas para la aplicación del catastro en los mismos moldes de los propietarios privados y poseedores rurales.

PALABRAS CLAVE: catastro ambiental rural; pueblos tradicionales; inmuebles rurales.

DO CONSERVACIONISMO DOS POVOS TRADICIONAIS AOS PADRÕES SUSTENTÁVEIS DE PRODUÇÃO E CONSUMO DA POLITICA NACIONAL DE RESIDUOS SOLIDOS

CONSERVATIONISM OF PEOPLES TO TRADITIONAL STANDARDS OF SUSTAINABLE PRODUCTION AND CONSUMPTION OF SOLID WASTE OF NATIONAL POLICY

José Querino Tavares
Fábia Ribeiro Carvalho de Carvalho

RESUMO: O artigo tem como objeto de estudo a possibilidade de adoção de práticas sustentáveis evidenciadas no contexto conservacionista de populações tradicionais para o atingimento de objetivos expressos na Lei de n. 12.305 de 02 de agosto de 2010, denominada Política Nacional de Resíduos Sólidos. As teorias conservacionistas propõem níveis de gradação da interferência do homem sobre o meio ambiente natural, que se originam em uma visão biocêntrica culminado com a caracterização do conservacionismo por ideologia ou por regras culturais. O conservacionismo centrado na ecologia social implica em estabelecer o manejo das áreas naturais a partir do modo de ser, fazer e viver de comunidades tradicionais o que resulta em igual medida na proteção da biodiversidade e na sustentabilidade da produção e do consumo. A Política Nacional de Resíduos Sólidos apresenta como um de seus objetivos o desenvolvimento sustentável como uma proposta de desenvolvimento que se veicula por meio do equilíbrio intergeracional, destacando-se ainda que a produção e o consumo exagerado de matéria-prima propiciam altos níveis de contaminação e geração de resíduos. O trabalho foi objeto de uma pesquisa exploratória e qualitativa, em fontes bibliográficas e documentais. Apresenta as teorias conservacionistas e da ecologia social destacando seu fundamento ensejador de sustentabilidade na manipulação dos recursos naturais condizentes com a efetivação de objetivos intrínsecos à Lei de n. 12.305 de 2010 em comento quais sejam a redução e reutilização da matéria-prima.

PALAVRAS-CHAVE: consumo; povos tradicionais; resíduos sólidos.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA: *The article has as object of study the possibility of adopting sustainable practices highlighted in the conservation context of traditional populations for the achievement of objectives expressed in the Law n. 12,305 of August 2, 2010, known as the National Solid Waste Policy. Conservationist theories propose man's interference gradation levels on the natural environment, which originate in a biocentric vision culminated with the characterization of conservatism by ideology or cultural norms. The conservatism centered on social ecology implies establish the management of natural areas from the way of being, doing and living in traditional communities which results in equal measure in protecting biodiversity and sustainable production and consumption. The National Solid Waste Policy has as one of its objectives the sustainable development as a development proposal which conveys through intergenerational balance, also highlighting that the production and excessive consumption of raw materials provide high levels of contamination and waste generation. The work was the subject of an exploratory and qualitative research, bibliographical and documentary sources. It shows the conservationists and social ecology theories highlighting its foundation generator sustainability in the handling of natural resources conducive to the realization of intrinsic goals to the Law n. 12.305 2010 under discussion which are reduced and reuse of raw materials.*

PALAVRAS-CHAVE EM LÍNGUA ESTRANGEIRA: *consumption; traditional peoples; solid waste.*

GLOBALIZAÇÃO E A DISPUTA DE TERRAS NO BRASIL: PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DA BANCADA RURALISTA E O GENOCÍDIO INDÍGENA

GLOBALIZATION AND THE LAND DISPUTE IN BRAZIL: DEVELOPMENT PROJECT FROM POLICY OF LOGGERS AND INDIGENOUS GENOCIDE

Adenevaldo Teles Junior

RESUMO: A industrialização da natureza e a crença na sua transformação para continua produção visando o consumo desnecessário, tem esvaziado a Terra de sua diversidade e riquezas. O processo de globalização tem fortalecido hegemonias do capital e convertido as economias nacionais em celeiros de industrialização, acentuando a disputa pela terra, expulsando comunidades indígenas de seus territórios e eliminando a diversidade biológica. No Brasil o direito dos povos indígenas ao seu território originário, garantido pela legislação constitucional, tem sido ameaçado pela 'Bancada Ruralista' que se organiza por interesses empresariais do agronegócio no uso e defesa dos transgênicos e do aumento das áreas de terra para produção de monoculturas, visando sobretudo a exportação. A realização de grandes obras de infraestrutura, projetos de mineração, a patentealização dos conhecimentos tradicionais, a fragilização dos licenciamentos ambientais e a abertura do mercado verde, são algumas das medidas que tem ameaçado diversos espaços protegidos. Tal fato demonstra a atual disputa político ideológica pelos recursos naturais, marcada por diferentes visões de desenvolvimento, com projetos antagônicos de governabilidade e crescimento econômico. Se por um lado a terra pode ser usada pela emancipação e autonomia dos povos, garantindo a sustentabilidade e o desenvolvimento regional, por outra, tem sido brutalmente tomada para a expansão do desenvolvimento predatório que retroalimenta o sistema do capital e de concentração das riquezas. É preciso ressignificar a inclusão social e ambiental na esfera política, inserir a discussão sobre a utilização da natureza e a distribuição equitativa de seus recursos para a promoção do bem viver e eficácia dos direitos indígenas e ambientais presentes na Constituição Federal.

PALAVRAS-CHAVE: globalização; biodiversidade; povos e comunidades tradicionais; desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT: *The industrialization of nature and belief in their transformation to continue production order unnecessary consumption; have emptied the land of its diversity and richness. The process of globalization has strengthened hegemony of capital and converted the national economies in industrialising barns, accentuating the dispute over land, expelling indigenous communities from your territories and eliminating biological diversity. In Brazil the right of indigenous peoples to their territories originating, guaranteed by constitutional law, has been threatened by the 'Policy Of Loggers' which is organized by corporate agribusiness interests in the use*

and protection of transgenic and increased areas of land for the production of monocultures mainly aimed at export. The realization of large infrastructure projects, mining projects, potentialization of traditional knowledge, the weakening of environmental permitting and opening of the green market, are some of the measures that have threatened many protected areas. This shows the current ideological political competition for natural resources, marked by different visions of development with antagonistic project governance and economic growth. On the one hand the land can be used for the emancipation and empowerment of the people, ensuring the sustainability and regional development, on the other, has been brutally taken for the expansion of predatory development that feeds back the system of capital and concentration of wealth. We need to reframe the social and environmental inclusion in the political sphere, entering the discussion on the use of nature and the equitable distribution of its resources to the promotion of the life and effectiveness of indigenous and environmental rights enshrined in the Federal Constitution.

KEYWORDS: *globalization; biodiversity; traditional communities; sustainable development.*

IMPACTOS DO PROGRAMA LAGOAS DO NORTE NA AV. BOA ESPERANÇA EM TERESINA – PI

IMPACTOS DEL PROGRAMA LAGOAS DO NORTE EN AV BOA ESPERANÇA EN TERESINA - PI

Natasha Karenina de Sousa Rego
Lorena Lima Moura Varão

RESUMO: O Programa Lagoas do Norte é uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Teresina em parceria com o Banco Mundial que objetiva resolver problemas ligados às áreas ambientais, sociais e urbanísticas de 13 bairros da região Norte do município. As ações integradas com foco no desenvolvimento sustentável e na melhoria das condições de vida da população visam beneficiar mais de 100 mil pessoas. Contudo, desde a primeira fase de realização do Programa populações tradicionais, em especial ribeirinhos, têm manifestado seu descontentamento pela forma como o Programa tem sido implementado: falta de consulta prévia à população, ausência de relatório de impacto socioambiental, agravamento de doenças da população idosa e beneficiamento de grupos econômicos em detrimento da população têm sido denunciados pelos moradores da Av. Boa Esperança, atingidos da segunda fase do Programa. Nesse sentido, procura-se investigar quais os impactos do Programa Lagoas do Norte na Av. Boa Esperança em Teresina. Especificamente, busca-se caracterizar o Programa Lagoas do Norte a partir da vivência dos moradores atingidos; e identificar quais os impactos socioambientais e as violações de direitos humanos vivenciadas pelos moradores da Av. Boa Esperança. Para perseguir os objetivos almejados, a pesquisa bibliográfica foi utilizada para fornecer o suporte técnico e a entrevista. Após a pesquisa, pode-se perceber que o Programa Lagoas do Norte preza por um modelo de

desenvolvimento excludente que não envolve, em sua construção, a participação de populações tradicionais como as da Av. Boa Esperança. A importância deste trabalho reside em apontar a necessidade de se pensar a cidade de Teresina para além dos grandes empreendimentos turísticos e urbanísticos e sim a partir da vivência dos moradores com respeito ao seu modo de produção e de vivência.

PALAVRAS-CHAVE: populações tradicionais; lagoas do norte; direitos humanos.

RESUMEN: *El Programa Lagoas do Norte es una iniciativa de la Prefeitura Municipal de Teresina en asociación con el Banco Mundial que tiene como objetivo resolver los problemas relacionados con las áreas del medio ambiente, el desarrollo social y urbano de los 13 distritos de la región norte de la ciudad. El enfoque en acciones integradas para el desarrollo sostenible y la mejora de las condiciones de vida de las personas tienen como objetivo beneficiar a más de 100.000 personas. Sin embargo, desde la primera fase de aplicación del programa, las poblaciones tradicionales, especialmente las pescaderas, han expresado su descontento por la forma en que el programa ha sido implementado: la falta de consulta previa a la población, la falta de informe de impacto social y ambiental, el agravamiento de enfermedades en la población anciana y la mejora de los grupos económicos en detrimento de la población ha sido denunciado por los vecinos de la Av. Boa Esperança, llegó a la segunda fase del programa. En este sentido, hemos tratado de investigar los impactos del Programa Lagoas do Norte en la Av. Boa Esperança en Teresina. En concreto, se trata de caracterizar el Programa desde la experiencia de los residentes afectados; e identificar los impactos ambientales y violaciones de derechos humanos experimentados por los residentes de la Av. Boa Esperança. Para alcanzar los objetivos deseados, se utilizó la literatura para proporcionar apoyo técnico y la entrevista. Después de la búsqueda, se puede ver que el Programa Lagoas do Norte se caracteriza por su modelo de desarrollo exclusivo que no implica, en su construcción, la participación de las poblaciones tradicionales de la Av. Boa Esperança. La importancia de este trabajo radica en señalar la necesidad de pensar en la ciudad de Teresina, además de la importante de turismo y desarrollo urbano, sino de la experiencia de los residentes con respecto a su modo de producción y de vida.*

PALABRAS CLAVE: poblaciones tradicionales; lagoas do norte; derechos humanos.

JUSTIÇA AMBIENTAL, VULNERABILIDADE E RISCOS NO ESPAÇO URBANO: UM ESTUDO DA CIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL (RS)

*ENVIRONMENTAL JUSTICE, VULNERABILITY AND RISKS IN URBAN SPACE: A
STUDY OF SANTA CRUZ DO SUL CITY (RS)*

Tábata Aline Bublitz
Ana Flávia Marques

RESUMO: A existência de situações de vulnerabilidade ambiental na área urbana do município de Santa Cruz do Sul (RS) está relacionada à ocorrência de conflitos socioambientais locais, decorrentes, dentre outros fatores, do choque entre interesses de diferentes atores sociais. Quando há desigual exposição a riscos socioambientais, condição resultante de fatores econômicos e históricos em conjunto com políticas públicas frágeis, populações de baixa renda e/ou grupos socialmente excluídos tendem a sofrer os maiores impactos. Tais disparidades atuam como objetos de estudo da Justiça Ambiental, conceito aplicado na presente pesquisa como ferramenta para a compreensão destes processos em um recorte espacial específico: a cidade de Santa Cruz do Sul (RS). Este trabalho possui o propósito de analisar o contexto de formação destes fenômenos e compreender os fatores que levam à vitimização de comunidades empobrecidas. Os procedimentos utilizados foram: a identificação das áreas de risco existentes na cidade e a prospecção, análise e classificação dos potenciais conflitos de ordem socioambiental ocorridos em um período de dois anos (2004 e Setembro de 2013 a Setembro de 2014). Para a delimitação das áreas de risco foram consultados o zoneamento do Plano Diretor e a Secretaria de Geoprocessamento do município e para os conflitos, utilizaram-se os registros do jornal local (Gazeta do Sul). Os resultados oriundos desta pesquisa evidenciaram uma ligação estreita entre a ocorrência de conflitos socioambientais e os diversos processos envolvidos na estruturação da sociedade. Processos como a exploração comercial, industrial e imobiliária, quando analisados no escopo desta pesquisa, mostraram ter papel importante nos mecanismos de destinação de cargas de danos ambientais à população. Ainda, ao somar-se tais processos às fragilidades naturais do solo nas áreas de risco e aos aspectos socioculturais de formação da cidade, notou-se uma relação destes, com o modo como se estruturaram os conflitos. Observou-se, por fim, que existe uma fraqueza política dos atores sociais sobre os quais incidem as injustiças ambientais, e que sua mobilização é importante na luta por mais proteção ambiental e menos exposição aos perigos resultantes de processos e políticas que prezam a valorização do capital em detrimento das necessidades da população.

PALAVRAS-CHAVE: justiça ambiental; conflitos socioambientais; riscos ambientais.

ABSTRACT: *The existence of vulnerability situations in the urban area of Santa Cruz do Sul (RS) is related to the occurrence of local environmental conflicts, which are, within other factors, derived from the clash of interests from different social actors. When there is unequal exposure to environmental risks, a condition that arises from historical and economic factors along with fragile policies, impoverished and/or socially excluded populations tend to suffer the major impacts. These disparities act as objects of study of Environmental Justice, a concept applied in this research as a tool to comprehend these processes in a specific area: the Santa Cruz do Sul (RS) city. This paper aims to analyze the contexts of these events and to understand the factors that lead to the victimization of impoverished communities. The proceedings used were: the identification of existing areas of risk in the city and the prospection, analysis and classification of the potential environmental conflicts occurred in a two-year period (2004 and September, 2013 until September, 2014). The Director Plan's zoning and the Municipal Department of Geoprocessing were consulted to delimitate the areas of risk and, for the conflicts, records from the local newspaper (Gazeta do Sul) were used. The results arising from this research had brought to light a close relation between the occurrence of environmental conflicts and the various processes*

involved in the structuring of the society. Processes such as commercial, industrial and imobiliary exploitation, when analyzed in the scope of this research, seemed to play an important role in the destination mechanisms of environmental damage loads to the population. Yet, summing up these processes to the natural weaknesses of the soil in the areas of risk and to the sociocultural aspects of the city's shaping, their relationship with the way the conflicts are structured was observed. Finally, it was noted that there is a political weakness of the social actors in which incides the environmental injustice, and that their mobilization is important in the struggle for more environmental protection and less exposure to the dangers resulting from processes and policies that value the capital instead of the population needs.

KEYWORDS: *environmental justice; environmental conflicts; environmental risks.*

MOBILIZAÇÃO DE CAMPONESES E INDÍGENAS AMEAÇADOS PELA UHE SÃO JERÔNIMO, NO VALE DO RIO TIBAGI, REGIÃO DE LONDRINA-PR: MEMÓRIA DE LUTAS, RESISTÊNCIAS E DE CONQUISTAS

MOBILIZATION OF PEASANTS AND INDIGENOUS THREATENED BY HPP SÃO JERÔNIMO, IN TIBAGI RIVER VALLEY, LONDRINA-PR REGION: MEMORY OF FIGHTS, RESISTANCE AND ACHIEVEMENTS

Wagner Roberto do Amaral
Miguel Etinger de Araujo Junior

RESUMO: A atividade empresarial ao longo do planeta tem se mostrado um fator determinante no estabelecimento de padrões de vida ao longo de toda sua cadeia produtiva, desde o processo de aquisição de matéria prima até a responsabilidade pós-consumo dos dias atuais. Se em épocas passadas estas atividades empresariais tinham como limite de atuação somente a questão técnica da produção do produto ou da realização do serviço, a preocupação atual passa pelo reconhecimento de que a atividade realizada se insere em um todo, trazendo daí a necessidade de fazer com que este todo possa manter um equilíbrio, gerando qualidade de vida para todos. Pauta-se, desta forma, o conceito de sustentabilidade, entendido aqui como o conjunto de atividades voltadas para proporcionar uma satisfação individual e coletiva de forma duradoura, e que toma contornos vinculantes com base constitucional. O presente trabalho intenciona publicizar e analisar o processo de mobilização social e popular realizado na região de Londrina-PR, no período de 1998 à 2001, com vistas à suspensão da construção da Usina Hidrelétrica (UHE) São Jerônimo, projetada para o rio Tibagi. Ainda sem muita disseminação, a experiência de mobilização empreendida e ora apresentada, pode se apresentar como uma referência de luta e de resistência para as demais organizações e movimentos sociais que também passam a questionar e se mobilizar contra a instalação de empreendimentos de médio e de grande porte (hidrelétricas, rodovias, ferrovias, dentre outros), principalmente para as populações diretamente ameaçadas ou impactadas por esses projetos.

PALAVRAS-CHAVE: hidrelétricas; Rio Tibagi - Paraná/Brasil; licenciamento ambiental; mobilização; resistência.

ABSTRACT: *The business activity throughout the planet has been a determining factor in establishing living standards throughout the production chain, from the acquisition of raw materials to post-consumption responsibility of today. In past times these business activities had as their response threshold only the technical issue of production of the artifact or delivery of service, the current concern is the recognition that the activity carried out is part of a whole, bringing hence the need to make that this whole can maintain a balance, creating quality of life for everyone. Is guided in this way, the concept of sustainability, understood here as a set of activities aimed to provide individual and collective satisfaction in a lasting way, and it takes binding contours with constitutional basis. This study intends to publicize and analyze the social and popular mobilization process carried out in the Londrina region, from 1998 to 2001 with a view to the suspension of construction of the Hydroelectric Power Plant (HPP) São Jerônimo, designed for the Tibagi river. Even without enough dissemination, mobilization experience undertaken and presented herein, may present as a reference of struggle and resistance to other organizations and social movements that also begin to question and mobilize against the installation of medium and large size enterprises (dams, highways, railways, among others), especially for populations directly threatened or impacted by these projects.*

KEYWORDS: hydropower; Tibagi river - Paraná/Brazil; environmental licensing; mobilization; resistance.

O AGRAVAMENTO DA VULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR NA ATUAL SOCIEDADE DE RISCO E TECNOLÓGICA

THE ESCALATION OF CONSUMER VULNERABILITY IN THE CURRENT RISK AND TECHNOLOGICAL SOCIETY

Leonardo Lindroth de Paiva
Caroline Belletti
Carlos Henrique Camargo Pereira

RESUMO: Todo indivíduo inserido na sociedade atual, independente de classe social, gênero, religião ou escolha política é consumidor. O simples ato de utilizar energia elétrica, água tratada, transporte ou adquirir alimento já o coloca numa relação de consumo e, de acordo com ordenamento jurídico nacional, merece proteção. No Brasil a tutela constitucional do consumidor ganhou especial enfoque com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que determinou a criação do Código de Defesa do Consumidor, cujo próprio nome já demonstra sua vulnerabilidade perante o fornecedor, sendo este detentor de toda a informação e preponderância nas relações. Ocorre que, desde o momento histórico da promulgação destes diplomas, a sociedade e as relações têm se tornado cada vez mais dinâmicas e complexas em decorrência dos avanços tecnológicos e da massificação dos meios de comunicação, por conseguinte, agravam-se os riscos advindos pelo desenvolvimento e pela globalização, constituindo a sociedade de

risco. A vulnerabilidade antes prevista dentro de um âmbito de relações privadas e estreitas passa a ser vislumbrada de um ponto de vista muito mais abrangente e com potencial de dano muito mais elevado, podendo afetar toda uma determinada coletividade ou toda a sociedade global. A partir de exemplos concretos vivenciados na atual sociedade de risco, busca-se demonstrar como o abuso dos fornecedores, muitas vezes organizados em redes, podem causar danos irreparáveis e imprevisíveis. Neste contexto, além dos mecanismos regulares de punição civil, administrativa e criminal aos infratores, propõe-se o fortalecimento dos instrumentos de conscientização e de informação a cargo do consumidor que, cada vez mais, deve exercer papel fundamental na busca por uma relação responsável e sustentável, atuando como verdadeiro protagonista da relação, a fim de mitigar a vulnerabilidade intrínseca às relações de consumo em um mundo cada vez mais dinâmico, complexo e conectado.

PALAVRAS-CHAVE: vulnerabilidade; direito à Informação; sociedade de risco; globalização; sustentabilidade.

ABSTRACT: *Everyone inserted in today's society, regardless of social class, gender, religion or political choice is consumer. The simple act of using electricity, clean water, transportation or purchase food already puts him or her in a consumer relationship and, according to national law, deserves protection. In Brazil the constitutional consumer protection gained special attention with the promulgation of the Constitution of 1988, which determined the creation of the Code of Consumer Defense and Protection, whose name itself demonstrates their vulnerability to the supplier, which is the holder of all the information and preponderance in relations. Occurs that, since the historic moment of the promulgation of these regulations, society and relations have become increasingly dynamic and complex, as a result of technological advances and the mass media, therefore, worsen the risks arising from the development and globalization, constituting the risk society. The vulnerability before expected within a scope of private and close relations becomes a much wider and much higher damage potential point of view that may affect an entire particular community or all the global society. From concrete examples experienced in the current risk society, we seek to demonstrate how the abuse of suppliers, often organized into networks, can cause irreparable and unpredictable damages. In this context, in addition to the regular civil, administrative and criminal mechanisms of punishment to the offenders, it is proposed to strengthen the awareness tools and the provision of information to consumers that, ever more, must play a key role in the search for a responsible and sustainable relationship, acting as a true protagonist of the relationship in order to mitigate the intrinsic vulnerability to consumer relations in an increasingly dynamic, complex and connected world.*

KEYWORDS: *vulnerability; right to information; risk society; globalization; sustainability.*

O DIREITO DOS POVOS TRADICIONAIS DIANTE DO NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO AMERICANO: UMA REFLEXÃO SOBRE A (RE) CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NAS NOVAS CONSTITUIÇÕES

THE RIGHT OF TRADITIONAL PEOPLE BEFORE THE NEW LATIN AMERICAN CONSTITUTIONALISM: A REFLECTION ON (RE)CITIZENSHIP OF THE BUILDING IN NEW CONSTITUTIONS

Lucimara Deretti

RESUMO: O artigo tem por objetivo analisar a evolução do constitucionalismo na América Latina e os novos direitos plurais com o surgimento do “Novo” Constitucionalismo Latino-americano; assim como, estudar e refletir sobre a reconstrução, ou mesmo, construção da cidadania dos povos tradicionais diante da positivação constitucional mais recente dos Estados do Sul Global, tendo por base a questão da participação popular com maior ênfase, transformando-se num verdadeiro avanço democrático. O novo Constitucionalismo Latino-Americano possibilita uma nova configuração para os povos tradicionais, trazendo as minorias sociais a um patamar de igualdade formal, garantindo uma maior integração e reconhecimento de direitos. Desde a colonização a América Latina viveu a sombra da cultura jurídica Europeia, que possui uma cultura fundada no liberalismo e no individualismo. Essas características culturais foram impostas como modelo de vida homogêneo aos povos latino-americanos. No entanto, os povos latino-americanos possuem seus traços culturais que merecem ser estudados para a reconstrução de sua cidadania. Diante disto, o novo constitucionalismo tem por objetivo a construção de um novo paradigma social diante da pluralidade étnica, social, política e cultural que tem positivado. A inserção dos povos tradicionais, de sua cultura e conhecimento, formam um novo contexto social, adquirindo direitos e garantias em âmbito constitucional. Para tanto, o desenvolvimento do estudo, se faz, mediante necessária fundamentação na legislação constitucional da Venezuela, Equador e Bolívia. Neste sentido, refletir sobre os direitos dos povos tradicionais nas novas cartas constitucionais, desde os processos constituintes até a sua formação, conferindo maior autonomia aos povos tradicionais, é pensar numa nova forma de democracia, Estado, cidadania e identidade nacional, orientando para busca de soluções autênticas, sem padrões europeus. As constituições plurais trazem uma nova forma de independência, democracia, reconhecimento de direitos, identidades, autonomia, e acima de tudo, cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: novo constitucionalismo latino-americano; pluralismo étnico; cidadania.

ABSTRACT: *This article aims to analyze the evolution of constitutionalism in Latin America and the new plural rights with the emergence of "new" Latin American Constitutionalism; as well as study and reflect on the reconstruction, or even building citizenship of traditional peoples on the latest constitutional positivization of the Global South states, based on the issue of popular participation with greater emphasis, becoming a real democratic advance . The new Latin American constitutionalism provides a new configuration for the traditional peoples, bringing social minorities at a formal level playing field, ensuring greater integration and recognition of rights. Since the colonization of Latin America lived the shadow of European legal culture, which has a culture founded on liberalism and individualism. These cultural features were imposed as a model of homogeneous life to the Latin American peoples. However, the Latin American peoples have their cultural traits that deserve to be studied for the reconstruction of their citizenship. In view of this, the*

new constitutionalism aims to build a new social paradigm on ethnic plurality, social, political and cultural which has positivado. The inclusion of traditional peoples, their culture and knowledge, form a new social context, acquiring rights and guarantees in the constitutional field. Thus, the development of the study, it is by necessary foundation in the constitutional law of Venezuela, Ecuador and Bolivia. In this sense, reflect on the rights of traditional peoples in the new constitutions, since the constitutional processes to its formation, providing more more autonomy to traditional peoples, is to think of a new form of democracy, rule, citizenship and national identity, guiding to search authentic solutions without European standards. Plural constitutions bring a new form of independence, democracy, recognition of rights, identity, autonomy, and above all, citizens.

KEYWORDS: *new latin american constitutionalism; ethnic pluralism; citizenship.*

O IMPACTO SOCIOAMBIENTAL DO ESTALEIRO JURONG NA COMUNIDADE PESQUEIRA TRADICIONAL DE BARRA DO SAHY E BARRA DO RIACHO

THE SHIPYARD JURONG ENVIRONMENTAL IMPACT ON TRADICIONAL FISHING COMMUNITY OF BARRA DO SAHY AND BARRA DO RIACHO

Julia Lofêgo Chaia
Livia Welling Lorentz

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo analisar o processo de implementação do estaleiro Jurong no Município de Aracruz, Estado do Espírito Santo, e o seu consequente impacto na comunidade pesqueira tradicional da Barra do Sahy e Barra do Riacho. Avaliar-se-ão os instrumentos de proteção ao meio ambiente utilizados no presente caso, tais como licenciamento ambiental em suas três etapas, termo de compromisso socioambiental assinado junto ao Ministério Público do Estado do Espírito Santo acerca de uma das condicionantes firmadas na LI-GCA/SAIA/Nº 329/10/CLASSE III e, finalmente, o plano de compensação pesqueira que integra o licenciamento. Para tanto, é indispensável que se faça uma análise acurada de todo o processo de implementação de tais instrumentos com o objetivo de perquirir a eficácia destes na proteção do meio ambiente marinho e costeiro sob o enfoque específico da população tradicional pesqueira apontada. A abordagem perpassará os impactos socioambientais advindos da implementação do Estaleiro Jurong e as medidas mitigadoras e compensatórias exigidas no bojo do licenciamento ambiental, com a finalidade de verificar as consequências do implemento do procedimento acima citado para a população tradicional em questão. Além disso, abordar-se-á o atendimento dos ditames constitucionais da responsabilidade objetiva do degradador ambiental, isto é, independentemente de culpa, como decorrência do risco socioambiental da atividade desenvolvida. Por fim, investigar-se-á se houve a efetiva implementação do princípio do desenvolvimento sustentável no presente caso. Destarte, a presente pesquisa tem por finalidade o esclarecimento dos seguintes pontos: As medidas mitigadoras e compensatórias do licenciamento ambiental são eficazes para a tutela dos direitos das comunidades tradicionais pesqueiras citadas? O plano de compensação pesqueira proposto no licenciamento de fato compensa as

perdas sofridas por essa população? A legislação ambiental brasileira precisa ser aprimorada ou se mostra apta a assegurar os direitos das populações tradicionais de Barra do Sahy e Barra do Riacho?

PALAVRAS-CHAVE: empreendimento de grande porte; dano ambiental; populações tradicionais; instrumentos de gestão ambiental; desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT: *This article aims to analyze the implementation process of Jurong shipyard in Aracruz, Espírito Santo State, the sequential impacts on traditional fishing community of Barra do Sahy, and Barra do Riacho. Will be analyzed environmental protection instruments used in this case, such as environmental licensing its three stages, environmental agreement signed with Public Prosecutor's Office of the State of Espírito Santo about one of the conditions signed in LI-GCA / SAIA / 329/10 / CLASS III and finally, the Fishing Compensation Plan that integrates licensing. For that purpose, an accurate analysis must be done regarding the entire implementation process of such instruments in order to assert the marine environment and coastal protection under the specific focus of the traditional fishing population. The approach permeates the social and environmental impacts from Shipyard Jurong implementation and the mitigating and compensatory measures required in the environmental licensing, in order to check the consequences of this measures for the traditional population in question. In addition, will be analyzed the compliance with the constitutional principles of strict liability environmentally degrading, that is, regardless of fault, as result of activity risk. Finally, will be investigated whether there were effective implementation of the sustainable development principle in this case. Thus, this research aims to clarify the following points: The mitigation and compensation measures for environmental licensing are effective for the protection of the rights of traditional communities cited? The fisheries compensation plan proposed compensate the losses suffered by this population? Brazilian environmental legislation needs to be improved or shown able to ensure the rights of traditional populations Sahy Barra and Barra do Riacho?*

KEYWORDS: *large enterprise; environmental damage; traditional populations; environmental management tools; sustainable development.*

O REFÚGIO AMBIENTAL CLIMÁTICO DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS NO ÂMBITO INTERNACIONAL

THE ENVIRONMENTAL CLIMATE REFUGE OF TRADITIONAL POPULATIONS IN THE INTERNATIONAL CONTEXT

Helene Sivini Ferreira
Diogo Andreola Serraglio
Rullyan Levi Maganhathi Mendes

RESUMO: As discussões que permeiam a mobilidade espacial humana diante da iminência de desastres naturais oriundos da ação humana, particularmente das

mudanças climáticas decorrentes do aquecimento global, mostram-se cada vez mais evidentes na sociedade contemporânea. Recentemente, noticiou-se que a Suprema Corte da Nova Zelândia rejeitou o pedido de reconhecimento do status de refugiado ambiental climático a uma família pertencente à população tradicional de Kiribati, uma das diversas ilhas de baixa altitude que compõem a Oceania. Tenha-se presente que essa almejava a concessão de refúgio no território neozelandês sob o argumento de que o governo de sua nação será incapaz de protegê-la contra elevação do nível do mar causados pelas alterações climáticas do globo. Assim posta a questão, o presente estudo tem por escopo a análise de como a comunidade internacional tem se posicionado em relação ao refúgio ambiental climático de populações tradicionais, com especial enfoque no caso neozelandês. Por meio do método dedutivo, faz-se necessário, de início, revelar as circunstâncias que obrigam indivíduos a se deslocar de seu local de origem em razão de infortúnios ambientais, melhor respondida por meio da teoria da sociedade de risco. Nesse lanço, constatar-se-á que as intervenções humanas no meio ambiente agravaram as alterações do clima no globo terrestre, propiciando o surgimento dessa nova categoria de refugiados. Da mesma forma, após breve apresentação dos fatores históricos que ensejaram o advento da Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados, em 1951, assim como os conceitos elaborados a partir de então para assegurar a todos o direito de buscar asilo, averiguar-se-á como a definição internacional de refugiado vem evoluindo devido a situações que estimulam a necessidade de ampliação desse conceito, para incluir outras categorias de pessoas, como as populações tradicionais que serão obrigadas a se deslocar em razão das mudanças do clima. Por fim, verificar-se-á de que maneira países como a Nova Zelândia têm lidado com os deslocamentos humanos provocados por esse fenômeno. Cabe à sociedade internacional buscar alternativas para enfrentar esta realidade, identificando, interpretando e apresentando soluções que reconheçam àqueles compelidos a se mudar de seu ambiente natural.

PALAVRAS-CHAVE: sociedade de risco; aquecimento global; refugiados ambientais; refugiados climáticos; proteção jurídica internacional.

ABSTRACT: *The discussions permeating the spatial mobility of the population faced with immanent natural disasters deriving from human activity, particularly from climate change, become increasingly evident in the contemporary society. Recently, it was noticed that New Zealand Supreme Court rejected the request for recognition of environmental climate refugee status to a family belonging to the Kiribati traditional population, one of the many low-lying islands that composes Oceania. The family aimed to grant refuge in New Zealand territory based on the argument that the government of their country will be unable to protect them against the rising sea levels caused by global warming. Thus, this study aims to analyze the position of international community concerning the environmental climate refuge of traditional populations, with special focus on the New Zealand case. Through deductive method, it is initially sought to contextualize the current situation of those forcibly displaced from their place of origin because of environmental misfortunes globally, with this best explained through the risk society theory. In this context, how human intervention in the environment has aggravated global climate change, and led to the emergence of this new refugee category, will also be examined. After outlining historical factors that gave rise to the advent of the 1951 UN Convention Relating to the Status of Refugees, and concepts developed since then to ensure everyone the*

right to seek asylum, the international evolution of the refugee definition will be considered, in situations stimulating the need to expand the concept to include other categories of people, such as traditional populations forced to move because of climate variations. Finally considerations focused on how countries like New Zealand have been dealing with human displacement caused by this phenomenon will be exposed. Faced with the lack of appropriate legislation for this category of people, it is incumbent upon the contemporary society to seek alternatives to confront this reality, by identifying, interpreting and presenting solutions that recognize those compelled to move away from their natural environment.

KEYWORDS: *risk society; global warming; environmental refugees; climate refugees; international legal protection.*

O RESGATE DOS SABERES TRADICIONAIS COMO ALTERNATIVA À CRISE GERADA PELO SISTEMA AGRÍCOLA DOMINANTE NA SOCIEDADE DE RISCO

THE RECURRENCE OF TRADITIONAL KNOWLEDGE AS AN ALTERNATIVE TO THE CRISIS GENERATED BY DOMINANT AGRICULTURAL SYSTEM ON THE RISK SOCIETY

Ana Paula Rengel Gonçalves
Paula Galbiatti Silveira

RESUMO: A sociedade de risco atual, evidenciada inicialmente por Ulrich Beck, é representada pelo aumento significativo dos riscos a que a sociedade está sujeita e que são por ela mesma criados, por meio da utilização da tecnociência. Em virtude do desenvolvimento de técnicas para os sistemas agrícolas, baseados no uso intensivo do solo, de agrotóxicos e de biotecnologia, pela introdução de sementes geneticamente modificadas, evidencia-se hoje uma crise ecológica gerada pelo aumento de erosão, de solos infrutíferos, da formação de plantas daninhas, da toxidade, da contaminação de água, solo e alimentos. O ponto chave que por vezes não é percebido, entretanto, é o fato de que o cerne do problema está no modelo civilizacional adotado pela sociedade, o que reflete no modelo de agricultura utilizado. O cultivo da terra é algo intimamente ligado à vida humana, pois a geração de alimentos é essencial para a sobrevivência. Assim, através do tempo, as diversas comunidades tradicionais desenvolveram técnicas para aproveitar o solo de forma rotacional, com sementes próprias escolhidas, levando em consideração a capacidade e os atributos da natureza. Aos poucos esses sistemas foram sendo alterados para aumentar a produtividade agrícola, isso em razão do desenvolvimento da tecnociência, o que culminou na Revolução Verde, pela introdução, a partir da década de 1960, de novas tecnologias, aplicadas largamente na agricultura, gerando o sistema agrícola atual dominante nas sociedades de risco. Neste contexto, o presente trabalho objetiva verificar se o resgate dos saberes das populações tradicionais e a utilização de suas técnicas de agricultura são uma alternativa para a superação da crise ecológica e garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. A hipótese verificada é a de que os saberes das populações tradicionais, desconsiderados pela sociedade ocidental, devem ser

resgatados em vista de que preservam os processos ecológicos essenciais, dever estatal previsto no artigo 225 da Constituição Federal brasileira. Este trabalho utilizará a metodologia monográfica combinada com técnica de pesquisa bibliográfica. O resultado preliminar é que os sistemas agrícolas baseados no uso intensivo de recursos naturais, de agrotóxicos e de biotecnologia geram uma crise ecológica, a qual pode ser superada pelo retorno aos saberes das populações tradicionais, porquanto alia geração de alimentos e uso racional do meio ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: sociedade de risco; crise ecológica; sistema agrícola; saberes tradicionais.

ABSTRACT: *The current risk society, initially discussed by Ulrich Beck, is represented by the significant increase of the risks to which the society is subject to and are its own creation, through the use of techno-science. Due to the development of techniques for farming systems, based on intensive land use, agrochemical and biotechnology, the introduction of genetically modified seeds, it becomes clear today that an ecological crisis caused by increased erosion, barren soil, training weed, the toxicity, water pollution, soil and food took place. The key point that is sometimes missed, however, is the fact that the main problem is the civilizational model adopted by the society, reflecting the farming model used. The cultivation of land is closely tied to human life, for the generation of food is essential to human survival. Thus, by the time the communities have developed several traditional techniques to take advantage of the soil rotational manner with chosen seeds, taking into account the capacity and nature attributes. Gradually these systems were being changed to increase agricultural productivity, that happened because of the development of techno-science, which led to the Green Revolution and the introduction, from the 1960s, of new technology, applied widely in agriculture, generating the agricultural system dominant on the risks societies. In this context, this study aims to verify if the rescue of traditional populations' knowledge and the use of their farming techniques are an alternative for overcoming the ecological crisis and guarantee the right to an ecologically balanced environment. The hypothesis verified is that the knowledge of traditional communities, disregarded by Western society, must be redeemed so the essential ecological processes can be preserved, that is a State duty laid down in Article 225 of the Brazilian Federal Constitution. The methodology of this paper will be the monographic approach combined with the technical literature. The preliminary result is that the agricultural systems based on the intensive use of natural resources, pesticides and biotechnology create an ecological crisis, which can be overcome by the return to the traditional populations' knowledge, because it allies generation of food and rational use of the environment.*

KEYWORDS: *risk society; ecological crisis; agricultural system; traditional knowledge.*

PESCADORES ARTESANAIS, SOCIEDADE DE RISCO E OS IMPACTOS AMBIENTAIS

ARTISAN FISHING, RISK SOCIETY AND ENVIRONMENTAL IMPACTS

Natasha Alexsandra Fabrício Dutra
Silvane Tibes Evangelista

RESUMO: O presente artigo abordará a pesca artesanal, atividade econômica que remonta os primórdios da humanidade e que ainda hoje é responsável pelo sustento de diversas famílias e comunidades, além de ser uma atividade comercial de expressividade interna (nacional). No entanto, estudos revelam que a quantidade de peixes disponíveis para a captura através da pesca artesanal vem diminuindo cada vez mais, fato este inerente a realidades marcadas pelo risco em nossa sociedade. Percebe-se que são inúmeras as ameaças ao equilíbrio do ecossistema, seja pela ação humana, destruição dos manguezais, pesca predatória, poluição ou danos causados ao meio ambiente natural e artificial, o que afeta de imediato aqueles que têm na pesca o seu meio de sobrevivência. De forma mais acurada, o presente trabalho abordará a realidade da fiscalização das embarcações de grande porte (pesca industrial) e os impactos que causam tanto para a pesca artesanal e as populações tradicionais envolvidas nessa atividade, quanto para a natureza. Para tanto, analisar-se-á a legislação reguladora destas atividades, assim como a efetividade da fiscalização relacionada à problemática acima mencionada.

PALAVRAS-CHAVE: pesca artesanal; impacto ambiental; sociedade de risco; conflito socioambiental.

ABSTRACT: *This article will focus in artisan fishing, economic activity dating back the beginnings of mankind and today is responsible for the livelihood of many families and communities as well as being a commercial activity of domestic expressiveness (national). However, studies reveal that the amount of fish available for capture by artisanal fishing is diminishing more and more, a fact inherent in situations marked by risk in our society. It is noticed that there are numerous threats to the balance of the ecosystem, either by human action, destruction of mangroves, overfishing, pollution or damage to the natural and artificial environment, which affects immediately those who have fishing your means of survival. More accurately, this paper will address the reality of supervision of large vessels (industrial fishing) and the impacts that cause both the artisanal and traditional populations involved in this activity, as for nature. To do so, will be analyzing the legislation governing these activities, as well as the effectiveness of supervision related to the aforementioned problems.*

KEYWORDS: *artisan fishing; environmental impact; risk society; environmental conflict.*

POLÍTICA AGRÍCOLA DO BANCO MUNDIAL E AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS: MODELOS DE DESENVOLVIMENTO

POLITIQUE AGRICOLE DE LA BANQUE MONDIALE ET LES POPULATIONS TRADITIONNELLES: MODELES DE DEVELOPPMENT

José Anselmo Curado Fleury

RESUMO: O Banco Mundial é uma instituição financeira que compõe o sistema das Organizações das Nações Unidas. Possui a função primordial de fornecer empréstimos a países em desenvolvimento com o objetivo declarado de promover o desenvolvimento e reduzir a pobreza nos países e regiões que recebem os investimentos do Banco. Um dos principais eixos de atuação do Banco Mundial é a agricultura. Através de projetos agrícolas financiados pelo banco em várias partes do planeta, ocorre a implantação de um modelo agrícola alinhado às necessidades do capital, com vista à inserção de pequenos agricultores no mercado. Essa política agrícola do Banco Mundial é delineada através do Plano de Ação para a Agricultura 2013-2015, documento por meio do qual o banco delimita as diretrizes de seu modelo de desenvolvimento agrícola. Embora o principal objetivo desse plano seja a “redução da pobreza” e “promoção do desenvolvimento”, percebe-se um claro viés liberal nas medidas propostas. Essa situação gera contradições, principalmente com relação a grupos que se encontram fora da lógica do mercado, como é o caso dos povos originários e dos povos quilombolas. A tentativa de inserção desses grupos no mercado capitalista pode criar situações em que a cultura e o modo de vida desses grupos estejam seriamente ameaçados. Este trabalho se propõe a analisar a política agrícola do Banco Mundial, comparando o modelo de desenvolvimento capitaneado pelo banco, com ênfase no direito de propriedade e na inserção no mercado, e o modelo de desenvolvimento presente na Resolução nº41/128 da Assembleia Geral da ONU (Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento), que prioriza um desenvolvimento fundamentado na autonomia e emancipação dos povos. O referencial teórico a ser utilizado para esta análise será o conceito de Desenvolvimento como Liberdade, de Amartya Sen.

PALAVRAS-CHAVE: Banco Mundial; desenvolvimento; populações tradicionais.

RÉSUMÉ: La Banque mondiale est une institution financière qui constitue le système des Organisations des Nations Unies dont la fonction principale est de fournir des prêts aux pays en développement avec l'objectif déclaré de promouvoir le développement et réduire la pauvreté dans les pays et régions qui reçoivent des investissements de la Banque. L'un des principaux axes agissant de la Banque mondiale est l'agriculture. À la suite des projets agricoles financés par la banque dans diverses parties du monde, il est la mise en œuvre d'un modèle agricole aligné les besoins du capital, en vue de l'inclusion des petits agriculteurs sur le marché. Cette politique agricole de la Banque mondiale est exposée à travers le Plan d'action pour l'agriculture 2013-2015, le document par lequel la banque définit les lignes directrices de son modèle de développement agricole. Bien que l'objectif premier de ce plan est de «réduire la pauvreté» et «développement», nous pouvons voir une polarisation libérale claire dans les mesures proposées. Cette situation crée des contradictions, en particulier par rapport à des groupes qui sont en dehors de la logique du marché, comme dans le cas des peuples originaire et des quilombolas. Tenter d'insérer ces groupes dans le marché capitaliste peut créer des situations où la culture et le mode de vie de ces groupes sont gravement menacés. Cette étude vise à analyser la politique agricole de la Banque mondiale, en comparant le modèle de développement préconisée par la banque, avec un accent sur les droits de propriété et l'insertion sur le marché, et le modèle de développement actuel de la Résolution n ° 41/128 de l'Assemblée Générale de Las Nations Unies (Déclaration sur le droit au développement), qui privilégie un développement motivé dans

l'autonomie et la émancipation des personnes. Le cadre théorique à être utilisé pour cette analyse est le concept de Development as Freedom, de Amartya Sen.

MOTS-CLÉS: *Banque Mondiale; developpement; populations traditionnelles.*

GRUPO DE TRABALHO 3

PERSPECTIVAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO SOCIOAMBIENTALISMO

A CIDADANIA AMBIENTAL EM CONSTRUÇÃO NO BRASIL PÓS-1988: ANÁLIS E PERSPECTIVAS PARA A IMPLANTAÇÃO DO SOCIOAMBIENTALISMO

ENVIRONMENTAL CITIZENSHIP UNDER CONSTRUCTION IN BRAZIL AFTER-1988: ANALYSIS AND PERSPECTIVES ABOUT SOCIAL ENVIRONMENTALISM DEPLOYMENT

Robinson Nicácio de Miranda

RESUMO: As políticas ambientais pretendem-se eficazes, o que somente se torna possível na medida em que venham acompanhadas de um permanente diálogo entre o Estado e a sociedade civil, protagonistas da proteção e promoção dos direitos fundamentais. A solução dos conflitos jurídico-ambientais depende da adequação dos instrumentos técnicos, políticos, econômicos e jurídicos ao desenho social de cada nação. Constata-se que grupos vulnerabilizados em razão de fatores socioeconômicos, informacionais, étnicos ou mesmo culturais, acabam por se submeter a um efeito desproporcional em relação aos custos ambientais o que implica na redução do exercício da cidadania com conseqüente não potencialização do empoderamento ambiental ocasionando a diminuição da capacidade de tomada de decisão em relação um bem ambiental. Neste sentido, a Justiça Ambiental como uma ferramenta de distribuição equitativa dos riscos, custos e benefícios ambientais pode ser analisada a partir do viés cidadania em construção tomando-se como ponto de referência o impacto da Constituição de 1988 neste processo que se estende por vinte e seis anos.

PALAVRAS-CHAVE: políticas ambientais; justiça ambiental; grupos vulneráveis; empoderamento; cidadania.

ABSTRACT: *Environmental policies are intending to be effectiveness, which is possible only in so far as they come with by a permanent dialogue between the State and civil society, protagonists of the protection and promotion of fundamental rights. The solution of environmental and legal conflicts depends on the right application of technical, political, economic and legal instruments about social design of each nation. It's noted that vulnerable groups due to socioeconomic, ethnic, cultural or even informational factors, they submit a out of proportion effect in relation to environmental costs which implies the reduction of the exercise of citizenship with consequent environmental empowerment not enhancement, causing decreased ability of decision making about a environment resources. In this sense, the environmental justice as a tool for equility distribution of risks, costs and environmental benefits can be analysis from the bias citizenship under construction*

by taking as a reference the point of view of the Constitution of 1988 in this process that extends for twenty-six years.

KEYWORDS: *evironmental policy; environmental justice; vulnerablegroups; empowerment; citizenship.*

A NECESSÁRIA SUSTENTABILIDADE E SUA INADEQUAÇÃO DIANTE DOS MECANISMOS DE PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS

LA NECESÁRIA SUSTENTABILIDAD Y SU INADECUACIÓN FRENTE A LOS MECANISMOS DE PAGOS POR SERVICIOS AMBIENTALES

Daniele de Oliveira Lazzeres
Danielle de Ouro Mamed

RESUMO: Em tantos períodos da história vividos pela humanidade nunca se conjecturou tanto em torno da esgotabilidade das condições necessárias à vida no planeta. A crise socioambiental que se apresenta globalmente é ocasionada, segundo posicionamento majoritário da comunidade científica, pela inadequação do modo de produção e consumo das sociedades frente a uma quantidade limitada de recursos naturais para atender às suas demandas. Visando criar soluções para este problema, foi pensado o paradigma da sustentabilidade, numa tentativa de adequar o atendimento das necessidades econômicas à igual necessidade de manutenção dos ecossistemas para as próximas gerações. A partir desta construção no campo teórico, muitos mecanismos concretos foram criados com a finalidade de tornar possível uma equação equilibrada envolvendo economia e ecologia. Um desses instrumentos foram denominados como Pagamentos de Serviços Ambientais, cujo objetivo consiste em remunerar agentes que promovam a preservação ou recuperação dos recursos naturais. Em contrapartida, envolvem-se outros mecanismos econômicos de preservação ambiental mais amplos, como por exemplo, os mercados de carbono. Tais mecanismos, por vezes, acabam gerando resultados diversos ao esperado em termos de mitigação dos problemas ambientais tendo em vista que representam a possibilidade de comercialização de permissões para poluir, no caso dos créditos de carbono, ou, ainda, a total desconsideração dos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais eventualmente beneficiadas, já que tais mecanismos podem impor uma série de restrições de acesso aos recursos naturais necessários à sua reprodução física e cultural. Deste modo, pretende-se abordar o tema visando-se responder ao questionamento em torno da adequação ou inadequação deste mecanismo à própria noção de sustentabilidade que o legitima no discurso oficial. Para tanto, primeiramente, buscaremos definir sobre qual ideia de sustentabilidade se pretende considerar e qual sua proposta para a crise socioambiental. A seguir, será demonstrado como estão sendo pensados os sistemas de Pagamentos por Serviços Ambientais para, finalmente, ser possível avaliar se tal mecanismo pode ou não ser considerado sustentável diante dos problemas observados na sua instituição e gestão.

PALAVRAS-CHAVE: direito socioambiental; sustentabilidade; pagamentos por serviços ambientais.

RESUMEN: *En tantos períodos de la historia vividos por la humanidad nunca se ha pensado tanto sobre el agotamiento de las condiciones necesarias a la vida en el planeta. La crisis socioambiental que se presenta globalmente es ocasionado, de acuerdo a la posición mayoritaria de la comunidad científica, por la inadecuación entre el modo de producción y consumo de las sociedades frente a una cantidad limitada de recursos naturales para atender a sus demandas. Visando crear soluciones para este problema, fue pensado el paradigma de la sustentabilidad, como una tentativa de adecuar la atención a las necesidades económicas a la igual necesidad de manutención de los ecosistemas para las próximas generaciones. A partir de esta construcción en el campo teórico, muchos mecanismos concretos fueron creados con la finalidad de hacer posible una ecuación equilibrada involucrando economía y ecología. Uno de dichos instrumentos fueron nombrados como Pagos de Servicios Ambientales, cuyo objetivo consiste en remunerar a los agentes que promueven la preservación o recuperación de los recursos naturales. En contrapartida, son relacionados a otros mecanismos económicos de preservación ambiental más amplios, como por ejemplo, los mercados de carbono. Tales mecanismos, sin embargo, generan resultados diferentes a los esperados en términos de mitigación de los problemas socioambientales teniéndose en cuenta que representan la posibilidad de comercialización de permisos para contaminar, como en el caso de los créditos de carbono, o, aún, la total desconsideración de los derechos de los pueblos indígenas y comunidades tradicionales que son beneficiadas, ya que tales mecanismos pueden imponer una serie de restricciones de acceso a los recursos naturales necesarios a su reproducción física y cultural. De este modo, pretendemos abordar el tema de modo a responder el cuestionamiento acerca de la adecuación o inadecuación de este mecanismo a la propia idea de sustentabilidad que le legitima en el discurso oficial. Para ello, primeramente, buscaremos definir sobre cual idea de sustentabilidad de pretende considerar y cual su propuesta para la crisis socioambiental. Enseguida, se demuestra como son pensados los sistemas de Pagos por Servicios Ambientales para, finalmente, ser posible evaluar si dicho mecanismo puede o no ser considerado sustentable frente a los problemas observados en su institución y gestión.*

PALABRAS-CLAVE: derecho socioambiental; sustentabilidad; pagos por servicios ambientales.

A QUESTÃO DA OCUPAÇÃO HABITACIONAL EM ÁREAS AMBIENTALMENTE PROTEGIDAS

THE MATTER OF HUMAN SETTLEMENTS IN ENVIRONMENTALLY PROTECTED AREAS

Gisela Provasi
Lucas Sanchez

Ana Tereza Viana

RESUMO: Sendo de especial interesse ambiental e determinantes na preservação de recursos hídricos, da fauna e da flora, na estabilidade geológica e pedológica, as áreas de preservação permanente (APPs) foram definidas no Código Florestal de 1965, recebendo proteção legal desde então. No contexto brasileiro de crescimento irregular e desordenado dos centros urbanos, contudo, observa-se a ocupação antrópica em tais áreas. Esta ocupação se dá, por exemplo, pela construção de moradias em regiões de encostas e pela instalação de rodovias às margens de cursos d'água. Esta situação é muitas vezes apontada como antagônica, no caso da relação entre o movimento social e o ambiental, como duas frentes separadas e conflitantes, de maneira que se torna necessária uma análise mais aprofundada da questão, a fim de verificar-se a compatibilidade das demandas e a aplicação harmoniosa da socioambientalidade. O objetivo do artigo proposto será o de analisar a situação jurídica atual e o conflito aparente entre inclusão social e proteção ambiental, identificando tendências para a solução de tais conflitos no âmbito do direito.

PALAVRAS-CHAVE: movimento social, ambientalismo, APP, moradias, meio-ambiente.

ABSTRACT: *The Brazilian Forest Code of 1965 established the parameters for areas of permanent preservation (APPs, in portuguese), which received legal protection ever since, once they were considered to be of primordial importance for the environmental well-being, and as they were since viewed as determinant for the preservation of hydric resources, as well as flora and fauna. From Brazil's history of irregular and disorganized growth in urban centres, however, these spaces have been occupied by human settlements through the construction of housing projects and highways nearby river valleys and hills, for instance. The interaction between the social and the environmental movements is commonly view as antagonic, as in the scenario put above, as if they were two movements with non compatible and unrelated demands. This makes it mandatory to analyse the matter more carefully, studying the compatibility of the demands involved and the possibility of applying socioenvironmental principles harmoniously. The main goal of this article is the analysis of today's legal and normative situation, investigating the incompatibilities concerning both movements and identifying strategies for the solution of those alluded conflicts of interests.*

KEYWORDS: social movements; environmentalism; APP; housing; environment.

AGROECOLOGIA NO MUNICÍPIO DE IRATI/PR: DESCRIÇÃO DAS INICIATIVAS DO PODER PÚBLICO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL

AGROECOLOGÍA EN LA CIUDAD DE IRATI/PR: DESCRIPCIÓN DE LAS INICIATIVAS DEL GOBIERNO PARA EL DESARROLLO SOCIAL Y AMBIENTAL

Anne Geraldi Pimentel

RESUMO: A agroecologia é uma forma de produção agropecuária que utiliza o conhecimento dos camponeses e que estuda as relações do homem com o meio ambiente para produzir alimentos saudáveis de maneira sustentável e com respeito à natureza. Algumas iniciativas de produzir desta forma têm sido bastante estimuladas, inclusive por poderes públicos, como no município de Irati. Localizado na região centro-sul do Estado do Paraná, nota-se, ainda, a presença de pequenas propriedades agrícolas, que produzem em sistema de agricultura familiar e de forma agroecológica. Pode-se perceber neste município que o poder público tem buscado implementar políticas públicas no sentido de valorizar e manter essas famílias no campo, como a criação de um departamento de agroecologia, vinculado à Secretaria de Agropecuária, Abastecimento e Segurança Alimentar. Assim, o objetivo deste trabalho é descrever e analisar as iniciativas da atual gestão municipal (2013/2016) para incentivar a produção de alimentos agroecológicos. E avaliar se estas iniciativas têm colaborado para a construção de uma justiça social que leve em consideração a redistribuição e o reconhecimento das comunidades camponesas do município.

PALAVRAS-CHAVE: agroecologia; meio ambiente; agricultura familiar; poder público.

RESUMEN: La agroecología es una forma de producción agrícola que utiliza el conocimiento de los campesinos y el estudio de las relaciones humanas con el medio ambiente para producir alimentos sanos de una manera sostenible y con respeto por la naturaleza. Algunas iniciativas para producir de esta manera han sido bastante animados, incluso por las autoridades públicas, como en la ciudad de Irati. Situado en la región centro-sur del Estado de Paraná, tenga en cuenta también la presencia de pequeñas fincas, que producen en la agricultura de manera ecológica y en sistema familiar. Se puede notar en esta ciudad que el Gobierno ha tratado de implementar políticas públicas para mejorar y mantener a estas familias en el campo, como la creación de un departamento de agroecología, vinculado a la Secretaria de Agropecuaria, Abastecimiento y Seguridad Alimentar. Así, el objetivo de este estudio es describir y analizar las actuales iniciativas de la administración municipal (2013/2016) para fomentar la producción de alimentos ecológicos. Y evaluar si estas iniciativas han colaborado a construir a una justicia social que tiene en cuenta la redistribución y el reconocimiento de comunidades campesinas del municipio.

PALABRAS CLAVE: agroecología; medio ambiente; agricultura familiar; poder público.

CADASTRO AMBIENTAL RURAL PARA POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: OS FAXINAIS NO PARANÁ

REGISTRO AMBIENTAL RURAL PARA LOS PUEBLOS Y COMUNIDADES TRADICIONALES: LOS FAXINAIS EN PARANÁ

José Antônio Peres Gediel
Flavia Donini Rossito

RESUMO: No âmbito do monismo jurídico criado para o regime de propriedade no sistema jurídico brasileiro, a Lei nº 12.651 de 2012 estabeleceu o dever do Cadastro Ambiental Rural, como forma de controle estatal das áreas de proteção ambiental. A obrigatoriedade do Cadastro Ambiental Rural não se limita aos imóveis rurais privados, uma vez que foi estendida aos povos e comunidades tradicionais. O problema surge quando se cria um sistema de cadastro com base na lógica do imóvel rural privado para outras formas de territorialidade. O presente artigo tem por objetivo analisar como o sistema de cadastro é inadequado para os Faxinais, uma vez que o Cadastro Ambiental Rural foi concebido de forma a reforçar a existência de único modelo de regime de propriedade e de proteção ambiental. A partir do método histórico, analisamos a influência do regime jurídico de propriedade adotado pelo Direito brasileiro e os reflexos deste sistema na atuação e controle estatal, que faz com que os Faxinais permaneçam na invisibilidade. Concluimos que um cadastro para os Faxinais só será adequado se o sistema de Cadastro Ambiental Rural for repensado e reformulado para abranger outras formas de territorialidade e proteção ambiental, diversas das estabelecidas pelo atual sistema jurídico.

PALAVRAS-CHAVE: cadastro ambiental rural; monismo jurídico; faxinais; invisibilidade.

RESUMEN: En el ámbito de un monismo jurídico creado para el sistema de la propiedad en el ordenamiento jurídico brasileño, a Ley nº 12 651 2012 estableció el deber del Registro Ambiental Rural, como una forma de control estatal de las zonas de protección ambiental. La obligación de realizar el Registro Ambiental Rural no se limita a las propiedades rurales privadas, ya que se extendió a los pueblos y comunidades tradicionales. El problema surge cuando se crea un sistema de registro basado en la lógica de la propiedad rural privada a otras formas de territorialidad. Este artículo pretende analizar cómo el sistema de registro no es adecuado para los Faxinais, ya que el registro fue diseñado para reforzar la existencia de un único modelo de propiedad y de protección ambiental. A partir de un método histórico se analiza la influencia del régimen jurídico de la propiedad adoptado pelo ordenamiento jurídico brasileño y sus reflejos en la acción y en lo control estatal, llevando los Faxinais a permanecer en la invisibilidad. Llegamos a la conclusión que un registro para los Faxinais solo será adecuado si el sistema de lo Registro Ambiental Rural si repensado y reformulado para abarcar otras formas de territorialidad y protección ambiental distinto de las formas establecido por la actual ordenamiento jurídico.

PALABRAS CLAVE: registro ambiental rural; monismo jurídico; faxinais; invisibilidad.

DIREITO E SOCIOAMBIENTALISMO: PERSPECTIVAS SOBRE GÊNERO NO CAMPO

DERECHO Y SOCIOAMBIENTALISMO: PERSPECTIVAS SOBRE GÉNERO EN CAMPO

Larissa Carvalho de Oliveira
Rabah Belaidi

RESUMO: O contexto rural brasileiro apresenta situações de conflitos fundiários recorrentes e persistentes entre grupos sociais. A origem da problemática da terra no Brasil é intrinsecamente ligada à ocupação histórica do território pela potência colonial e a própria formação do Estado Brasileiro. A organização comunitária e familiar, que privilegia a produção para o próprio sustento, identifica-se com um modelo agrícola tradicional que considera a terra como elemento fundamental para presentes e futuras gerações. A partir de lógicas diversas, o agronegócio tende a expandir sua estrutura técnica e científica no campo, com exigências de mercantilização e apropriação individual e excludente da terra. A exclusão de determinados sujeitos pode ser observada, por exemplo, nos espaços de expansão das fronteiras agrícolas, em que concepções distintas de mundo se enfrentam. Objetiva-se, assim, identificar elementos que diferenciam ou aproximam agronegócio de campesinato, mediante a ótica do direito agrário, entendido como parte do direito socioambiental. A realização deste trabalho também pretende investigar o papel do direito agrário brasileiro perante as relações socioeconômicas no campo, especialmente a partir do tratamento dado à terra, do modo de utilização de recursos naturais e da questão de gênero no campo. Desta maneira, a transformação da terra em propriedade estabeleceu-se mediante a imposição da lógica do capitalismo expansionista, que atende por agronegócio no campo. Abordaremos inicialmente a questão da terra, a partir de uma reflexão crítica acerca de processos de apropriação. Na sequência, apresentaremos estudos sobre construções teóricas que relacionam campesinato e agricultura familiar, a fim de se afunilar o debate sobre a identidade camponesa, e suas consequências no tratamento da mulher rural. Será analisada a ação que o direito exerce na determinação da condição jurídica do sujeito camponesa/agricultora familiar.

PALAVRAS-CHAVE: direito agrário; territorialidade; gênero no campo; campesinato.

RESUMEN: El contexto rural brasileño presenta situaciones de conflictos de tierra recurrentes y persistentes entre los grupos sociales. El origen del problema de la tierra en Brasil está intrínsecamente vinculada a la ocupación histórica del territorio por el poder colonial y la formación misma del Estado brasileño. La organización de la comunidad y la familia, que se centra en la producción para mantenerse a sí mismos, se identifica con un modelo de agricultura tradicional que considera la tierra como un elemento fundamental para las generaciones presentes y futuras. Con diferentes perspectivas, el agronegocio tiende a ampliar su estructura técnica y científica en el campo, con las demandas de la comercialización y la apropiación de la tierra individual y que excluye. La exclusión de ciertas personas se puede observar, por ejemplo, en las zonas de expansión de la frontera agrícola, donde las diferentes concepciones del mundo se enfrentan. Por lo tanto, el objetivo es identificar los elementos que diferencian o cerca campesinado de agronegocio, a través de la perspectiva de el derecho agrario, entendido como parte de el derecho "socioambiental". Este trabajo también tiene la intención de investigar el papel del

derecho agrário brasileiro en las relaciones socio-económicas en el campo, sobre todo desde el tratamiento de la tierra, cómo utilizar los recursos naturales y las cuestiones de género en el campo. De esta manera, la transformación de la tierra en propiedad fue creada por la imposición de la lógica expansionista del capitalismo, que va por agonegocio en campo. Inicialmente discutiremos el tema de la tierra, desde un análisis crítico de los procesos de apropiación. Después, vamos a presentar estudios sobre constructos teóricos que relacionan campesinado y la agricultura familiar con el fin de canalizar el debate sobre la identidad campesina, y sus consecuencias en el tratamiento de las mujeres rurales. Se analizará la acción del derecho de determinar la condición del sujeto mujer del campo/ mujer de la agricultura.

PALABRAS CLAVE: *derecho agrario; territorialidad; género en el campo; campesinado.*

ECONOMIA VERDE: UMA NOVA PERSPECTIVA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ÉCONOMIE VERTE: UNE NOUVELLE PERSPECTIVE POUR LE DÉVELOPPEMENT DURABLE

Renata Medeiros da Cruz
Tamiris Melo Pereira

RESUMO: Em face de tudo que envolve a natureza, principalmente o perigo de destruição eminente, fica evidente que nunca o mundo pensou/falou tanto em meio ambiente e em metas para atingir a plena preservação. Desse modo, diante o patente desgaste ambiental, tornou-se necessário que novas medidas, ideias e decisões tornassem prioridade com relação aos assuntos contemporâneos, oportunizando ao homem a reconstrução de sua relação com a natureza. Frente à crise ambiental, surgiram movimentos ideológicos pró meio ambiente que vêm sobressaindo no século XXI, dentre eles estão a Economia Verde e o Desenvolvimento Sustentável- objetos de estudo do presente artigo. Meio Ambiente e Economia mantém uma relação extremamente íntima entre si, já que a atividade econômica se perfaz sobre a utilização de recursos naturais. De fato, a Economia somente tem sentido na medida em que todos seus estudos e verificações se voltam para os bens que circulam e são produzidos socialmente, o que ocorre graças a utilização/transformação dos recursos extraídos da natureza. Dessa feita, surgem os movimentos ideológicos ambientais acima citados, buscando a interação meio ambiente saudável e progresso econômico. Consoante tal situação, propõe-se o estudo da Economia Verde a fim de trazer a tona seu conceito e objetivos. Com isso, será possível uma posterior análise comparativa da relação entre Economia Verde e Desenvolvimento Sustentável na atualidade, já que o último está em pleno desgaste e vem perdendo seus alicerces para o sistema econômico capitalista. Para consubstanciar o estudo serão usados os procedimentos metodológicos bibliográfico e comparativo.

PALAVRAS-CHAVE: economia verde; desenvolvimento sustentável; meio ambiente; modo de produção; apropriação da natureza.

RESUMÉ: *Dans le visage de tout ce qui concerne la nature, en particulier le danger d'une destruction imminente, il est clair que le monde n'a jamais pensé / dit à la fois l'environnement et les objectifs pour atteindre le maintien intégral. Ainsi, avant l'usure de l'environnement de brevet, il est devenu nécessaire que de nouvelles mesures, les idées et les décisions deviennent la priorité par rapport aux enjeux contemporains, offrant des possibilités à l'homme reconstruire sa relation avec la nature. Face à la crise de l'environnement, il y avait des mouvements idéologiques de l'environnement pro qui viennent excellent dans le XXI e siècle, parmi eux sont l'économie verte et du développement durable du présent article, objets d'étude. Environnement et l'économie maintient une relation très étroite avec l'autre, que l'activité économique a totaux sur l'utilisation des ressources naturelles. En effet, l'économie n'a de sens que dans la mesure où toutes ses études et contrôles se tournent vers les produits qui circulent et qui sont produites par la société, qui se produit grâce à l'utilisation/transformation des ressources extraites de la nature. Cette fois, il ya des mouvements idéologiques environnementaux mentionnés ci-dessus, qui cherchent l'interaction environnement sain et le progrès économique. Selon cette situation, nous proposons l'étude de l'économie verte dans le but de mettre en évidence son concept et les objectifs. Avec cela, vous pouvez plus tard, la comparaison de la relation entre l'économie verte et l'examen de développement durable aujourd'hui, depuis la dernière est en pleine usure et perd ses fondations pour le système économique capitaliste. Pour étayer l'étude sera utilisé les procédures méthodologiques et la littérature comparée.*

MOTS-CLÉS: *l'économie verte; l'écosocialisme; environnement; le mode de production; appropriation de la nature.*

GESTÃO DEMOCRÁTICA E ENERGIA EÓLICA COMO PERSPECTIVAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO SOCIOAMBIENTALISMO

GOVERNANCE DEMOCRATIC AND WIND ENERGY AS GOALS FOR IMPLEMENTATION OF SOCIOENVIRONMENTALISM

José Osório do Nascimento Neto

RESUMO: Sob a ótica do Estado Democrático e do Direito Socioambiental, o presente trabalho acadêmico tem por objetivo analisar, criticamente, como tem funcionado, na última década (2004-2014), a gestão da energia eólica no Brasil. Acredita-se que, com base nesse estudo científico, se possa debater, construtivamente, acerca de duas positivas perspectivas para a implementação do socioambientalismo. Para que isso seja possível, serão analisados os sujeitos envolvidos na gestão, os aspectos democráticos desta gestão, as características positivas e negativas da energia eólica, o ambiente institucional setorial, assim como os mecanismos já existentes no planejamento energético brasileiro, para que se possa, num segundo momento, propor modificações e/ou alterações que deem

suporte para uma efetiva implementação do socioambientalismo em nosso País em relação a esta atividade econômica.

PALAVRAS-CHAVE: gestão; democracia; energia eólica; socioambientalismo.

SUMMARY: *From the perspective of the democratic state and the Environmental Law, this academic work aims to analyze critically, as has worked in the last decade (2004-2014), the management of wind energy in Brazil. It is believed that, based on this scientific study, can be debated constructively about two positive prospects for the implementation of socio-environmentalism. For this to be possible, the subjects involved in the management will be analyzed, democratic aspects of management, the positive and negative characteristics of wind energy, the sector institutional environment, as well as existing mechanisms in the Brazilian energy planning, so that we can, a second time propose modifications and / or changes that support for effective implementation of socio-environmentalism in our country with regard to this economic activity.*

KEYWORDS: *management; democracy, wind energy, environmental.*

INFORMAÇÃO PARA O PÓS-CONSUMO: EFICÁCIA SOCIAL E SUSTENTABILIDADE PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS VALORES SOCIOAMBIENTAIS

INFORMATION FOR THE POST-CONSUMPTION: SOCIAL EFFECTIVENESS AND SUSTAINABILITY FOR THE IMPLEMENTATION OF SOCIAL AND ENVIRONMENTAL VALUES

Antônio Carlos Efig
Talita Tosin Soares
Fernanda Mara Gibran Bauer

RESUMO: O atual cenário ambiental demanda a efetividade de políticas públicas para as relações jurídicas de consumo no tocante aos modos de consumir e de fornecer, sobretudo pensando na questão do pós-consumo e o impacto no meio ambiente. O consumismo, financiado pelo capitalismo e pelos meios de produção insustentáveis, exige do ecossistema mais do que ele pode conceder trazendo riscos à sociedade e comprometendo a biodiversidade. O objetivo do presente estudo é analisar o impacto socioambiental do consumo, tendo como premissa o consumo consciente e o fornecimento sustentável de produtos e serviços, pressupondo que a eficácia social relaciona-se ao suprimento das necessidades das gerações atuais com o pensamento voltado ao resguardo da satisfação das necessidades das gerações futuras. Enquanto que a sustentabilidade das políticas e sua efetivação exige a prestação de informação correta e adequada ao consumidor, além da educação ambiental voltada à sociedade de consumo com o escopo de esta ter consciência quanto ao impacto de seus atos no meio ambiente. Por meio de método dedutivo, partindo-se da análise da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e da Lei 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), verifica-

se que o fornecimento sustentável possui diversas maneiras de concretização, sendo uma delas o empreendimento da prática da logística reversa dos resíduos do pós-consumo, tornando-se realmente efetiva quando houver a devida informação na embalagem dos produtos, haja vista que é obrigação legal do consumidor, presumidamente vulnerável, entregar os resíduos de pós-consumo ao fornecedor a fim de este realizar a logística reversa. Portanto, o socioambientalismo seria possível por meio não apenas da sustentabilidade das práticas de consumo, mas também na correta distribuição dos benefícios que os fornecedores auferem da exploração dos recursos naturais entre toda a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Informação para o pós-consumo; eficácia social; política pública de consumo; sustentabilidade; socioambientalismo.

ABSTRACT: *The current environmental scenario demands the effectiveness of public policies for the legal relations of consumption in relation to the ways to consume and to provide, especially thinking about the issue of post-consumption and environmental impact. Consumerism, funded by capitalism and the unsustainable means of production requires from the ecosystem more than he can grant bringing risks to society and undermining biodiversity. The aim of this study is to analyze the environmental impact of consumption, with the premise of the conscious consumption and sustainable supply of goods and services, assuming that social effectiveness is related to the supply of the current generation needs with the thought returned to guard the meeting the needs of future generations. While the sustainability of policy and its implementation requires the provision of correct and adequate information to consumers, as well as environmental education aimed at the consumer society with the scope of this have awareness about the impact of their actions on the environment. Through deductive method, starting from the analysis of Law 8,078 / 90 (Consumer Protection Code) and Law 12,305 / 2010 (National Policy on Solid Waste), it turns out that the sustainable supply has several ways of achieving, one being the development of the practice of reverse logistics of post-consumer waste, making it really effective when there is adequate information on the packaging of products, given that it is legal user must, presumably vulnerable, drop off your waste post consumer to the supplier in order to carry out this reverse logistics. So socioenvironmentalism would be possible through not only the sustainability of consumption practices, but also in the correct distribution of the benefits that earn suppliers of exploitation of natural resources among all of society.*

KEYWORDS: *Information for the post-consumption; social effectiveness; public policy on consumption; sustainability; social and environmentalism.*

JUSTIÇA AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO: UM DIÁLOGO POSSÍVEL?

ENVIRONMENTAL JUSTICE AND DEVELOPMENT: IS THERE A POSSIBLE CONVERSATION?

Thiago da Silva Ferreira

RESUMO: O presente artigo visa analisar o conflito entre desenvolvimento econômico e preservação socioambiental partindo da premissa que a relação entre a sociedade e as empresas pode ser feita de modo dialógico. No Brasil temos grandes empreendimentos que movimentam vultuosos recursos, tais como as obras do Programa de Aceleração do Crescimento, atividade mineradora, agronegócio, além das obras para os grandes eventos internacionais. O mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental apresentado pelo LIS/ICICT-FIOCRUZ apresenta 300 casos no país. Partindo deste contexto verificamos que diferente de outrora, quando o desenvolvimento era um objetivo incontestado, os limites entrópicos do planeta (LEFF, 2007) provam que os bens ditos comuns como água e ar puro não o são, o que traz o desafio contabilizá-los e protegê-los. Mas o que fazer quando os critérios das empresas se confrontam aos da sociedade? Tem sido proposta uma nova racionalidade ambiental, além da tradicional, considerando o ambiente um sistema orgânico interdependente. Surge o conceito de justiça ambiental (LEFF, 2004; ACSELRAD, 2009) para integrar os aspectos sociais e ambientais que tem atingido de forma perversamente desproporcional as minorias e populações em vulnerabilidade social. Nomeando alguns dos conflitos, dentre outros o autor Joan Martinez-Alier (2007) propõe: racismo ambiental (poluição em áreas habitadas por minorias), imperialismo tóxico (envio de resíduos de países e empresas do mundo desenvolvido a países ou regiões pobres), conflitos judiciais com empresas transnacionais, degradação dos solos, conflitos mineiros, direitos locais e nacionais de pesca, desrespeito às áreas com ampla sócio e biodiversidade, lutas dos trabalhadores pela saúde, segurança dos consumidores e cidadãos, conflitos relacionados com o transporte, ecologismo indígena, lutas urbanas por ar e água limpos, direitos dos ciclistas e dos pedestres no trânsito urbano, e por fim o ecologismo dos pobres, ou seja a luta das camadas mais vulneráveis contra prejuízos sociais e ambientais infringidos por governos ou países com desproporcional poder de influência político-econômica. Desta forma, seria a licença social para operar tão difundida na indústria mineradora, altamente impactante, a solução para o abrandamento dos confrontos? Seria suficiente a iniciativa das empresas até então, ou novas formas de relacionamento e diálogo com as comunidades devem ser elaboradas?

PALAVRAS-CHAVE: justiça ambiental; desenvolvimento; conflitos; licença social.

ABSTRACT: *This article aims to analyze the conflict between economic development and environmental preservation based on the premise that the relationship between society and business can be done in dialogical mode. In Brazil we have large projects that move substantial funds, such as the works of the Growth Acceleration Program, mining activities, agribusiness, besides the works for major international events. The map of conflicts involving environmental injustice presented by the LIS / ICICT-FIOCRUZ has 300 cases in the country. From this context we found that unlike the past, when development was an uncontested goal, entropic limits of the planet (LEFF, 2007) prove that the said common goods such as water and clean air are not, which brings the challenge account for them and protects them. But what to do when the criteria of the companies are confronted to society? It has been proposed a new environmental rationality, beyond the traditional, considering the environment an interdependent organic system. Comes the concept of environmental justice (LEFF, 2004; Acselrad, 2009) to integrate social and environmental aspects that have reached perversely minorities and socially*

vulnerable populations. Naming some of the conflicts, among others the author Joan Martinez-Alier (2007) proposes: environmental racism (pollution in areas inhabited by minorities), toxic imperialism (sending waste to countries and companies of the developed world to poor countries or regions), conflicts court with transnational corporations, soil degradation, mining conflicts, local and national fishing rights, disrespect for areas with wide social and biodiversity, workers' struggles for health, safety of consumers and citizens, conflicts with shipping, indigenous environmentalism, fights urban air and clean water, rights of cyclists and pedestrians in urban traffic, and finally the environmentalism of the poor, ie the fight against the most vulnerable social and environmental damage inflicted by governments or countries with disproportionate power to influence political economic. It would then be the social license to operate so widespread in the mining industry, highly impactful, the solution to the slowdown of the clashes? Would be enough the initiative of the companies, or new forms of relationship and dialogue with communities should be developed?

KEYWORDS: *environmental justice; development; conflicts; social license.*

JUSTIÇA CLIMÁTICA NA PERSPECTIVA DO SOCIOAMBIENTALISMO

CLIMATE JUSTICE IN THE PERSPECTIVE OF SOCIOENVIRONMENTALISM

Gabriel Antonio Silveira Mantelli
André Ferreira de Castilho
Júlia Malheiros Garcia

RESUMO: Atualmente, as mudanças climáticas constituem importante eixo de preocupação do direito ambiental. Os impactos globais desse cenário teoricamente afetariam todo o globo de forma equânime. Por outro lado, em consonância com os preceitos de (in)justiça ambiental, tem-se que as comunidades vulneráveis em termos socioambientais são as que mais sofrem os efeitos adversos desse quadro de crise climática. Nesse cenário, emerge o movimento por justiça climática. Com isso em vista, o presente artigo procurará demonstrar quais implicações jurídicas a justiça climática é capaz de abarcar à luz da perspectiva do socioambientalismo, tendo por base a legislação nacional, como a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei Federal nº 12.187/2009).

PALAVRAS-CHAVE: justiça climática; vulnerabilidade; socioambientalismo.

ABSTRACT: *Presently, climate changes constitute an important source of preoccupation in environmental law. It is commonly presumed that the impacts of this scenario areequally distributed throughout the whole globe. Nevertheless, in consonance with the precepts of environmental (in)justice, it is seen that the most vulnerable communities in socioenvironmental terms are the ones which most suffer from the adverse effects of climate crisis. In this context, the movement advocating for climate justice emerges. Acknowledging these premises, this paper will demonstrate what juridical implications climate justice is able to perform in*

accordance with socioenvironmentalism ideas, using Brazilian law as guideline, for example, Brazilian Climate Change Act (Federal Law No. 12,187/2009).

KEY-WORDS: *climate justice; vulnerability; socioenvironmentalism.*

LICENCIAMENTO DE HIDRELÉTRICAS NO BRASIL – ABISMO ENTRE O DIREITO DO ESTADO MONOCULTURAL E OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

LICENCIAS HIDROELÉCTRICA EN BRASIL – LA BRECHA ENTRE EL DERECHO DEL ESTADO MONOCULTURAL Y LOS DERECHOS DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS

Maria Augusta Assirati

RESUMO: O ciclo de produção, transmissão, e distribuição de energia, também no Brasil, têm sido defendido como indispensável ao crescimento econômico. A matriz energética brasileira, fundada prioritariamente na hidroeletricidade, é implementada por meio de barragens para aproveitamento das águas dos rios. Tais empreendimentos geram impactos ao ambiente e às comunidades de seu entorno. O incremento da economia brasileira é perseguido como sinônimo de desenvolvimento, muito embora os métodos utilizados para persegui-lo reforcem a consolidação das perversas consequências do sistema capitalista de produção, maximizado pelo fenômeno da globalização. Ademais, tem sido difundida de forma hegemônica, uma concepção de desenvolvimento ancorada em elementos referentes principalmente ao crescimento econômico, simplificando e empobrecendo a noção de desenvolvimento, ao excluir seus componentes sociológicos e culturais. Grande parte dos rios onde se pretendem os aproveitamentos hidrelétricos no país integram a bacia amazônica, em região marcada pela presença de comunidades tradicionais, ribeirinhas e indígenas. A notável diversidade social e cultural brasileira exige especificidades no estabelecimento das relações com os diferentes grupos sociais, em especial, com os povos indígenas. Qualquer interface com comunidades originárias, só não resultará desastrosa para esses grupos, caso sejam implementadas políticas específicas em função da diversidade sociocultural em que se inserem. Essa exigência é mais relevante no campo de intervenções hidrelétricas, produtoras de fortes impactos sobre seus territórios e recursos naturais, e consequentemente, seus tradicionais modos de vida e organização. A legislação que trata do licenciamento desses empreendimentos, contudo, é produto de uma atuação monocultural e colonial do Estado, reproduzindo esses paradigmas, ao desconsiderar a necessidade de práticas específicas para efetiva garantia da sobrevivência física e cultural desses povos ante a pretensão de tais intervenções. Nesse trabalho, avaliaremos a legislação que orbita em torno do licenciamento ambiental desses empreendimentos e seus potenciais efeitos negativos à garantia da vida e dos direitos dos povos indígenas. Tal legislação será apreciada no âmbito do ordenamento jurídico vigente, enfatizando-se a necessidade de harmonizá-la com outras normas garantidoras de direitos desses povos. Como referencial teórico, estarão, dentre outras, referências a autores como Ademar Romeiro, Boaventura de Sousa Santos, Joan-Martinez Alier, e Vera Candau.

PALAVRAS-CHAVE: povos indígenas; licenciamento; hidrelétricas; legislação.

RESUMEN: *El ciclo de la energía, también en Brasil, se ha defendido como esencial para el crecimiento económico. La matriz energética brasileña, principalmente hidroeléctrica, se implementa por medio de represas para el uso del agua. Estos proyectos generan impactos sobre el ambiente y las comunidades circundantes. El crecimiento de la economía brasileña es perseguido como sinónimo de desarrollo, a pesar de que los métodos utilizados para perseguirlo fortalecen las consecuencias del sistema de producción capitalista, maximizado por la globalización. Ha sido hegemónica una concepción de desarrollo anclado en elementos económicos, lo que simplifica a la noción de desarrollo, excluyendo sus componentes sociológicos y culturales. Gran parte de los ríos donde desea construir hidroeléctricas en el país son parte de la cuenca amazónica, donde viven muchas comunidades tradicionales, ribereñas e indígenas. La diversidad social y cultural de Brasil exige específicas relaciones con los diferentes grupos sociales, en particular con los pueblos indígenas. Cualquier interfaz con las comunidades nativas, sólo no resultará desastroso para estos grupos si las políticas específicas se aplican sobre la base de la diversidad sociocultural en el que operan. Este requisito es más relevante en el ámbito de las intervenciones hidroeléctricas, produciendo un fuerte impacto en sus territorios y recursos naturales, y en sus formas de vida tradicionales y su organización. Leyes relativas a la concesión de licencias de estos proyectos, sin embargo, son producto de una actuación estatal monocultural y colonial, reproduciendo estos paradigmas, siempre que no toman en cuenta la necesidad de prácticas específicas para la efectiva garantía de la pervivencia física y cultural de estos pueblos antes que el reclamo de intervenciones. En este trabajo, evaluamos la legislación en órbita alrededor de la licencia ambiental de estos desarrollos y sus posibles efectos negativos sobre la seguridad de la vida y los derechos de los pueblos indígenas. Esa legislación se evaluará en el marco del ordenamiento jurídico vigente, haciendo hincapié en la necesidad de armonizar con otras normas que garantizan derechos de estos pueblos. El marco teórico será, entre otros, las referencias a autores como Ademar Romeiro, Boaventura de Sousa Santos, Joan-Martínez Alier, y Vera Candau.*

PALABRAS CLAVE: pueblos indígenas; concesión de licencias; energía hidroeléctrica; legislación.

O AGROTÓXICO E O TRANSGÊNICO DE CADA DIA O AGRONEGÓCIO (JÁ) NOS DEU HOJE: SOCIOAMBIENTALISMO E (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR

THE PESTICIDE AND GMO OF EACH DAY THE AGRIBUSINESS (ALREADY) GIVEN US TODAY: SOCIOENVIRONMENTALISM AND FOOD (IN)SECURITY

Jaciele Piskorski Pinto de Lima
Sheila Magali Moser Isensee
Roberta Oliveira Lima

RESUMO: Este artigo inicialmente tem como objeto de estudo os alimentos transgênicos ou geneticamente modificados, os agrotóxicos e sua relação com o direito humano a uma alimentação segura por parte dos membros de nossa sociedade. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica e a coleta de dados em sítios eletrônicos de teses e dissertações de pesquisa atinentes ao caso. Diante desse contexto de (in)segurança alimentar, busca refletir acerca das consequências para a saúde humana da ingestão e contato com agrotóxicos e alimentos geneticamente modificados os quais promovem a intoxicação da população, através do aumento do uso de pesticidas e suas graves consequências socioambientais. Na esfera do consumo, aborda-se ainda o direito à informação, o qual deve ser analisado e interpretado de forma integrada conforme preconizam os paradigmas socioambientalistas. A rotulagem dos alimentos é de suma importância nessa análise, pois busca garantir aos consumidores as informações necessárias à segurança alimentar, fato este que vem sofrendo oposição por partes de setores econômicos de nossa sociedade, como o agronegócio. Por fim, apresentam-se perspectivas para a implementação do socioambientalismo dentro da sara da segurança alimentar.

PALAVRAS-CHAVE: alimentos transgênicos; agrotóxicos; segurança alimentar; socioambientalismo; agronegócio.

ABSTRACT: *This article initially has as object of study GMO foods or genetically modified, pesticides and their relation to the human right to healthy food by the members of our society. The methodology used was literature review and data collection in electronic sites of theses and research dissertations pertaining to the case. In this context of (in)security, aims to reflect about the consequences for human health from ingestion and contact with pesticides and foods genetically modified which promote intoxication of the population, by increasing the use of pesticides and their onerous social and environmental consequences. In the sphere of consumption, it discusses also the right to information, which should be analyzed and interpreted in an integrated manner as advocated in the socioenvironmental paradigms. Food labeling is of paramount importance in this analysis because it seeks to guarantee to consumers the information necessary for food security, a fact that has come under opposition from parts of economic sectors of our society, such as agribusiness. Finally, they present prospects for implementing the socioenvironmentalism within the food security.*

KEYWORDS: *GMO; pesticide; food security; socioenvironmentalism; agribusiness.*

O GERENCIAMENTO DEMOCRÁTICO E PARTICIPATIVO DOS RECURSOS HÍDRICOS: A COBRANÇA PELO USO DAS ÁGUAS

THE DEMOCRATIC AND PARTICIPATORY MANAGEMENT OF WATER RESOURCES: CHARGING FOR THE USE OF WATER

Daniel Rubens Cenci
Marcos Paulo Scherer

RESUMO: O ordenamento jurídico brasileiro inseriu no país, a partir do mandamento constitucional, o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. O Sistema foi introduzido pela Lei das Águas juntamente com a Política Nacional dos Recursos Hídricos, visando operacionalizar uma forma sistemática de controle e gerenciamento para o uso e preservação das águas no território brasileiro. Ocorre que, como instrumento dessa política nacional o legislador previu, entre outros, a outorga e, ainda, a instituição da cobrança pelo uso dos recursos hídricos. A grande questão que se coloca ao debate é que, apesar de já terem transcorrido quase 20 anos desde a implementação da política nacional e do sistema de gerenciamento por lei federal, a cobrança pelo uso das águas ainda não foi implantada. E para que isso ocorra, algumas ações e decisões ainda dependem de vontade política, outras dependerão de decisões da própria sociedade civil organizada, através dos Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas, que assumem legalmente o papel de estabelecer os parâmetros e critérios dessa cobrança pelo uso dos recursos hídricos de forma participativa, descentralizada e democrática. Importante relevar no momento da definição destes parâmetros e critérios para a cobrança pelo uso das águas, qual o papel do recurso hídrico no momento do seu uso. Por vezes, num determinado processo produtivo, a água pode ser assumida como um insumo, usado para fabricação de outros produtos. Outras vezes, a água é mesmo uma mercadoria de consumo, engarrafada e vendida, gaseificada ou não, com sabor ou não, incolor ou com adição de outros produtos, mas servindo ao consumo humano em forma de produto do mercado. Ainda, diante da essencialidade da água para a manutenção da vida é um recurso natural essencial ao ser humano e, portanto, não pode ser simplesmente tratada como um bem dotado de valor econômico necessitando ser reconhecida como um recurso natural com acesso garantido como um direito humano fundamental. Nesse sentido, é papel da sociedade civil, por intermédio da participação democrática junto aos Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas, estimular o debate e a construção de um sentido humanizado para os recursos hídricos.

PALAVRAS-CHAVE: democracia participativa; água; cobrança.

ABSTRACT: *The Brazilian legal system entered the country from the constitutional law, the National System for Water Resources Management. The system was introduced by the Water Law together with the National Water Resources Policy, aiming to operationalize a systematic way of control and management for the use and preservation of water in Brazil. It happens that, as a tool that national policy the legislature provided, inter alia, the grant and also the introduction of charging for the use of water resources. The big question that arises in the debate is that, despite having passed nearly 20 years since the implementation of national policy and management system by federal law, charging for the use of water has not yet been located. And for this to happen, certain actions and decisions still depend on political will, others will depend on decisions of their own civil society, through the Committees of Watershed Management, legally assume the role of establishing the parameters and criteria that charging for the use water resources in a participatory, decentralized and democratically. Reveal important when defining these parameters and criteria for charging for the use of water, the role of water resources at the time of use. Sometimes a given production process, water can be assumed as a raw*

material used for manufacturing other products. Other times, water is even a consumer commodity, bottles and sold, carbonated or not, flavored or not, colorless or addition of other products, but serving for human consumption in the form of product market. Still, given the essentiality of water for the maintenance of life is a key natural resource for human beings and therefore can not simply be treated as an asset with economic value need to be recognized as a natural resource with guaranteed access as a human right fundamental. Therefore, it is the role of civil society, through democratic participation along with the Watershed Management Committees Hydrographic stimulate debate and the construction of a humanized sense to water resources.

KEYWORDS: *participatory democracy; water; collection.*

O PAPEL DO ESTADO NA DEFESA ECONÔMICA DO MEIO AMBIENTE

THE STATE 'S ROLE IN DEFENSE ECONOMIC ENVIRONMENT

Ana Maria Jara Botton Faria
Alexia Brotto Cessetti

RESUMO: Têm sido constantes as discussões acerca do conflito entre a necessidade de crescimento econômico e a exigência de preservação dos recursos ambientais. O tema tem integrado a pauta dos dirigentes dos mais diversos Estados Nações, porém, para atingir tal objetivo a administração pública deve adotar diversos procedimentos administrativos tais como investimentos no aparelhamento dos órgãos estatais e capacitação técnica dos agentes que detêm a competência para a proteção e aplicação das normas pertinentes. Nesta seara o presente artigo trata da evolução da regulamentação ambiental no Brasil, ressaltando o papel do Estado na condição de agente normatizador, regulador e fiscalizador, como importante instrumento indutor para a proteção ambiental aliada a um aprimoramento econômico e social de toda a coletividade.

PALAVRAS-CHAVE: estado; tributo ambiental; desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT: *Have been constant discussions about the conflict between the need for economic growth and the need to preserve the environmental resources. The theme has integrated the agenda of the heads of various United Nations; however, to achieve this goal the government should adopt various administrative procedures such as investments in equipment of state agencies and technical training of agents who hold the responsibility for the protection and enforcement the relevant Standards. In this area the present article deals with the evolution of environmental regulation in Brazil, highlighting the role of the state on condition of normalizing agent, regulator and watchdog as an important inducer instrument for environmental protection combined with an economic and social improvement of the whole community.*

KEYWORDS: *state; ECOTAX; sustainable development.*

O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO NA EFETIVAÇÃO DA JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL: O CASO DO CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO

JUDICIARY ROLE FOR THE SOCIOENVIRONMENTALISM EFFECTIVENESS: THE BRAZILIAN FOREST CODE CASE

Ana Stela Vieira Mendes Câmara
Gabrielle Bezerra Sales

RESUMO: Tradicionalmente, o Brasil costumava ser reconhecido como vanguardista na seara jusambiental. Contudo, em razão de uma crise institucional, manifesta, dentre outros aspectos, pela atuação de um poder legislativo de composição cada vez mais conservadora, notadamente por representantes do setor agroindustrial, tem se efetuado significativos retrocessos na proteção dos processos ecológicos essenciais. Tal situação se torna ainda mais gravosa diante da escassez hídrica e de eventos climáticos extremos que hoje se intensificam como o principal desafio do Estado e da coletividade para garantir condições minimamente adequadas de subsistência, mormente aos que se encontram em situação de maior vulnerabilidade socioambiental. Nesse contexto, a presente pesquisa pretende investigar as potencialidades e os limites da atuação do Poder Judiciário face às alterações na legislação florestal brasileira, sobretudo nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) nº 4901, 4902 e 4903, que questionam a validade de alguns dispositivos da Lei nº 12.651/2012 - o atual Código Florestal brasileiro, especialmente no que concerne à redução da reserva legal, entre outras situações, no caso de terras indígenas e unidades de conservação no território municipal; à dispensa de constituição de reserva legal por empreendimentos de abastecimento público de água, tratamento de esgoto, exploração de energia elétrica e implantação ou ampliação de ferrovias e rodovias; à anistia de multas para aqueles que realizaram o desmatamento em Áreas de Preservação Permanente e Áreas de Reserva Legal. Espera-se do Supremo Tribunal Federal, portanto, um posicionamento de garantia eficaz da Constituição Federal de 1988 dentro dos limites de sua atuação enquanto Corte Constitucional. Para a consecução dos fins estabelecidos, utiliza-se método de abordagem hipotético-dedutivo, método de procedimento comparativo e técnicas de pesquisa bibliográfica e documental.

PALAVRAS-CHAVE: código florestal brasileiro; justiça socioambiental; corte constitucional.

ABSTRACT: *Traditionally, Brazil used to be recognized as avant-garde in environmental law. However, due to an institutional crisis, manifested, among other things, by the action of a legislature of increasingly conservative composition, notably by representatives of the agro-industrial sector, government has made significant regressions in protecting essential ecological processes. This situation becomes even more serious considering the scenario of water scarcity and extreme weather events that now shows up as the main challenge of the state and the community to ensure minimally adequate livelihoods, especially those who are in higher social and environmental position of vulnerability. In this context, the present study aims to*

investigate the potential and the limits of the Judiciary role facing the changes in Brazilian Forest Legislation, particularly in Direct Actions of Unconstitutionality (DAUs) n. 4901, 4902 and 4903, that question the validity of some articles from Law n. 12,651/2012 - the current Brazilian Forest Code, especially regarding the reduction of Legal Reserve Areas, for instance in the case of indigenous lands and protected areas in the municipality; the dismissal of Legal Reserve Areas for enterprises of public water supply, sewage treatment, energy exploration and implementation or expansion of railways and highways; the amnesty of fines for those who underwent deforestation in Permanent Preservation Areas and Legal Reserve Areas. It is hoped the Supreme Court to guarantee Federal Constitution of 1988's effectiveness within the limits of its role as Constitutional Court. To achieve the purposes set out, we use hypothetical-deductive approach, comparative method of procedure and techniques of bibliographical and documentary research.

KEYWORDS: *Brazilian forest code; environmental justice; constitutional court.*

O PARADIGMA DA MODERNIDADE, A RAZÃO INDOLENTE E O SABER ECOLÓGICO: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE UM NOVO PARADIGMA NA RELAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE

THE PARADIGM OF MODERN, THE REASON INDOLENT AND KNOW ECOLOGICAL: REFLECTIONS ON THE FORMATION OF A NEW PARADIGM TO THE ENVIRONMENT

Carla Daniela Leite Negócio

RESUMO: O presente trabalho parte de uma observação trivial: os homens para a satisfação de suas novas e múltiplas necessidades, que são ilimitadas, disputam os bens da natureza, por definição limitados. Tão simples quanto importante, esta observação está na raiz de grande parte dos conflitos que se estabelecem no mundo. A crença na infinitude da natureza e na tecnologia moderna, que ostenta a pretensão de dissipar qualquer problema, respaldou e incentivou uma economia linear, com direcionalidade contínua, progressiva e que se move para a frente, trazendo, implicitamente, a noção de uma vida futura melhor, mais avançada e mais próspera. Esse modo de ver, entretanto, revela um descompasso com a economia circular da natureza, compreendida e vivenciada pelas populações tradicionais, que tem como pressuposto não uma ideia de progresso contínuo, mas a qualidade cíclica de processos naturais – a transição das estações, o crescimento, a decadência e o renascimento da vida. Nesse conceito, o desenvolvimento envolve a melhoria e a diferenciação contínua dos recursos existentes e de sua complexidade, que tem por base uma delicada cadeia de resultados, onde os processos químicos, biológicos e físicos se estruturam e constituem fonte e matéria-prima para a manutenção de outros processos, que formam, em seu todo, a própria vida. Ao acreditar sem reservas esse modelo, não se contemplou a irracionalidade que marca a modernidade: desequilíbrio ecológico, guerras em nome de princípios éticos e religiosos, miséria, fome, drogas e um cotidiano alienado, asfixiante e sem solução. Essas condições foram um campo fértil ao desenvolvimento do que Boaventura

Santos convencionou chamar “razão indolente”. A indolência da razão manifesta-se, entre outras formas, no modo como resiste a mudanças de rotinas e como transforma interesses hegemônicos em conhecimentos verdadeiros e universais. A forma mais evidente da razão indolente é a “razão metonímica”. Sem uma crítica profunda desse modelo de racionalidade, todas as propostas apresentadas, por mais alternativas que se julguem, tenderão a reproduzir o mesmo efeito de ocultação e descrédito. O grande desafio, portanto, é expandir e enriquecer o universo científico conceitual, que deve ser repensado e reformulado, diante da complexidade nas novas e múltiplas exigências, a fim de permitir a construção e consolidação de alternativas reais aos modelos vigentes.

PALAVRAS-CHAVE: meio ambiente; populações tradicionais; modernidade; razão metonímica; saber ecológico.

ABSTRACT: *This paper presents a trivial observation: to satisfy their new and multiple needs that are limitless, men fight for the goods of nature, by definition limited. As simple as important, this observation is at the root of most conflicts established in the world. The belief in the infinity of nature and modern technology, bearing the claim to dispel any problem, endorsed and encouraged a linear economy, with continuous, progressive directionality and moving forward, bringing implicitly the notion of an afterlife better, more advanced and more successful. This belief, however, reveals a mismatch with the circular economy of nature, understood and experienced by traditional populations, which presupposes not a solid idea of progress, but the cyclical quality of natural processes - the transition of seasons, growth, decay and rebirth of life. In this concept, the development involves the improvement and continuous differentiation of existing resources and their complexity, which is based on a delicate chain of results, where chemical, biological and physical processes are structured and are source and raw materials for maintenance other processes that form, as a whole, life itself. To completely believe that model, not included the irrationality that marks modernity: ecological imbalance, wars in the name of ethical and religious principles, poverty, hunger, drugs and an alienated everyday, suffocating and unsolved. These conditions were fertile ground for the development of what Boaventura Santos conventionally call "lazy reason." The indolence of reason manifests itself, among other ways, in the way it resists to change routines and how transforms hegemonic interests in real and universal knowledge. The clearest form of lazy reason is the "metonymic reason." Without a profound criticism of this model of rationality, all proposals, for more alternatives that judge themselves, will tend to reproduce the same effect of concealment and discrediting. The challenge therefore is to expand and enrich the conceptual scientific universe, which should be rethought and reshaped the face of complexity in multiple new requirements in order to allow the construction and consolidation of real alternatives to current models.*

KEYWORDS: *environment; traditional populations; modernity; metonymic reason.*

O PROTOCOLO COMUNITÁRIO DO BAILIQUE: DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO, REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS, DIREITO CONSUETUDINÁRIO E PROTEÇÃO DE CONHECIMENTOS TRADICIONAIS

BAILIQUE COMMUNITY PROTOCOL: METHODOLOGICAL DEVELOPMENT, BENEFIT SHARING, CONSUETUDINARY RIGHTS AND PROTECTION OF TRADITIONAL KNOWLEDGE

Carlos Potiara Castro
Roberta Peixoto Ramos

RESUMO: A robustez de instituições locais e o nível de organização de comunidades tradicionais constitui historicamente um dos principais tópicos de interesse na discussão sobre o papel dessas na gestão de recursos ambientais e de territórios tradicionais. Isso deriva da constatação de que as comunidades tradicionais conseguem gerir seus recursos comuns de forma mais efetiva que outros atores sociais, como os econômicos ou governamentais. Além da academia, de onde origina esse entendimento, outras instituições já internalizaram conceitos e resultados demonstrados. O Protocolo de Nagoia à Convenção sobre Diversidade Biológica é um exemplo. Ele inova ao adotar dispositivos de proteção ao direito consuetudinário das comunidades tradicionais. Essas regras comunais, invariavelmente presentes nessas sociedades, possuem amplitude e legitimidade local. São sobre elas que se sustentam a gestão comunitária dos recursos ambientais e dos territórios tradicionais. Os protocolos comunitários são instrumentos que se baseiam na codificação dessas regras visando o fortalecimento das instituições locais e da construção de consentimento prévio para diálogo com atores externos. Seu espectro envolve a questão ambiental e econômica, mas igualmente os direitos humanos. Pois a despossessão vivida por muitas comunidades é econômica e social, mas também em nível das regras internas. O protocolo comunitário do Bailique, no estado do Amapá é o primeiro e mais completo já realizado no país. A apresentação desse case no trabalho tem por objetivo aprofundar esses temas de discussão e aportar elementos de uma experiência concreta, multidisciplinar e transversal.

PALAVRAS-CHAVE: protocolos comunitários; normas consuetudinárias; consentimento prévio; comunidades tradicionais.

SUMMARY: *The strength of local institutions and the level of organization of traditional communities are historically some of the main topics of interest in the discussion of the role of communities and institutions in the management of environmental resources and traditional territories. This derives from the fact that traditional communities can manage their common resources more effectively than other social actors, such as the economy or government. In addition to academia, where this understanding comes from, other institutions have already internalized these concepts and results. The Nagoya Protocol to the Convention on Biological Diversity is an example as it innovates by adopting protective devices to the customary law of the traditional communities. These communal rules, invariably present in these societies, have amplitude and local legitimacy. They are the ones that sustain community management of environmental resources and traditional territories. Community protocols are instruments that are based on the coding of*

these rules aimed at strengthening local institutions and building prior consent for dialogue with external actors. Its spectrum involves environmental and economic issues, but also human rights. The dispossession experienced by many communities is economic and social, but also it happens in terms of internal rules. The Bailique community protocol, in the Amapá state, is the first and most comprehensive protocol ever conducted in the country. The presentation of this case study aims to deepen these topics of discussion and contribute with elements of concrete, multidisciplinary and cross-cut experience.

KEYWORDS: *community protocols; consuetudinary norms; prior consent; traditional communities.*

OBJETIVOS DO MILÊNIO E A IMPLEMENTAÇÃO DO SOCIOAMBIENTALISMO: UMA ANÁLISE DOS AVANÇOS ALCANÇADOS

OBJETIVOS DEL MILENIO Y LA IMPLEMENTACIÓN DEL SOCIO AMBIENTALISMO: UN ANÁLISES DE LOS AVANZOS ALCANZADOS

Heloise Siqueira Garcia
Denise Schmitt Siqueira Garcia

RESUMO: O presente trabalho terá como escopo trabalhar com a temática dos objetivos do milênio vinculando-os à implementação do socioambientalismo a nível mundial, de modo a realizar uma análise dos avanços já alcançados considerando as metas estabelecidas na Declaração do Milênio das Nações Unidas no ano 2000. A problemática surgiu ante a verificação da necessidade de se analisar a evolução da efetivação de tais objetivos considerando a mudança de paradigma vivida atualmente que urge pela real implementação do socioambientalismo. Nesse diapasão elencou-se como objetivo geral ANALISAR os avanços alcançados na efetivação dos objetivos do milênio e a sua relação com a implementação do socioambientalismo. E objetivos específicos COMPREENDER o sociomabientalismo, de modo a traçar seu conceito a partir das ideias de mínimo existencial ecológico e dimensão social; ELUCIDAR os objetivos do milênio, apresentando seu surgimento, conceituação e objetivo e a sua relação com a dimensão social da sustentabilidade; e VERIFICAR os avanços já alcançados na efetivação dos objetivos do milênio e a sua relação com a implementação do socioambientalismo. Para tanto o trabalho foi dividido em três partes baseadas nos objetivos específicos do mesmo, a primeira tratando sobre o socioambientalismo, a segunda sobre os objetivos do milênio e a terceira trazendo a análise principal proposta no trabalho, com a análise do alcance da efetivação dos objetivos do milênio e a sua relação com a implementação do socioambientalismo. Extraíndo-se, ao final, a consideração de que os objetivos do milênio são metas traçadas pelas Nações Unidas para serem efetivadas pelos países signatários da Declaração do Milênio do ano 2000, os quais se vinculam intimamente à dimensão social do princípio da sustentabilidade e cuja garantia proporcionará a real implementação de algumas vertentes do socioambientalismo. Quanto à metodologia foi utilizado o método indutivo na fase de investigação; o cartesiano na fase de tratamento dos

dados; e também o indutivo no Relatório da Pesquisa. Foram ainda acionadas as técnicas do referente, da categoria, dos conceitos operacionais, da pesquisa bibliográfica e do fichamento.

PALAVRAS-CHAVE: objetivos do milênio; socioambientalismo; dimensão social; sustentabilidade.

RESUMEN: *El presente trabajo tendrá como finalidad trabajar con la temática de los objetivos del milenio, los vinculando a la implementación del socio ambientalismo a nivel mundial, de modo a realizar un análisis de los avances ya alcanzados considerando las metas establecidas en la Declaración del Milenio de las Naciones Unidas en el año 2000. La problemática surgió ante la verificación de la necesidad de analizar la evolución de la efectución de tales objetivos considerando el cambio de paradigma vivido actualmente que urge por la real implementación del socio ambientalismo. En ese sentido se destacó como objetivo general ANALIZAR los avances alcanzados en la efectución de los objetivos del milenio y su relación con la implementación del socio ambientalismo. Y objetivos específicos COMPRENDER el socio ambientalismo, de modo a trazar su concepto a partir de ideas de mínimo existencial ecológico y dimensión social; ELUCIDAS los objetivos del milenio, presentando su surgimiento, conceptualización y objetivo y su relación con la dimensión social de la sostenibilidad; y VERIFICAR los avances ya alcanzados en la efectución de los objetivos del milenio y su relación con la implementación del socio ambientalismo. Para tanto el trabajo fue dividido en tres partes embasadas en los objetivos específicos del mismo, la primera tratando sobre el socio ambientalismo, la segunda sobre los objetivos del milenio y la tercera trayendo el análisis principal propuesto en el trabajo, con el análisis del alcance de la efectución de los objetivos del milenio y su relación con la implementación del socio ambientalismo. Se sacando, al final, la consideración de que los objetos del milenio son metas trazadas por las Naciones Unidas para se efecturen por los países signatarios de la Declaración del Milenio del año 2000, los cales se vinculan íntimamente a la dimensión social del principio de la sostenibilidad y cuya garantía proporcionará la real implementación de algunas vertientes del socio ambientalismo. Cuanto a la metodología fue utilizado el método inductivo en la fase de investigación; el cartesiano, en la fase de tratamiento de datos; y también el inductivo en el Informe de la Investigación. Fueron también accionadas las técnicas del referente, de la categoría, de los conceptos operacionales, de la investigación bibliográfica y del fichaje.*

PALABRAS CLAVE: objetivos del milenio; socio ambientalismo; dimensión social; sostenibilidad.

OS IMPACTOS DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA CIDADE DE ITUMBIARA/GO

THE TOURISM DEVELOPMENT OF IMPACTS ON CITY ITUMBIARA / GO

Rodrigo Sant'Ana Nogueira

Marcela Barbosa de Moraes
Ademir Pereira dos Santos

RESUMO: O presente artigo discute o impacto do turismo rural na cidade de Itumbiara/Goiás, Município integrante da microrregião do Meio Ponto. A pertinência temática justifica-se pelo fato da expansão do turismo e sua importância garantindo uma melhor qualidade de vida, tanto do ponto de vista social, bem como econômico. Analisa-se o potencial de desenvolvimento regional, pelo índice de especialização e avaliação cultural. Trata-se de um estudo dos aspectos do turismo, bem como a viabilidade do serviço e a sustentabilidade econômica e ambiental. O equilíbrio entre as macros e micros estruturas do turismo. A metodologia de pesquisa utilizada foi bibliográfica e documental, para no final constataremos a especialização da prestação do serviço, que a partir da cadeia produtiva do turismo podem-se identificar estratégias prioritárias para desenvolvimento da cidade e da microrregião do meio ponto, tendo embasamento os aspectos turísticos.

PALAVRAS-CHAVE: sustentabilidade; turismo; econômico; rural.

ABSTRACT: This article discusses the impact of rural tourism in the city of Itumbiara/Goiás, Municipality of the Meio Ponto microregion. The thematic relevance is justified by the fact that the expansion of tourism and its importance by ensuring a better quality of life, both social as well as economical. Analyse the potential of regional development, by index of specialization and cultural assessment. This is a study of the aspects of tourism, as well as the viability of the service and the economic and environmental sustainability. The balance between macro and micro structures of tourism. The research methodology used was bibliographical and documentary, to the end see the expertise of rendering of the service, from the production chain can identify priority strategies for the development of the city and the meio ponto microregion, having basement aspects of interest.

KEYWORDS: sustainability; tourism; economic; rural.

OS LIMITES DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL EM FACE DA CRISE SOCIOAMBIENTAL À LUZ DO PENSAMENTO DE ULRICH BECK

*THE LIMITS OF INDUSTRIAL PRODUCTION FACING ENVIRONMENTAL CRISIS
BASED ON THE ULRICH BECK'S PHILOSOPHY*

Dayla Barbosa Pinto

RESUMO: No início da história da humanidade o ser humano já explorava a natureza, retirando dela o necessário para sua subsistência. A interação do ser humano com o meio ambiente ocorria, à princípio, por meio de uma exploração consciente, pois, em razão de sua proximidade com a natureza, o ser humano melhor compreendia os ciclos, sistemas e limites sob os quais os recursos naturais se mantêm. Todavia, o modelo de sociedade capitalista impôs um novo ritmo aos meios de consumo da sociedade e de sua própria relação com o meio ambiente,

fomentando a constante sensação de insaciabilidade de suas supostas necessidades, bem como uma busca contínua por substituir, descartar, consumir e explorar cada vez mais os recursos naturais disponíveis. Essa rotina desenfreada de consumo – cujo propósito consiste tão somente em trazer lucro e sustentar o modelo capitalista –, submete a sociedade aos riscos oriundos de sua própria conduta desprovida das prévias reflexões necessárias. Neste contexto, se demonstra indispensável uma análise sobre os limites da produção industrial diante da crise socioambiental já instalada, tendo por referencial a teoria da sociedade do risco, trazida por Ulrich Beck, na qual o ser humano mesmo tendo assumido os riscos oriundos do processo de industrialização, não se demonstra capaz de suportá-los. Além disso, tal estudo se apresenta relevante, considerando o fato de que a busca pelo equilíbrio entre o ser humano e o meio ambiente não pode estar dissociada da compreensão acerca do modelo atual de sociedade e suas peculiaridades. Sendo assim, a fim de produzir os efeitos desejados com a elaboração do presente estudo, utilizou-se o método exploratório do tema proposto, longe da pretensão de esgotar tal temática, mas, com o compromisso de corroborar com as pesquisas existentes, que apontam a desenfreada produção de bens de consumo como fator de risco ao meio ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: produção; industrial; socioambiental; sociedade; risco;

SUMMARY: *Early in the history of mankind the human being had already explored the natural world, removing what is necessary for the subsistence. The interaction between human beings and the environmental occurred originally through a intentional exploration, due to proximity with the nature, the human being could better comprehend the cycles, system and limits where the natural resources remains. However, the type of capitalist society forced a new manner to the consumption and their own relationship with the environmental, stimulating a frequent feeling of necessity, like a continuous search to replace, discard, consume and explore more and more the available natural resources. This daily consume without control - whose purpose consists of solely in bringing profit and maintain the capitalism - , submit to society the risks coming from their own bad behavior. In this context, it demonstrates essential analysis on the limits of industrial production in the face of environmental crisis already installed, with the reference to the theory of risk society, brought by Ulrich Beck, in which the human being even having assumed the risks arising from the process industrialization, it does not appear able to support them. Furthermore, this study presents relevant, considering the fact that the search for balance between humans and the environment can not be separated from understanding the current model of society and its peculiarities. In order to create the desired results preparing this article, we used an exploratory method, not intended of course, to answer every question and end the discussion, but with a commitment to stress existing research, pointing up the growth of goods damaging the enviromental.*

KEY-WORDS: *production; industrial; environmental; society; risk;*

THE AGROECOLOGICALS KNOWLEDGES AND DOINGS AND THEIR IMPORTANCE TO SOCIO-ENVIRONMENTAL RIGHT

Katya Isaguirre Torres
Alessandra Jacobovski
Paola Duarte Prestes

RESUMO: O presente trabalho se vale da experiência do projeto de extensão Políticas Públicas para a Agricultura Familiar Agroecológica, desenvolvido no curso de Direito da Universidade Federal do Paraná, para demonstrar como a prática extensionista voltada para os agricultores familiares agroecológicos se configura como uma perspectiva de implementação do socioambientalismo. O Projeto teve início no ano de 2012 tendo como entidade parceira a Associação para o desenvolvimento da Agroecologia (AOPA). Seu principal objetivo é o de identificar quais as dificuldades enfrentadas pelos agricultores no tocante a participação nos programas governamentais voltados à agricultura familiar, como o PAA e PNAE, e fomentar o debate sobre temas relevantes. Para isso, valendo-se metodologicamente da observação participante, foram realizadas oficinas de direitos que tinham por objetivo dialogar sobre diversos temas jurídicos que impactam no universo agroecológico, tais como a contaminação genética da produção, o direito humano à alimentação adequada, transgênicos, soberania e segurança alimentar, nova lei florestal, gênero, etc. De seus resultados se pode apontar que a prática extensionista aproxima os alunos do curso de Direito da diversidade das agriculturas do país, estimulando-os a entender que a proteção ambiental se constrói de forma articulada com os saberes e fazeres socioculturais. Ademais, a experiência agroecológica contribui para implementar um paradigma de desenvolvimento socioambiental e de um projeto sociopolítico de maior justiça social e equidade ambiental, na medida em que atenta para a pluralidade de sujeitos, para sistemas justos e sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, para a diversidade cultural das agriculturas, dos povos e experiências que reproduzem outros modelos de apropriação da natureza e estratégias de solidariedade diferentes do sistema latifúndio. Por fim, na perspectiva socioambiental, a agroecologia acaba por estimular um repensar do ensino jurídico do direito agrário, pois demonstra que a realidade social é muito mais vasta, complexa e problemática do que aquela que o espaço de sala de aula se propõe a enxergar.

PALAVRAS-CHAVE: socioambientalismo; agroecologia; extensão.

ABSTRACT: *This work uses the experience of the extension project Public Policies for Agroecological Family Agriculture, developed in the Law course of Federal University of Parana, to demonstrate how the extension practice with agroecological family farmers configures the possibility of implementing socio-environmentalism. The project began in 2012 as a partner of the Association for the Development of Agroecology (AOPA). Its main objective is to identify the difficulties faced by farmers in participating in governmental programs as the PAA and PNAE, and to stimulate the debate on relevant issues. Using a methodology of participant observation, workshops were held intending to talk about several legal issues that impact the agroecological universe, such as genetic contamination, the right to adequate food, GMOs, food sovereignty and food security, new forestry law, gender questions, etc.*

The extension approaches law students with Brazil's diversity agriculture, encouraging them to think the build of the environmental protection together with the socio-cultural knowledge and practices. Moreover, agroecological experience contributes on implementing a new development paradigm based on social justice and environmental equality, since observes the plurality of subjects, the agriculture's cultural diversity, the different models of nature's appropriation and a just and sustainable system of production, distribution and consumption of food. Lastly, in a socio-environmental perspective, agroecology stimulate to rethinking the learning of agrarian law, as it demonstrates that social reality is much broader, complex and problematic than that the classroom space aims to see.

KEYWORDS: *socio-environmentalism; agroecology; extension project.*

POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS: A INTERFACE ENTRE A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, O MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – PR E OS AGENTES CATADORES

SOCIO-ENVIROMENT POLICY: THE INTERFACE BETWEEN THE NATIONAL POLICY OF SOLID WASTE, THE CITY OF PATO BRANCO AND THE PICKERS

Roger Alexandre Rossoni
Adriana do Val Alves Taveira

RESUMO: O socioambientalismo aborda a necessidade de ações visando a sustentabilidade ambiental e as condições sociais dos agentes. A reciclagem de resíduos é uma ferramenta importante para a sustentabilidade. Um dos agentes responsáveis pela coleta dos materiais é o catador, considerado por diversos pesquisadores como uma classe estigmatizada socialmente. A Lei 12.305/2010 institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos fixando uma série de procedimentos e metas a referentes aogerenciamento de resíduos sólidos. O Município de Pato Branco possui leis municipais que disciplinam a matéria no âmbito local como, por exemplo, a Lei nº1.871/1999 que cuida da questão dos catadores de reciclados. Nessa tônica, o presente trabalho tem por objetivo elaborar um estudo paralelo entre a Lei Nacional e a Municipal, perfazendo uma análise sobre as adequações do Município de Pato Branco à Política Nacional de Resíduos Sólidos. Através de um método dedutivo-sistemático, a partir da análise sobre a doutrina, jurisprudência, legislação e entrevistas junto a órgãos públicos municipais, far-se-á uma compilação das metas estabelecidas pela Lei Nacional e da atual situação legal e prática do Município de Pato Branco, compreendendo também uma análise de possíveis perspectivas do Poder Público municipal em adequar a situação dos agentes catadores de reciclados à Política Nacional de Resíduos Sólidos, tanto no que se refere às suas ações, como também à situação sócio-econômica desses agentes.

PALAVRAS-CHAVE: socioambiental; política nacional de resíduos sólidos; reciclagem; catadores.

ABSTRACT: *Socioenvironmentalism addresses the need for actions aimed at environmental sustainability and social conditions of the agents. The Waste recycling is an important tool for sustainability. One of the agents responsible for the collection of materials is the collector, considered by many researchers as a socially stigmatized class. The law 12.305/2010 establishing the National Solid Waste Policy setting out a series of procedures and targets related to solid waste management. The Pato Branco municipality has municipal laws that govern the matter at the local level, for example, the Law nº1.871 / 1999 that takes care of the issue of recycled pickers. In this emphasis, this study aims to develop a parallel study between the National Law and the City, making an analysis of the adequacy of Pato Branco city to the National Solid Waste Policy. Through a deductive-systematic method, based on the analysis of the doctrine, jurisprudence, municipal legislation, far-there will be a compilation of guidelines and goals established by the national law and current legal situation and practice of Pato Branco city, comprising also an analysis of possible perspectives of the municipal government to amend the situation of recycled pickers to the National Solid Waste Policy, both with regard to their actions, but also to the socio-economic situation of these agents.*

PALAVRAS-CHAVE: *social-environmental; national policy on solid waste; recycling; pickers.*

POR UM SOCIOAMBIENTALISMO FEMINISTA

POR UM SOCIOAMBIENTALISMO FEMINISTA

Bruna Balbi Gonçalves

RESUMO: As relações sociais são constantemente explicadas de forma dualista: sujeito/objeto, razão/emoção, cultura/natureza. A dificuldade verificada no uso de conceitos duais é a supervalorização de uma das metades – a razão superior à emoção, a cultura predominando à natureza, o sujeito distante do objeto. A metade exaltada é sempre tida como masculina, enquanto a subjugada é associada ao que é feminino. O ecofeminismo, movimento da década de 70, vem combater esse dualismo, propondo a abolição das dicotomias machistas e uma nova ética ambiental. Na mesma direção emerge, mais recentemente, o socioambientalismo, ao propor um novo paradigma: o que é humano - a cultura, o social - interligado ao ambiental, junto à natureza. Nessa perspectiva, humanidade e natureza não se separam. O socioambientalismo se sustenta na emancipação dos povos e comunidades tradicionais e no respeito à diferença, tendo como enfoque principal a luta pelo território. Considerando que a degradação ambiental compromete de modo particular a vida das mulheres, elas vêm sendo protagonistas nas lutas socioambientais. Por outro lado, quando a questão ambiental é conduzida por interesses capitalistas, adquirindo nova roupagem (sustentabilidade, economia verde, dentre outros), são acentuadas as desigualdades de gênero. Na verdade, o padrão de dominação capitalista da natureza é sustentado por uma sociedade patriarcal que oprime e explora as mulheres. Esses modelos estão intrinsecamente ligados e, por isso, uma nova forma de pensar a sociedade passa pela insurgência

contra toda a estrutura hegemônica de poder. Nesse sentido, o socioambientalismo deve agregar ao seu alicerce as teorias feministas, já que superar a relação de suposta superioridade do homem em relação à natureza, mas manter a mulher na mesma posição seria contraditório. A pluralidade dos povos e o direito à terra não devem se restringir ao usufruto dos homens; o debate acerca da apropriação dos meios de produção precisa englobar a divisão sexual do trabalho; a mudança da relação do homem com a natureza, que determina inclusive as relações de produção e consumo, não se dissociam da transformação da sociedade patriarcal opressora. Por tudo isso, precisamos discutir gênero.

PALAVRAS-CHAVE: ecofeminismo; gênero; natureza; socioambientalismo.

RESUMEN: *Las relaciones sociales son constantemente explicadas de una forma dualista: sujeto/objeto, razón/emoción, cultura/naturaleza. La dificultad constatada en el uso de los conceptos duales es la super-valorización de una de las mitades – la razón superior a la emoción, la cultura predominando a la naturaleza, el sujeto distante del objeto. La mitad exaltada es siempre reconocida como masculina, en cuanto la subyugada es asociada a lo que es el feminismo. El ecofeminismo, movimiento de la década de los 70's, viene a combatir ese dualismo, proponiendo la abolición de las dicotomías machistas y una nueva ética ambiental. En la misma dirección emerge, más recientemente, el socioambientalismo, al proponer un nuevo paradigma: lo que es humano –la cultura, lo social- interligado a lo ambiental, junto a la naturaleza. En esa perspectiva, humanidad y naturaleza no se separan. El socioambientalismo se sustenta en la emancipación de los pueblos y comunidades tradicionales y en el respeto a la diferencia, teniendo como enfoque principal la lucha por el territorio. Considerando que la degradación ambiental compromete de modo particular la vida de las mujeres, ellas vienen siendo protagonistas en las luchas ambientales. Por otro lado, cuando la cuestión ambiental es conducida por intereses capitalistas, adquiriendo nueva imagen (sustentabilidad, economía verde, entre otros), son acentuadas las desigualdades de género. La verdad, el modelo de dominación capitalista de la naturaleza es sustentado por una sociedad patriarcal que oprime y explora las mujeres. Esos modelos están intrínsecamente ligados y por eso, una nueva forma de pensar la sociedad pasa por la insurgencia contra toda la estructura hegemónica del poder. En ese sentido, el socioambientalismo tiene que agregar dentro de su fundamento las teorías feministas, ya que superar la supuesta relación de superioridad del hombre en relación a la naturaleza, pero a su vez, mantener la mujer en la misma posición de sometimiento sería contradictorio. La pluralidad de los pueblos y el derecho a la tierra no deben estar restringidos al usufructo de los hombre; el debate acerca de la apropiación de los medios de producción necesita englobar la división sexual del trabajo; el cambio en la relación con la naturaleza, que determina las relaciones de producción y consumo, no se disocia de la transformación de la sociedad patriarcal opresora. Por todo eso, necesitamos discutir el género.*

PALABRAS CLAVE: ecofeminismo; género; naturaleza; socioambientalismo.

PRODUÇÃO DE ENERGIA E DIREITO SOCIOAMBIENTAL: MECANISMOS DE INTERNALIZAÇÃO DE CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS EM BARRAGENS

ENERGY PRODUCTION AND SOCIOENVIRONMENTAL LAW: INTERIORIZATION MECHANISMS OF SOCIOENVIRONMENTAL COSTS REGARDING DAMS

Gabriel Carvalho Marambaia
Nathalia Montemagni Pires
Gabriel Egidio Iriarte

RESUMO: A intensa preocupação com a geração de energia, visando o desenvolvimento econômico, alavancou a construção de grandes empreendimentos voltados à produção de eletricidade no Brasil. A consecução dessa política de desenvolvimento tem gerado inúmeros conflitos, emergindo questionamentos acerca dos reais benefícios de tais obras ante as complexas externalidades negativas produzidas, que recaem especialmente sobre as comunidades vulneráveis. Considerando que a defesa do meio ambiente, em sua acepção mais abrangente, é diretriz norteadora da ordem econômica, o presente artigo procurará fazer uma análise referente à aplicação dos principais mecanismos jurídicos de internalização dos custos socioambientais no âmbito das construções de barragens, empreendimentos que atualmente afetam centenas de milhares de pessoas no país. Ao final, buscar-se-á averiguar o potencial de transformação da moldura regulatória vigente, frente aos novos desafios impostos pelo Estado Socioambiental de Direito.

PALAVRAS-CHAVE: justiça ambiental; desenvolvimento econômico, internalização de custos; socioambientalismo.

ABSTRACT: *In Brazil, there was great concern about the production of energy with eyes on economic development, which led to the undertaking of major projects directed to the generation of electricity. The fulfilment of this development policy has led to several conflicts, raising questions over the real benefits of such enterprises considering its complex negative externalities, that are suffered especially by vulnerable communities. Considering that environmental protection, in its most comprehensive meaning, is a guideline for the economic order, this article will investigate the applicability of the main legal mechanisms of internalization of social-environmental costs within the construction of dams, once they are buildings whose construction affects hundreds of thousands of people throughout the country. In the end of the article, considering the new challenges imposed by the environmental rule of law, the potential for transformation within the current regulatory framework will be ascertained.*

KEYWORDS: *environmental justice; economic development; cost internalization; socioenvironmentalism.*

REESTRUTURAÇÃO DE PODER E DESCENTRALIZAÇÃO COMO FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO DO SOCIOAMBIENTALISMO

POWER RESTRUCTURING AND DECENTRALIZATION AS WAYS OF IMPLEMENTING SOCIOENVIRONMENTALISM

Flávia Pitaki Dufour
Gabriele Polewka

RESUMO: Para a efetiva implementação do socioambientalismo, necessária uma reestruturação do poder que permita a realização das inovações trazidas pelo novo movimento constitucional latino-americano. Uma visão holística acerca do tema abrange, invariavelmente, não somente a positivação constitucional, mas também as diferentes formas possíveis de efetivação, dentre as quais está a forma como se exerce o poder. Considerando a complexidade que envolve a crise ambiental, pressupõe-se que a necessidade do reconhecimento e inclusão dos diversos setores da sociedade precisa incorporar-se ao agir dos agentes políticos e não só aos seus discursos, reforçando a ideia de que uma mudança paradigmática deve ocorrer a fim de reverter o fatídico prejuízo ambiental que se observa a nível mundial. Mesmo entendendo que os problemas de cunho ambiental e social têm natureza eminentemente global - eis que os danos não têm fronteiras e afetam toda a comunidade planetária -, propõe-se a atuação local como forma de implementar políticas com o fim de solucioná-los. Considerando este fator, em conjunto com as questões fáticas que envolvem as dimensões populacional e territorial do Brasil, é possível apontar grandes vantagens na descentralização do poder decisório, em especial quanto à promoção da participação dos cidadãos e de coletivos no âmbito político local. Neste sentido, o presente artigo pretende, a partir da identificação do movimento socioambiental e da emergência ambiental, propor a valorização da atuação local e a descentralização das instâncias de decisão pública como meio de reestruturar o poder, visando a garantia de uma democracia plural e alinhada ao novo constitucionalismo latino-americano. Para tanto, contextualizar-se-á, primeiramente, o movimento socioambiental dentro do novo constitucionalismo latino-americano, para então, dando especial ênfase ao pluralismo enquanto característica primordial da democracia, frisar a necessidade de reestruturação do poder como forma de estabelecimento destes novos movimentos. Enfim, investigar-se-á a descentralização das instâncias de decisão pública como meio de possibilitar a mudança paradigmática necessária à efetiva implementação do socioambientalismo.

PALAVRAS-CHAVE: socioambientalismo; constitucionalismo latinoamericano; democracia plural; poder local; descentralização.

ABSTRACT: *Intending an effective implementation of socio-environmentalism, there is a need for a political restructuring that will ensure the innovations brought by the new latin-american constitutionalism. A holistic view on the subject covers, invariably, not only the constitutional assertiveness, but also the different possible forms of effectuation, among which it is the mechanism of how power is exercised. Considering the complexity that involves the environmental crisis, it is assumed that the need for recognition and inclusion of various sectors of society need to take part of the actions of political agents and not only to their discourse, reinforcing the idea that a paradigm shift must take place to reverse the fateful environmental damage that is observed worldwide. Even understanding that the problems of environmental and social nature are eminently global - as the damage have no borders and affect*

the entire global community –acting locallyis proposed as a way to implement policies in order to solve them. Considering this factor, together with the factual issues involving the population and territorial size of Brazil, it is possible visualize major advantages in the decentralization of decision-making, especially regarding the promotion of citizen and collectiveparticipation in the local political context. In this sense, this article aims, through the identification of the socio-environmental movement and environmental emergency, propose the value of local expertise and the decentralization of public decision makers as a way to restructure the power, so as to create a pluralistic democracy aligned with the new Latin American constitutionalism. To this end, it intends to study, first, the social-environmental movement within the new Latin American constitutionalism, and then, with special emphasis on pluralism as an essential feature of democracy, highlights the need for power restructuringas a way of establishing these new movements. Finally, it will investigate the decentralization of public decision-making as a means of enabling thenecessary paradigm shift for the effective implementation of socio-environmentalism.

KEYWORDS: *Socio-environmentalism; Latin-american constitutionalism; plural democracy; local power; decentralization.*

SAÚDE E MEIO AMBIENTE: UMA DISCUSSÃO À ÓTICA DO SOCIOAMBIENTALISMO E DO BIODIREITO

HEALTH AND ENVIRONMENT: A DISCUSSION BASED ON SOCIOENVIRONMENTALISM AND BIOLAW

José Flôr de Medeiros Júnior
Antonio Pedro de Melo Netto
Andrea Fernandes Oliveira

RESUMO: O presente construto teórico objetiva, utilizando-se do método hermenêutico fazendo uso da interpretação judicial-histórica, analisar a distância entre a previsão constitucional no concernente à saúde, conforme prescrito no Título II, Dos Direitos e Garantias Fundamentais, em seu Capítulo II, Dos Direitos Sociais, em seu Art. 6º, consagra a saúde como um Direito Social. Lê-se, ainda, no texto da Lei Maior em seu Art. 196 ser direito de todos e dever do Estado a promoção da saúde, no esteio destes construtos que constituem alicerces à valorização do ser humano com escopo no princípio da dignidade da pessoa humana cuidou o constituinte originário de tratar o meio ambiente como essencial à uma sadia qualidade de vida, consoante Art. 225, Caput, da CRFB. Importante destacar, aqui, o valor, no sentido kantiano do termo, como fundamento do texto constitucional e não a precificação dos cidadãos. No esteio destes construtos que constituem alicerces do texto da CF/88 a preservação do meio ambiente é caminho para a valorização do ser humano e, por consequência, caminho à realização do sociambientalismo. Ocorre, entretanto, a existência de um divórcio entre o conjunto teórico positivado na Carta Magna e as políticas públicas de saúde e de preservação do meio ambiente que, conforme prescrito no texto constitucional são, ambos, dever do Estado. A

distância entre a previsão constitucional e a realidade concreta encontra respaldo nas diversas atitudes governamentais que não materializam as políticas governamentais na direção de políticas públicas de saúde e na preservação do meio ambiente enquanto finalidade à valorização da pessoa e consolidação do fundamento constitucional esculpido no Art. 1º, III. Em outras palavras, a realização da dignidade da pessoa humana. Percebe-se, portanto, que a questão ambiental expõe uma nova discussão ética onde o Outro no estabelecer de uma relação ética é o Meio Ambiente. Neste esteio nos encontramos diante de um novo imperativo ético: a preservação ambiental como caminho à realização da saúde enquanto direito constitucional. Por fim, este trabalho durante a sua construção esteve alicerçado no resgate do diálogo mediado pela ética entre o conhecimento a avançar e o homem distanciado que perdeu sua condição de cidadão.

PALAVRAS-CHAVE: direito à saúde; meio ambiente; socioambientalismo; biodireito.

ABSTRACT: *This article aims analyze health as a Social right written in Title II, Rights and Fundamental Guarantees, in Chapter II, Dos Direitos Sociais, in Art. 6, of Brazilian Republican Constitution by judicial-historical's hermeneutic method. The CF/88, in Art. 196, says be right for all and duty of the State to promote health, and its based on the Principle of Human Dignity that also elevate the environment as essential to a healthy quality of life, according to Art. 225, Caput, the Magna Carta. Important to point out here the value, in the Kantian sense, as the basis of the Constitution and not the pricing of citizens. In the wake of these constructs that make up text foundations of CF/88 preservation of the environment is the way to valuing human life and, consequently, way to carry out the sociambientalism. Occurs, however, the existence of a divorce between the theoretical set posited in the Constitution and public health policies and preservation of the environment as prescribed in the Constitution are both state duty. The distance between the constitutional provision and the concrete reality finds support in various government attitudes that do not materialize government policies toward public health policies and environmental protection as purpose to value the person and consolidation of constitutional foundation carved in Art. 1, III. In other words, the realization of human dignity. It is clear, therefore, that the environmental issue exposes a new ethical discussion where the Other establish an ethical relationship is the environment. This mainstay find ourselves facing a new ethical imperative: environmental preservation as the path to the realization of health as a constitutional right. Finally, this work during its construction was grounded in the rescue of mediated dialogue on ethics between knowledge to advance and distanced man who lost his citizen status.*

KEYWORDS: *right to health; environmental; socialambientalism; biolaw.*

SOCIOAMBIENTALISMO EM TEMPOS DE COMPLEXIDADE

SOCIOAMBIENTALISMO EN TIEMPOS COMPLEJOS

Danielle Anne Pamplona

Andrew Toshio Hayama

RESUMO: O artigo versa sobre socioambientalismo, ecologia e complexidade. Nas pegadas de pensadores fundamentais do socioambientalismo, traça o surgimento do movimento socioambiental, aponta as condições de sua emergência e avalia sua repercussão com base no cenário normativo. Adverte, contudo, que o reconhecimento de direitos não significou libertação e emancipação das comunidades tradicionais, impondo a realidade, dominada pela lógica capitalista e pelo pensamento reducionista e simplificador, desafios à manutenção e à prosperidade da sociobiodiversidade.

PALAVRAS-CHAVE: comunidades tradicionais; ecologia; socioambientalismo; complexidade.

RESÚMEN: *El artículo versa acerca de socioambientalismo, la ecología y la complejidad. Siguiendo los pasos de los pensadores clave del socioambientalismo, traza el surgimiento del movimiento socioambiental, señala las condiciones de su surgimiento y evalúa su impacto con base en el marco normativo. Advierte, sin embargo, que el reconocimiento de los derechos no significó la liberación y la emancipación de las comunidades tradicionales, imponiendo la realidad, dominada por la lógica capitalista, por la simplificación y por el pensamiento reduccionista, desafíos a la mantención y la prosperidad de la sociobiodiversidad.*

PALABRAS-CLAVE: comunidades tradicionales; ecología; socioambientalismo; complejidad.

SOCIOAMBIENTALISMO NO MEIO URBANO: COMO PROCESSO PARA REDUÇÃO DAS INJUSTIÇAS AMBIENTAIS E SOCIAIS E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

SOCIOENVIRONMENTALISM EN ZONAS URBANAS: CÓMO REDUCIR EL PROCESO DEL MEDIO AMBIENTE Y LA INJUSTICIA SOCIAL Y DERECHOS HUMANOS EFECTIVOS

Elenise Felzke Schonardie
Jordana Laís Desordi

RESUMO: O artigo demonstra a necessidade e importância da implementação do socioambientalismo no meio urbano, como fator para redução das injustiças ambientais e sociais, bem como para a concretização dos direitos humanos. Embora nestas primeiras décadas do século 21, o Brasil tenha implementado alguns projetos sociais visando a redução das desigualdades ambientais e sociais, o cenário ainda é negativo nas cidades brasileiras, local em que se encontra mais de 84% da população do país. O acentuado grau de desigualdade socioambiental faz com que haja um alto índice de indivíduos excluídos do acesso e do processo em prol de melhores condições materiais em habitar as cidades. Essa população que vive à margem da cidade oficial e ideal, ocupa espaços impregnados de riscos ambientais,

distanciando-se das condições que possam conduzi-los à realização dos direitos humanos. O distanciamento dos indivíduos que ocupam/habitam esses espaços em relação ao ideal democrático de formação/ocupação da esfera pública é muito grande e tem se acentuado ainda mais. A análise teórica toma como base inicial a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto de San José da Costa Rica em seu Protocolo adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, em especial, o direito à uma vida digna em um ambiente urbano ecologicamente equilibrado, essencial à sadia qualidade de vida da população. Na sequência, desenvolve a abordagem sobre o meio urbano e a necessidade de implementação dos direitos socioambientais, referentes a proteção e melhoria da qualidade ambiental no meio urbano e a importância do desenvolvimento da função socioambiental da propriedade urbana e suas imbricações nas disputas pela terra urbana. Conclui que o desenvolvimento dos direitos socioambientais no meio urbano é mecanismo que vai ao encontro dos propósitos da justiça socioambiental, buscando reduzir as desigualdades sociais e acelerando a efetivação dos direitos humanos ao maior número de indivíduos que habitam o meio urbano.

PALAVRAS-CHAVE: direito a cidades; desigualdades sociais; direitos humanos; justiça socioambiental; socioambientalismo.

RESUMEN: Este artículo muestra la necesidad y la importancia de la aplicación de la socio-ambientalismo e nel entorno urbano como un factor para reducir las injusticias sociales y ambientales, así como para la realización de los derechos humanos. Aunque estas primeras décadas del siglo 21, Brasil ha implementado algunos proyectos sociales dirigidos a reducirlas desigualdades sociales y ambientales, el panorama sigue siendo negativa en las ciudades brasileñas, donde encontraron más de 84% de la población. El notable grado de desigualdad ambiental significa que hay una alta tasa de personas excluidas del acceso y el proceso por el bien de mejores condiciones materiales para habitar en las ciudades. Esta población que vive em los márgenes de la ciudad oficial e ideal, ocupa áreas de riesgos ambientales impregnada, lejos de las condiciones que pueden conducir a la realización de los derechos humanos. El distanciamiento de las personas que ocupan / habitan estos espacio sen relación con el ideal democrático de la educación / ocupación de la esfera pública es muy grande y se ha acentuado aún más. Análisis teórico toma como base La Declaración Universal de los Derechos Humanos, el Pacto de San José de Costa Rica ensu Protocolo Adicional a la Convención Americana sobre Derechos Humanos en Materia de Derechos Económicos, Sociales y Culturales, en particular el derecho a una vida digna e nun entorno urbano ecológicamente equilibrado, esencial para una sana calidad de vida de la población. Siguiendo desarrolla e la cercamiento al medio ambiente urbano y la necesidad de poner en práctica los derechos sociales y ambientales, en relación con la protección y mejora de lalocalidad ambiental en las zonas urbanas y la importancia de desarrollar el papel social y ambiental de la propiedad urbana y sus super posiciones en las disputas por la tierra urbana. Llega a La conclusión de que el desarrollo de los derechos sociales y medio ambientales en las zonas urbanas es el mecanismo que cumpla con los fines de la justicia social y ambiental, tratando de reducir las desigualdades sociales y acelerar la realización de los derechos humanos para el mayor número de personas que habitan en el entorno urbano.

PALABRAS CLAVE: *derecho a las ciudades; derechos humanos; las desigualdades sociales; la justicia ambiental; socioenvironmentalism.*

UMA APROXIMAÇÃO AO CONCEITO DE SOCIOAMBIENTALISMO NO ORDENAMENTO JURÍDICO DO PARAGUAI: UM OLHAR HISTÓRICO ACERCA DOS NOVOS DIREITOS

UNA APROXIMACIÓN AL CONCEPTO DE SOCIOAMBIENTALISMO EN EL ORDENAMIENTO JURÍDICO DEL PARAGUAY: UNA MIRADA HISTÓRICA ACERCA DE LOS NUEVOS DERECHOS

Ever Ariel Morán Maciel
Matías Figueredo Sánchez
Fabiola Jazmín Duarte González

RESUMO: O objeto deste trabalho é refletir sobre o conceito do Socioambientalismo e sua aproximação e ideias subjacentes no Ordenamento Jurídico Paraguaio (OJP) de tal maneira a caracterizar suas possibilidades e limites para seu pleno desenvolvimento (num futuro, quando se apresente a ocasião propícia). É importante destacar que as ideias e novos conceitos trazidos pelo sociambientalismo ainda resultam incipientes no âmbito tanto acadêmico como da realidade social do Paraguai, a ideia do artigo, além de promover a reflexão sobre a temática, é trabalhar com os aportes dessa nova linha de pensamento para o debate e observar as perspectivas para a implementação do socioambientalismo no Paraguai. A ponderação será realizada partindo de dois eixos fundamentais, que nos permitam teorizar a respeito do tema destacado, o primeiro eixo versa sobre um olhar histórico no itinerário das Constituições do Paraguai, bem como de outras fontes do direito que guardam relação com a área desenvolvida, de modo a encontrar as chaves do pensamento jurídico, e nesse ensejo delinear a construção teórica dentro do contexto do direito positivo e a possibilidade da inserção das premissas do socioambientalismo no Paraguai. O segundo eixo consiste em uma articulação da questão indígena e ambiental presente no ordenamento jurídico paraguaio com a finalidade de encontrar conexões de ideias que se relacionem com o socioambientalismo, de modo a apresentar uma configuração do estado de formação atual do mesmo. Estes dois eixos, somados a linha de pensamento de Carlos Frederico Marés de Souza Filho, referente importante do socioambientalismo, constituem uma tríade para a base do nosso marco teórico, as ideias, os fundamentos e as perspectivas colocadas por este pensador serão utilizadas como pano de fundo deste trabalho, uma referencia epistêmica obrigatória, quem assinala que os direitos sociocambientais não constituem uma simples soma de direitos individuais, e que ser humano e meio ambiente não deverm ser vistos de maneira dissociada. Pretende-se integrar tudo o acima exposto e lograr com isso compreender a atual posição do conceito de socioambientalismo no âmbito jurídico paraguaio, primeiro passo para o seu pleno reconhecimento e determinação das bases de um futuro sociambientalismo paraguaio.

PALAVRAS-CHAVE: socioambientalismo; Paraguai; povos originários.

RESUMEN: *El objeto de este trabajo es reflexionar sobre el concepto del socio-ambientalismo, su aproximación e ideas subyacentes en el Ordenamiento Jurídico Paraguayo (OJP) de tal manera a caracterizar sus posibilidades y límites para su pleno desarrollo (en un futuro, cuando se presente la ocasión propicia) es importante destacar que las ideas y nuevos conceptos traídos por el socio-ambientalismo aún resultan incipientes, tanto en el ámbito académico como en el de la realidad social del Paraguay, la idea del artículo, además de promover la reflexión sobre la temática, es trabajar con los aportes de esta nueva línea de pensamiento para el debate y observar las perspectivas para la implementación del socio-ambientalismo en el Paraguay. La ponderación será realizada partiendo de dos ejes fundamentales, que nos permitan teorizar al respecto del tema destacado, el primer eje versa sobre una mirada histórica en el itinerario de las Constituciones del Paraguay, así como de otras fuentes del derecho que guardan relación con el área desarrollada, de modo a encontrar las claves del pensamiento jurídico, y en ese tenor delinear la construcción teórica dentro del contexto del derecho positivo y la posibilidad de la inserción de las premisas del socio-ambientalismo en el Paraguay. El segundo eje consiste en una articulación de la cuestión indígena y ambiental presente en el ordenamiento jurídico paraguayo con la finalidad de encontrar conexiones de ideas que se relacionen con el socio-ambientalismo, de modo a presentar una configuración del estado de formación actual del mismo. Estos dos ejes, sumados a la línea de pensamiento de Carlos Frederico Marés de Souza Filho, referente importante del socioambientalismo, constituyen una triada para la base de nuestro marco teórico, las ideas, los fundamentos y las perspectivas colocadas por este pensador serán utilizadas como telón de fondo de este trabajo, una referencia epistémica obligatoria, quien señala que los derechos sociocambientales no constituyen una simple suma de derechos individuales, y que el ser humano y el medio ambiente no deben ser vistos de manera aislada. Se pretende integrar todo lo arriba expuesto y lograr con ello comprender la actual posición del concepto del socioambientalismo en el ámbito jurídico paraguayo, primer paso para su pleno reconocimiento y determinación de las bases de un futuro sociambientalismo paraguayo.*

PALABRAS CLAVE: *socioambientalismo; Paraguay; pueblos originarios.*

GRUPO DE TRABALHO 4

POVOS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E CIGANOS NO BRASIL

A PROTEÇÃO DO DIREITO A TERRA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS: REALIDADE ATUAL E PERSPECTIVAS FUTURAS

LA PROTECCIÓN DEL DERECHO A LA TIERRA DE LAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS: REALIDAD ACTUAL Y PERSPECTIVAS FUTURAS

Germana Aguiar Ribeiro do Nascimento
Mércia Rejane Rangel Batista
Marília Aguiar Ribeiro do Nascimento

RESUMO: O processo de construção da nação brasileira atravessou o período escravista, que, ao desaparecer, não incluiu o negro de maneira eficaz na sociedade, levando essa parcela da população a sofrer constantes discriminações. Ao longo da história, é possível verificar a luta dos negros por seus direitos, a exemplo, das comunidades remanescentes de quilombos pela terra. Desde o final do século XX, as reivindicações destes povos se tornaram frequentes, razão pela qual estabeleceu-se uma política compensatória que se refletiu no contexto legislativo. Ocorre que ao se tentar efetivar este direito, defronta-se com um cenário distinto. Nesse contexto, o objetivo deste artigo é examinar a efetividade do direito das comunidades quilombolas aos títulos das terras por elas habitadas, observando-se, para isso, em que medida o referido direito é protegido pelo direito brasileiro e internacional, destacando-se a análise da Proposta de Emenda Constitucional 215/2000 e, apensada a ela, a Proposta de Emenda Constitucional 161/2007 que visa modificar a redação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que reconhece o direito das comunidades quilombolas à propriedade de suas terras, e sua relação com o direito à consulta das comunidades afetadas. A investigação tem caráter qualitativo, partindo da análise de documentos atinentes à legislação internacional, nacional e decisões jurisprudenciais. Constata-se que há aparato jurídico no que se refere ao direito das comunidades remanescentes de quilombos à terra. Entretanto, observa-se que se encontra em tramitação a PEC 215/2000 que transfere ao Poder Legislativo competência para demarcar terras indígenas, unidades de conservação e territórios quilombolas, bem como anular demarcações já homologadas. Constitui-se, portanto, claro retrocesso ao reconhecimento aos direitos territoriais dessas comunidades.

PALAVRAS-CHAVE: comunidades quilombolas; direito à terra; proposta de emenda constitucional 215/00, direito à consulta.

RESUMEN: *El proceso de construcción de la nación brasileña atravesó el periodo de la esclavitud, que, al desaparecer, no incluyó el negro de manera efectiva en la sociedad, lo que llevó esta población a sufrir una discriminación constante. A lo largo de la historia, se puede ver la lucha de los negros por sus derechos, es el caso de las comunidades quilombolas de todo el país. Desde finales del siglo XX, sus*

reclamaciones son cada vez más presentes, lo que puede ser confirmado por los cambios en la legislación. En la práctica, la efectividad de este derecho no es tarea fácil. El objetivo de este artículo es analizar en qué medida el derecho a la tierra de las comunidades quilombolas está protegido en el derecho internacional y nacional en Brasil y estudiar la propuesta de enmienda a la constitución 215/2000 y la propuesta de enmienda constitucional 161/2007 que trata de modificar la redacción del artículo 68 de las Disposiciones Transitorias Constitucionales que reconoce el derecho de las comunidades quilombolas a la propiedad de sus tierras. La investigación es de carácter cualitativo: son revisados y analizados diferentes documentos, legislación nacional y internacional y jurisprudencia al respecto. Se puede observar que hay una legislación que garantiza el derecho a la tierra de las comunidades quilombolas. Sin embargo, la propuesta de enmienda a la constitución PEC 215/2000 que está siendo discutida, transfiere la facultad de demarcar las tierras y anular las demarcaciones ya homologadas al Poder legislativo, lo que significa un retroceso en el reconocimiento de los derechos territoriales de esas comunidades.

PALABRAS-CLAVE: *comunidades quilombolas; derecho a la tierra; propuesta de enmienda a la constitución 215/00; derecho a la consulta previa.*

A CASA DA SAÚDE INDÍGENA EM CUIABÁ E O DIREITO À SAÚDE

THE HOUSE OF INDIGENOUS HEALTH CUIABÁ AND THE RIGHT TO HEALTH

Tuanne Moreira Cruxen

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo demonstrar o desenvolvimento jurídico dos povos indígenas, portanto se iniciará abordando a evolução no âmbito jurídico brasileiro de tais sociedades, trazendo não só a evolução de direitos e deveres desses povos, mas também a proteção jurídica ambiental e a responsabilidade civil e penal que norteiam as populações acima citadas. De forma específica tratará do Direito Social à Saúde e como este é abordado em relação à população indígena. A base desta pesquisa encontra-se abarcada na busca jurisprudencial e doutrinária, bem como pareceres emitidos pelo Ministério Público Federal e notícias pertinentes ao tema escolhido, como, por exemplo, a sentença proferida pela Justiça Federal, que confirmou a liminar deferida, determinando que a Casa da Saúde Indígena em Cuiabá-MT, fosse reformada para que sua estrutura física seja adequada para receber, alojar e alimentar pacientes indígenas e acompanhantes enquanto permanecem na cidade para tratamento de saúde pelo SUS.

PALAVRAS-CHAVE: proteção; indígena; evolução; direitos; saúde.

ABSTRACT: *This article aims to demonstrate the development of indigenous peoples, so will start approaching the evolution in the Brazilian legal framework of such societies, bringing not only the evolution of rights and duties of these people, but also the environmental legal protection and responsibility civil and criminal*

guiding the people mentioned above. Specifically deal with the social right to health and how it is approached in relation to the indigenous population. The basis of this research lies embraced the jurisprudential and doctrinal search and opinions issued by federal prosecutors and relevant news to the chosen theme, such as, for example, the sentence handed down by the Federal Court, which upheld the injunction granted by determining the House of Indigenous Health in Cuiaba-MT, was reformed so that its physical structure is suitable to receive, store and feed indigenous patients and companions while staying in the city for health care by SUS.

KEYWORDS: *protection; people; evolution; rights; health.*

A EXPLORAÇÃO MINERAL GARIMPEIRA EXERCIDA PELAS COMUNIDADES INDÍGENAS NO EXERCÍCIO DO DIREITO DE POSSE E USUFRUTO DAS TERRAS QUE OCUPAM

THE ARTISANAL MINERAL EXPLORATION PRACTICED BY INDIANS COMMUNITY IN THE EXERCISE OF OWNERSHIP LAW AND USUFRUCT OF THE LAND WHERE THEY LIVE

Adriano Rodrigues Remor
Warner Velasque Ribeiro

RESUMO: O presente ensaio propõe um estudo acerca da mineração em áreas indígenas, delimitando-se em esclarecer os aspectos legais que envolvem a exploração mineral, exercida na modalidade artesanal, por indígenas, na condição de usufrutuários e possuidores das terras que ocupam frente às limitações impostas pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do caso “Raposa Serra do Sol” (PET 3388) que se contrapõem ao usufruto exclusivo e pleno das terras garantido pelo Artigo 235, §1º da Constituição Federal, para tanto a pesquisa busca esclarecer quais os aspectos, no sistema jurídico brasileiro, que envolvem a atividade garimpeira, exercida por indígenas nas terras que ocupam, em face das limitações impostas pelo STF. Neste contexto, a investigação realizada objetivou-se em trazer um embate teórico entre o entendimento da Suprema Corte e o disposto pelo Legislador Constituinte acerca das possibilidades do exercício deste tipo de mineração. Neste sentido foram estudados o conceito e características que envolvem o índio e a relação com as terras indígenas observando o ordenamento jurídico brasileiro e os comentários de autores, em seguida uma análise comparada entre o usufruto pleno e o “usufruto indígena”, fruto das limitações impostas pelo STF; por último, serão apontados estudos acerca da mineração artesanal e a possibilidade de ser exercida em terras indígenas, pelos próprios indios, no exercício do usufruto. A metodologia da pesquisa foi qualitativa. Com relação aos objetivos a forma de pesquisa foi exploratória, podendo, desta forma, promover maior aprendizado do tema, e ainda torná-lo mais explícito. No tocante aos procedimentos técnicos, a pesquisa foi estritamente bibliográfica. De posse dos dados obtidos foi possível concluir que as limitações usufruto exclusivo das terras, impostas pelo STF, no julgamento do caso “Raposa Serra do Sol”, aos indígenas, são discriminatórias, ao passo que, limitam o direito ao usufruto exclusivo das terras garantido pelo

Legislador Constituinte e os transformam em uma espécie de Concessão do direito de uso. Ademais, em determinadas culturas, os minérios são utilizados para expressões culturais, contudo, importante salientar que caso haja comercialização dos minérios, ou derivados, faz-se necessária a intervenção do Estado, frente à hipossuficiência do indígena nas relações comerciais.

PALAVRAS- CHAVE: índios; usufruto; usufruto indígena; garimpagem; supremo tribunal federal.

ABSTRACT: *This essay proposes a study about mining in indigenous lands. Aiming to clarify the legal aspects that involves the mineral exploration, practiced simply by indigenous, in the paper of beneficial owner of the land they live in face to the delimitations imposed by Supreme Federal Court, in “Raposa Serra do Sol” case (PET 3388) that opposes to the exclusive usufruct and complete of the land granted by the Article 235, § 1º of Federal Constitution. To get there the research seeks to clarify which aspects, in Brazilian legal system, involves the artisanal mining, practiced by Indians in their lands, in face to the delimitations imposed by SFC. In this context, the investigation accomplished, had the goal of bringing a theoretical confrontation between the comprehension of Supreme Court and the disposed by Constitutional Legislator about the possibilities of exercising this kind of mining. To that extent, the concept and characteristics that involves Indians and their relation with their land were studied. Observing Brazilian legal system and the opinion of authors, then an analysis compared between the complete usufruct and the “indigenous usufruct”, result of the delimitations imposed by SFC. Lastly, will be outlined studies about artisanal mining and the possibility of it being practiced in indigenous lands, by the Indians, in the usufruct exercise. The research methodology was qualitative. In relation to the targets, was exploratory, being able to promote greater learning about the subject and turn it into a more explicit subject. In what concerns the technical procedure, was strictly bibliographical. In this context, was possible to conclude that the limitations of the complete usufruct of the land, imposed by SFC, in the “Raposa Serra do Sol” case, to the Indians, were discriminatory, while limits the right of the exclusive usufruct of the lands granted by the Constitutional Legislator and transform them into a specie of Concession used rights. Furthermore, in specific cultures, the minerals are used to cultural expressions, however, it should be pointed out that if there is commercialization of the minerals or derivatives, the intervention of the state becomes necessary, caused by Indians lack in economic relations.*

KEYWORDS: *indians, usufruct; indian usufruct; artisanal mining; supreme federal court.*

A INFLUÊNCIA DO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA “BOLSA FAMÍLIA” NA AMPLIAÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODERAMENTO DA MULHER: ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CAPOEIRAS/RN

THE INFLUENCE OF GOVERNMENT INCOME TRANSFER PROGRAM "BOLSA FAMÍLIA" IN THE EXPANSION OF GENDER EQUALITY AND EMPOWERMENT OF WOMEN: STUDY OF CAPOEIRA'S QUILOMBOLA COMMUNITY CASE

Reginaldo Antônio de Oliveira Freitas Júnior
Lucas Bezerra Vieira

RESUMO: A Constituição Federal de 1988 criou o espaço jurídico para o desenvolvimento de programas de direitos no país, fomentando políticas públicas destinadas a concretizar na nossa sociedade, recém saída de uma ditadura militar, uma justiça social mínima. O próprio preâmbulo afirma que o Estado democrático é “destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos [...]”. No atual cenário brasileiro, os programas de transferência de renda fornecem determinado montante financeiro para famílias – em geral, hipossuficientes – que cumprem requisitos específicos, servindo como forte instrumento para a redistribuição de renda no país, no intuito de diminuir as desigualdades econômicas e sociais que tem historicamente limitado a concretização dos pressupostos constitucionais. O jornalista WATTS (2013), escrevendo para reportagem do jornal inglês The Guardian de 18 de dezembro de 2013, destacou o impacto do Programa Bolsa Família nas relações de gênero, dando ênfase especial à conclusão de que o programa; tendo como uma das questões fundamentais a emissão do cartão, prioritariamente, em nome da mulher; tem permitido um maior empoderamento e uma maior independência das mulheres brasileiras pobres. Na perspectiva de que o exercício dos direitos civis pressupõem a concretização dos direitos e garantias fundamentais, o presente artigo objetiva promover uma reflexão sobre os impactos sociais do Programa Bolsa Família sobre o empoderamento das mulheres, em especial as quilombolas, com foco nas possibilidades de transformações sociais modificadoras das relações familiares e na redução das diferenças entre gêneros, possibilitada pela ampliação do poder da mulher no seio familiar. No intuito de fornecer ao trabalho um viés pragmático, estudamos a temática proposta na comunidade quilombola de Capoeiras, situada na zona rural de Macaíba/RN. Sem a pretensão de esgotar ou demonstrar uma inequívoca conclusão sobre o assunto, discutir a potencialidade do tema é o objetivo do presente artigo.

PALAVRAS-CHAVE: bolsa família; igualdade de gêneros; pobreza; mulheres; quilombo.

ABSTRACT: *The Federal Constitution of 1988 created a legal space for the development of rights programs in Brazil, promoting public policies aimed at achieving in our society, fresh out of military dictatorship, a minimum social justice. The preamble of Constitution says that is function of the Democratic State "to ensure the exercise of social and individual rights, liberty, security, community welfare, development, equality and justice as supreme values of a fraternal, pluralistic and no prejudice society [...]". In the current national scenario, cash transfer programs provides specific financial allocation for families - generally hyposufficient - that satisfy specific requirements. That reallocation serve as a powerful tool for the redistribution of income in the country, aiming reduce economic and social inequalities that has historically limited the achievement of constitutional principles.*

WATTS (2013), journalist of *The Guardian* newspaper, in a article of december 2013, highlighted the impact of the *Bolsa Família* Program on gender relations, with special emphasis on the greater empowerment and greater independence of poor Brazilian women, allowed, beyond other factors, by issuing of cash card in name of woman. On the view that the exercise of civil rights presupposes the realization of Fundamental Rights and guarantees, this article aims to promote reflection on the social impacts of *Bolsa Família* on the empowerment of women, in particularly the Quilombola women, focusing on transformation of family relationships and reducing gender differences, made possible by the expansion of women's power in the family. In order to give to this work a pragmatic bias, we study the proposed theme in Capoeiras Quilombola community, located in countryside of Macaíba/RN. Without intending to exhaust or demonstrate an unequivocal conclusion about the subject, discussing the topic of potential is the goal of this article.

KEYWORDS: family grant; gender equality; poverty; women; quilombo.

A POSSIBILIDADE DE REVISÃO JUDICIAL EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS E SUAS LIMITAÇÕES

THE POSSIBILITY OF JUDICIAL REVIEW IN THE ADMINISTRATIVE PROCEDURES OF DEMARCATION OF INDIGENOUS LAND AND ITS LIMITATIONS

Gabriela Cristina Braga Navarro

RESUMO: O artigo aborda a possibilidade de revisão judicial em procedimentos administrativos de demarcação de terras indígenas, bem como a limitação dessa revisão. A questão ganha relevo após a paradigmática decisão “Raposa Serra do Sol” (STF, PET 3388) e a sua aplicação a outros casos semelhantes (por todos, STF, ARE 803.462-AgR/MS e RMS 29087). Serão utilizados como parâmetros: tripartição de poderes, inafastabilidade de jurisdição, configuração de discricionariedade técnica e eventual conflito entre direitos fundamentais. A demarcação de terras indígenas é procedimento administrativo indispensável como instrumento para proteção e respeito a comunidades indígenas, assegurando não apenas moradia e subsistência para a tribo, mas também a reprodução de sua tradição, religião e organização social e a proteção ambiental. A demarcação está prevista constitucionalmente como atribuição do Poder Executivo e é atribuída à Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Trata-se de um procedimento técnico, envolvendo estudos interdisciplinares em diversas áreas de estudo, como geografia, sociologia, antropologia e biologia. O objetivo da demarcação é meramente declarar determinada situação, e não constituí-la. Tais elementos levam à configuração da demarcação no âmbito da chamada “discricionariedade técnica” da Administração Pública, espaço que estaria, ao menos a princípio, reservado de apreciação judicial. Eventualmente, contudo, a proteção a terras indígenas pode vir a entrar em conflito com outros direitos também constitucionalmente previstos: proteção a espaços ecológicos (CF, art.225, p. 1º, I e III), proteção da soberania nacional em faixas de

fronteira (CF, art.20, p. 2º), garantia do desenvolvimento nacional por meio da livre circulação no território e da construção de infraestrutura, tais como rodovias, hidrelétricas, portos, etc. (CF, art.3º, II). Ainda, em um Estado de Direito caracterizado pelo sistema de freios e contrapesos, é ínsita a possibilidade de controle de um poder estatal por outro, assegurando que não haja abusos ou omissões e a consequente violação a direitos fundamentais, o que é concretizado, no caso brasileiro, pela cláusula de inafastabilidade de jurisdição (CF, art. 5º, XXXV). Configura-se, então, o problema de pesquisa: como conciliar a inafastabilidade de jurisdição com a discricionariedade técnica imanente ao procedimento demarcatório? Conclui-se que muito embora a revisão judicial seja indispensável, não pode o Judiciário substituir-se à Administração, incluindo condicionantes não previstas constitucionalmente no procedimento de demarcação.

PALAVRAS-CHAVE: demarcação de terras indígenas; discricionariedade técnica; revisão judicial; conflito entre direitos.

ABSTRACT: *The paper analysis the possibility of judicial review of administrative procedures for demarcation of indigenous land, and the limitation of this review. The question becomes important after the paradigmatic decision "Raposa Serra do Sol" (STF, PET 3388) and their application to similar cases (STF, ARE-803 462 AgR / MS and RMS 29087). Will be used as parameters: tripartite division of powers, principle of non-obviation of jurisdiction, technical discretionarity and conflict between fundamental rights. The demarcation of indigenous land is an essential administrative procedure as a implement of protection and respect for indigenous communities, ensuring not only dwelling and sustenance for the tribe, but also protecting its tradition, religion, social organization and environment. The demarcation is constitutionally designated as an administrative jurisdiction and is assigned to the National Indian Foundation (FUNAI). This is a technical procedure, involving interdisciplinary studies in various areas, such as geography, sociology, anthropology and biology. The goal of demarcation is to declare certain situation, and not to constitute it. These elements lead to the setup of demarcation within the so-called "technical discretionarity" of Public Administration, content that would, at least in principle, be withdrawn of judicial review. Eventually, however, the protection of indigenous lands can come into conflict with other rights also constitutionally provided: protection of green areas (CF art.225, p 1, I and III.), protection of national sovereignty on track border (CF, Art.20, p. 2 º), national development by ensuring free movement in the territory and the construction of infrastructure such as roads, dams, ports, etc. (CF º Art.3 II). Yet, in the rule of law characterized by the system of checks and balances, the possibility of state power control on the other power is inherent, ensuring that there is no abuse or omissions and the consequent violation of fundamental rights, which is implemented in Brazil by the principle of non-obviation of jurisdiction (CF, art. 5 º, XXXV). Sets up, then, the research problem: how to reconcile the principle of non-obviation of jurisdiction with the immanent technical discretionarity in demarcation procedure? In conclusion, the paper assigns that even though judicial review is essential, it cannot be a substitute for Administration, including constitutionally unforeseen conditions in the demarcation procedure.*

KEYWORDS: demarcation of indigenous lands; technical discretionarity; judicial review; conflict between rights.

A PRÁTICA DA JURISDIÇÃO INDÍGENA PERANTE O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

LA PRÁCTICA DE LA JURISDICCIÓN INDÍGENA ANTE EL DERECHO BRASILEÑO

Isabella Cristina Lunelli

RESUMO: A prática da jurisdição indígena no Brasil é aceita pelo ordenamento jurídico brasileiro desde 1973, com a promulgação do Estatuto do Índio. O dispositivo legal é antigo, mas sua aplicação só tem sido observada em pesquisas jurisprudenciais recentes, sob as influências dos imperativos internacionais e das reformas constitucionais andinas que proclamam a descolonização jurídica e impõem aos operadores do ordenamento jurídico brasileiro um novo paradigma de interpretação. Concretizando leis abstratas, o Estado Brasileiro, através de seu Direito, traça novos contornos à cultura jurídica, fundamentando-a desde uma concepção plural de sistemas e fontes jurídicas. Reconhecidas pelo Estado, as práticas normativas locais exercidas por povos indígenas na resolução de conflitos, transformam a estrutura estatal ao torna-las legais e legítimas. Desde uma perspectiva em que a coexistência de um outro sistema jurídico, o Direito Indígena, é reconhecido e admitido pelo Direito Estatal; o artigo que se apresenta parte da análise de estudo de casos, pesquisa bibliográfica e análise comparativa para contextualizar como vem se dando, na prática, o reconhecimento da jurisdição indígena perante o ordenamento jurídico brasileiro nesses últimos anos.

PALAVRAS-CHAVE: jurisdição indígena; direito indígena; direito estatal, pluralismo jurídico.

RESUMEN: La práctica de la jurisdicción indígena en Brasil es aceptada por el sistema jurídico brasileño desde 1973, con la promulgación del Estatuto del Indio. El instituto jurídico es viejo, pero su aplicación sólo se ha observado en la investigación jurisprudencial reciente, bajo la influencia de los imperativos internacionales y las reformas constitucionales andinas que proclaman la descolonización jurídica e imponen a los operadores del sistema jurídico un nuevo paradigma de la interpretación. Para implementar leyes que eran hasta entonces meramente abstractas, el Estado Brasileño, a través de su Derecho, dibuja nuevas dimensiones a la cultura jurídica, basándola en una concepción pluralista de los sistemas y sus fuentes legales. El ejercicio de las prácticas normativas locales por los pueblos indígenas para solucionar sus conflictos, una vez reconocidas por el Estado, transforman su estructura, haciéndolas legales y legítimas. Desde una perspectiva en la que se reconoce la coexistencia de otro sistema legal, el Derecho Indígena, que se le permita su práctica por el Derecho del Estado; el artículo que se expone parte del análisis de estudios de casos prácticos, investigaciones bibliográficas y de análisis comparativo con el fin de contextualizar como se le ha dado, en la práctica, el reconocimiento de la jurisdicción indígena en el derecho brasileña en los últimos años.

PALABRAS CLAVE: *jurisdicción indígena; derecho indígena; derecho estatal, pluralismo jurídico.*

A REAFIRMAÇÃO SANGUÍNEA DOS ÍNDIOS XOKÓS COMO INSTRUMENTO DE LEGITIMIDADE PARA ADQUIRIR AS TERRAS EM PORTO DA FOLHA-SERGIPE

A RESTATEMENT OF BLOOD XOKÓS INDIANS ARE ENTITLED AS A TOOL TO PURCHASE THE LAND IN PUERTO LEAF-SERGIPE

Nelson Teodomiro Souza Alves

RESUMO: O Único grupo indígena que pode ser encontrado atualmente no Estado de Sergipe é o grupo Xokó eles estão situados na região do baixo São Francisco no Município de Porto da Folha, Sergipe. Durante muito tempo, aproximadamente cem anos, os índios xokós permanecerem ocultos devido a fatores como a escravidão e a crescente miscigenação ocorridas nos séculos passados, foram aos poucos perdendo as características culturais e fenotípicas de seus grupos de origem. Todavia em meados da década de 70 eles reaparecem a partir de contribuições de antropólogos oriundos da Universidade Federal de Sergipe, representantes da igreja católica, movimentos estudantis e sociais. . Os Xocós haviam sido expulsos de suas terras com base na alegação de que, devido à miscigenação, não eram mais índios. Este fator se mostra decisivo no entendimento do modo de vida atual deste grupo indígena, que luta por preservar a identidade, a cultura e as tradições indígenas, em que pese o fato de, no nível do fenótipo, os Xocós se apresentarem em sua maioria como negros ou mulatos. Desde a sua chegada na Ilha de São Pedro (Porto da Folha) em 1978, os Xokó tiveram que reassumir sua identidade, perpassando por questões de afirmação cultural e territorial. Surge então a o embate jurídico em 1992, quando os Xokó por questões de miscigenação foram impedidos de ter acesso as suas terras, uma vez que alguns alegavam que eles perderam a identidade. Atualmente a Constituição carece de mecanismos que tragam uma maneira da comunidade se reafirmar como protagonista de seus costumes e práticas cotidianas, possibilitando que a identidade Xokó torne-se fonte de intercâmbio e conhecimento histórico, ambiental, social e cultural, tão importantes para o povo sergipano.

PALAVRAS-CHAVE: *índios xokós; miscigênação; identidade cultural; demarcação de terras.*

ABSTRACT: *The only indigenous group which can currently be found in the State of Segipe is Xoko group they are located in the lower São Francisco in the municipality of Porto da Folha, Sergipe. For a long time, about a hundred years, xokós Indians remain hidden due to factors such as slavery and the growing miscegenation that occurred in past centuries, were gradually losing the cultural and phenotypic characteristics of their constituencies. However in the mid-70 they reappear from anthropologists contributions coming from the Federal University of Sergipe, representatives of the Catholic church, student and social movements. . The Xocós had been expelled from their land on the grounds that, due to miscegenation, were*

no longer Indians. This factor proves decisive in understanding the current way of life of this indigenous group fighting to preserve the identity, culture and indigenous traditions, despite the fact that, in the phenotype level, Xocós present themselves mostly as black or mulatto. Since its arrival on the island of São Pedro (Porto da Folha) in 1978, the Xoko had to resume his identity, passing for reasons of cultural and territorial claim. Then comes the legal struggle in 1992, when Xoko by mixing issues were prevented from accessing their land, as some claimed they lost their identity. Currently, the Constitution lacks mechanisms to bring a way the community to reassert itself as the protagonist of their customs and daily practices, enabling the Xoko identity becomes a source of exchange and historical knowledge, environmental, social and cultural, as important to the people Sergipe.

KEYWORDS: *indians xokós; miscegenation; cultural identity; land demarcation.*

DIREITOS ÉTNICOS QUILOMBOLAS: AUTORRECONHECIMENTO E TERRITORIALIDADE

DERECHOS ÉTNICOS QUILOMBOLAS: AUTORRECONOCIMIENTO Y TERRITORIALIDAD

Juliana de Oliveira Sales
Liana Amin Lima da Silva

RESUMO: O trabalho pretende abordar a situação jurídica das comunidades quilombolas no Brasil, que até pouco tempo eram invisibilizadas no campo jurídico e político. Buscar-se-á, assim, analisar a proteção jurídica do território ocupado pelos quilombos e o respeito ao modo de vida próprio, sua identidade étnica e sua concepção de territorialidade. O art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) inaugura um novo regime territorial. Há, pois, a necessidade de esclarecer quem são os sujeitos de direito da norma constitucional e o que ela garante, a fim de verificar qual o alcance do dispositivo. Para tanto, é necessário ceder atenção a instrumentos jurídicos nacionais e internacionais, tanto em termos de proteção jurídica do direito territorial, quanto em termos do critério da auto-atribuição das comunidades quilombolas, conforme dispõe a Convenção n. 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. A reflexão acerca da efetivação dos direitos étnicos quilombolas, que a passos lentos se desenvolve, é o objeto central do estudo, com a exegese da norma constitucional definidora de direitos territoriais às comunidades quilombolas, reputando-se imprescindível a identificação do seu sentido e alcance. Assim, busca-se desenvolver uma análise crítica dos votos já existentes no âmbito do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 3239) que questiona a constitucionalidade do Decreto nº 4.887/2003 que regulamenta o procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras quilombolas, a fim de demonstrar os retrocessos ou avanços que a jurisprudência pode vir a concretizar.

PALAVRAS-CHAVE: comunidades quilombolas; auto-atribuição; direitos territoriais.

RESUMEN: Este trabajo pretende abordar la situación jurídica de las comunidades quilombolas en Brasil, que hace poco eran invisibles en el ámbito jurídico y político. El intento es buscar examinar la protección jurídica de los territorios ocupados por los quilombos y el respeto a la forma de vida propia, su identidad étnica y su concepto de la territorialidad. El art. 68 del Acto de las Disposiciones Constitucionales Transitorias (ADCT) inaugura un nuevo régimen territorial. Por lo tanto, hay una necesidad de aclarar quiénes son los sujetos de derecho del artículo constitucional y lo que garantiza, con el fin de verificar cual es el alcance del dispositivo, pues es necesario prestar atención a los instrumentos jurídicos nacionales e internacionales, tanto en términos de la protección legal de los derechos territoriales, y en términos del criterio de la auto-atribución de comunidades quilombolas, de conformidad con el Convenio 169 sobre Pueblos Indígenas y Tribales. La reflexión sobre la poca efectividad de los derechos étnicos quilombolas es el objeto central de estudio, con la exégesis de la definición constitucional de los derechos territoriales de las comunidades quilombolas, considerando que es esencial identificar su significado y alcance. De este modo, se busca desarrollar un análisis crítico de votos existentes bajo la decisión en la Acción Directa de Inconstitucionalidad (ADI 3239) que cuestiona la constitucionalidad del Decreto N° 4.887 / 2003, que regula el procedimiento para la identificación, reconocimiento, delimitación, demarcación y titulación de las tierras quilombolas con el fin de demostrar los avances o retrocesos que la jurisprudencia puede llegar a buen término.

PALABRAS CLAVE: comunidades quilombolas; auto-atribución; derechos territoriales.

DIREITOS INDÍGENAS E SEGURANÇA NACIONAL: DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE AO CASO RAPOSA SERRA DO SOL

DROITS AUTOCHTONES ET LA SÉCURITÉ NATIONALE: DE L'ASSEMBLÉE CONSTITUANTE À L'AFFAIRE RAPOSA SERRA DO SOL

Pádua Fernandes

RESUMO: Entre as graves violações de direitos humanos praticadas pela ditadura militar brasileira, estão o genocídio e o etnocídio cometidos contra os povos indígenas, que foram objeto de pesquisa da Comissão Nacional da Verdade e de outras poucas Comissões, como a dos Estados do Amazonas, Paraná e São Paulo. O trabalho analisa documentos sigilosos produzidos pelo Estado brasileiro durante a Assembleia Constituinte (1987-1988), ou seja, pouco depois da ditadura. A presidência de José Sarney (1985-1990) foi um governo civil sob tutela militar, e o acompanhamento feito pelo sistema de informação e vigilância, ainda largamente intacto nesse governo, demonstram a preocupação das Forças Armadas com as atividades das organizações dos índios e indigenistas, bem como com a emergência dos direitos indígenas na Constituição que se formava. Esses documentos apresentam uma visível orientação colonial, que era própria da chamada doutrina da segurança nacional, que se marcava pelo etnocentrismo. Esses documentos são

comparados com as reações das Forças Armadas brasileiras no caso da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima. O caso, julgado pelo Supremo Tribunal Federal em 2009, mostrou continuidades da postura das Forças Armadas contra os índios brasileiros, o que deixou suas marcas nas condicionantes à demarcação criadas pelo Supremo Tribunal para esse caso, que hoje servem de ameaça para a demarcação das terras indígenas e para a própria sobrevivência desses povos no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: direitos indígenas; segurança nacional; assembleia constituinte; terras indígenas.

RÉSUMÉ: *Parmi les graves violations des droits de l'homme pratiquées par la dictature militaire au Brésil, on trouve le génocide et l'ethnocide commis contre les peuples autochtones, qui furent l'objet de la recherche de la Commission nationale de vérité et de quelques autres commissions, tel que celles des états d'Amazonas, Paraná et de São Paulo. Ce travail analyse les documents secrets produits par le gouvernement brésilien au cours de l'Assemblée constituante (1987-1988), c'est-à-dire, peu de temps après la dictature. La présidence de José Sarney (1985-1990) était un gouvernement civil sous tutelle militaire, et la surveillance effectuée par le système d'information et de surveillance, encore largement intacts dans ce gouvernement, nous révèle la préoccupation des Forces armées avec les activités des organisations des peuples autochtones et des indigénistes, ainsi qu'avec l'émergence des droits indigènes dans la Constitution qui se formait. Ces documents présentent une orientation coloniale visible, qui était elle-même une caractéristique de la soi-disant doctrine de la sécurité nationale, qui était marquée par l'ethnocentrisme. Ils sont comparés avec les réactions des Forces armées brésiliennes dans le cas de la démarcation de la terre autochtone Raposa Serra do Sol dans l'État de Roraima. L'affaire, jugée par la Cour suprême en 2009, a révélé une permanence des postures des Forces armées contre les peuples autochtones du Brésil, ce qui a laissé sa marque dans les conditions pour l'implémentation des droits territoriaux créées par la Cour suprême dans ce jugement. Ces conditions présentent aujourd'hui une menace pour les droits territoriaux et pour la survie même de ces peuples au Brésil.*

MOTS CLÉS: *droits autochtones ; sécurité nationale ; assemblée constituante ; terres autochtones.*

ENQUANTO O DIREITO NÃO VEM: NOTAS SOBRE PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DOS INDÍGENAS MUNDURUKU DO PLANALT

WHILE THE RIGHT DOES NOT COME: NOTES ON POLICY MOBILIZATION PROCESS OF MUNDURUKU INDIGENOUS FROM PLATEAU

Judith Costa Vieira

Resumo: O processo de organização e mobilização política de vários grupos sociais instituindo suas demandas a partir de discursos étnicos trouxe um desafio para

compreensão da realidade social. Estas práticas discursivas e ativas, além de imporem novos termos na forma de interlocução com o Estado pelo atendimento de demandas específicas, também requerem uma atenção especial dos estudiosos no sentido de compreender quais os motivos reais que levam a tais mobilizações e quais os contextos sociais e políticos em que são produzidas. Se inscrevendo nestas preocupações, este texto visa dialogar com o processo de organização e mobilização política do grupo que se auto reconhece como indígenas “Munduruku do Planalto” e inserir esta discussão em um contexto mais amplo dos debates sobre os vários processos de lutas por direitos étnicos na Amazônia Brasileira. Pretende-se com isto, além de apresentar elementos da realidade concreta e cotidiana vivenciada pelo grupo em questão, tentar entender como o Direito responde e se relaciona com esta realidade.

Palavras-chave: indígenas, munduruku, organização política e direito.

ABSTRACT: *The organization and policy mobilization process of many social groups instituting their demands from ethnic speeches brought a challenge to understanding of the social reality. These discursive and active practices, beyond of imposing new terms on the interlocution forms with the State by the attending of the specific demands, require a special attention from the experts too, on the way to comprehend what the real reasons that carrying on to such mobilizations and what the social and policy contexts in that they are produced. Singing up on these concerns, this paper aims to dialogue with the process of organization and policy mobilization of the group that self-recognize as “Munduruku of Plateau” indigenous and insert this discussion in a broader context of debates about many fight processes for ethnic’s rights on Brazilian Amazonian. It has the point, such as present elements of the concrete and everyday reality experienced by the group in subject, to understand how the Law answer and self-relation with this reality either.*

Key-words: *indigenous, munduruku, policy organization, law.*

INCLUSÃO SOCIAL DE INDÍGENAS PELA POLÍTICA DE COTAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

SOCIAL INCLUSION OF INDIGENOUS BY QUOTA POLICY IN FEDERAL UNIVERSITY OF SERGIPE

*Acácia Gardênia Santos Lelis
Ana Cristina Almeida Santana*

RESUMO: O artigo objetiva analisar a efetivação do direito à inclusão social do índio em razão da implantação do sistema de cotas pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), política afirmativa, por ela adotada. O sistema de cotas foi implantado na UFS para o processo seletivo de ingresso dos cursos oferecidos a partir de 2010 (Resoluções 80/2008 e 85/2009), medida que, à época, ocasionou repercussão

social, pela ausência de conhecimento sobre a necessidade e importância dessa política afirmativa para os beneficiários das cotas. O sistema de cotas permite que o índio acesse ao ensino superior em vista a sua marginalização social, histórica e cultural, buscando cumprir as diretrizes estabelecidas pela Constituição Federal, pela Lei 9394/1996 e pelo Plano Nacional de Educação, então vigentes. O trabalho foi objeto de uma pesquisa exploratória e qualitativa, em fontes bibliográficas e documentais, com a realização de entrevistas não estruturadas com os envolvidos. Apresenta o sistema de cotas e os posicionamentos favoráveis e contrários a essa política, com destaque para o posicionamento do Supremo Tribunal Federal. Os dados relativos ao número de índios ingressantes na UFS de 2010 até 2014, a permanência e aceitação desses indígenas na universidade e a conclusão dos cursos, realizou-se a análise acerca da efetivação da inclusão social dos índios, em face do sistema de cotas. O trabalho discute a efetivação da política de cotas para os índios, apresentando se essa ação afirmativa proporcionou a diminuição da discriminação e exclusão social, e se possibilitou o desenvolvimento socioeconômico das comunidades indígenas sergipanas.

Palavras-chave: educação superior; inclusão socioeconômica; cotas; índio.

ABSTRACT: *The article aims to analyze the realization of the right to social inclusion of the Indian due to the implementation of the quota system by the Federal University of Sergipe (UFS), affirmative action policy, which it adopted. The quota system was deployed in UFS for the selection process for admission of the courses offered from 2010 (Resolutions 80/2008 and 85/2009), as at the time caused social impact, lack of knowledge about the need and importance of affirmative policy for the beneficiaries of the quota. The quota system allows the Indian access to higher education in view of their social marginalization, history and culture, seeking to fulfill the guidelines established by the Constitution, by Law 9394/1996 and the National Education Plan then in effect. The work was the subject of an exploratory and qualitative research, bibliographical and documentary sources, with the completion of unstructured interviews with those involved. It presents the quota system and the pro and con positions to this policy, especially the position of the Supreme Court. Data on the number of entrants Indians in 2010 until 2014 UFS, the permanence and acceptance of indigenous university and the completion of the courses, there was analysis about the effectiveness of the social inclusion of the Indians, given the quota system. The paper discusses the effectiveness of the quota policy for the Indians, showing that affirmative action is provided at reducing discrimination and social exclusion, and if possible the socioeconomic development of Sergipe indigenous communities.*

Keywords: *higher education; socioeconomic; quotas inclusion; indigenous.*

INDÍGENAS E TRABALHO INFANTIL: DA FRONTEIRA ETNICOCULTURAL À PERSPECTIVA DE UMA AÇÃO INSTITUCIONAL DIFERENCIADA

INDÍGENAS Y EL TRABAJO INFANTIL: LA FRONTERA ETNICOCULTURAL Y LA PERSPECTIVA DE UNA ACCIÓN INSTITUCIONAL DIFERENCIADA

Edmilson Alves do Nascimento
Renilda Aparecida Costa

RESUMO: Este artigo visa explicitar aspectos que caracterizam e particularizam o trabalho desenvolvido por crianças no contexto cultural indígena, como um processo tradicional de socialização e educação diferenciado, sem que tal prática possa ser considerada trabalho infantil. A análise tomará em consideração a interação com o meio ambiente natural e sociocultural em que se inserem as crianças indígenas enquanto sujeitos portadores de uma identidade singular. Na Constituição brasileira vigente, se por um lado temos a proibição de qualquer tipo de trabalho para menores de 14 anos (art. 227, §3º, I), de outro, sem fazer distinção entre crianças e adultos, temos que são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições (art. 231, caput). Por outro lado, temos o reconhecimento jurídico das práticas tradicionais de trabalho, seja realizadas por crianças ou adultos, definidas no art. 23, inciso 1, da Convenção 169 da OIT. Dentre outras questões, esta análise proporcionará a discussão sobre a fronteira etnicocultural que distingue as atividades laborais tradicionalmente realizadas pelas crianças indígenas em relação ao trabalho infantil propriamente dito, pondo em discussão a perspectiva de uma ação institucional diferenciada envolvendo as crianças indígenas, na busca da efetivação da política pública para erradicação do trabalho infantil, na Amazônia e no Brasil. A investigação desenvolver-se-á sob um olhar crítico-dialético e com procedimento metodológico pautado na pesquisa bibliográfica em fontes nacionais e internacionais, como fundamento conceitual e científico, bem como a pesquisa documental. A erradicação do trabalho infantil envolvendo crianças indígenas é uma situação complexa que demanda solução e não se pode ignorar esta realidade em todo o território nacional, sob pena de aprofundar ainda mais as situações de desigualdade e exclusão dos povos indígenas. Por fim, conclui-se que os estudos sobre a questão do trabalho infantil indígena são escassos e são poucos os debates sobre o problema.

PALAVRAS-CHAVE: fronteira etnicocultural; crianças indígenas; trabalho infantil; direitos e políticas públicas.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo explicar los aspectos que caracterizan y particularizan el trabajo de los niños en el contexto cultural indígena como un proceso tradicional de socialización y educación diferencial, por el cual esta práctica puede considerarse trabajo infantil. Por tanto, el análisis tendrá en cuenta la interacción con el entorno natural y sociocultural en el que operan los niños indígenas como sujetos con una identidad específica. En la actual Constitución brasileña, por una parte tenemos la prohibición de cualquier tipo de trabajo para menores de 14 años (art. 227, § 3, I), por otro lado, sin hacer distinción entre niños y adultos, tenemos reconocimiento a los indios su organización social, costumbres, lenguas, creencias y tradiciones (art. 231, caput). Por otro lado, tenemos el reconocimiento legal de las prácticas de trabajo tradicionales, los que son realizados por niños o adultos, que se define en el art. 23, inciso 1, de la Convención 169 de la OIT. Con base en lo anterior, entre otras cuestiones, este análisis proporcionará una discusión sobre el límite etnicocultural que distingue las actividades de trabajo tradicionalmente realizadas por niños indígenas en relación a sí mismo el trabajo infantil, poniendo en duda la posibilidad de una acción institucional diferenciada participación de los niños indígenas, en la búsqueda de políticas públicas eficaces

para la erradicación del trabajo infantil en el Amazonas y Brasil. La investigación se desarrolló bajo una observación crítico-dialéctica y procedimiento metodológico guiado por la literatura en fuentes nacionales e internacionales, tales como la base conceptual y científica, así como la investigación documental. La erradicación del trabajo infantil que involucra a los niños indígenas es una situación compleja que requiere solución. Uno no puede ignorar esta realidad en todo el territorio nacional, sobre el cual profundizar aún más las situaciones de desigualdad y exclusión de los pueblos indígenas. Finalmente, se concluye que los estudios sobre el tema del trabajo infantil indígena son escasos y no hay casi ninguna acción con el tema y hay pocos debates sobre el problema encontrado.

PALABRAS-CLAVE: *frontera étnicocultural; los niños indígenas; trabajo infantil; derechos y las políticas públicas.*

INDÍGENAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM CURITIBA: UMA POLÍTICA PÚBLICA EMERGENCIAL

INDÍGENA SIN HOGAR EN CURITIBA: UNA POLÍTICA PÚBLICA DE EMERGENCIA

Karoline Strapasson

RESUMO: As raízes históricas do Brasil apontam para um longo processo de colonialismo e exploração econômica, que manteve um ciclo intergeracional de pobreza. Apesar do Brasil ter alcançado algum crescimento econômico e atuação estatal recente em prol de políticas públicas assistenciais, permanecem os bolsões de pobreza extrema em âmbito rural, urbano com populações em situação de rua, ou em uso de moradias irregulares ou em zona de risco. Incluída na situação de extrema pobreza urbana também se encontram famílias indígenas sobrevivendo por meio da venda de artesanato. Na cidade de Curitiba em janeiro de 2015 foi inaugurada em caráter emergencial e temporário a Casa de Passagem do Indígena Artesão. O objetivo deste trabalho é descrever o processo de formação da Casa de Passagem, e analisar o acesso à assistência social no caso de vulnerabilidade social urbana indígena. Para tanto, parte-se do método dedutivo, método de abordagem monográfico, por meio de revisão bibliográfica e coleta de informações junto à Prefeitura Municipal de Curitiba. O presente trabalho encontra-se em desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: políticas públicas; situação de rua; povos indígenas.

RESUMEN: Las raíces históricas de Brasil apuntan a un largo proceso de colonialismo y la explotación económica, la cual mantiene un ciclo intergeneracional de la pobreza. Aunque Brasil ha logrado un crecimiento económico y la acción estatal reciente en apoyo de las políticas de bienestar, permanecen las grandes regiones de pobreza extrema en las zonas rurales, con poblaciones urbanas que viven en las calles, o el uso de la vivienda irregular o zona de riesgo. Incluido en la pobreza urbana extrema también se encuentran las familias indígenas sobreviven

vendiendo artesanías. En la ciudad de Curitiba, en enero 2015 fue inaugurada en carácter de emergencia y temporalidad la Casa de Passagem do Indígena Artesão (Casa de paso del Indígena Artesano). El objetivo de este estudio es describir el proceso de formación de la Casa de Passagem do Indígena Artesão y analizar el acceso a la asistencia social en el caso de la vulnerabilidad social urbana indígena. Con este fin, se emplea el método deductivo, método de enfoque monográfico, a través de revisión bibliográfica y recogida de información con la Ciudad de Curitiba. Este trabajo está en curso.

PALABRAS CLAVE: *políticas públicas; personas sin hogar; pueblos indígenas.*

MERCOSUL E POVOS INDÍGENAS. ANÁLISE DA CONVENÇÃO 169 E OUTROS APORTES NORMATIVOS DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO PARA A REGULAÇÃO DO TRABALHO INDÍGENA

MERCOSUR Y LOS PUEBLOS INDÍGENAS. ANÁLISIS DEL CONVENIO 169 Y OTROS APORTES NORMATIVOS DE LA ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO PARA LA REGULACIÓN DEL TRABAJO INDIO

José Patrício Pereira Melo

RESUMO: Nos países que compõem o MERCOSUL – Mercado Comum do Sul, o processo de colonização gerou escravização e exclusão dos povos primitivos de tal modo que ainda hoje repercute no modo de vida e trabalho das populações de índios que resistem neste território. O MERCOSUL, criado em 1991, com o Tratado de Assunção tem como membros a Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai e Venezuela, que entrou oficialmente em 2012. Com uma população de 270 milhões de habitantes e território de 12,7 milhões. Entre 2010 e 2012, foi registrada uma população de 2.714.721 que se declaram índios. A OIT tem atuado significativamente para promover o acesso a trabalhos dignos para os trabalhadores de todo o mundo, através da sua atuação normativa, os países signatários de suas convenções, declarações e/ou recomendações corroboram com os ideais de respeito à dignidade humana e direitos humanos sociais, dentre eles o direito ao trabalho decente. A Resolução 169 dos Povos Indígenas e Tribais (1989) enfrentou o tema de prescrever a utilização de trabalho decente para os povos indígenas e tribais. Esta convenção foi assinada e ratificada por todos os países do Mercosul. A Convenção 169 da OIT estabelece, dentre outras questões: a identidade indígena como um conceito daqueles que descende de populações que habitavam o país ou uma região geográfica pertencente ao país na época da conquista ou da colonização. Outras normativas da OIT se somam para reforçar a importância e urgência de combater a escravização, exploração e modos informais do trabalho de indígenas nos países do MERCOSUL.

PALAVRAS-CHAVE: *povos indígenas; MERCOSUL; OIT*

RESUMEN: *En los países que conforman el mercado común de sur - MERCOSUR, el proceso de colonización generado esclavitud y exclusión de los pueblos primitivos que todavía generar daños hoy en la vida de las poblaciones indígenas en este*

territorio. MERCOSUR, creado en 1991 con el Tratado de Asunción tiene como miembros Argentina, Brasil, Paraguay, Uruguay y Venezuela entró oficialmente en 2012. Con una población de 270 millones de habitantes y territorio de 12,7 millones. Entre 2010 y 2012, fue registrada una población de 2.714.721 que dicen ser indios. La OIT ha trabajado mucho para promover el acceso a empleos decentes para los trabajadores de todo el mundo, a través de sus actividades normativas, los países signatarios de los convenios, declaraciones y recomendaciones corroboraban con los ideales de respeto a la dignidad humana y derechos humanos sociales, incluido el derecho al trabajo decente. El Convenio 169 de los pueblos indígenas y tribales (1989) se ha enfrentado a la cuestión de la prescripción el uso del trabajo decente para los pueblos indígenas y tribales. Este Convenio fue firmado y ratificado por todos los países del MERCOSUL. El Convenio 169 de la OIT establece, entre otras cuestiones: identidad indígena como un concepto de aquellos que descienden de poblaciones que habitaban el país o una región geográfica del país en el momento de la conquista o colonización. Se suman otras normas de la OIT para reforzar la importancia y urgencia de la lucha contra la esclavitud, la explotación y modos informales de trabajo en los países del MERCOSUR.

PALABRAS CLAVE: *pueblos indígenas; MERCOSUR; OIT.*

O DESLOCAMENTO DA ZONA DE EXPANSÃO E OS CONFLITOS INDÍGENAS: A FRONTEIRA SOCIAL FRUTO DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL PELO AGRONEGÓCIO NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

ÁREA DE EXPANSIÓN DE CAMBIO Y CONFLICTO INDÍGENAS: LA FRONTERA DE LA FRUTA SOCIAL DE OCUPACIÓN POR LA AGROINDUSTRIA TERRITORIAL EN EL ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Yasmine A. Silva Cruz
Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega

RESUMO: O presente artigo pretende analisar o processo de ocupação e colonização do Estado do Mato Grosso do Sul, a história da descolonialidade e do despovoamento das comunidades indígenas existentes neste local e no recorte histórico que se iniciou após 1930, com a chamada Marcha para o Oeste do presidente Getúlio Vargas, perpassando pelo Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek até a formação da Zona territorial no período da Modernização da Agricultura. Nestes anos observou-se um grande incentivo dos governos Estadual e Federal visando à ocupação econômica da terra marcada pelo mercado em expansão para adequar-se ao quadro global. Esse contexto deu-se em pela racionalidade do sistema econômico hegemônico o qual excluiu o desenvolvimento adotado pelas modernidade dos povos e a natureza, assim como os conhecimentos tradicionais resultantes da interação entre eles. Esse período foi determinante para a atual distribuição espacial dos territórios, das demarcações das terras indígenas bem como da expulsão das comunidades indígenas que resultaram em vários conflitos violentos pela posse da terra.

PALAVRAS-CHAVE: direito agrário; conflitos indígenas; territorialidades.

RESUMEN: En este artículo se analiza el proceso de ocupación y colonización de Mato Grosso do Sul, la historia de descolonialidad y la despoblación de las comunidades indígenas existentes en este lugar y período histórico que se inició a partir de 1930 con la llamada Marcha hacia el Oeste Presidente Getulio Vargas, pasando por el Plan de objetivos del gobierno de Juscelino Kubitschek a la formación de la zona territorial en el período de Modernización de la Agricultura. En estos años hubo un gran incentivo para que los gobiernos estatales y federales para la ocupación económica de la tierra marcada por el creciente mercado para adaptarse a la imagen general. Este contexto ha renunciado a la racionalidad del sistema económico hegemónico que excluía el desarrollo adoptado por la modernidad de las personas y la naturaleza, así como el conocimiento tradicional que resulta de la interacción entre ellos. Este período fue crucial a la actual distribución espacial de los territorios, la demarcación de las tierras indígenas y la expulsión de las comunidades indígenas que resultó en varios conflictos violentos por la propiedad de la tierra.

PALABRAS CLAVE: derecho agrario; guerras con los indios ; la territorialidad.

O DIREITO À CONSULTA PRÉVIA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS E SUA RELAÇÃO COM A EFETIVAÇÃO DO PLURALISMO JURÍDICO

EL DERECHO A LA CONSULTA PREVIA DE LAS COMUNIDADES TRADICIONALES Y SU RELACIÓN CON LA EFETIVACIÓN DEL PLURALISMO JURÍDICO

Vanderlei Luiz Weber
Fernando Antonio de Carvalho Dantas

RESUMO: A Ciência, o Estado, a Economia e o Direito experimentam um processo de prolongada crise de fundamentos, produzindo um sentimento de ineficiência do pensamento tradicional, de angústia, de ausência de direção. Nem o direito positivo nem as doutrinas político-neoliberais conseguem apontar solução para os problemas sociais, e nem respondem à crise de valores instalada nas diferentes dimensões do saber. Tal crise, todavia, representa um momento providencial, numa sociedade que se encontra sem referenciais. É o momento para que se investiguem causas, se encontrar explicações, apresentar formas atuais de superação. No entanto, para que este projeto se efetive, fundamental é o diálogo com a sociedade, ouvindo as diferentes coletividades. A alternativa, então, é a oitiva, o direito de consulta prévia à diversidade social, especialmente quanto ao que se refere às comunidades tradicionais, o que configura o direito democrático à participação, enfatizando o direito de fala tanto de sujeitos individuais quanto dos sujeitos coletivos o que, paralela e concomitantemente, desembocará no reconhecimento do pluralismo jurídico. Assim, se espera que esse direito de consulta seja livre, prévio e informado, como manda a Convenção 169 da OIT e que o pluralismo jurídico seja o

representante das regulamentações comunitárias alternativas, enquanto abra as portas ao informal (ao lado do formal), reconheça outras racionalidades (que não somente a científica) e possa englobar a flexibilidade, admitir o risco e a complexidade na sua lógica de pensar a realidade. A temática em questão ora converge e ora se choca com a análise do Direito vivo de Eugen Ehrlich, do Direito achado na rua de Roberto Lyra Filho, que compreende a rua como palco da organização popular e, do Direito Alternativo de Amilton Bueno de Carvalho, quando trata da possibilidade do magistrado flexibilizar a aplicação da norma em face dos dados reais da sociedade. Dentro desse contexto, entende-se que o direito de consulta e o pluralismo jurídico possuem a energia e a originalidade, tanto teórica quanto prática, para através das manifestações e produção normativa paraestatal, oferecer um sistema normativo informal, a partir da vivência e materialidade da própria comunidade nele envolvida.

Palavras-chave: comunidades tradicionais; consulta prévia; pluralismo jurídico.

RESUMEN: *La Ciencia, el Estado, la Economía y el Derecho vivencian un proceso de crisis prolongada de sus fundamentos, produciendo una sensación de ineficacia del pensamiento tradicional, de angustia, de ausencia de dirección. Ni el derecho positivo, ni las doctrinas políticas y neoliberales pueden señalar solución a los problemas sociales, y no responden a la crisis de valores instalada en las diferentes dimensiones del conocimiento. Esta crisis, sin embargo, es un momento providencial en una sociedad que se encuentra sin referenciales. Ha llegado el momento para investigarse las causas, encontrar explicaciones, formas actuales de superación. Sin embargo, para que este proyecto se efective, la llave está en el diálogo con la sociedad, escuchando las diferentes comunidades. La alternativa es, pues, la audiencia, el derecho a la consulta previa con los diferentes agentes sociales, especialmente en cuanto a lo que se refiere a las comunidades tradicionales, que establece el derecho a la participación democrática, haciendo hincapié en el derecho de hablar tanto de los sujetos individuales como sujetos colectivos que de forma paralela y simultánea desembocará el reconocimiento del pluralismo jurídico. Por lo tanto, se espera que la consulta sea libre, previa e informada, como lo exige el Convenio 169 de la OIT y que el pluralismo jurídico sea el representante de las reglamentaciones comunitarias alternativas, en cuanto abra la puerta al informal (junto a lo formal), reconozca otras racionalidades (no sólo la científica) y pueda abarcar la flexibilidad, aceptar el riesgo y la complejidad en la lógica de pensar la realidad. El tema en cuestión a veces converge y a veces se choca con el análisis del Derecho vivo de Eugen Ehrlich, el Derecho achado na rua de Roberto Lyra Filho, que comprende la calle como sitio de organización popular, y el Derecho Alternativo de Amilton Bueno de Carvalho, cuando trata la posibilidad de la aplicación flexible de la regla por parte del magistrado en faz de los datos reales de la sociedad. En este contexto, se entiende que el derecho a la consulta y el pluralismo jurídico tienen la energía y la originalidad, tanto teórica como práctica, para a través de demostraciones y reglas paraestatales de producción, ofrecer un sistema normativo informal, desde la experiencia y la materialidad de la comunidad que participa en ella.*

PALABRAS CLAVE: comunidades tradicionales; la consulta previa; pluralismo jurídico.

O DIREITO À HABITAÇÃO ADEQUADA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS: UM ESTUDO SOBRE A PARTIR DA COMUNIDADE QUILOMBOLA JOÃO SURÁ

*EL DERECHO A HABITACIÓN ADECUADA DE LAS COMUNIDADES
QUILOMBOLAS: UN ESTUDIO A PARTIR DE LA COMUNIDAD QUILOMBOLA
JOÃO SURÁ*

Cassius Marcelus Cruz

RESUMO: O Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1991, define como uma das características do direito à habitação a adequação cultural das construções habitacionais possibilitando a expressão apropriada da diversidade e identidade dos grupos aos quais as políticas de moradia se destinam. O presente estudo tem por objetivo analisar o processo de implementação do programa, originalmente denominado Casa Quilombola, elaborado em 2009 pela Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar) e executado ao longo dos primeiros anos da década de 2010. Através do cruzamento entre a abordagem da elaboração de um projeto pretensamente contextualizado nas comunidades quilombolas com a etnografia dos usos e significados atribuídos às casas construídas pela Cohapar na Comunidades Remanescente de Quilombo João Surá – PR, pretende-se analisar algumas das implicações da “modernização” da esfera habitacional na dimensão cultural da habitação quilombola.

PALAVRAS-CHAVE: Quilombolas; direito; moradia; habitação adequada.

RESUMEN: El Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales de 1991 define como una de las características del derecho a la vivienda de la adecuación cultural de la construcción de viviendas que permite la expresión adecuada de la diversidad y la identidad de los grupos a los que las políticas de vivienda están diseñados. Este estudio tiene como objetivo analizar el proceso de implementación del programa, originalmente llamado Casa Quilombola, elaborado en 2009 por la Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar) y ejecutar a lo largo de los primeros años del 2010. Al cruzar entre el enfoque para el desarrollo de un proyecto supuestamente contextualizada en las comunidades de color granate con la etnografía de los usos y significados atribuidos a las casas construidas por Cohapar en la Comunidade Remanente de Quilombo João Surá - PR, tenemos la intención de analizar algunas de las implicaciones de la "modernización" de la esfera de la vivienda en la dimensión cultural de la vivienda quilombola.

PALABRAS CLAVE: Quilombo; derecho; vivienda; vivienda adecuada.

O DIREITO À PROPRIEDADE INDÍGENA COMO GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA CULTURA TRADICIONAL E AS IMPLICAÇÕES DA PEC 215

EL DERECHO A LA PROPIEDAD INDÍGENA COMO GARANTÍA DE LA PRESERVACIÓN DE LA CULTURA TRADICIONAL Y LAS IMPLICACIONES DE LA PEC 215

Arthur Figueiredo Leite

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo demonstrar a prejudicialidade da competência demarcatória exclusiva contida na proposta de Emenda Constitucional 215 ao direito à terra e às peculiaridades culturais indígenas. Manutenção da cultura das populações tradicionais. Estudos nacionais e internacionais apontam como diversas sociedades indígenas ainda mantêm exclusivo contato com sua comunidade. A efetivação do direito previsto legalmente constitui uma medida imprescindível à demanda fundiária como também dá eficácia à diretriz constitucional que transfere aos índios total domínio de suas terras. As principais manifestações da cultura indígena só serão plenamente desenvolvidas com a proteção de seu território das especulações econômicas e do interesse político. Mostra-se que a competência atribuída ao Congresso prejudica as comunidades, pois não ouve a população afetada e paralisa todos os processos em andamento, retardando a efetivação do direito. Os dados de órgãos a favor e contra mudanças jurídicas embasam a pesquisa. Justifica-se a temática pela realização de pesquisas anteriores que demonstraram o caráter de urgência da implantação do direito demarcatório indígena, muito além de sua previsão legal e jurídica atual e mais objetivamente pela aplicação dos institutos legais já existentes. O método qualitativo e a pesquisa bibliográfica serão utilizados para a demonstração da necessária revisão do direito real de propriedade que se reafirma eminentemente individual e contrário à existência peculiar do indígena e à efetivação de seus direitos assegurados constitucionalmente.

PALAVRAS-CHAVE: indígenas; proposta de emenda constitucional; terra.

RESUMEN: El presente trabajo tiene por objetivo demostrar la perjudicialidad de la competencia demarcatoria exclusiva contenida en la propuesta de Enmienda Constitucional 215 al derecho a la tierra y a las peculiaridades indígenas. Manutención de la cultura de las poblaciones tradicionales. Estudios nacionales y internacionales apuntan como diversas sociedades indígenas aún mantienen exclusivo contacto con su comunidad. La efectivización del derecho previsto legalmente constituye una medida imprescindible a la demanda agraria como también da eficacia a la directriz constitucional que transfiere a los indios total dominio de sus tierras. Las principales manifestaciones de la cultura indígena sólo serán plenamente desarrolladas con la protección de su territorio de las especulaciones económicas y del interés político. Se muestra que la competencia atribuída al Congreso perjudica las comunidades, pues no escucha la población afectada y paralisa los procesos em andamiento, retardando la efectivización del derecho. Los datos de órganos a favor y en contra cambios jurídicos basan la investigación. Se justifica la temática por la realización de investigaciones anteriores que demostraron el carácter de urgencia de la implantación del derecho demarcatorio indígena, más allá de su previsión legal y jurídica y más objetivamente por la aplicación de los institutos legales ya existentes. El método cualitativo y la investigación bibliográfica serán utilizados para la demostración de la necesaria revisión del derecho real de propiedad que se reafirma eminentemente individual y

en contra a la existencia peculiar del indígena e a la efectivización de sus derechos asegurados constitucionalmente.

PALABRAS CLAVE: *indígenas; propuesta de enmienda constitucional; tierras.*

OS POVOS ROMANI NA AMÉRICA LATINA E A OPERAÇÃO DA LÓGICA DA COLONIALIDADE: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS CIGANAS DO BRASIL E DA COLÔMBIA

LOS PUEBLOS ROMANÍ EN LATINOAMERICA Y LA OPERACIÓN DE LA LOGICA DE COLONIALIDAD: UN ANÁLISIS DE LAS POLITICAS GITANAS DE BRASIL Y COLOMBIA

Alex Sandro da Silveira Filho

RESUMO: Os povos Romaní, desde sua chegada à América Latina, no séc. XVI, são alvo de preconceito e discriminação não somente pela sociedade que os cercava, mas pelo Estado, e sua aplicação de leis racistas em face dessas coletividades. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo analisar as políticas que os Estados brasileiro e colombiano têm perpetrado aos povos Romaní ao longo de sua presença nesses dois territórios, buscando apontar de que maneira a lógica da colonialidade tem sido operada como um fator de exclusão a tais indivíduos e coletividades. Para tanto, será feita uma análise histórica das políticas de estado aplicadas aos povos Romaní no Brasil e na Colômbia, assim como das leis e políticas que existem atualmente para tais povos, e, num segundo momento, discorrer-se-à sobre a lógica da colonialidade. A metodologia usada nesse trabalho será a revisão bibliográfica, em livros e artigos que versem sobre a questão Romaní no Brasil e na Colômbia, assim como em livros e artigos que trabalhem o tema da colonialidade.

PALAVRAS-CHAVE: políticas ciganas; direitos humanos; colonialidade; Brasil; Colômbia.

RESÚMEN: *Las personas de etnia romaní, desde su llegada a América Latina en el siglo XVI, han sufrido com prejuicios y discriminación, no solamente por la sociedad que les rodea, pero también por el estado, y su aplicación de leyes racistas contra estas comunidades. En este sentido, este trabajo tiene como objetivo analizar las políticas que los Estados de Brasil y Colombia se han aplicado a las personas de etnia romaní a través de su presencia en estos dos territorios, tratando de identificar cómo la lógica de la colonialidad se ha operado como un factor de exclusión para tales individuos y comunidades. Para ello, haremos un análisis histórico de las políticas estatales que fueran aplicadas a las personas de etnia romaní en Brasil y Colombia, así como las leyes y políticas que existen actualmente para estas personas, y, en segundo lugar, es hacer hincapié en la lógica de colonialidad. La metodología utilizada en este trabajo es la revisión de la literatura, en los libros y artículos que se ocupan de la cuestión romaní en Brasil y Colombia, así como los libros y artículos que trabajan el tema del colonialidad.*

PALABRAS CLAVE: *políticas gitanas; derechos humanos; colonialidad; Brasil; Colômbia.*

QUILOMBOLAS, DIREITO À TERRA E DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO

QUILOMBOLAS, DERECHO A LA TIERRA Y LA DURACION RAZONABLE DEL PROCESO

Fernando Gallardo Vieira Prioste

RESUMO: A Constituição Federal reconheceu no art. 68 do ADCT que as comunidades quilombolas têm direito à terra. Tal dispositivo constitucional só passou a ter aplicação efetiva após a edição do Decreto Federal 4887/03, que regulamentou o procedimento administrativo para a efetiva titulação dos territórios quilombolas. Passados de vinte e seis anos da promulgação da Constituição, e outros doze de vigência do Decreto Federal 4887/03, apenas vinte e uma comunidades quilombolas tiveram seus territórios titulados. Sabendo que a Fundação Cultural Palmares reconheceu a existência de duas mil e sete comunidades quilombolas, e que o INCRA oficialmente reconhece que existem mil duzentos e noventa procedimentos administrativos de titulação de territórios quilombolas instaurados, não há qualquer expectativa temporal para que o Estado efetivamente titule o território de todas as comunidades quilombolas. Sabe-se que a demora do Estado em titular os territórios assenta-se na forte oposição política articulada pelos grupos ligados ao agronegócio. Por sua vez, à frente da luta pela efetivação do direito à titulação estão as comunidades quilombolas e suas organizações representativas, outros movimentos sociais, organizações de direitos humanos, o Ministério Público Federal, pesquisadoras, entre outros atores. Como não poderia deixar de ser, a luta desse atores se dá essencialmente no campo político, buscando impedir retrocessos e construir avanços efetivos nas titulações. Nesse contexto, é relevante destacar que a Constituição garante, em seu art. 5, LXXVIII, o direito fundamental à duração razoável do processo. O reconhecimento desse direito fundamental exige que o Estado adote meios adequados para sua satisfação. Contudo, sabe-se que o Estado brasileiro, especialmente o INCRA, não tem qualquer planejamento oficial para encerrar todos os processos administrativos de titulação dos territórios das comunidades quilombolas em um prazo razoável. Assim, através do artigo que se elaborará se estudará a pertinência política, bem com a viabilidade jurídica, de ajuizar uma ação que tenha por objeto compelir o Estado a planejar e implementar sua atuação de forma a garantir a titulação dos territórios quilombolas em prazo razoável. A judicialização da política de titulação não resolverá, por si só, o problema das titulações, mas poderá ser mais um elemento positivo para a luta política.

PALAVRAS-CHAVE: *quilombola; terra; direito; duração razoável do processo.*

RESUMEN: *La Constitución brasileña reconoce en el art. 68 ADCT que comunidades quilombolas tienen derecho a la tierra. Dicha disposición constitucional tuvo*

aplicación efectiva tras la promulgación del Decreto Federal 4887/03, que regula el procedimiento administrativo para la titulación de los territorios quilombolas. Después de más de veintiséis años de la promulgación de la Constitución, y otros doce de aplicación del Decreto Federal 4887/03, sólo veinte y una comunidades quilombolas tienen sus territorios titulados. Sabiendo que en la actualidad la Fundación Cultural Palmares reconoció la existencia de dos mil y siete comunidades quilombolas en Brasil, y que el INCRA reconoce oficialmente que existen mil docientos y noventa procedimientos administrativos titulación de territorios quilombolas, no hay expectativas temporales para el Estado titular efectivamente los territorios de todas las comunidades quilombolas. Se sabe que el retraso del Estado en titular los territorios quilombolas se basa en la fuerte oposición política articulada por grupos vinculados al agronegocio. A su vez, en la cabeza de la lucha por la realización del derecho a la titulación están las comunidades quilombolas y sus organizaciones representativas, otros movimientos sociales, organizaciones de derechos humanos, el Ministerio Público Federal, investigadores, y otros actores. Como no podría dejar de ser, la lucha quilombola esta centrada en el ámbito político, tratando de evitar contratiempos y construir avances efectivos en la titulación. En este contexto, vale la pena señalar que la Constitución garantiza, en su art. 5, LXXVIII el derecho fundamental a la duración razonable de los procesos. El reconocimiento de este derecho fundamental exige del Estado que adopte los medios adecuados para su satisfacción. Sin embargo, se sabe que el Estado brasileño, especialmente el INCRA, no tiene una planificación oficial para finalizar todos los procedimientos administrativos para de titulación de los territorios de las comunidades quilombolas en un tiempo razonable. De este modo, a través del artículo que se prepara, se buscara para estudiar la relevancia política, así como la viabilidad jurídica, para accionar el Poder judicial con el objetivo de obligar al Estado a planificar y ejecutar sus actividades para garantizar la titulación de los territorios quilombolas en un plazo razonable. A judicialização da política de titulação não resolverá, por si só, o problema das titulações, mas poderá ser mais um elemento positivo para a luta política. La judicialización de la política de titulación no resolverá, por sí solo, el problema de las titulaciones, pero puede ser un elemento positivo para la lucha política.

PALABRAS-CLAVE: quilombola; tierra; derecho; duracion razonable do proceso.

RECONHECIMENTO RECÍPROCO E TITULAÇÃO DAS TERRAS QUILOMBOLAS EM MINAS GERAIS: ANÁLISE DOS PROCEDIMENTOS ATUALMENTE DISPONÍVEIS

RECIPROCAL RECOGNITION AND TITLES OF GROUND QUILOMBOLAS IN MINAS GERAIS: ANALYSIS OF THE PROCEDURES CURRENTLY AVAILABLE

Marcos Paulo da Silva Oliveira
Adalberto Antonio Batista Arcelo

RESUMO: Este trabalho analisa os procedimentos de titulação das terras quilombolas em Minas Gerais, tendo como pano de fundo a teoria do reconhecimento de Axel Honneth. Teve-se como ponto de partida o marco inaugural do Estado Democrático de Direito e do axioma multicultural estabelecidos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, esta que apresentou pela primeira vez no período republicano a categoria jurídico-legal de quilombo, e no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) garante a propriedade definitiva das terras ocupadas pelos quilombolas, por meio da titulação. Na pesquisa observou-se que em Minas Gerais, a falta de um procedimento específico e a demasiada burocracia na implementação do Decreto 4.887/2003, mediante atuação do INCRA e demais órgãos federais, tornaram-se o maior impeditivo da eficácia do procedimento administrativo de titulação, afinal, dentre as 435 (quatrocentos e trinta e cinco) comunidades quilombolas que atualmente militam pelo direito à terra, apenas a de Porto Coris foi titulada. A partir da obra de Axel Honneth a luta por reconhecimento foi entendida como instrumento de efetivação das políticas públicas direcionadas aos quilombolas, ganhando especial destaque os conceitos de “eticidade” e “reconhecimento”, desdobrando-se dali os conceitos de “amor”, “direito” e “solidariedade”, os quais foram diretamente relacionados aos momentos de titulação atualmente disponíveis, isto é, autorreconhecimento, certificação e titulação. Esses elementos se mostram fundamentais para desenhar um modelo multicultural de sociedade no qual o respeito a cultura e história afro-brasileira seja efetivada, afinal, são elas integrantes do patrimônio cultural nacional e por isso direitos difusos. Sob essa ótica constata-se que apesar do avanço legislativo da Carta Magna, os instrumentos infraconstitucionais que hoje se encontram disponíveis são morosos, pouco precisos e expõem as comunidades a fortes riscos, sendo necessária sua adequação. Por fim, busca-se esboçar a construção sistemática de mecanismos de diálogo entre as instituições públicas, as comunidades quilombolas, movimentos negros e demais componentes da sociedade civil, entendendo-se nessa aproximação o fator determinante para o avanço nas relações de reconhecimento e para a garantia do direito à terra.

PALAVRAS-CHAVE: comunidades quilombolas; procedimento de titulação; reconhecimento recíproco.

ABSTRACT: *This paper analyzes the titration procedures of the quilombos land in Minas Gerais, with the backdrop of the theory of recognition of Axel Honneth. Had as its starting point the inaugural March of the democratic rule of law and multicultural axiom established by the Constitution of the Federative Republic of Brazil in 1988, this one presented for the first time in the republican period the juridical-legal category of quilombo, and art . 68 of the Constitutional Provisions (ADCT) ensures the ultimate ownership of the lands occupied by quilombo, through titration. In the survey it was observed that in Minas Gerais, the lack of a specific procedure and too much bureaucracy in the implementation of Decree 4.887 / 2003, by action of the INCRA and other federal agencies have become the greatest impediment of effective administrative titration procedure after all, among the 435 (four hundred and thirty-five) quilombo communities that currently militate for ground rights, only Porto Coris was titrated. From the study of the work of Axel Honneth the struggle for recognition was seen as effective instrument of public policies directed to the Maroons, earning special mention the concepts of "morality" and "recognition", unfolding there the concepts of "love", "right" and "solidarity", which were directly related to titration times*

currently available, that is, self-recognition, certification and titling. These elements appear essential to draw a multicultural model of society in which respect the culture and african-Brazilian history to take effect, after all, they are members of the national cultural heritage and so diffuse rights. From this perspective it appears that despite the legislative progress of the Magna Carta, the infra tools that are available today are time consuming, inaccurate and exposes communities to high risk, requiring their suitability. Finally, we seek to sketch the systematic building among public institutions dialogue mechanisms, the maroon communities, black movements and other components of civil society, it being understood that approach the determining factor for advancement in recognition of relations and guaranteeing the right to ground.

KEY WORDS: *quilombo communities; titration procedure; reciprocal recognition.*

RESPEITO, DIGNIDADE E IGUALDADE: NO DIREITO E NA VIDA

RESPECT, DIGNITY AND EQUALITY: IN LAW AND IN LIFE

Rita de Cássia de Almeida Monteiro
Bruno Rodolfo Corrêa
Natália Saggiorato Bona

RESUMO: O presente artigo busca verificar se nos mecanismos jurídicos e legislativos existe eficaz proteção dos interesses indígenas. Objetiva-se investigar o reconhecimento ou não por parte de nossa sociedade acerca da importante contribuição dos saberes e valores destes povos e comunidades na sustentabilidade dos territórios e da biodiversidade; assim como sua relação com a natureza e os direitos do usufruto coletivo, uma vez que determinados impactos ambientais e sociais não podem ser compensados em termos monetários. Investiga-se também a ideia da superação do Estado de Direito e a ascensão do Estado Constitucional, onde abordam-se conceitos como pluralismo e flexibilidade, os quais propiciam uma abertura constitucional que busca reconciliar o direito com a realidade social e o mundo em que vivemos. Através da presente pesquisa observar-se-á que a Constituição Federal prevê proteção total e especial às terras indígena, aos índios, suas comunidades e organizações, assim tendo preservação dos seus recursos ambientais. Por fim, o artigo busca abordar a ideia de que exista uma superação da concepção de sociedade homogênea e do paradigma da assimilação cultural que predominou no constitucionalismo clássico.

PALAVRAS-CHAVE: pluralismo; estado constitucional; indígenas.

ABSTRACT: *This article seeks to determine whether the legal and legislative mechanisms exists effective protection of indigenous interests. The objective is to investigate the recognition or not by our society about the important contribution of knowledge and values of these peoples and communities on the sustainability of territories and biodiversity; as well as their relationship with nature and the rights of the collective enjoyment, as certain environmental and social impacts cannot be compensated in monetary terms. Investigating also the idea of overcoming the rule of*

law and the rise of the Constitutional State, where an address concepts such as pluralism and flexibility, which provide a constitutional gap that seeks to reconcile the right to social reality and the world we live in. Through this research it will be noted that the Federal Constitution provides for full and special protection to indigenous lands, the Indians, their communities and organizations, thus having preserve its environmental resources. Finally, the article seeks to address the idea that there is overcoming the concept of homogeneous society and the cultural assimilation paradigm that prevailed in the classic constitutionalism.

KEYWORDS: *pluralism; constitutional state; indigenous.*

GRUPO DE TRABALHO 5

NATUREZA E POVOS NAS CONSTITUIÇÕES LATINO-AMERICANAS

A CONCEPTUALIZAÇÃO JURÍDICA DA NATUREZA NAS CONSTITUIÇÕES DE EQUADOR E DO BRASIL: A COSMOGONIA DOS POVOS ORIGINÁRIOS

LA CONCEPTUALIZACIÓN JURÍDICA DE LA NATURALEZA EN LAS CONSTITUCIONES DE ECUADOR Y BRASIL: COSMOGONÍA DE LOS PUEBLOS ORIGINARIOS

Dulce María García y García
Amanda Villavicencio Peña

RESUMO: A região latino-americana caracterizada pela sua vasta diversidade étnica, cultural, biológica, compartilha um processo colonial que a uniformou nas práticas mercantilista e mais tarde liberal. Ante a tendência global de proteção da natureza e de auge do neocostitucionalismo, América Latina tem constitucionalizado a natureza, elevando a proteção ambiental como direito fundamental no marco da sustentabilidade. Assim mesmo, existe a inclusão epistemológica dos povos originários sobre a natureza nos textos constitucionais de alguns países latino-americanos, ultrapassando a inserção estandardizada como direito fundamental. Exemplificando as tendências atuais encontramos as Cartas Magna de Brasil e do Equador. Em 1988 a Constituição Brasileira elevou a direito fundamental a preservação do meio ambiente mudando o paradigma da normatividade tradicional, sistematizando o ordenamento jurídico brasileiro. Acrescentando a concepção jurídica, a sustentabilidade ambiental é considerada como paradigma constitucional frente ao modelo capitalista de produção e consumo imperante. No tocante da Constituição do Equador, o texto eleva a natureza ou Pachamama como sujeito de direito com garantias processuais para sua proteção. O conceito holístico é inspirado pela cosmogonia dos povos originários e consequentemente deve ser respeitado como qualquer outro direito fundamental. A constitucionalização do médio ambiente e o conceito de natureza nos textos jurídicos representam uma quebra de paradigma jurídico e um questionamento de ideologias. A concepção da natureza conforme a cosmogonia dos povos originários nos textos constitucionais representa um desafio a ser cumprido na realidade latino-americana. Da narrativa constitucional à transformação social existe uma brecha ainda não suprimida que, bem poderiam as inovações legislativas do constitucionalismo latino-americano fazer plausíveis.

PALAVRAS CHAVE: povos originários, direitos da natureza, sustentabilidade, território.

RESUMEN: La región latino-americana caracterizada por su vasta diversidad étnica, cultural, y biológica, comparte un proceso colonial que la uniformó en la praxis mercantilista y más tarde liberal. Ante la tendencia global de protección de la naturaleza y del auge del neoconstitucionalismo, América Latina ha constitucionalizado la naturaleza, elevando la protección ambiental como derecho fundamental en el marco de la sustentabilidad. Así mismo, existe la inclusión

epistemológica de los pueblos originarios sobre la naturaleza en los textos constitucionales de algunos países latino-americanos, traspasando la inserción estandarizada como derecho fundamental. Ejemplificando las tendencias actuales encontramos las cartas magnas de Brasil y de Ecuador. En 1988 la Constitución Brasileña elevó a derecho fundamental la preservación del medio ambiente cambiando el paradigma de la normatividad tradicional, sistematizando el ordenamiento jurídico brasileño. Acrecentando la concepción jurídica, a la sustentabilidad ambiental considerada como paradigma constitucional frente al modelo capitalista de producción y consumo imperante. Respecto de la Constitución de Ecuador, el texto eleva a la naturaleza o pachamama como sujeto de derecho con garantías procesales para su protección. El concepto holístico es inspirado por la cosmogonía de los pueblos originarios y consecuentemente debe ser respetado como cualquier otro derecho fundamental. La constitucionalización del medio ambiente y el concepto de naturaleza en los textos jurídicos representan una ruptura de paradigma jurídico y un cuestionamiento de ideologías. La concepción de la naturaleza conforme a la cosmogonía de los pueblos originarios en los textos constitucionales representa un desafío a ser cumplido en la realidad latino-americana. De la narrativa constitucional a la transformación social existe una brecha aun no suprimida que, bien podrían las innovaciones legislativas del constitucionalismo latinoamericano hacer plausibles.

PALABRAS CLAVE: *pueblos originários, derechos de la natureza, sustentabilidad, territorio.*

A HERMENÊUTICA A FAVOR DA PLURINACIONALIDADE DE POVOS NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

LA HERMENÉUTICA EN FAVOR DE PLURINACIONALIDADES DE LOS PUEBLOS EN LA CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL

Leopoldo Rocha Soares
Cesar Augusto Ribeiro Nunes

RESUMO: O reconhecimento da existência de diferentes concepções acerca do conceito de família, direito de propriedade, crime, etc, no âmbito do mesmo Estado Nacional revela a artificialidade que marcou a sua formação histórica, especialmente na América Latina dominada pelos colonizadores europeus a partir do século XVI. Contudo, as crises produzidas pela modernidade no campo político, econômico e social acentuam a necessidade de reconhecimento das identidades outrora encobertas, como expressão da dignidade humana e da autodeterminação dos povos. Esse irrefutável movimento vem exigindo do Direito a legitimação destas expressões, o que é evidente em países como a Bolívia e o Equador, cujas Constituições Federais não apenas contemplam diferentes formas de manifestação cultural como trazem mecanismos de empoderamento dos diferentes povos. Nesse bojo, a Constituição Federal do Brasil é marcada pela contemplação de direitos aos povos originários e populações tradicionais, porém o faz de forma genérica, ao erigir

a dignidade humana a fundamento e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária como objetivo da República Federativa do Brasil. É certo que a constituição dedica alguns poucos artigos aos “índios” e às comunidades quilombolas, porém não apresenta qualquer forma de empoderamento destes, tornando mais difícil a tarefa daqueles que buscam por um reconhecimento não totalizador. Nesse bojo, uma nova hermenêutica das normas constitucionais, surgida no seio do pós-positivismo a partir da necessidade de ampliação da ideia de dignidade humana, surge como possível instrumento de emancipação dos povos originários e tradicionais também no Brasil. O chamado neoconstitucionalismo, aliado a uma epistemologia própria e pós-colonialista dos países latinos, é capaz de orientar a aplicação da norma constitucional no sentido de empoderar aqueles que manifestam diferentes conceitos de família, propriedade, crime, etc, ainda que de forma tímida, mas suficiente para se chamar a atenção para a necessidade de institucionalização de mecanismos que dêem voz a esses grupos. A formação do conselho de sentença exclusivamente por membros de uma aldeia macuxi, no norte do Estado de Roraima, em um Tribunal do Júri realizado no mês de Abril de 2015 no interior desta mesma aldeia, embora passível de diversas críticas, nos sinaliza essa possibilidade.

PALAVRAS-CHAVE: plurinacionalidade; Brasil; Constituição Federal; hermenêutica; neoconstitucionalismo.

RESUMEN: *El reconocimiento de las diferentes concepciones sobre el concepto de familia, derechos de propiedad, la delincuencia, etc., dentro del mismo estado nación revela la artificialidad que marcó su desarrollo histórico, especialmente en América Latina dominada por los colonos europeos a partir del siglo XVI. Sin embargo, las crisis producidas por la modernidad en el campo político, económico y social marcan la necesidad de que el reconocimiento de las identidades antes encubiertas, como expresión de la dignidad humana y la autodeterminación de los pueblos. Este movimiento irrefutable ha estado exigiendo el derecho a legitimar estas expresiones, que es evidente en países como Bolivia y Ecuador, cuyas Constituciones no sólo incluyen diferentes formas de expresión cultural como tren mecanismos de empoderamiento de los diferentes pueblos. En este sentido, la Constitución Federal del Brasil está marcada por la contemplación de los derechos de los pueblos indígenas y poblaciones tradicionales, pero de forma genérica, al erigir la dignidad humana como fundación y construcción de una justa y solidaria sociedad, objetivo de la República Federativa del Brasil. Es cierto que la Constitución dedica algunos pocos artículos a los "indios" y las comunidades "quilombolas", pero no proporciona ninguna forma de empoderamiento de éstas, haciendo más difícil para los que buscan un reconocimiento no totalizador. Así, una nueva hermenéutica de las normas constitucionales, que surgió dentro del pos-positivismo a partir de la necesidad de ampliar la idea de la dignidad humana, es un posible instrumento para el empoderamiento de los pueblos indígenas y también tradicionales en Brasil. El neoconstitucionalismo, combinado con una epistemología propia y pos-colonialista de los países latinos, es capaz de orientar la aplicación de la norma constitucional con el fin de potenciar los que expresan diferentes conceptos de familia, de propiedad, de delincuencia, etc., aunque tímidamente, pero lo suficiente para llamar la atención sobre la necesidad de la institucionalización de mecanismos que dan voz a esos grupos. La formación del consejo de sentencia exclusivamente por miembros de la aldea Macuxi en el nortño estado de Roraima, en un juicio con jurado que*

tuvo lugar en abril 2015 dentro de este mismo pueblo, aunque sujeta a diversas críticas, las señales en esta posibilidad.

PALAVRAS-CHAVE: plurinacionalidad; Brasil; Constitución Federal; hermenéutica; neoconstitucionalismo.

A LUTA PELA TERRA NO BRASIL E A NECESSIDADE DE UM DIREITO VERDADEIRAMENTE PLURAL

LA LUCHA POR LA TIERRA EN BRASIL Y LA NECESIDAD DE UN DERECHO VERDADERAMENTE PLURAL

Clarissa Machado de Azevedo Vaz

RESUMO: A luta pela distribuição justa da terra no Brasil se confunde com a própria história de colonização e processo de independência política do país. Historicamente, o direito à terra pelos povos tradicionais foi postergado, e pouco se garantiu na cultura do pensamento moderno que confunde direito com lei. A Constituição Federal de 1988 trouxe importantes garantias, mas não serviu para solucionar os conflitos fundiários no país – o que demonstra os limites das mudanças legislativas e a importância de que elas estejam apoiadas em processos materiais de mudança. Atualmente o cenário fundiário permanece conflituoso, não só no Brasil, como em toda a América Latina, e essa violência se manifesta de maneira especial com os povos tradicionais. Momento em que se verifica a necessidade de se desenvolver um novo direito que se liberta do pensamento moderno que privilegia a proteção da propriedade privada, para se desenvolver um direito de caráter subjetivo, que busque soluções adequadas à tradição dos povos. E que, para isso, os envolvam na solução dos conflitos. Os princípios gerais do direito, os usos e costumes, a natureza, a história de cada povo, são capazes de produzir juridicidade. Porém, a garantia dessa participação é essencial para o desenvolvimento de um direito verdadeiramente plural. Assim, o presente artigo irá investigar as maneiras pelas quais os mecanismos garantidores do acesso à terra no Brasil são insuficientes para as soluções de conflitos relacionados a terra.

PALAVRAS-CHAVES: Luta pela terra; pluralismo; novo constitucionalismo.

RESUMEN: La lucha por la justa distribución de la tierra en Brasil se entrelaza con la historia de la colonización y proceso de independencia política del país. Históricamente, el derecho a la tierra de los pueblos tradicionales se pospuso y poco ha sido garantizado en la cultura del pensamiento moderno que confunde derecho y ley. La Constitución Federal de 1988 trajo importantes garantías, pero no ha logrado resolver los conflictos por la tierra en el país – lo que demuestra los límites de los cambios legislativos y la importancia de que estén apoyados en procesos materiales de cambio. Hoy en día el escenario fundiario sigue siendo de confrontación, no sólo en Brasil sino en toda América Latina, y esa violencia se manifiesta de manera especial con los pueblos tradicionales. Momento en que hay una necesidad de desarrollar un nuevo derecho que se libera del pensamiento moderno que favorece

la protección de la propiedad privada, para desarrollar un derecho de carácter subjetivo, que busca soluciones adecuadas a la tradición de los pueblos. Y que, para ello, involucrándolos en la resolución de conflictos. Los principios generales del derecho, los usos y costumbres, la naturaleza, la historia de cada pueblo, son capaces de producir la juridicidad. Sin embargo, la garantía de esta participación es esencial para el desarrollo de un derecho verdaderamente plural. Por lo tanto, este artículo investigará las maneras por las que los mecanismos que garantizan el acceso a la tierra en Brasil son insuficientes en la resolución de conflictos relacionados con la tierra.

PALABRAS CLAVE: *Lucha por la tierra; pluralismo; nuevo constitucionalismo.*

A REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE OS TEXTOS CONSTITUCIONAIS BRASILEIRO E EQUATORIANO

LA REPARACIÓN POR DAÑOS AL MEDIO AMBIENTE: UN ESTUDIO COMPARADO ENTRE LOS TEXTOS CONSTITUCIONALES ECUATORIANO Y BRASILEÑO

Clóvis Eduardo Malinverni da Silveira
Cleide Calgaro
Sandrine Santos

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo realizar um comparativo entre a Constituição brasileira e a Constituição Equatoriana no que diz respeito à conformação do bem ambiental e à proteção da natureza – investigando, particularmente, os possíveis efeitos da reforma constitucional equatoriana sobre a reparação lato sensu do dano ambiental. Consoante boa da parte da doutrina brasileira, bem como no entendimento dos tribunais, a indenização é apenas um meio subsidiário de reparação do dano ambiental difuso, utilizado quando não viável a restauração in situ ou a compensação ecológica. Não obstante, é bastante controversa a definição acerca da viabilidade ou não da restauração natural: em um grande número de casos, recorre-se à indenização em pecúnia, não sendo o ambiente restabelecido o estado anterior; ademais, o quantum da indenização é matéria polêmica, e apenas por ficção jurídica pode ser considerado reparado o dano. No contexto constitucional equatoriano, a elevação da Pachamama ao status de sujeito de direito permite dispor que a natureza terá como um de seus direitos principais a restauração dos seus ecossistemas de forma integral. Apesar dos obstáculos técnicos, há diferenças fundamentais nesta concepção jurídica, uma vez que os danos às pessoas, que podem ser convertidos em pecúnia, são epistemologicamente distintos dos danos à natureza, que não se confundem com os danos às pessoas. Desta maneira, tratando-se de diferentes bens e diferentes titulares de direitos atingidos (os particulares e a Pachamama), a obrigação de restaurar a natureza degradada é ilimitada e infungível. Além da metodologia própria do direito comparado, adota-se o procedimento analítico para o estudo da legislação e da jurisprudência associada ao recorte temático proposto. O texto ora apresentado

é redigido em forma de ensaio, uma vez que: (i) os dados disponíveis permitem fornecer as balizas para a compreensão das diferenças entre os dois ordenamentos jurídicos considerados, no trato da reparação do dano ambiental; (ii) como o trabalho é de natureza continuada, os dados jurisprudenciais ainda não permitem apresentar resultados definitivos em termos estatísticos, senão apenas esboçar as principais tendências na matéria.

PALAVRAS-CHAVE: novos direitos. Constitucionalismo latino-americano. Reparação ambiental. Meio ambiente.

RESUMEN: *El presente trabajo pretende realizar una comparación entre la Constitución de Brasil y la Constitución del Ecuador en cuanto a la formación de buen ambiente y la protección de la naturaleza-investigando, en particular, los posibles efectos de la reforma constitucional ecuatoriana sobre reparación de daños al medio ambiente lato sensu. Según el bien de la doctrina brasileña, así como en la comprensión de los tribunales, la indemnización es sólo un medio para reparar filial daño ambiental difusa, utilizado cuando no hay restauración posible en situ o compensación ecológica. Sin embargo, es bastante controvertida la definición acerca de la viabilidad de la restauración natural: en un gran número de casos, el establecimiento en pecúnia, no el medio ambiente restaura el estado anterior; Además, la cuantía de la indemnización es una cuestión de controversia y sólo por legal puede considerarse ficción reparado el daño. En el contexto constitucional ecuatoriano, la elevación de la Pachamama a la condición de sujeto de derecho permite disposición que carácter tendrá como uno de sus principales derechos de la restauración de sus ecosistemas de forma completa. A pesar de los obstáculos técnicos, hay diferencias fundamentales en este concepto legal, desde el daño a las personas, que pueden ser convertidos en pecúnia, son epistémicamente diferentes de daño a la naturaleza, que no debe confundirse con el daño a las personas. De esta manera, en el caso de bienes diversos y distintos titulares afectados (personas y Pachamama), la obligación de restituir la naturaleza degradada es ilimitada y infungível. Además de su propia metodología del derecho comparado, adopta el procedimiento de prueba para el estudio de la legislación y la jurisprudencia asociada con el recorte del tema propuesto. El texto se redacta en forma de ensayo, puesto que: (i) la disposición permite proporcionar balizas para entender las diferencias entre los dos sistemas jurídicos considerados en la reparación de los daños ambientales; (ii) cómo la obra continua en la naturaleza, los datos jurisprudenciales aún no permiten resultados definitivos en términos estadísticos o simplemente esbozar las principales tendencias en el campo.*

PALABRAS CLAVE: nuevos derechos. Constitucionalismo de América Latina. Reparación ambiental.

AS INOVAÇÕES POLÍTICAS DA CONSTITUIÇÃO DA BOLÍVIA COMO MODELO PARA A SUPERAÇÃO DA CRISE DE REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA BRASILEIRA

LE INNOVAZIONI POLITICHE DELLA COSTITUZIONE DELLA BOLIVIA COME MODELLO PER SUPERARE LA CRISI DI RAPPRESENTANZA POLITICA BRASILIANA

Janaína Maria Bettes

RESUMO: A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece, no caput do artigo 5º, que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, sendo garantidos os direitos à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Portanto, o tratamento despendido aos indivíduos integrantes de diversas culturas formadoras do Estado brasileiro acaba sendo uniforme, pois, a princípio, não haveria distinção entre os diversos grupos sociais. Em outras palavras, as mesmas diferenças que são inadmitidas pelo Direito pátrio acabam tendo um efeito reverso, por desconsiderar as peculiaridades dos diversos grupos sociais, tanto em termos normativos, como em termos práticos. A população brasileira como um todo, sejam os habitantes dos grandes centros urbanos, sejam as comunidades tradicionais, sofre de um mal cada vez mais evidente e de difícil superação, a chamada “crise de representatividade política”. Isto porque seus representantes eleitos democraticamente, em um sistema político ultrapassado, encontram-se envoltos em um manto de descredibilidade, o qual surge por uma série de motivos, dentre os quais mencionar o crescente distanciamento de interesses entre governantes e governados, a crise do modelo de Estado, a corrupção sem limites e a constatação de que o povo não possui mecanismos apropriados para se manifestar adequadamente em relação às decisões políticas mais importantes. Em contrapartida, a Constituição boliviana de 2009 é tida como uma das Constituições mais modernas e inovadoras em termos sociais, pois propõe novas possibilidades de participação popular, com o respeito à diversidade cultural das nações indígenas lá existentes (artigo 26, inciso II, item 4), além daquele modelo clássico de escolha de representantes, vindo a contribuir com o debate de como superar a referida crise. Diante de tais considerações, o objetivo deste estudo é investigar os dispositivos constitucionais bolivianos inovadores e de que modo tais práticas podem ser adotadas ou não no Brasil, como forma de alívio ou, quiçá, superação da crise de representatividade política que se vislumbra neste país.

PALAVRAS-CHAVE: Constitucionalismo; Estado; Democracia; América Latina; representação política.

SOMMARIO: *La Costituzione della Repubblica federativa del Brasile stabilito nella caput dell'articolo 5, che "tutti sono uguali davanti alla legge, senza distinzione di alcun tipo", che garantiva i diritti alla vita, alla libertà, uguaglianza, sicurezza e proprietà. Pertanto, il trattamento dato ai individui provenienti da culture diverse che formano lo stato brasiliano finisce per essere uniforme, perché, in un primo momento, non ci sarebbe alcuna distinzione tra i diversi gruppi sociali. In altre parole, le stesse differenze che non sono ammesse per il Diritto nazionale finiscono per avere un effetto inverso, trascurando le peculiarità dei vari gruppi sociali, sia in termini normativi, sia in pratica. La popolazione nel suo complesso, sono gli abitanti dei grandi centri urbani, sia le comunità tradizionali, soffre di un male sempre più evidente e difficile da superare, la "crisi politica di rappresentanza". Questo perché i loro rappresentanti eletti democraticamente, in un sistema politico obsoleto, sono avvolti in un manto di discredibilità, che nasce per una serie di motivi, tra i quali può*

essere citato il crescente distanziamento di interessi tra governanti e governati, la crisi del modello di Stato, la corruzione senza limiti e la scoperta che la gente non ha meccanismi appropriati per esprimere in modo adeguato sulle più importanti decisioni politiche. D'altra parte, la Costituzione boliviana del 2009 è considerata una dei più Costituzioni moderne e innovative in termini sociali, perché propone nuove possibilità di partecipazione popolare, rispetto della diversità culturale dei popoli indigeni lì esistenti (articolo 26, punto II, punto 4), oltre che modello classico di scelta dei rappresentanti, contribuendo al dibattito su come superare la crisi. Alla luce di queste considerazioni, l'obiettivo di questo studio è quello di indagare le disposizioni costituzionali boliviani innovativi e come tali pratiche possono essere adottati o meno in Brasile, come una forma di sollievo o, forse, di superare la crisi della rappresentanza politica che si vede in questo paese.

PAROLE-CHIAVE: *Costituzionalismo; Stato; democrazia; America Latina; rappresentanza politica.*

DIREITOS INDÍGENAS NAS CONSTITUIÇÕES E AS TENSÕES ENTRE AS DEMANDAS ÉTNICAS E A CULTURA POLÍTICA NEOLIBERAL ESTATAL

DERECHOS INDÍGENAS EN LAS CONSTITUCIONES LATINOAMERICANAS Y LAS TENSIONES ENTRE LAS DEMANDAS ÉTNICAS Y LA CULTURA POLÍTICA NEOLIBERAL ESTATAL

Caroline Barbosa Contente Nogueira
Cynthia Costa Lima
Mônica Nazaré Dias Picanço

RESUMO: O Estado Moderno, implantado nas Américas tem como objetivo a proteção do capital e agrega a sua estrutura os valores inerentes a ideologia liberal. A segurança para os cidadãos e a busca do bem comum na verdade alcançam apenas a propriedade privada e aqueles livres para contratar dentro do sistema individualista. A partir disto, constata-se que outras subjetividades e territorialidades amparadas na coletividade estariam excluídas do sistema e deste Estado-Nação, passando a invisíveis sociais, como o é o caso dos Povos Indígenas. Através de lutas e mobilizações, a resistência indígena logrou êxitos quanto ao reconhecimento de seus direitos de identidade, territoriais e de autodeterminação nas Constituições, que, conforme Gómez (1998), atingiram com expressões mais avançadas na Nicarágua (1986), no Brasil (1988), na Colômbia (1991), no Paraguai (1992) e na Bolívia (1994). No entanto, são encontrados obstáculos para efetivação dos direitos indígenas com o avanço de políticas neoliberais dos Estados sobre seus territórios e bens naturais. Estas políticas são descritas por Henri Acselrad; Bezerra (2010) como novos avanços do capital nos quais as empresas multinacionais em comum acordo com as políticas estatais neoliberais buscam novos territórios com abundância em “recursos” naturais. Neste contexto de tensão entre as políticas neoliberais e os direitos indígenas, Valladares; Escobar (2014) afirmam que se criou uma renovada etnicidade que se constrói em contraposição ou confrontação ao discurso democrático neoliberal, ressaltando o fundamental papel da identidade étnica nesta

disputa, como é o caso da Bolívia e do Equador que representam um novo tipo de Estados democráticos “posneoliberais”. Neste contexto, este trabalho, partindo da pesquisa bibliográfica e documental, objetiva uma discussão sobre o reconhecimento dos direitos indígenas no contexto neoliberal, pontuando os reconhecimentos nas Constituições do Brasil, México, Bolívia e Equador, com o fim de demonstrar os diferenciais estruturais e refletir sobre os avanços e obstáculos que encontram para efetivação destes direitos.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Indígenas. Constituição. América Latina. Avanço Neoliberal. Direito Socioambiental.

RESUMEN: *El Estado Moderno, implantado en las Américas tiene el objetivo la protección del capital y agrega a su estructura los valores inherentes a la ideología liberal. La seguridad para los ciudadanos y la busca por el bien común en la verdad alcanzan apenas a la propiedad privada y aquellos que son libres para contratar adentro del sistema individualista. A partir de esto, constatase que otras subjetividades y territorialidades amarradas en la colectividad están excluidas del sistema y de este Estado-Nación, pasando a invisibles sociales, como es el caso de los Pueblos Indígenas. A través de luchas y movilizaciones, la resistencia indígena logro éxitos cuanto al reconocimiento de sus derechos de identidad, territoriales y de autodeterminación en las Constituciones, que, conforme Gómez (1998), atinen con expresiones más avanzadas en Nicaragua (1986), en Brasil (1988), en Colombia (1991), en Paraguay (1992) e Bolivia (1994). Todavía, son encontrados obstáculos para la efectuación de los derechos indígenas con el avance de políticas neoliberales de los Estados sobre sus territorios y bienes naturales. Estas políticas son descritas por Henri Acelerad, Bezerra (2010) como los nuevos avances del capital en los cuales las empresas multinacionales en común acuerdo con las políticas neoliberales estatales buscan nuevos territorios con abundancia en recursos naturales. En este contexto de tensión entre las políticas neoliberales y los derechos indígenas, Valladares; Escobar (2014) afirman que fue creado una renovada entidad que se construye en contraposición o confrontación al discurso democrático neoliberal, resaltando el fundamental papel de la identidad étnica en esta disputa, como es la situación de Bolivia y Ecuador, que representan un nuevo tipo de Estado democrático postneoliberales. En este contexto, este trabajo, partiendo de la investigación bibliográfica y documental, objetiva hacer una discusión sobre el reconocimiento de los derechos indígenas y el contexto neoliberal, pontuando los dispositivos legales de las Constituciones de Brasil, México, Bolivia y Ecuador, con fin de demostrar los diferenciales estructurales y reflexionar sobre los avances y obstáculos que encuentran la efectuación de estos derechos.*

PALAVRAS-CLAVE: Derechos Indígenas. Constitución. Latinoamérica. Avances Neoliberales. Derecho Socioambiental.

ESTADOS PLURINACIONAIS: A ESPERANÇA CONSTITUCIONALIZADA E SEUS OBSTÁCULOS REAIS

ESTADOS PLURINACIONALES: LA ESPERANZA CONSTITUCIONALIZADA Y SUS OBSTÁCULOS REALES

Adriele Fernanda Andrade Précoma
Anibal Alejandro Rojas Hernández

RESUMO: O Novo Constitucionalismo Latino-Americano, estudado como uma corrente constitucionalista de forte caráter pluralista e marcada por intensa participação popular nos processos constituintes, vem sendo reconhecido como importante avanço em direção de refundar Estados que passam a se reconhecer Plurinacionais, tendo o Equador e a Bolívia como expoentes. Conhecidos os processos de formação dos Estados latino-americanos voltados a legitimar juridicamente a apropriação privada da natureza e a integrar os povos na sociedade hegemônica, satisfazendo aos interesses dos países colonizadoras e das elites nacionais em formação, justifica-se o otimismo dos teóricos frente à constitucionalização de um maior espaço de participação política e de maior autonomia dos povos nestes Estados agora Plurinacionais. Contudo, neste momento posterior às Constituintes, estão já emergindo retrocessos do que se conseguiu fazer reconhecer no texto formal das Constituições. Esses retrocessos podem ser verificados pela ineficácia e desrespeito a pactos constitucionais, por retrocessos legislativos, por decisões judiciais e mesmo por cerceamento de participação popular por parte dos governos, seja via repressões a movimentos sociais descontentes com as políticas públicas, seja por não respeitar processos participativos tais como a consulta prévia, livre e informada. Com essa análise pretende-se possibilitar a reflexão acerca da concretização da refundação desses Estados como Plurinacionais, estudando o que foi reconhecido nas Constituições e verificando o que está sendo materializado.

PALAVRAS-CHAVE: Constitucionalismo Latino-Americano; Estado Plurinacional; movimentos sociais.

RESUMEN: *El Nuevo Constitucionalismo Latinoamericano, estudiado como una corriente constitucionalista de fuerte carácter pluralista y marcada por una intensa participación popular en los procesos constituyentes, viene siendo reconocido como un importante avance en dirección para refundar los Estados que se reconocen Plurinacionales, teniendo al Ecuador y a Bolivia como sus exponentes principales. Teniendo en cuenta que los procesos de formación de los Estados Latinoamericanos fueron realizados para legitimar jurídicamente la apropiación privada de la naturaleza y para integrar los pueblos en una sociedad hegemónica, así como para satisfacer los intereses de los países colonizadores de las elites nacionales en formación; se justifica el optimismo de los teóricos frente a la constitucionalización de un mayor espacio de participación política y de mayor autonomía de los pueblos en estos Estados ahora Plurinacionales. Sin embargo, en este momento posterior a las Asambleas Constituyentes, están emergiendo retrocesos de lo que se consiguió hacer reconocer en el texto formal de las Constituciones. Esos retrocesos pueden ser verificados por la ineficacia y el irrespeto a los pactos constitucionales, por algunos retrocesos legislativos así como por decisiones judiciales y de la misma forma, por un cercenamiento de la participación popular por parte de los gobiernos, ya sea por medio de represiones a los movimientos sociales por descontentos en las políticas gubernamentales, o por no respetar procesos participativos tales como la*

consulta previa, libre e informada. Con este análisis se pretende posibilitar la reflexión acerca de la concretización de la refundación de esos Estados como Plurinacionales, estudiando lo que fue reconocido en las Constituciones y verificando lo que está siendo materializado.

PALABRAS CLAVE: *Constitucionalismo Latinoamericano; Estado Plurinacional; movimientos sociales.*

HENDA'YVA: DA INVISIBILIDADE AO RECONHECIMENTO DE DIREITOS, UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO DOS INDÍGENAS NO PARAGUAI À LUZ DA CONSTITUIÇÃO DE 1992

HENDA'YVA: DE LA INVISIBILIDAD AL RECONOCIMIENTO DE DERECHOS, UN ANÁLISIS DE LA SITUACIÓN DE LOS INDÍGENAS EN EL PARAGUAY A LA LUZ DE LA CONSTITUCIÓN DE 1992.

*Cecilio Arnaldo Rivas Ayala
Susan Raquel Vega Bordón
Mario Alberto Penayo Quintana*

RESUMO: O artigo se propõe realizar uma análise das disposições contidas na Constituição de 1992, relativas ao reconhecimento dos direitos das comunidades indígenas no território paraguaio, se pretende vislumbrar a transição do período no qual eram considerados “invisíveis” pelo Estado nacional à etapa onde seus direitos obtiveram status constitucional. A expressão guarani “Henda’Yva” significa “aqueles que não tem lugar”, e é o reflexo exato da maneira como as comunidades indígenas foram tratadas ao longo da história, desde os colonizadores até os governos legitimamente constituídos. Com a Constituição de 1992 o Estado paraguaio reconhece a existência de povos indígenas, definidos como grupos de cultura anteriores à formação e organização do Estado paraguaio, e no que tange a identidade étnica determina de maneira clara que fica reconhecido e garantido o direito dos povos indígenas a preservar e a desenvolver sua identidade étnica no seu respectivo hábitat. Eles também têm direito a aplicar livremente seus sistemas de organização política, social, econômica, cultural e religiosa, de igual modo a voluntária sujeição a suas normas consuetudinárias para a regulação da convivência interior sempre que elas não atentem contra os direitos fundamentais da Constituição. No atinente aos conflitos jurisdicionais a Magna Carta determina que se leve em consideração o direito consuetudinário indígena. A intenção do trabalho é verificar a mudança de paradigma, da visão que o Estado paraguaio tinha até a promulgação da Constituição atual e observar a importância deste instrumento para o efetivo reconhecimento dos direitos destas minorias. Em um segundo plano se pretende analisar a efetividade desses direitos no contexto do direito material, considerando que mesmo sendo conferidos aos indígenas esses direitos no âmbito constitucional, o Estado não logra a consolidação dos mesmos, nesse sentido o Paraguai foi condenado em três ocasiões pela Corte Interamericana de Direitos Humanos por violações aos direitos de comunidades indígenas. Por último, se

propõe realizar uma perspectiva futura da situação dessas comunidades consideradas vulneráveis sob os postulados expostos na Constituição de 1992.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidades indígenas, Paraguai, Reconhecimento de direitos.

RESUMEN: *El artículo se propone realizar un análisis de las disposiciones contenidas en la Constitución de 1992, relativa al reconocimiento de los derechos de las comunidades indígenas en el territorio paraguayo, se pretende vislumbrar la transición del periodo en el cual eran considerados “invisibles” por el Estado nacional a la etapa donde sus derechos ganaron rango constitucional. La expresión guaraní “Henda Yva” significa “aquellos que no tienen lugar”, y es el reflejo exacto de la manera como las comunidades indígenas fueron tratadas a lo largo de la historia, desde los colonizadores hasta los gobiernos legítimamente constituidos. Con la Constitución de 1992 el Estado paraguayo reconoce la existencia de los pueblos indígenas, definidos como grupos de cultura anteriores a la formación y organización del Estado paraguayo, y en lo que respecta a la identidad étnica determina de manera clara que queda reconocido y garantizado el derecho de los pueblos indígenas a preservar y a desarrollar su identidad étnica en el respectivo hábitat. Tienen derecho, asimismo, a aplicar libremente sus sistemas de organización política, social, económica, cultural y religiosa, al igual que la voluntaria sujeción a sus normas consuetudinarias para la regulación de la convivencia interior siempre que ellas no atenten contra los derechos fundamentales de la Constitución. En lo atinente a los conflictos jurisdiccionales la Carta Magna determina que se tendrá en cuenta el derecho consuetudinario indígena. La intención del trabajo es verificar el cambio de paradigma de la visión que tenía el Estado paraguayo hasta antes de la sanción de la Constitución y observar la importancia de este instrumento para el efectivo reconocimiento de los derechos de estas minorías. En un segundo plano se pretende analizar la efectividad de esos derechos en el contexto el derecho material, ya que si bien los derechos conferidos a los indígenas cuentan con un status constitucional, el Estado no logra la consolidación de los mismos, incluso ha sido en tres ocasiones condenado por la Corte Interamericana de Derechos Humanos por violaciones a derechos de comunidades indígenas. Por último, se propone realizar una perspectiva a futuro de la situación de estas comunidades consideradas vulnerables bajo los postulados explorados por la Constitución de 1992.*

PALABRAS CLAVE: Comunidades indígenas, Paraguay, Reconocimiento de derechos.

NATUREZA, TERRITÓRIO E DIREITO: UMA COMPREENSÃO FILOSÓFICA DO DIREITO A PARTIR DA COSMOVISÃO INDÍGENA LATINO-AMERICANA

NATURE, TERRITORY AND RIGHTS: A PHILOSOPHICAL UNDERSTANDING OF RIGHTS FROM THE LATIN-AMERICAN INDIGENOUS COSMOVISION

Júlio da Silveira Moreira

RESUMO: Este trabalho relaciona a terra, a natureza e os direitos de amplitude comunitária, buscando a compreensão da cosmovisão indígena latino-americana e da superação do capitalismo. Mostramos como a doutrina racionalista europeia pode ser superada pelo materialismo histórico e dialético e ao mesmo tempo pela cosmovisão indígena. Apontamos a narrativa da Criação no Popol Vuh para demonstrar uma relação não fragmentada entre ser humano e natureza, acrescentando a concepção da Terra como ser vivo, e a compreensão de Mariátegui segundo a qual a vida vem da terra. Por fim, adentramos mais na compreensão do fenômeno jurídico a partir da cosmovisão indígena, ressaltando o direito ao território e à autodeterminação.

PALAVRAS-CHAVE: Cosmovisão indígena. Anima mundi. Território. Autodeterminação.

ABSTRACT: *This work relations land, nature and community wide rights, searching the understanding of the Latin-American indigenous cosmovision and the overcoming of capitalism. We demonstrate how the European racionalist doctrine can be overcome by historical and dialectic materialism and indigenous cosmovision at same time. We expose the narrative of Creation in the Popol Vuh to show an unfragmented relation among human being and nature, adding the conception of Earth as a living being and the Mariátegui's understanding the life comes from the land. Finally, we enter in the understanding of juridical phenomenon from the indigenous cosmovision, emphasizing the right to territory and self-determination.*

KEYWORDS: *Indigenous cosmovision. Anima mundi. Territory. Self-determination.*

O DESAFIO CONSTITUCIONAL DA DIVERSIDADE

THE CONSTITUTIONAL CHALLENG OF DIVERSITY

Isabela de Castro Franco
Guilherme Raimundo da Silva

RESUMO: O desenvolvimento de uma análise paradigmático-cultural da Constituição nos insere numa atividade de reflexão das questões políticas relacionadas à lógica do Estado Moderno e suas implicações no centro destinatário do ordenamento jurídico-político: a dimensão humana. A partir desta perspectiva, este estudo desenvolve, primeiramente, a lógica moderna consubstanciada em um Estado Moderno Nacional uniformizador e excludente, incapaz de se sustentar na sociedade contemporânea complexa e pluralista, bem como na maneira com que os paradigmas modernos se relacionam com a Constituição em perspectiva histórica, se fixando ainda no contexto político e jurídico atual. Em segundo plano o trabalho, propõe-se contextualizar a realidade brasileira em seu nível social, assimilando a diversidade cultural, a questão educacional e ecológica, para compor a proposição de que ainda presencia-se uma ordem política, jurídica e constitucional fundamentada e comprometida com as ideologias modernas. A partir disso o

trabalho busca analisar a constituição vigente à luz das constituições latino-americanas e verificar as suas possibilidades de enfrentamento dos desafios postos diante de um Estado brasileiro diversificado, plural e multicultural. Traçada a análise, busca-se, através do auxílio das constituições plurinacionais, a possibilidade de se pensar uma Constituição democrática e plural, comprometida com a dimensão integral humana e ecológica. Para serem atingidos os objetivos o trabalho utiliza-se do método hipotético-dedutivo por meio de uma pesquisa bibliográfica sobre multiculturalismo, estados plurinacionais e constituições democráticas.

PALAVRAS-CHAVE: Constituição; Estado Moderno; Multiculturalismo; Democracia Participativa.

ABSTRACT: *The development of a paradigm-cultural analysis of the Constitution places us in a reflection activity of policy issues relating to the logic of the modern state and its implications on the recipient center of the legal-political order: the human dimension. From this perspective, this study develops the modern logic embodied in a national modern state unifying and exclusionary, unable to sustain the complex and pluralistic contemporary society and in the way that modern paradigms relate to the Constitution in historical perspective, is still settling in the current political and legal context. In the background work, it is proposed to contextualize the Brazilian reality in their social status, taking in cultural, educational and ecological issues, to compose the proposition that even witnesses to a political, legal and constitutional order grounded and committed to modern ideologies. From this work seeks to analyze the current Constitution in the light of Latin American constitutions and check their coping possibilities of the challenges posed in front of a diverse Brazilian state, plural and multicultural. Traced the analysis, looking up through the aid of multi-country constitutions, the possibility of thinking a democratic and pluralistic constitution, committed to human and ecological integral dimension. To be achieved the goals the job is used the hypothetical-deductive method through a bibliographic research on multiculturalism, multinational states and democratic constitutions.*

KEYWORDS: *Constitution; Modern State; Multiculturalism; Participatory Democracy.*

OS POVOS INDÍGENAS NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRA E ARGENTINA: UMA ANÁLISE SEGUNDO A DECLARAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DOS POVOS INDÍGENAS

*I POPOLI INDIGENI NELLE COSTITUZIONI BRASILIANA E ARGENTINA:
UN'ANALISE SECONDO LA DICHIARAZIONE DELLE NAZIONE UNITE SUI
DIRITTI DEI POPOLI INDIGENI*

Kelly Cristina Canela

RESUMO: A Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas, de 2007, é um relevante instrumento para a busca da efetivação dos direitos humanos dos povos indígenas. Através desta Declaração foram reconhecidos uma

série de direitos individuais e coletivos aos indígenas, tais como direito à diferença, à não discriminação, ao reconhecimento das culturas e das práticas tradicionais indígenas, as quais estão ligadas à ideia de sustentabilidade, direito das crianças indígenas etc. No direito brasileiro, desde a Constituição de 1934, foram consagrados direitos territoriais aos indígenas. Contudo, apenas com a Constituição Federal de 1988 houve um amplo reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, superando a legislação anterior, inclusive o Estatuto do Índio, Lei nº. 6001 de 1973. Abandonando a perspectiva de assimilação e integração dos indígenas ao ambiente socioeconômico nacional, o art. 231 da Constituição de 1988 reconhece, além dos direitos originários sobre as terras tradicionalmente ocupadas, os direitos à organização social, aos costumes, à língua, às crenças e tradições. Na Argentina, a discussão sobre a tutela dos direitos indígenas ganhou maior destaque a partir da década de 80, com a retomada a democracia. Porém, foi através da reforma de 1994 que houve a incorporação do reconhecimento dos direitos dos povos indígenas quanto à sua pré-existência étnica e cultural (art. 75 da Constituição Nacional). A estes povos são reconhecidos, dentre outros, o direito a uma educação bilingue e intercultural, bem como a participação na gestão de seus recursos naturais e de outros assuntos que os afetem. Através dos métodos dialético e comparatístico, o presente trabalho busca compreender o tratamento que as Constituições do Brasil e da Argentina oferecem no que tange aos direitos dos povos indígenas. A comparação entre o direito constitucional destes países e o confronto desta análise com os direitos humanos dos povos indígenas reconhecidos pela Declaração das Nações Unidas, será capaz de demonstrar em que medida tais países latino-americanos possuem um direito apto a garantir o reconhecimento, a promoção e a proteção dos direitos pertencentes à população indígena tutelados na ordem internacional.

PALAVRAS-CHAVE: direitos humanos; povos indígenas; direito constitucional.

RIASSUNTO: *La dichiarazione delle Nazioni Unite sui diritti dei popoli indigeni, del 2007, è una guida importante per il perseguimento della realizzazione dei diritti umani delle popolazioni indigene. Con tale dichiarazione sono stati riconosciuti una serie di diritti individuali e collettivi degli indigeni, come il diritto alla differenza, di non discriminazione e il riconoscimento delle culture indigene e pratiche tradizionali, che sono collegati all'idea di sostenibilità, diritti dei bambini indigeni ecc. Nel diritto brasiliano, sin dalla Costituzione di 1934, i diritti alla terra sono stati dedicati agli indigeni. Tuttavia, solo con la Costituzione federale del 1988 c'è stata un ampio riconoscimento dei diritti delle popolazioni indigene, superando la precedente normativa, tra cui lo statuto del indigena, la legge n. 6001 del 1973. Abbandonando la prospettiva di assimilazione e di integrazione degli indigeni all'ambiente socio-economico nazionale, l'art. 231 della Costituzione del 1988 riconosce al di là dei diritti per le terre tradizionalmente occupate, i diritti di organizzazione sociale, costumi, lingua, credenze e tradizioni. In Argentina, la discussione sulla tutela dei diritti dei popoli indigeni ha assunto maggiore importanza sin dagli anni '80, con il ritorno alla democrazia. Tuttavia, è stato attraverso la riforma del 1994 che ch'è successo il riconoscimento dei diritti dei popoli indigeni per la loro preesistenza etnica e culturale (art. 75 della Costituzione Nazionale). A costoro sono riconosciute, tra gli altri, il diritto a un'educazione bilingue e interculturale, nonché la partecipazione nella gestione delle loro risorse naturali e altre questioni che li riguardano. Attraverso i metodi dialettico e comparativo, questo articolo cerca di capire il trattamento che le*

Costituzioni del Brasile e Argentina dispongono per quanto riguarda i diritti delle popolazioni indigene. Il confronto tra il diritto costituzionale di questi paesi e il confronto di questa analisi con i diritti umani dei popoli indigeni riconosciuti dalla Dichiarazione delle Nazioni Unite, sarà in grado di dimostrare in che misura tali paesi latinoamericani hanno un diritto adatto per garantire il riconoscimento, la promozione e la protezione dei diritti appartenenti alla popolazione indigena tutelati nell'ordine internazionale.

PALORE CHIAVE: *diritti umani; popoli indigeni; diritto costituzionale.*

POSSE INDÍGENA APÓS A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988: DIREITO FUNDAMENTAL COLETIVO INDÍGENA À POSSE DE SUAS TERRAS

OWNERSHIP INDIGENOUS AFTER THE CONSTITUTION OF THE FEDERAL REPUBLIC OF BRAZIL, 1988: FUNDAMENTAL RIGHT TO COLLECTIVE INDIGENOUS OF THEIR LAND OWNERSHIP

Elaine Freitas Fernandes Ferreira

RESUMO: Este artigo envolve um estudo sobre do direito fundamental coletivo dos índios sobre as terras que tradicionalmente ocupam, segundo a Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 1988. Inicialmente será realizada uma abordagem sobre as definições legais do direito coletivo indígena no direito brasileiro e sobre o instituto da posse indígena no Brasil, com vistas a facilitar a compreensão do referido instituto. Consta-se que os direitos dos índios sobre as terras que tradicionalmente ocupam são reconhecidos pela Constituição Federal de 1988 como direitos originários, ao próprio advento do Estado brasileiro. A posse dessas terras tradicionalmente ocupadas é permanentemente garantida aos índios, mesmo que sua propriedade pertença à União. A determinação da posse indígena se faz não a partir dos elementos que determinam a existência da posse civil, e sim de acordo com o modo de vida tradicional da comunidade indígena que ocupa a terra, ou seja, conforme seus usos, seus costumes e suas tradições. Ao final, é trazido o julgamento emblemático da história recente sobre direitos indígenas onde o Supremo Tribunal Federal, o qual expõe sua compreensão na demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

PALAVRAS-CHAVE: Posse indígena; Posse civil; Constituição Federal; Direito fundamental coletivo; Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

ABSTRACT: *This article involves a study of the collective fundamental right of the Indians to the lands they traditionally occupy, according to the Constitution of the Federative Republic of Brazil enacted in 1988. Initially an approach will be made on the legal definitions of the indigenous collective right under Brazilian law and the indigenous possession of the institute in Brazil, in order to facilitate understanding of that institute. It appears that the rights of Indians to the lands they traditionally occupy*

are recognized by the Constitution of 1988 as original rights, the very advent of the Brazilian state. The possession of these lands traditionally occupied is permanently guaranteed to the Indians, even if your property belonging to the Union. The determination of indigenous ownership is made not from the elements that determine the existence of civilian possession, but according to the traditional way of life Indian community occupies the land, that is, as its uses, its customs and traditions. At the end, it brought the emblematic trial in recent history on indigenous rights where the Supreme Court, which exposes their understanding in the demarcation of the Raposa Serra do Sol.

KEYWORDS: *Indian Posse; Civilian possession; Federal Constitution; Fundamental right collective; Indigenous Land Raposa Serra do Sol.*

GRUPO DE TRABALHO 6

A QUESTÃO AVÁ-GUARANI

JUDICIALIZAÇÃO E PROCESSOS DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS NO OESTE DO PARANÁ

LEGALIZATION AND DEMARCATION PROCESSES OF INDIGENOUS LANDS IN THE WEST OF PARANÁ

Gisele Jabur
Manuel Munhoz Caleiro

RESUMO: O presente artigo busca analisar a atuação do Poder Público, no sentido de dar ou não efetividade aos princípios constitucionais neste período conservador em que vivemos. Através de uma análise histórica normativa tem por finalidade constatar se os ditames constitucionais e legais condizem com a realidade empírica dos povos indígenas situados no Oeste do Paraná. Foi verificado se ainda há posturas assimilacionistas, paternalistas, colonialistas ou se o novo paradigma constitucional, de respeito à condição individual e coletiva de indígena, obteve real impacto nesta relação. Inicialmente foi realizado um estudo teórico baseado em livros, artigos, documentários, bem como a utilização do meio eletrônico, mediante vídeos, fotos e reportagens. Para tanto, foi feito um levantamento bibliográfico acerca da relação do Estado brasileiro com os povos indígenas como um todo, para depois buscar especificidades desta relação no oeste do estado do Paraná como levantamentos históricos da colonização da região. Em seguida foi realizada pesquisa junto aos tribunais do Estado do Paraná acerca de processos judiciais que envolvam a demarcação e/ou discussões acerca da posse ou propriedade da terra no oeste do Paraná. Como resultado desta pesquisa nota-se que mesmo após quase três décadas desde a promulgação da Constituição Federal, segue intensa a conjuntura nacional de ataques e violações aos direitos dos povos originários, advindas de uma classe política organizada em torno dos interesses do agronegócio. Os povos indígenas se deparam com uma ausência de representatividade, fazendo com que grupos indígenas inteiros padeçam perante os próprios representantes do povo e os defensores dos interesses agropecuários, afrontando a gama de direitos e garantias conferidos pela Constituição Federal de 1988. Embora haja expressão normativa dos direitos e garantias conferidos aos povos originários, segue claro uma postura integracionista e assimilacionista do Estado brasileiro através do Poder Público, a fim de manter esses povos à margem dos princípios constitucionais, mantendo-os em uma condição de invisibilidade, pois já que não podem negar seus direitos, resta apenas tentar silenciá-los, condenando-os à invisibilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Povos Originários. Direitos Indígenas. Avá-Guarani. Oeste do Paraná.

ABSTRACT: In this conservative period that we live in, it is necessary to establish an alignment between the Government and the effectiveness of the constitutional principles brought to light by this research. The present study analyses the empirical

reality of the indigenous societies in Brazil and if it corresponds to the constitutional and legal regulations, through a normative and historical analysis. Initially a theoretical study was conducted based on books, articles, documentaries, and the use of electronic means, through videos, photos, online articles and reports. For this, two surveys were made: a bibliographic survey on the Brazilian government's relationship with indigenous people as a whole and another historical survey on the colonization of. Then a survey was conducted in the courts seeking judicial processes involving the demarcation and / or discussions of ownership or land holdings involving indigenous peoples. Once this stage was completed, data was collected in relevant institutions such as the Fundação Nacional do Índio (FUNAI) and non-governmental organizations such as the Instituto Socioambiental (ISA). So, the data obtained was analyzed to verify if the inquiry proposed by the survey was answered. As a result of this research it was found out that even after almost three decades since the promulgation of the Brazilian Constitution, the national conjuncture of attacks and violations to the indigenous societies originated from an organized class of politicians driven by agribusiness interests remains intense. It was concluded that we still have a long path to follow, when dealing with the indigenous peoples in Brazil. The constitutional principles and rules that were supposed to protect them have been violated since 1988 to serve the interests of our financial and political oligarchies. Basically, it was verified with this research if there are still assimilationist, paternalistic and colonialist attitudes or if the new constitutional paradigm of respect for individual and collective condition of indigenous since 1988, obtained the necessary impact on this relationship between the native peoples and the State.

KEYWORDS: Native Peoples. Indigenous Rights. Avá-Guarani. West of Paraná.

ÑANDE-REKO GUARANI: A MICROMOBILIDADE COMO O DIREITO HUMANO DE SER, ESTAR E TRANSITAR

ÑANDE-REKO GUARANÍ: LA MICROMOVILIDAD COMO EL DERECHO HUMANO DE SER, ESTAR Y TRANSITAR

Priscila Lini

RESUMO: Os indígenas avá-guarani denominam os lugares que ocupam de tekoha, assim entendido como o lugar físico onde se efetiva o teko, o “modo de ser”, o estado de vida que engloba as interações sociais de grupos familiares, que vivem e se relacionam em um espaço geográfico determinado. Idealmente este espaço deve incluir a floresta, componente fundamental da cosmologia, abrangendo ainda as áreas de aldeamento, compreendendo o plantio familiar ou coletivo, as habitações e locais de culto religioso. Deve reunir condições físicas e estratégicas que permitam compor, a partir da relação entre famílias extensas, uma unidade política, religiosa e territorial. Considerando as condições históricas nas quais os avá-guarani constroem suas vivências, incluindo-se à de tekoha, bem como a situação dos diferentes grupos em relação à terra, evidencia-se a necessidade de negociação de espaços, nem sempre coincidentes com as fronteiras nacionais, entendendo-se que as reduzidas reservas – pulverizadas e não contíguas – criam dificuldades por parte da

sociedade não indígena ao exercício pleno do ñande reko, o bem viver guarani. Considerando que uma ocupação de espaço, que assegure as condições ideais para efetivar o ñande reko, seja direito humano fundamental, é de grande importância garantir aos indígenas avá-guarani os meios de coexistência e trânsito entre os territórios tradicionalmente ocupados e os espaços excludentes, a fim de poder exercer livremente seu modo de vida.

PALAVRAS-CHAVE: Avá-Guarani; Povos Tradicionais; Fronteiras; Migração; Socioambiental.

RESUMEN: Los indígenas avá-guarani nombran de tekoha los lugares que ocupan, así entendido como el local físico donde se efectiva el teko, el “modo de ser”, el estado de vida que alcanza las interacciones sociales de grupos familiares, que viven y se relacionan en un espacio geográfico determinado. Idealmente este espacio debe incluir la foresta, componente clave de la cosmología, que cubre también las áreas de asentamiento, incluyendo el local de sembradura familiar u colectiva, las viviendas y lugares de culto religioso. Debe reunir condiciones físicas y estratégicas que permitan componer, a partir de la relación entre familias extensas, una unidad política, religiosa y territorial. Considerando las condiciones históricas en las cuales los avá-guaraní construyen sus vivencias, incluyéndose la de tekoha, bien como la situación dos diferentes grupos en relación a la tierra, evidenciase la necesidad de negociación de espacios, ni siempre coincidentes con las fronteras nacionales, entendiéndose que las reducidas reservas – pulverizadas y no contiguas – crean dificultades por parte de la sociedad no indígena al ejercicio pleno del ñande reko, el buen vivir guaraní. Considerando que una ocupación de espacio, que asegure las condiciones ideales para efectuar el ñande reko, sea derecho humano fundamental, es de gran importancia garantizar a los indígenas avá-guaraní los medios de coexistencia e tránsito entre los territorios tradicionalmente ocupados y los espacios excluyentes, al fin de poder ejercer libremente su modo de vida.

PALAVRAS CLAVE: Avá-Guarani; Pueblos tradicionales; Fronteras; Migración; Socioambiental.

REDUÇÃO JESUÍTICA DA CIDADE REAL DO GUAIRÁ: A TRIPLA OMISSÃO DA UNIÃO NA PRESERVAÇÃO DOS DIREITOS DE OCUPAÇÃO E DA CULTURA INDÍGENA NO OESTE DO PARANÁ

“CIDADE REAL DO GUAIRÁ” JESUITIC REDUCTION: THE TRIPLE FALLS OF THE BRAZILIAN FEDERAL GOVERNMENT TO PROTECT THE RIGHTS OF OCCUPATION AND THE CULTURE OF THE INDIGENOUS PEOPLE ON THE WEST OF THE STATE OF PARANÁ

Guilherme Henrique Hamada

RESUMO: Localizada na foz do Rio Piquiri, que deságua no Rio Paraná, as ruínas da redução jesuítica da Cidade Real do Guairá engloba uma área de 121 hectares já

reconhecida e demarcada pelo Estado do Paraná no Processo de Tombamento nº 01/2005. Diversas pesquisas confirmam que a comunidade era formada por índios Guarani que foram capturados ou mortos pelos bandeirantes paulistas no séc. XVII, e posteriormente expulsos por diversos invasores europeus até o final loteamento e venda da área sob tutela do governo do Estado do Paraná em meados do séc. XX. Atualmente a área encontra-se cercada e não é mais utilizada pelos “proprietários”, existindo diversos registros de “invasões” indígenas. A presente pesquisa busca verificar qual o papel da União para assegurar a preservação da área e, principalmente, se é possível que o local seja ocupado pelos índios da etnia Avá-Guarani. Inicialmente, verifica-se a omissão da União em relação à preservação do sítio arqueológico, localizado e descrito cientificamente por pesquisadores ao menos desde meados do séc. XX, na mesma época do loteamento da área para exploração agrícola. Após, verifica-se a omissão da União em realizar os estudos antropológicos necessários para confirmar a(s) etnia(s) que compunham a população da Cidade Real do Guairá de modo a restituí-la àqueles que sobreviveram ao genocídio ocorrido. Por fim, verifica-se a omissão ambiental da União que deixou de preservar o patrimônio histórico-cultural indígena do local. Conclui-se pela tripla omissão da União na preservação dos remanescentes da redução jesuítica da Cidade Real do Guairá e pelo dever de garantir a ocupação do local por indígenas da etnia Avá-Guarani até que todas as omissões apontadas sejam sanadas e garantidos os direitos indígenas no local.

PALAVRAS-CHAVE: Avá-Guarani; Redução jesuítica; políticas públicas; intervenção do Estado; interesse público

ABSTRACT: *Located at Piqueri river's mouth, where it encounter Paraná river, the ruins of the Jesuit Reduction of the "Cidade Real do Guairá" involves an area of 121 hectares already recognized and established by the State of Paraná at the protection procedure n. 01/2005. Many researches have confirmed that the existing community was formed by Guarani Indians that were captured or killed by "bandeirantes paulistas" on the 17th century and lately expelled by many European invasions until the area was finally divided and sold under the State of Parana ruling on the 20th century. Now the area has been marked and is no longer used by it's "owners", being noticed some "invasions" by indigenous people. The present research seeks to verify the roles of the Brazilian Federal Government to secure the preservation of the area, especially to verify the possibilities to return the area to Ava-Guarani. Initially, the federal government has failed to protect the historical remains, located and described by researchers since, at least, the mid-20th century, the same historical moment when the area was sold under the supervision of the State of Paraná. After, the federal government has failed to do the necessary research to confirm whether the area was or was not occupied by the Ava-Guarani in the past in order to return it to them. Finally, the federal government has failed to promote the cultural and historical protection of the area. We conclude the research verifying the triple falls of the federal government to protect the remains of the Jsesuit Reduction of the "Cidade Real do Guairá" and for its obligation to promote and protect the occupying of the area by Ava-Guarani Indians until federal government restore all the appointed falls an grant the existing indigenous rights.*

KEYWORDS: *Avá-Guarani; Jesuit Reduction; public policies; State intervention; public interest*

TERRA INDÍGENA EM ZONA DE PODER: DETERMINAÇÃO LEGAL E PRÁTICA INSTITUCIONAL NO BRASIL – II

TIERRA INDÍGENA EN ZONA DE PODER: DETERMINACIÓN LEGAL Y PRATICA INSTITUCIONAL EN BRASIL - II

Maria Lucia Brant de Carvalho

RESUMO: A população indígena Guarani desde tempos imemoriais ocupa tradicionalmente a grande Bacia do Prata. A região da Bacia do Paraná na Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina é denominada pelos Guarani como sendo uma parcela do Tekoa Guassu (conjunto de várias aldeias Guarani ou Aldeia Grande). Ali possuem o direito de permanecer, reconhecido legalmente desde a época colonial portuguesa e pelas sucessivas constituições brasileiras. No decorrer do século XX com a instalação de empreendimentos estatais brasileiros no oeste paranaense, os Guarani foram esbulhados de suas terras. Instalou-se um processo de desconstrução do território indígena. Grande parte da população indígena foi expulsa para território pa-raguaio, concentrando-se junto às aldeias existentes na fronteira com o Brasil. Apesar das pressões, os Guarani habitantes da antiga aldeia do Ocoy-Jacutinga resistiram em território brasileiro. Em 1973, esta aldeia teve a maior parte de suas terras ocupadas pelo IN-CRA, visando reassentar colonos retirados do Parque Nacional do Iguaçu. Em 1982 a parte restante do território indígena, foi inundada com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Somente parte dos indígenas foram compulsoriamente reterritorializados para a Terra Indígena Avá-Guarani do Oco'y. A transferência da população, legalmente deveria ser de todo o agrupamento indígena, para terras de igual extensão e ambientalmente semelhantes à anterior, e ainda seu uso deveria ser exclusivo. Oco'y apresenta dimensões diminutas, menores que a anterior e ambientalmente comprometida. É sobreposta à Área de Preservação Permanente do reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu, terras em que, antes, constituía-se parte de Glebas de Colonos, os quais não foram indenizados pelo INCRA. Dada a insuficiência de terras e os problemas sociais decorrentes das superposições, os Guarani sofrem toda sorte de impactos sociais, ambientais, econômicos e sanitários. Tentativas de reterritorialização por parte dos indígenas foram reprimidas pelo Estado. Para esta solução, é preciso descartar falsas versões, que atribuem à emigração de indivíduos Guarani provenientes do Paraguai, a existência de excesso demográfico no Oco'y. Na verdade, não é a população indígena que é excessiva, mas o território onde foi reassentada que se apresenta insuficiente e inadequado desde a sua instalação no local.

PALAVRAS CHAVE: Guarani; Território; Demografia; Direitos Socioambientais.

RESUMEN: La población indígena Guarany, desde tiempos inmemoriales, ocupa tradicional-mente la grande Cuenca Platina. La región de la Cuenca del Paraná en la Triple Frontera de Bra-sil, Paraguay e Argentina es denominada por los Gurarany como siendo parte del Tekoa Guazú (conjunto de aldeas Guarany ó Aldea Grande).

Allí tienen el derecho de permanecer, reconocido legalmente desde la época colonial portuguesa y por las constituciones brasileñas que se siguieron. En el curso del siglo XX, con la instalación de emprendimientos estatales brasileños en oeste paranaense, los Guarany fueron expulsados de sus tierras. Así se ha instalado un proceso de desmantelamiento del territorio indígena, con gran parte de la población expulsada para territorio paraguayo, donde se concentró junto a aldeas existentes en la frontera con Brasil. Mismo sufriendo presiones, los Guarany habitantes de la antigua aldea Ocoy-Jacutinga resistieron en territorio brasileño. En 1973, esta aldea tuvo la mayor parte de sus tierras ocupadas por el INCRA, con el objetivo de entregarlas a colonos retirados del Parque Nacional del Iguazú. En 1982 la parte que todavía existía de territorio indígena, fue inundada con la construcción de la Usina Hidroeléctrica de Itaipu. Una sola parte de los indígenas fue de forma compulsoria reterritorializada en la Tierra Indígena Avá-Guarani del Oco'y. La transferencia de esta población debería haber sido hecha, legalmente, de todo el grupo para tierras de igual extensión y que fuesen semejantes a la anterior del punto de vista ambiental y con utilización exclusiva. Pero, Oco'y presenta dimensiones reducidas, más chicas que la tierra anterior y comprometidas ambientalmente. Además, esta tierra está sobrepuesta a una Área de Preservación Permanente de la Usina Hidroeléctrica de Itaipu, tierras que anteriormente eran parte de los lotes de colonos, los cuales no fueron indemnizados por el INCRA. Delante de la insuficiencia de tierras y los problemas sociales provocados por las superposiciones, los Guarany sufren toda suerte de impactos sociales, ambientales, económicos y sanitarios. Tentativas por parte de los indígenas de recuperar tierras tradicionales fueron reprimidas por el Estado. Para esta solución es necesario descartar falsas versiones que atribuyen a la emigración oriunda del Paraguay de individuos Guarany el origen de un excedente demográfico en el Oco'y. En verdad, no es la población indígena que es excesiva, sino el territorio donde fue localizada que se presenta insuficiente e inadecuado desde su instalación en el mismo.

PALABRAS CLAVE: Guarany; Territorio; Demografía; Derechos Socioambientales.